

Adriana de Carvalho Medeiros

“Nóis era umas escrava! E se a gente não briga? Era piô!”

**Experiências de luta e classe de operárias metalúrgicas de São Paulo e São
Bernardo do Campo.**

Marechal Candido Rondon, Março de 2008.

Adriana de Carvalho Medeiros

“Nóis era umas escrava! E se a gente não briga? Era piô!”

**Experiências de luta e classe de operárias metalúrgicas de São Paulo e São
Bernardo do Campo.**

Dissertação apresentada á banca examinadora para
obtenção de título de Mestre em História da
Universidade do Oeste do Paraná – Campus Marechal
Candido Rondon, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio
de Pádua Bosi.

Marechal Cândido Rondon, Março de 2008.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

"Nóis era umas escrava, e se a gente não briga? Era pio!":
Experiência de luta e classe de operárias metalúrgicas de
São Paulo e São Bernardo do Campo/ Adriana de Carvalho
Medeiros.

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu em História da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008. 150 p.

1. Mulheres trabalhadoras - São Paulo/São Bernardo do Campo. 2. Movimentos sociais. 3. Movimento operário. 4. Movimento de Oposição Sindical de São Paulo -. 5. Sindicato - São Bernardo do Campo. 6. Trabalho - Sindicalismo.

Autora: Adriana de Carvalho Medeiros

Título: “*Nóis era umas escrava! E se a gente não briga? Era piô!*” : Experiências de luta e classe de operárias metalúrgicas de São Paulo e São Bernardo do Campo.

Marechal Cândido Rondon, 14 de março de 2008.

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi (orientador).

Prof. Dr. Rinaldo José Varussa

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Dedico esta pesquisa ao meu pai Edmilson, por toda confiança, anos de dedicação e atenção com meus estudos, *“mesmo não estando entre nós, você participou de toda esta caminhada... te amo pai”*. Ao meu namorado Alan, pela paciência e todo amor. A professora Luciana Regina Pomari, por ter confiado que eu poderia ir além.

A todas as operárias metalúrgicas, que nunca desistiram de lutar e tornaram esta pesquisa possível. A vocês devo todo reconhecimento por ter dedicado parte de suas vidas a luta da classe trabalhadora, e acreditado que poderiam contribuir na construção de um mundo melhor e mais justo quando poucos optaram por se engajar e enfrentar as pressões de seu tempo!

“I a gente luta até hoje, até hoje a gente tá aqui... Por que a luta nunca acaba...” (Baixinha).

*“Se vamos para o descanso eterno, não há porque dar descanso a ninguém nesta vida!”
(autor desconhecido)*

Agradecimentos

Ao chegar ao fim desta pesquisa, tantas foram às contribuições ao longo desta jornada, que tenho medo de ser injusta e a memória falhar ao se recordar de todos os amigos que me ajudaram a construir este trabalho.

Inicialmente gostaria de agradecer a Fundação Araucária e a UNIOESTE pela bolsa de estudos que recebi durante parte da pesquisa. A Iraci que sempre me atendeu com muita eficiência e dedicação nas horas de desespero e dúvida, e aos professores do programa de Pós Graduação em História da UNIOESTE, pela ajuda e por terem me dado a oportunidade de participar deste programa.

Devo agradecimentos especiais a Professora Déa Fenelon (in memória), pela grande ajuda em nosso encontro, e aos Professores Rinaldo Varussa e Yara Khoury pelos inestimáveis conselhos e indicações em função da banca de qualificação do mesmo trabalho. Aos professores e amigos da linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” que me permitiram compreender o grande valor em trabalhar em equipe e pensar nossas pesquisas no coletivo. E ainda, ao meu paciente e sempre presente orientador, Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi, que mesmo nas horas de maior dificuldade soube me guiar através das minhas confusões e teimosias, mais que qualquer amigo ele não desistiu de insistir em um caso que parecia perdido. *Muito Obrigado por ter acreditado em nossa pesquisa!*

Em São Paulo devo agradecimento aos funcionários do CEDIC, CEDEM, Centro Informação Mulher (CIM), Centro Pastoral Vergueiro (CPV), e ao Centro de Memória e Documentação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, onde fiz parte de minha pesquisa; a Pastoral Operária da Sé e a Associação dos Anistiados do ABC paulista que me cederam espaço para que eu pudesse realizar parte de minhas entrevistas; ao Cícero do CEEP que mesmo não me conhecendo pessoalmente me ajudou a rastrear várias de suas ex-companheiras de lutas. Agradeço ainda a Nádia, Fátima e a Tia Vera Santim que me deram um “cantinho” quando eu estive perdida, *“sem lenço nem documento”* em São Paulo.

Tenho enorme dívida com as ex-operárias (e agora amigas) que entrevistei ao longo desta pesquisa, que além de me possibilitarem ter acesso a suas vidas, me deram verdadeiras lições de coragem e força. São elas: Baixinha, Mana, Nice, Vera, Fátima, Maria Mendes, Delma, Arlete, Rita, Edy, Maria José, Maria Lúcia, Nádia, Rosário, Carmem e ainda a Dona Dora, que não foi metalúrgica, mas sofreu todas as angústias da militância sindical através de sua filha (a Fátima). Agradeço a atenção e ajuda dos ex-operários metalúrgicos que me

cederam entrevistas, e por vezes me ajudaram contatar suas antigas companheiras de lutas. São eles: Arapinha, Manuel Anísio, Gilson, José Malta, Rubão, Waldemar Rossi, Stan, e Luciano.

Devo agradecimentos a meus amigos do Programa de Pós-graduação, pelas horas de descontração e reflexão, e as companheiras de Linha de Pesquisa e de “viagem”, Mara, Helen e Judite, que tornaram as longas horas de ônibus e fora de casa menos fatigantes e mais animadas. Aos amigos do mestrado das outras linhas que sempre estiveram muito presentes em todos os momentos: Marcos Smanioto, Carlos Seibert, Adriane Hartwik e a Carlinha.

Em Marechal, não posso me esquecer dos meus novos amigos, que se tornaram minha segunda família. Meus eternos irmãozinhos: Suh, Livia, Kelyn, Ricardo, Ivo, Jack, Paulinha, Cristian, Alemaun, Tânia e Marley. As minhas grandes amigas e companheiras de AP (e do programa de mestrado) Ana Kapusniak e Carlinha, que sempre compartilharam de minhas lágrimas, meus maiores momentos de tristeza e aflição nos primeiros meses do mestrado, e a Bruna Scheiffer por ter aberto as janelas de minha vida.

Agradecimentos eternos as minhas antigas e sempre presentes amigas, que nunca deixaram de me ligar ou mesmo mandar uma mensagenzinha de força pelo orkut, Silvinha e Aridi, “*as meninas super poderosas!*”. Ao Alberto Zanata e Jéferson Rufino por serem sempre presentes mesmo na distância.

A Prof^a. Dr^a. Luciana Regina Pomari e seu esposo Prof. Dr. Ângelo Priori, pela força, dedicação e amizade na elaboração do projeto de pesquisa apresentado na seleção do Programa em 2006, e todo carinho e preocupação ao longo destes dois anos de pesquisa. “*Lulu sem você nunca teria tentado! Mais que uma professora, você sempre foi minha grande amiga!!!*”

A minha família, em especial a Tia Rose e a Tia Neide pela força e incentivo, e principalmente a minha mãe, Fátima, por ter assumido toda responsabilidade e agüentar as “pontas” sozinha em um momento tão difícil de nossas vidas, “*Mãe nós conseguimos! O pai deve estar orgulhoso da gente!*”. Aos meus irmãozinhos, João e Felipe que tiveram que ficar longe da Táta, por mais de um ano, mas sempre me receberam com muito carinho e saudades. A vocês devo desculpas pela ausência e muito obrigado por cuidar da mamãe! E ao meu pai, mais que agradecimentos devo todo louvor por ter dado possibilidades para a realização deste sonho, pelos sacrifícios para que eu pudesse fazer a graduação, pelas boas lembranças e exemplos que durarão por toda minha vida. “*Papai você sempre estará presente em minha memória e meu coração! Sei que nunca nos abandonou. Nós conseguimos!*”.

Por fim, mas não menos importante, tenho uma dívida incalculável com meu namorado, Alan, por ter sempre me incentivado, mesmo que isso significasse ficar longe. Pela ajuda em casa quando estive fora, mas principalmente por ter me dado tanto amor e carinho nas horas de stress e nunca ter me abandonado nos meus momentos de chatice. Esse trabalho é um fruto de nosso esforço e de todas nossas expectativas para o futuro. Só você sabe das noites intermináveis de choro ao telefone (e das contas absurdamente altas no final do mês), dos momentos de fraqueza em que quis desistir, das vezes em que fiquei perdida em São Paulo e você teve que me salvar, mas principalmente, o quanto nos dedicamos a esta pesquisa. Pra sempre... te amo.

Sumário

Lista de Siglas		I
Lista de Imagens		II
Resumo		III
Introdução		1

Capítulo 1

1. Interlocuções e disputas entre feminismo e movimento sindical metalúrgico história e historiografia		18
1.1. O debate sobre os “departamentos femininos” e outras questões: concepções e práticas		37

Capítulo 2

2. Trajetórias de vida, trabalho e luta de mulheres nas indústrias metalúrgicas nas cidades de São Paulo e São Bernardo do Campo		52
2.1. Buscando trabalho		52
2.2. Formando o mercado de trabalho		58
2.3. Enfrentando a rotina da produção, lutando por direitos		65
2.4. O regime militar vivido por trabalhadores		70
2.5. Recordando e reconstruindo o movimento		78
2.6. De volta à fábrica: recordando o regime fabril como regime militar		83

Capítulo 3

3. Recuperando práticas: Experiências de luta e resistência de operárias metalúrgicas no movimento operário/ sindical de São Paulo e São Bernardo do Campo nas décadas de 1970 e 1980		91
3.1. O início da militância nos movimentos operários		103
3.2. Lutas do presente, lutas do passado		115
3.3. A luta pela anistia		123

Conclusão		130
------------------	-------	------------

Fontes

Fontes Primárias		132
As entrevistas		138
Os entrevistados		141
Fontes Bibliográficas		150

Lista de Siglas

CEB: Comunidade Eclesiástica de Base.

CEPE: Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima.

CFEMEA: Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

CGT: Central Geral dos Trabalhadores.

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho.

CNDM: Conselho Nacional de Direito da Mulher.

CNM: Confederação Nacional dos Metalúrgicos.

CNMT: Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora.

CS: Convergência Socialista.

CUT: Central Única dos Trabalhadores.

DP ou DP's: Departamento (s) Feminino (s).

FIG: Fundo para a Igualdade de Gênero.

MOSP: Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

PC: Partido Comunista Brasileiro.

PT: Partido dos Trabalhadores.

SM: Sindicato Metalúrgico.

SM SBC: Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo.

ONG: Organização não-governamental.

OP: Oposição Sindical

Lista de imagens.

Figura 1: Panfleto produzido pelo Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo em decorrência do *I Congresso da Operária Metalúrgica*, publicado no Dossiê CPV, 1978. Coletada no NDP.

Figura 2: Ilustração publicada no jornal *Tribuna Metalúrgica* nº 53 em outubro de 1979. Coletada no Centro de Memória do Sindicato Metalúrgico do ABC paulista.

Figura 3: Charge do jornal *Luta Sindical* nº 28 Julho de 1982. Coletada no Arquivo sobre o Jornal *Luta Sindical*, do Centro Pastoral Vergueiro.

Figura 4: Cartilha do Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema de 1978. Coletada no Arquivo virtual do Centro de Memória do Sindicato Metalúrgico ABC. Site: <http://www.abcdeluta.org.br>

Figura 5: Charge publicada no jornal *Tribuna Metalúrgica* nº 67 de Março de 1983. Coletado no Centro de Memória do Sindicato Metalúrgico ABC.

Figura 6: Imagem retirada do livro: *Tribuna metalúrgica 20 anos ilustrada* e publicado no Jornal *Tribuna*, pp. 3, Ano IX, nº52 Agosto de 1979.

Figura 7: Ilustração publicada no jornal *Tribuna Metalúrgica* nº 56 de fevereiro de 1980. Coletada no Centro de Memória do Sindicato Metalúrgico ABC.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo explorar as experiências de classe e luta das operárias metalúrgicas engajadas no Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, e do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo entre nas décadas de 1970 e 1980. Assim, pretendemos discutir como estas ex-operárias vivenciaram neste período as lutas desenvolvidas no movimento operário, a partir de como estas perceberam e reinterpretaram suas próprias experiências, relativas às estratégias de luta, tanto no trabalho, nos sindicatos, e na vida cotidiana, a partir das narrativas produzidas no presente.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo explorar las experiencias de la clase y lucha de las obreras metalúrgicas enganchadas en el Movimiento de Oposición Sindical Metalúrgica de Sao Paulo, y del Sindicato Metalúrgico de Sao Bernardo del Campo, entre las décadas de 1970 y 1980. Así, pretendimos discutir como estas obreras vivenciaran en este período las luchas desarrolladas en el movimiento obrero, a partir de cómo estas notaran y reinterpretaran sus propias experiencias, relativas a las estrategias de lucha, tanto en el trabajo, en los sindicatos, y en la vida cotidiana a partir de sus narrativas echas en el presente

Introdução

Poema para todas nós

*Pensei em várias de nós
Em todas nós
Meninas, meninas já quase mulher
Mulher,
Mulher com jeito ainda de Menina*

*Cada uma com sua vida
Muitas quase sem vida*

(...)

*Pensei nas meninas que sonham
Com príncipes e fadas
Escrevem seus nomes (e o dela)
No cúmplice banco da escola
Desenham corações juvenis
Com a inocência de quem ainda não sabe
Que fadas nunca existiram
E que aqueles que ainda reinam,
“Proibem” o amor e os sonhos*

(...)

*Pensei em várias de nós,
Em várias de nós, militantes,
Que sonham um sonho guerreiro*

(...)

*Ensaiei alguns versos
Para afirmar que seguimos
Cheias de graça e teimosia
Brigando por uma causa nossa
A causa de nossa classe
Certas de que um dia
Não haverá dominação
De uns sobre os outros
Na bonita espécie humana.*

Margá ¹

Quando chegou o momento de escrever esta introdução, comecei a pensar como poderia expressar ou demonstrar aos leitores desse trabalho a grande transformação, ou

¹ Este poema foi retirado do Jornal “Olho Vivo”, do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica, Especial 8 de Março/ dia internacional da Mulher, 06/03/ 1989.

mesmo transição de pensamento que me levou a presente concepção sobre operárias metalúrgicas e o significado de suas lutas. Mediante minha aflição, caiu-me às mãos uma de minhas fontes que continha o poema transcrito acima, elaborado por uma metalúrgica, militante da Oposição Sindical em 1989, mas que me ajuda a explicar o doloroso e fascinante processo por que passei, até chegar ao presente trabalho.

Ao longo de minha graduação dediquei-me grande parte de minhas pesquisas e atenção aos estudos sobre a “História das Mulheres” (incluindo nesse sentido leitura das obras de Michelle Perrot, Juliet Michelet, Mary Del Priori), mais especificamente ao estudo sobre a repressão sexual feminina na Idade Média e as concepções de feminismo elaboradas por feministas, em sua maioria, norte americanas (como Betty Friedan) e européias (como Olympe Gouges, Bianca Becalli, Gabriella Bonacchi, Danièle Kergoat entre outras).

No último ano de minha graduação, diante da minha vontade de “tentar” o mestrado, comecei a focar minhas leituras em um tema mais recente e de maior probabilidade de pesquisa; foi quando tive contato com jornais ligados ao movimento feminista brasileiro da década de 1970 e 1980 (*Brasil Mulher, Nós Mulheres, Mulherio*); documentos produzidos pelo *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* e de intelectuais brasileiras engajadas em movimentos de esquerda que haviam sido exiladas no exterior durante a Ditadura Militar no Brasil. Nesse sentido, comecei a ler obras de algumas pesquisadoras, como Glória Gohn, Elizabeth Souza Lobo, Heleith Saffiot, Laís Abramo, Cristina Bruschini, Maria Célia Paoli, Maria Berenice Godinho Delgado, Vera Soares, Helena Hirata, Albertina de Oliveira Costa, Cyntia Sarti, entre outras, que em suas pesquisas buscaram refletir uma gama de assuntos referentes à temática “Mulher e Trabalho”, e discussões em torno da participação feminina nos movimentos sociais de trabalhadores em face à ascensão do movimento feminista brasileiro em meados de 1975.

Assim, influenciada por uma bibliografia que em sua maioria pensou a mulher trabalhadora a partir da divisão sexual do trabalho e as relações de trabalho feminino sobre questões de gênero, elaborei o primeiro projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, que trazia como título “*A luta sem trincheiras: industrialização, urbanização, modernização e participação das mulheres na produção social segundo a imprensa feminista nas décadas de 1970 e 1980*”. Neste projeto eu me propunha a pensar sobre as mulheres trabalhadoras e suas lutas sociais, via reflexão, de um feminismo que teria proporcionado às mulheres trabalhadoras da década de 70 e 80, transformar as relações sociais a partir da assimilação de teorias e experiências no movimento feminista (ultrapassando e transformando antigos valores culturais em torno do papel feminino nas

sociedades patriarcalistas - capitalistas), e da inserção em grande escala da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho brasileiro. Assim, os movimentos sociais de mulheres e feministas eram compreendidos como importantes (senão o mais importante) instrumentos para a organização da luta das mulheres da classe trabalhadora, sendo que esse era o elemento primordial para o entendimento das novas estratégias para a ação feminina. Nesse sentido, pretendíamos fazer uma análise das formas como a luta das mulheres se colocou como um movimento de contestação e transformação de valores culturais vigentes, através da análise de boletins produzidos pelos movimentos feministas das décadas de 1970 e 1980, segundo a primazia de que a luta das mulheres trabalhadoras era, antes de tudo, uma luta pelas especificidades femininas.

Dessa maneira, embevecida pela teoria feminista libertária (e neste sentido, de uma tendência surgida entre militante de movimentos marxistas exiladas no exterior que tiveram contato com o movimento feminista europeu e norte americano) e da perspectiva de transformação social através das lutas feministas desenvolvidas a partir da militância de mulheres da classe operária organizadas nos movimentos sociais de mulheres, conseguimos a aprovação na seleção do Programa de Pós-Graduação de História da UNIOESTE para a linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”.

Nesse período, através das discussões e reflexões feitas no Laboratório da Linha de Pesquisa e com meu orientador, Antônio de Pádua Bosi, começamos a viver um momento de conflito quanto à perspectiva e abordagem de nosso sujeito social, as mulheres da classe trabalhadora das décadas de 1970 e dos anos 80.

Assim, a partir dessas discussões começamos a refletir como, no contexto político/econômico e cultural do período, constituíram-se sujeitos coletivos (com tendências e expectativas diferentes que, no entanto, trocaram experiências e sujeitos sociais) e como esses sujeitos também se constituíram como grupos sociais. Desta maneira, passamos a pensar na forma como nossas personagens articulavam as estruturas (relações de poder, etc.) às suas experiências e lutas sociais.

Nesse sentido, o estudo sobre as reflexões de Thompson acerca da experiência social teve grande importância, pois se percebeu que entre as perspectivas que determinados sujeitos coletivos tinham sobre grupos sociais (no caso o movimento feminista e as mulheres trabalhadoras) e as experiências cotidianas vividas por estes, existiam grande diferença. Assim, a partir da percepção de que a classe trabalhadora não se constitui apenas de seus

interesses econômicos, mas ainda de seus valores e práticas sociais e culturais², começamos a nos questionar até que ponto as questões especificamente femininas, ou em relação ao gênero, interessavam às mulheres da classe trabalhadora e, ainda, se poderíamos usar um mesmo modelo de análise para julgar e delimitar os interesses de todas as mulheres, indiferentes à sua classe econômica e social.

Com base nessas premissas, passamos a buscar fontes onde mulheres trabalhadoras que haviam militado nos movimentos sociais do período, articulassem suas experiências de trabalho a atividades desenvolvidas nos espaços públicos e nos embates diretos com as instituições governamentais, sindicatos, família, etc. Nessa incessante busca realizada em meados do fim do primeiro semestre de 2006, entramos em contato com material do acervo do NDP onde encontramos um documentário, em fita VHS, na qual operárias metalúrgicas de São Bernardo do Campo falavam de suas vidas dentro e fora da fábrica, de suas aflições e suas lutas por direitos. Esse documentário gravado em janeiro/fevereiro de 1979, em decorrência do *I Congresso da Operária Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema*, não só nos ofereceu parâmetros para refletir sobre os interesses, conflitos e lutas experimentados e vividos por mulheres da classe trabalhadora no contexto dos anos de 1970 e 1980, mas ainda nos forneceu definitivamente nosso objeto de pesquisa.

Através deste VHS, podemos perceber que, como se referiu o poema transcrito no início desse texto, mesmo sendo mulheres, meninas, mães, esposas e filhas, as operárias eram acima de tudo mulheres da classe trabalhadora, e neste sentido, suas lutas e estratégias de resistência tinham mais a ver com as pressões e conflitos vividos pela classe trabalhadora do período do que às questões referentes à libertação sexual feminina. E mesmo quando se tratava de questões especificamente femininas, essas operárias se referiam às questões que não eram sentidas por todas as mulheres, mas à parcela de mulheres que, ao sair para o trabalho, tinham de deixar os filhos sozinhos em casa, porque não existiam creches suficientes para atender à demanda existente àquelas que dependiam de seu trabalho para sustentar a família, ou seja, as mulheres que são da classe trabalhadora e nesse sentido partilham de dificuldades e pressões que não eram comuns a todas as mulheres. Assim, como citou Margá, mesmo acreditando em “*príncipes*”, ou ainda sendo “*mulheres com jeito de meninas*”, ao desenvolverem suas lutas e estratégias de resistência, as operárias metalúrgicas refletem a “*causa da classe*” e as pressões vividas pela classe trabalhadora no período referido.

² Conceito aqui emprestado por Thompson, ao situar a cultura “*dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho, exploração de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência*”.

Desta maneira, passamos a nos questionar como operárias metalúrgicas das cidades de São Paulo e São Bernardo do Campo, a partir de suas vivências e experiências socialmente compartilhadas, optaram por se engajar nos movimentos operário/sindical do período, e nesse sentido passaram a desenvolver estratégias de resistência e luta com base nos conflitos e problemas experimentados nas várias dimensões de suas vidas, ou seja, nas fábricas, bairros, Igreja, etc. Assim, analisar práticas de luta cotidiana significou ainda buscar conflitos e contradições vividas por essas operárias, sendo que foi diante da convivência com esses conflitos, que essas operárias passaram a se identificar com a classe trabalhadora e a buscar soluções para seus problemas em suas lutas cotidianas e nos movimentos organizados da classe, através de diferentes meios de interlocução e reflexão social.

Ainda nos foi de grande importância a compreensão do conceito de experiência elaborado por Thompson³ para compreender como se forjaram as lutas sociais desenvolvidas por essas operárias. Em suas pesquisas e reflexões sobre a classe operária inglesa, Thompson percebeu que não é apenas na esfera econômica de uma sociedade que se estabelecem pressões e conflitos, mas nas relações cotidianas vividas nas várias dimensões das relações sociais e culturais, ou seja, naquelas desenvolvidas no trabalho, nos bairros, nas igrejas, na família, no sindicato, etc.

Assim sendo, o cotidiano foi entendido como um solo fértil para o desenvolvimento de práticas de resistência e luta dessas trabalhadoras, elas passam a elaborar suas próprias lutas sociais. Com isso, ao nos voltar para as experiências de luta das operárias metalúrgicas não podemos eleger um espaço privilegiado onde se constituíram suas experiências de luta. Para tanto, a compreensão do conceito de cultura como modo de vida foi indispensável para entender que as práticas de resistência e luta dessas operárias não podem ser tomadas como restritas às lutas organizadas ou mesmo ao espaço sindical.

Para nos situar no quadro e contexto histórico que se apresentavam às operárias no período referido, consultamos os jornais produzidos pelo Movimento de Oposição Sindical (MOSP)⁴ e pelo Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema – além de panfletos e matérias produzidas pelos mesmos - e de jornais produzidos pelos Movimentos Feministas e de Mulheres do período. Nesse sentido, esses jornais foram de grande importância para entender como as mulheres utilizaram-se desses jornais como forma de tornar sua luta e reivindicações conhecidas pela categoria e, ainda, como estas foram interpretadas e sua luta aceita pelos movimentos sociais, tanto operário como feminista. Na

³ THOMPSON, E.P. *A Formação da classe operária Inglesa*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1987.

⁴ No final deste trabalho temos uma lista contendo todas as siglas e seus significados.

análise desse material, observamos que mesmo disputando sujeitos e partilhando as mesmas concepções, em grande parte há divergência quanto as práticas de luta das operárias metalúrgicas. Esses sujeitos coletivos, por vezes, mantiveram canais de interlocução, incorporando noções e perspectivas de um e outro movimento, processo que nos informou sobre uma preocupação quanto à organização e luta desenvolvidas por trabalhadoras da categoria no referido período.

Para a utilização desse tipo de fonte, partimos do princípio de que a imprensa jornalística não pode ser caracterizada apenas como um veículo de informação que tem o intuito de narrar um fato de maneira imparcial, mas que *“é um agente a olhar e registrar o cotidiano social a partir de valores definidos”*⁵ e possui uma perspectiva imbricada de valores culturais e ideologias, não podendo dessa forma ser considerada como uma verdade absoluta, mas sim construção humana derivada de posições ideológicas de classes e grupos sociais. Sendo assim, dialogamos com Khoury e Hall quanto à compreensão dessas fontes, ao considerar que a mídia *“não distorce a realidade, mas ainda, participa na constituição dos elementos e fatos que expressa e reflete”*.⁶

Com base nessas premissas, as reportagens, artigos e panfletos produzidos nas décadas de 70 e 80, foram analisados enquanto linguagem produtora de significados em relação à realidade em que foram escritas, sendo necessário desse modo adotar procedimentos que permitiram à percepção “de como”, e “em que” contexto histórico as notícias foram produzidas, fazendo-se um constante diálogo entre as fontes selecionadas e o período produzido, evitando anacronismos por percepção quanto ao enfoque e objetivos que pretendiam ser atingidos.

Tendo em mente que não poderíamos cometer o ato falho de restringir-nos a experiências de luta e resistência de nossas personagens às práticas desenvolvidas nos sindicatos, optamos por buscar essas ex-operárias engajadas nos movimentos operários da cidade de São Paulo e São Bernardo do Campo para que narrassem e nos informassem sobre o significado de suas experiências de luta no período. Sobre essa decisão, foi de grande importância as indicações da Prof^a. Dr.^a Déa Fenelon⁷, que nos esclareceu sobre a importância de buscar essas mulheres, trazendo suas respectivas narrativas para nossa pesquisa, para melhor compreendermos os interesses, motivações e conflitos que as levaram a desenvolver

⁵ ZANIRATO, Silvia Helena. Imagens da pobreza urbana na imprensa paulista: o estado de São Paulo. In Diálogos, 2005. ([http: www.dhi.uem.br](http://www.dhi.uem.br) acessado em novembro de 2006).

⁶ KHOURY, Yara Aun Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história.

⁷ Gostaríamos de deixar nossa homenagem a professora Déa Fenelon, que faleceu no mês de abril de 2008. Fica registrado nosso agradecimento a esta pesquisadora que dedicou parte de sua vida a academia, e ao desenvolvimento da pesquisa histórica em nosso país.

as estratégias de luta e resistência ou não, sendo que a própria opção pela militância nos movimentos sociais (tanto operário, como nos partidos políticos, movimentos de mulheres, feministas ligados à Igreja, entre outros), deveria ser entendida dentro do quadro das pressões e conflitos vividos no contexto histórico em que se situavam.

Assim, a partir de meados de outubro de 2006 começamos a buscar ex-operárias que participaram do movimento sindical. Neste período, tivemos grande dificuldade de encontrar essas mulheres, por não estarem mais na categoria ou ligadas aos movimentos sociais e políticos que participaram nas décadas de 70 e 80, e ainda, por haver conflitos entre alguns grupos de ex-militantes sindicais, devido a “rachas” e discordância política, e no caso das operárias de São Bernardo do Campo, pelas lutas vividas no presente em torno dos processos de anistia política. Em outubro conseguimos fazer os primeiros contatos com algumas ex-operárias que militaram na Oposição Sindical de São Paulo e alguns ex-operários metalúrgicos ligados à Associação dos Anistiados de São Bernardo do Campo.

Ao todo foram realizadas 3 seções de entrevistas entre novembro de 2006 e novembro de 2007⁸, todas na cidade de São Paulo e nas cidades do ABCD paulista. Foram entrevistados 23 ex-operários metalúrgicos e a Dona Dora, mãe de uma de nossas entrevistadas. O que nos rendeu em torno de 54 horas de entrevistas gravadas (ver item “os entrevistados”, página 110). Dentre os entrevistados, 16 são mulheres, sendo que 9, foram operárias nas fábricas da cidade de São Paulo e participaram do MOSP, são elas:

- **Maria do Carmo Gomes (Carmem)**, mineira, 48 anos, casada (com o Stan), 2 filhos. Foi metalúrgica e militante do MOSP e hoje é professora de matemática na rede pública de ensino de São Paulo.
- **Maria do Rosário Souza**, mineira, 44 anos, separada, 2 filhos, ex-operária metalúrgica e militante do MOSP. Hoje é diretora do “*bandejão*” mantido pela prefeitura de Guarulhos
- **Maria Lúcia Torres**, mineira, 74 anos, solteira, 1 filha. Formou-se em História e durante o período da graduação militou na JUNC, em 1970. Depois de morar um ano em Paris e passar a ser procurada pelo DOPS, começou a militar na Ala Vermelha e a trabalhar como operária metalúrgica, período em que participou do MOSP. Atualmente

⁸ Novembro de 2006, março e novembro de 2007.

trabalha no CEDEM (UNESP) como “*free lance*” no Projeto “Memória da Universidade”.

- **Maria José Soares**, 60 anos, pernambucana, solteira, ex-militante do MOSP e de movimentos sociais ligados à Igreja Católica. Atualmente trabalha para Prefeitura de São Paulo.
- **Maria Rita Marques da Silva**, paulista, ex-operária metalúrgica e militante do Movimento de Oposição Sindical de São Paulo. Foi a primeira mulher a trabalhar como ferramenteira na Volkswagen em São Bernardo do Campo (período em que militou no sindicato da categoria em SBC). É Pedagoga e trabalha no Centro de Cultura Paulista em São Paulo.
- **Edwirges José dos Santos (Edy)**, mineira, 54 anos, solteira, ex-operária metalúrgica e militante do MOSP. É secretária de uma ONG de assistência à mulher (a ANZOL).
- **Delmira Izabel de Jesus da Silva (Delma)**, mineira, 2 filhos, separada, ex-militante do MOSP e de movimentos sociais ligados à Igreja. Atualmente é Psicóloga da Rede de Saúde Pública do Estado de São Paulo. Hoje, é professora de Geografia da Rede Pública de Ensino em São Paulo e pesquisadora do Museu do Corpo
- **Arlete Pereira da Fonseca Neves**, paulista, ex-operária metalúrgica. Hoje professora da Rede Pública de São Paulo;
- **Nádia Aparecida Lopes Camargo**, 44 anos, mãe de uma filha, foi metalúrgica, militante do Movimento dos Estudantes Secundários, da Convergência Socialista e do MOSP onde concorreu a vice-presidência sindical na Chapa da Oposição em 1989;

Há ainda outras 7 (sete) mulheres que foram operárias nas indústrias metalúrgicas em São Bernardo do Campo, participando assim das atividades desenvolvidas por este sindicato. São elas:

- **Maria Mendes**, baiana, 1(uma) filha, 1(uma) neta, ex-operária metalúrgica, militante do sindicato de São Bernardo do Campo e dirigente da Comissão de Mulheres na CUT. Foi ainda militante de movimentos feministas e hoje trabalha no Centro de Referência da Saúde do Trabalhador de Santo André, além de prestar serviços em uma ONG de assistência à mulheres que sofrem violência doméstica, também em Santo André;
- **Maria de Fátima Araújo (Baixinha)**, pernambucana, casada, 2(dois) filhos, uma neta, ex-operária metalúrgica e militante sindical. Atualmente, “Baixinha”, como é conhecida, vive de bicos e não conseguiu nem a aposentadoria, nem a anistia.
- **Maria Teixeira Vilela (Mana)**, 52 anos, baiana, separada, 2(dois) filhos, foi operária metalúrgica e presidente do “Fundo de Greve” em São Bernardo do Campo na ocasião da greve da categoria em 1980. Hoje vive de “bicos” como costureira e luta pela anistia política e pelo reconhecimento dos anos em que trabalhou sem carteira assinada para que consiga a aposentadoria. No período em que realizamos a última entrevista (novembro de 2007) esta acrescentou que iria sair como candidata ao cargo de vereadora para cidade de São Bernardo, nas eleições de 2008.
- **Lenice Bezerra da Silva (Nice)**, 49 anos, baiana, separada, mãe de 3(três) filhos e 1(uma) neta, ex-operária metalúrgica e ex-dirigente sindical de SBC entre os anos de 1987 e 1994. É aposentada, trabalha na prefeitura de SBC e é formada em Pedagogia.
- **Vera Lúcia da Silva Paulussi (Verinha do PC)**, paulista, casada, 2(dois) filhos, ex-operária metalúrgica militante do Partido Comunista e do Sindicato Metalúrgico de SBC. No período da entrevista, Vera estava desempregada.
- **Fátima Aparecida Perez de Araújo (Fátima da Convergência)**, 43 anos, casada, 2(dois) filhos, ex-operária metalúrgica, militante sindical e da Convergência Socialista. Fátima é professora da Rede Pública de Ensino e coordena um programa na prefeitura de São Bernardo do Campo sobre poluição, voltado para crianças do Ensino Médio e Fundamental.

Também foram entrevistados 9(nove) ex-metalúrgicos, sendo que, 2(dois) foram militantes e líderes do MOSP. São eles:

- **Waldemar Rossi**, paulista, 74 anos, casado, 2(dois) filhos. Foi operário metalúrgico, militante da Pastoral Operária e um dos líderes do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo. Hoje é aposentado como metalúrgico e esporadicamente colunista de alguns jornais ligados aos movimentos sociais;
- **Stanislaw Azermeta, (Stan)**, nascido na Rússia, veio ainda criança para o Brasil onde foi naturalizado brasileiro, é casado (com Carmem), têm 1(um) filho, foi militante da Ala Vermelha e um dos líderes do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo. Hoje, Stan é aposentado pela categoria.

Foram ainda entrevistados 7 ex-militantes do Sindicato Metalúrgico de SBC. São eles:

- **Rubens Teodoro Sampaio (Rubão)**, casado, 2(dois) filhos, ex-operário metalúrgico, foi dirigente sindical entre 1967 e 1975 quando se tornou vice-presidente do Sindicato Metalúrgico de S. Bernardo até 1980, período em que o sindicato sofreu intervenção. Atualmente é anistiado político.
- **José Malta (Malta)**, baiano, casado, ex-operário metalúrgico e diretor de fábrica. É sociólogo e conseguiu a anistia.
- **Gilson Luís Correia de Meneses**, baiano, 59 anos, casado, ex-operário metalúrgico e dirigente sindical, liderou a primeira greve da Scania-Saab em 1978 e sofreu intervenção em 1980. Gilson foi o primeiro prefeito eleito do Partido dos Trabalhadores em 1981 (pela cidade de SBC), foi deputado pelo PT. Hoje é anistiado e está no Partido Comunista do Brasil.
- **João Paulo Oliveira**, mineiro, 58 anos, casado, ex-operário metalúrgico e dirigente sindical. Em 1981 sofreu intervenção sindical; trabalhou com assessoria política. Hoje é sociólogo e trabalha em um cursinho voltado para jovens carentes. É anistiado.
- **Manuel Anísio (Mané)**, baiano, 58 anos, 3(três) filhos, separado, advogado, atual presidente da Associação dos Anistiados do ABC paulista, ex-operário metalúrgico e dirigente sindical. Foi um dos responsáveis pela elaboração do *I Congresso da Operária*

Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema. Concorreu por vários cargos à prefeitura de SBC pelo PT e atualmente é militante do PT.

- **Luciano César Salles de Freitas**, paulista, casado, 2(dois) filhos, ex-operário metalúrgico, militante da Convergência Socialista e do Sindicato de São Bernardo do Campo (onde fez parte de um grupo de oposição à diretoria desse sindicato, mas não ligado ao MOSP da cidade de São Paulo). Hoje é professor de Matemática na Rede Pública de Ensino na cidade de Santo André. No período da nossa entrevista estava terminando mestrado na área de Matemática, na PUC de São Paulo. Participa de longe do PSTU.
- **Francisco Ramos (Arapinha)**, baiano, casado (com a Baixinha), 2(dois) filhos, ex-operário metalúrgico e militante do Movimento Sindical de São Bernardo do Campo e do Partido dos Trabalhadores. No período em que foram realizadas as entrevistas, Arapinha havia conseguido um emprego de vigilante em uma fábrica em SBC, após ter passado longo período desempregado. Ainda milita no Partido dos Trabalhadores, e não conseguiu a anistia política.

Quanto à metodologia utilizada nas entrevistas, deixamos que nossos entrevistados falassem abertamente, sendo que, apenas no início pedimos que esses dissessem o nome completo e nos contassem sobre sua trajetória desde o nascimento, do trabalho nas indústrias metalúrgicas, e, por fim, da militância sindical. Assim, conforme iam surgindo as dúvidas, íamos questionando nossos entrevistados. Buscamos, ainda, quando possível, e quando nossos entrevistados permitiam marcar as entrevistas em locais mais descontraídos que não interferissem em suas narrativas. Desta maneira, as entrevistas foram realizadas em praças, Igrejas, restaurantes, bares, em suas residências e até mesmo durante passeios pelo centro da cidade de São Paulo e São Bernardo do Campo, onde algumas dessas ex-operárias fizeram questão de nos mostrar os locais por onde lideraram greves, piquetes ou apanharam da polícia. Como exceção, temos o caso das entrevistas marcadas pelo Manuel Anísio, presidente da Associação dos Anistiados de São Bernardo do Campo, que na primeira visita a São Paulo, marcou o horário e apenas nos prometeu que levaria alguns companheiros para que pudessemos conversar. Ainda na Associação fizemos uma primeira entrevista com as ex-operárias Nice, Mana e Baixinha, que foi marcada também pelo Manuel e que, neste encontro, notou-se um conflito existente entre a Associação e as ex-operárias que atualmente lutam pelo direito à Anistia.

Através desta experiência com entrevistas, percebemos que ao lembrar e narrar suas trajetórias, o local e para quem se fala interferem na forma como as pessoas organizam e contam suas histórias. Dessa forma, pudemos perceber, por exemplo, quando realizamos a primeira entrevista com a Mana, Nice e Baixinha na Associação dos Anistiados, que suas trajetórias tiveram um teor mais agressivo e reivindicativo, no sentido de denunciar que estas lutaram e devotaram parte de suas vidas ao movimento sindical e ao Partido dos Trabalhadores e, no entanto, a Associação e antigos colegas de luta as ignoravam e se mostravam desinteressados pelos processos de anistia política das mesmas.

Pude observar que ao apresentar-me como pesquisadora interessada em suas histórias e trajetórias pessoais, nossas entrevistadas selecionaram lembranças a serem contadas. No entanto, depois de estabelecer um contato mais longo e, após realizadas as primeiras entrevistas (tanto pessoalmente como pelo telefone) e falar um pouco de minha vida, de minhas origens familiares e das dificuldades para conseguir fazer a graduação e a pós-graduação, algumas dessas se sentiram mais confortáveis e me falaram de “casos”, “fatos” e fizeram críticas a antigos colegas de luta, a movimentos sociais e a partidos políticos que, de certa forma, contradiziam as narrativas que haviam sido gravadas.⁹

Neste sentido, nos reportamos a Portelli, quando este se refere à relação de troca estabelecida entre o observador e observado, onde “*somente a igualdade faz o entrevistador aceitável, mas somente a diferença o faz relevante*”, ou seja, ao conhecer um pouco de minha vida, minhas entrevistadas se identificaram e se sentiram à vontade para falar de alguns detalhes de suas trajetórias. Entretanto, por ser uma pesquisadora interessada em suas trajetórias, elas perceberam meu interesse como forma de valorizar sua luta e me informar sobre as lutas do presente.

A seleção das entrevistas e entrevistados foi feita a partir de um reporte cronológico pré-definido, onde pretendíamos entrevistar pessoas que trabalharam em indústrias metalúrgicas entre os anos de 1970 e 1989¹⁰ e militaram nos movimentos operários em São Bernardo do Campo e na Oposição Sindical de São Paulo. Assim, entrevistamos ex-operários

⁹ No entanto, algumas pediram que estas conversas não fossem levadas em consideração ou divulgadas em nossa pesquisa, por ser uma conversa informal, um desabafo com uma nova amiga.

¹⁰ As décadas de 1970 e os anos 80, foram escolhidos como recorte temporal para a análise de nosso objeto de pesquisa, levando-se em conta que a partir do fim da década de 1960 e início dos anos 70, temos a inserção em grande escala da força de trabalho feminina na linha de produção das indústrias metalúrgicas em São Paulo e em São Bernardo do Campo, o que tornou o elemento feminino nestas fábricas, “uma nova categoria” de trabalhadores, aqui interpretados não a partir da divisão sexual do trabalho - sendo que a partir de nossas pesquisa, podemos perceber que estas mulheres ocupavam cargos e funções em todas as etapas de produção, e desenvolviam as mesmas atividades que os homens – mas por terem sido inseridas apenas em meados da década de 1970, na linha de produção metalúrgica.

metalúrgicos que militaram no movimento operário desde meados da década de 1970, até o ano de 1994. Nesse sentido, através desta seleção, conseguimos estabelecer uma linha temporal que nos permitiu perceber diversidades nas experiências, estratégias e lutas desenvolvidas por essas operárias em diferentes contextos políticos e momentos do movimento operário. Assim, ao olhar para o quadro de experiências do passado e presente de nossas entrevistadas, conseguimos montar um enredo, que nos permitiu avaliar o processo de construção de lutas de mulheres operárias ao longo da década de 1970 até o período em que se realizaram as entrevistas.

Quando nos propusemos a pesquisar sobre ex-operárias metalúrgicas engajadas no Movimento de Oposição Sindical de São Paulo e Movimento Sindical de São Bernardo do Campo, tínhamos por intuito analisar apenas as questões referentes às experiências e práticas de luta dessas mulheres ao longo das décadas de 1970 e 1980. No entanto, no decorrer da pesquisa (principalmente no período em que foram realizadas as entrevistas), percebemos que era impossível fazer uma análise das experiências de lutas e desafios vividos por elas sem levar em consideração as lutas enfrentadas no presente. Lutas essas que expressam a continuidade de um processo que começou lá atrás, quando elas se tornaram metalúrgicas, e repercutiram em suas vidas no tempo presente, processo evidente na forma em que as mesmas organizam suas memórias e re-significam suas lutas atualmente.

Desta maneira, ao elegermos as narrativas de ex-operárias em um contexto totalmente diferente do que se realizaram as lutas sindicais e mediante novos conflitos, não pretendemos trabalhar nossa problemática através de fatos dados, mas como processos em formação, onde percebemos que a luta dessas ex-operárias não acabou, apenas se transformou mediante novos conflitos vividos no presente. Conflitos, que interferiram em suas expectativas e estratégias de lutas e, ainda, na própria maneira delas lembrarem o passado e resignificarem suas experiências. Sendo assim, dialogamos com Khoury ao dizer que, *ao narrar, nossas entrevistadas criam sua própria historicidade e identidades*.

Portelli¹¹ pondera ainda que, **como prática social**, *“a narrativa oral tem sua própria historicidade e recorrendo a um passado significativo é resignificado no presente, ao tempo em que expressa tendências no processo vivido”*; assim, concluímos que as entrevistas coletadas são interpretações realizadas a partir do tempo presente dessas mulheres e homens, isto é, refletem seus interesses atuais, seus dilemas relacionados aos anos 70 e 80 e, principalmente, como se vêem hoje.

¹¹ PORTELLI, Alessandro Forma e significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade in Projeto de História. São Paulo: fevereiro de 1997.

Desta maneira, ao narrar e falar de uma memória sobre militância em período de conflitos e transformação em suas expectativas de luta, ideologias e militâncias, esses operários nos permitiram perceber as transformações não apenas de suas práticas sociais, mas do próprio movimento operário onde se articula a prática de narrar e as transformações ocorridas no presente

Assim, podemos situar o ato de narrar dentro das práticas sociais e, nesse sentido, dentro do processo de construção e transformação das dinâmicas sociais vividas pelo sujeito que narra. Com base neste enredo, ponderamos ainda que ao narrar, as pessoas organizam sua sobrevivência e marcam presença no processo de transformação social e histórica, apresentando-se como sujeitos sociais e, assim, identificando-se com grupos sociais.

Assim, Thomson, ao fazer um balanço entre a ligação passado e presente, no processo de re-significação e narrar atos passados, afirmou que:

“ O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos. Quando narramos uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que lembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais; (...) reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes.”¹²

Ou seja, não apenas a prática de narrar deve ser levada em consideração ao utilizarmos a História Oral, mas ainda, o ato de lembrar e resignificar essas lembranças de acordo com o presente. O que nossas entrevistadas nos informaram nas primeiras entrevistas realizadas em março de 2007, por vezes, se diferenciam ou mesmo foram contadas e valorizadas de outra maneira nas entrevistas realizadas em novembro do mesmo ano. No entanto, podemos notar que os interesses e as expectativas quanto a essas lembranças eram diferentes entre um e outro momento¹³. Nesse sentido, nas narrativas sobre os problemas vividos na linha de produção ao

¹² THOMSON, Alistair “Recompondo memória: Questões sobre a relação entre história Oral e as memórias.” Projeto História, São Paulo (15), abril de 1997.

¹³ Na primeira entrevista realizada com a Mana, percebemos que esta fez uma narrativa mais agressiva ao se referir a Associação dos anistiados e alguns antigos amigos do PT, devido a demora em julgar o processo de anistia. No entanto, quando voltamos em novembro, mediante a uma pequena aceleração em seu processo, esta

longo das décadas de 1970 e 1980, as ex-operárias não falam apenas de seu passado, mas de suas experiências passadas acrescidas de novas experiências resultantes das questões colocadas ao longo do processo da construção de suas trajetórias de vida e luta que tomam novas dimensões e importância no quadro das suas relações sociais.

A reconstituição da memória coletiva e das trajetórias pessoais de nossas entrevistadas foi produzida em um período de disputas por sentidos, pelo reconhecimento de suas lutas. Essas mulheres, em suas narrativas, auto afirmam-se, constroem e redefinem identidades, no intuito de serem reconhecidas como sujeitos sociais e históricos; e suas lutas reconhecidas no forjar do movimento social de trabalhadores, constituídas no processo das lutas sociais pela redemocratização política, na luta pelos direitos e leis que protegem os trabalhadores, e, algumas, na formação do Partido dos Trabalhadores. Assim, as ex-operárias não falam apenas de seu passado, mas reivindicam através da memória um lugar na história social, seja no intuito de terem o direito à anistia, ou pelo reconhecimento de suas batalhas pessoais, pela sociedade, pelos antigos companheiros de luta, e pelo Partido dos Trabalhadores¹⁴.

No caso das operárias engajadas na Oposição Sindical, pudemos notar que ao contarem suas histórias, essas não cansaram de fazer comparações e parâmetros entre o movimento sindical de SBC e a Oposição, valorizando suas práticas e nos demonstrando que, como em São Bernardo, elas também lutaram, no entanto, tiveram menos visibilidade de suas lutas devido ao fato de a Oposição nunca ter conseguido chegar à diretoria do sindicato metalúrgico em São Paulo¹⁵. Assim, várias de nossas entrevistadas se referiram ao esquecimento das lutas realizadas pelo Movimento de Oposição Sindical em face à supervalorização do Movimento Sindical de São Bernardo do Campo, principalmente depois da constituição do Partido dos Trabalhadores e de sua ascensão no cenário político.

Pudemos notar que mesmo por objetivos e interesses diferentes, tanto as ex-militantes do MOSP, como do Sindicato Metalúrgico de SBC, nossas entrevistadas em suas narrativas,

parece ter sido mais amena ao se tratar a Associação dos Anistiados e ao trabalho de acessória prestado por esta instituição aos ex-metalúrgicos com processos a serem julgados.

¹⁴ Nas entrevistas realizadas com as ex-operárias metalúrgicas de S. Bernardo do Campo, a constituição do PT, aparece como um processo intrínseco a luta desenvolvida nos sindicatos e no forjar de suas trajetórias pessoais. Assim, a formação do PT é apontada por nossas entrevistadas “*a materialização da nossa luta, nossa esperança de tê um mundo melhor, um país melhô... era isso que a gente queria no começo*”. (Baixinha, novembro de 2007).

¹⁵ Foi com muito prazer ainda que fui informada em meados do final de 2007, que através de minha procura por mulheres que militaram na Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo, que algumas de nossas entrevistadas se reencontraram e começaram a reunir-se para criar um livro de memórias sobre a Oposição, sendo que já haviam sido feito alguns encontros do qual fui convidada, mas infelizmente não pude comparecer.

buscaram valorizar suas práticas de lutas, e identificaram-se com o movimento operário, e com as lutas por direitos que levaram a transformação da CLT e da Constituição de 1988.

Ao final de nossa pesquisa, construímos o trabalho a seguir, que foi resultado de muitas horas de aflição, dedicação, mas principalmente de muito esforço conjunto e de muito aprendizado, tanto através da experiência da coletividade nas práticas do laboratório de pesquisa da Linha “Trabalho e Movimentos Sociais”, bem como do contato com as operárias e operários metalúrgicos.

No primeiro capítulo, através da análise dos jornais e documentos produzidos pelos movimentos feministas a partir de meados de 1975, buscamos compreender como a produção científica do movimento feminista passou a instituir memória e perfis sobre mulheres trabalhadoras. Assim, problematizamos como a produção de um conhecimento se articula e se institui como memória e passa a ser reconhecida pelo movimento operário e pelas próprias operárias metalúrgicas.

Neste capítulo, buscamos ainda pensar nos conflitos e interlocuções entre movimento operário e feminista, na construção de estratégias que visibilizavam organizar e “chamar” as operárias metalúrgicas para a luta organizada no movimento sindical, em face da inserção em grande escala de mulheres nas linhas de produção e ascensão das greves e mobilizações do movimento operário. Para tanto, analisamos os jornais “*Nós Mulheres*”, “*Brasil Mulher*” e “*Mulherio*”, que foram produzidos ou mantiveram ligação ou cooperação de intelectuais advindas de movimentos marxistas que tiveram sua primeira experiência com o movimento feminista no exílio, durante o período da Ditadura Militar. Consultamos ainda os jornais “*Tribuna Metalúrgica*” e “*Luta Sindical*”, além de outros documentos produzidos por esses movimentos, para percebermos como as idéias, práticas e perspectivas do movimento feminista foram ou não incorporados pelo movimento operário, e pelas próprias operárias entre as décadas de 1970 e 1980.

No segundo capítulo, temos como objetivo discutir sobre as questões referentes à trajetória de nossas entrevistadas, investigando como estas se tornaram metalúrgicas e os problemas, tensões e conflitos experimentados na linha de produção. Nesse sentido, as lembranças sobre o cotidiano de trabalho foi de grande importância para compreendermos as tensões e pressões vividas no período, que levaram as mulheres a optarem por engajar-se nos movimentos sociais e, ainda, a desenvolver suas estratégias de resistência no espaço fabril. Desta maneira, procuramos demonstrar como a partir desta convivência com os problemas da classe, as operárias passaram a se identificar como parte da classe trabalhadora, e assim, com o movimento operário.

Através da análise dos jornais “Tribuna Metalúrgica” e “Luta Sindical” e ainda das entrevistas realizadas com ex-operárias metalúrgicas, buscamos investigar, neste capítulo, como essas operárias vivenciaram o período da Ditadura Militar e como se articularam os interesses da classe patronal e do Governo Ditador no cotidiano de trabalho da categoria considerada “carro-chefe” da economia no período investigado.

Na construção do terceiro e último capítulo, temos que ressaltar a grande ajuda e indicações feitas pela Prof^a Dr^a. Yara Aun Khoury, e do Pr. Dr. Rinaldo Varussa, no período da banca de qualificação deste trabalho. Inicialmente pretendíamos investigar apenas como se deram as experiências de luta dessas operárias no movimento operário e sindical, no entanto, os professores já citados nos indicaram a importância em dar visibilidade às lutas do presente, colocadas por nossas entrevistadas.

Assim sendo, buscamos neste capítulo investigar como as ex-operárias metalúrgicas acabaram por se engajar nas lutas dos movimentos sociais ao longo das décadas de 1970 e 1980, quais os conflitos e pressões que as levaram a buscar vários movimentos sociais e como se estabeleceram suas estratégias de lutas no período. Com isso, buscamos analisar através de suas narrativas, como se deram o processo de luta de mulheres trabalhadoras na constituição dos movimentos sociais ao longo das décadas de 1970 e 1990, e como a militância e as práticas das mesmas se transformaram neste período, em face à repressão política, às dissidências partidárias e ideológicas e, principalmente, à ascensão do Partido dos Trabalhadores. Assim, questionamos o significado da memória sobre a militância política em torno do Partido dos Trabalhadores para as ex-operárias do ABC paulista, e como se constituem suas lutas no presente pela anistia política, em conflito com a Associação dos Anistiados de SBC e de antigos companheiros de luta.

Capítulo I

Interlocuções e disputas entre feminismo e movimento sindical metalúrgico nas décadas de 1970 e 1980: história e historiografia.

“Cabe uma pergunta: o que é ser feminista? É lutar contra a opressão das mulheres na sociedade de classes, quando sua sexualidade é reprimida, quando o governo decide quem pode ter filho e trata como criminosas aquelas que abortam. É lutar por um salário igual para trabalho igual, por uma divisão igualitária do trabalho doméstico na família, por equipamentos sociais que melhorem a vida de pais, mães, filhos. É tratar de romper o círculo vicioso da dependência econômica e social, da discriminação e da submissão. É lutar por uma sociedade mais justa.

A luta por salários iguais para trabalhos iguais – uma reivindicação das mulheres – para ter êxito precisa de um movimento de mulheres fortes. Precisa de sindicatos abertos às manifestações de base, sem cupulismo e sem peleguismo. Assim, as reivindicações das mulheres não são apolíticas, elas se articulam com projetos políticos, com a maneira de fazer política.

Eu concordo com Sartre quando ele diz, numa entrevista a Simone de Beauvoir, que considera normal a existência de divisões no movimento feminista, mas que as feministas têm pouca base social e precisam ganhar as massas para que possam abalar a sociedade de forma radical. Acho que essa idéia tem muito a ver com uma concepção de articulação de luta feminista com a luta de classes. Não é preciso estar num partido para ser feminista, para localizar a opressão das mulheres na sociedade capitalista. “Mas essa não é a única opressão que existe na sociedade, por isso é preciso juntar as lutas, entender as ligações.” (Elizabeth Souza Lobo, 1981)¹⁶

Ao tomar a década de 1970 e os anos 80 como cenário das lutas experimentadas pelas mulheres que trabalharam nas linhas de produção das indústrias metalúrgicas nas cidades de São Paulo e São Bernardo do Campo, percebi que no transcorrer dos movimentos sociais desse período é muito difícil pensar em um único movimento, seja de bairro ligado à igreja, de mulheres, feministas ou de trabalhadores, sem refletir sobre o contexto e as inter-relações estabelecidas entre esses vários movimentos sociais, que ao construir sujeitos coletivos compartilharam personagens, experiências, espaços de lutas e enfrentaram desafios colocados pela conjuntura política de seu tempo.

Quanto aos movimentos sociais, dialogamos com Sader¹⁷ quando este aponta que:

¹⁶ Depoimento da socióloga e ex-exilada política Elizabeth Souza Lobo ao Jornal Mulherio. “A difícil, mas possível participação feminista nos partidos políticos” p. 17, nº3, setembro/outubro de 1981.

¹⁷ É importante assinalar que neste ano, a obra mais conhecida de Eder Sader que marcou época na historiografia brasileira “Quando Novos Personagens entrem em cena” completou vinte anos de sua primeira publicação.

“Embora as pessoas se encontrem de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que se impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais.”¹⁸

Ou seja, no cotidiano de lutas vividas e experimentadas por nossas personagens, no qual foi forjada sua militância política e social, notamos que várias perspectivas e questões colocadas por uma diversidade de movimentos sociais se entrelaçavam com suas vidas, formando sujeitos coletivos em diversos espaços, onde a comunicação entre estes realizava-se no próprio cotidiano das pessoas que buscavam meios para enfrentar os problemas vividos nas várias dimensões de sua vida.

Desta forma, ao propormos investigar sobre as experiências de lutas das operárias metalúrgicas nas décadas de 1970 e 1980, partimos da premissa de que essas mulheres não eram apenas trabalhadoras, mas também mães¹⁹, esposas, estudantes²⁰, moravam nas periferias e participavam dos movimentos de bairro²¹ e religiosos²².

Nossas entrevistadas, ao relembrar de sua trajetória de vida e de sua luta nos movimentos sociais de trabalhadores, nos indicaram as várias lutas desenvolvidas em diferentes espaços e eventos no qual reuniram vários grupos sociais que tinham como objetivo discutir questões referentes à conjuntura política e econômica do país, que atingia a vida de todos trabalhadores e as questões referentes à mulher brasileira. Como por exemplo, o movimento da “Panela Vazia” na Sé²³, o Congresso da Mulher Paulista²⁴ e o I Congresso das Operárias Metalúrgicas²⁵ organizado pelo Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo.

¹⁸ SADER, Eder. Quando Novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Editora Paz e Terra.

¹⁹ Como a Mana, Baixinha, Maria Mendes que enfrentaram sérios problemas quanto à falta de creches e escolinhas, não tendo local apropriado para deixar seus filhos durante a jornada de trabalho, ou ter que faltar no trabalho nos dias em que os mesmos ficavam doentes. Optei por identificar as entrevistadas na seção que trata das fontes, ao final desta dissertação. Esta observação vale para todas as referências posteriores.

²⁰ A Rita e a Maria Lúcia, a Nádia, e a Fátima participaram das discussões nas escolas e nos grupos de estudantes, além de atuarem em movimentos políticos de esquerda.

²¹ A Baixinha, Nice, Edy, a Mana, a Maria Mendes, a Nádia e outras, indicam que moravam nas periferias da cidade e sofriam dificuldades quanto à moradia onde “a gente morava num barraco”, falta de esgoto e saneamento básico, transporte, e etc. No caso da Edy e da Maria José, estas não só participaram da Associação de seu Bairro como ajudaram a fundar a Associação de moradores da Cidade Aê de Carvalho.

²² Como é o caso da Edy, Delma, Maria José, entre outras, a partir desta primeira militância em grupos de jovens, passaram a atuar no movimento operário.

²³ Esta manifestação foi citada por 4 de nossas entrevistadas: a Delma, a Maria José, a Nice e a Arlete. No entanto, as mesmas não se recordam exatamente do ano e quem teria organizado. As mesmas indicaram que este movimento contou com militantes de vários movimentos sociais da época e se referia aos índices galopantes de inflação atingidos em meados da década de 80.

Referindo-se à questão das lutas empreendidas pelas operárias metalúrgicas, evidenciou-se a partir da análise de um grande número de fontes produzidas pelos movimentos operário/sindical metalúrgico²⁶ e alguns segmentos do movimento feminista²⁷ e de mulheres²⁸, que por alguns momentos esses movimentos se aproximaram, compartilharam sujeitos, e por vezes, incorporaram algumas dimensões das lutas de um e outro movimento. E dessa forma, produziram memórias e perspectivas quanto às operárias e suas experiências de luta no movimento social organizado e nas experiências sociais²⁹ como pudemos notar, por exemplo, em alguns panfletos e reportagens veiculados no *Luta Sindical* e *Tribuna*

²⁴ Segundo Irene Cardoso, o movimento que foi realizado no dia 8 de março de 1979, reuniu aproximadamente quinhentas mulheres com patrocínio da Associação das Donas de Casa, do Movimento Custo de Vida, da Frente Nacional do Trabalho, da Casa da Cultura de Guarulhos, da Sociedade Brasil Mulher (que editava o jornal Brasil Mulher), centro de Desenvolvimento da Mulher e Associação das Mulheres, que discutiram diversas questões referentes à mulher trabalhadora, abarcando assim, questões referentes à liberação do aborto, até melhores salários para todos trabalhadores, direito a greves, entre outros. Já no segundo II Congresso da Mulher Paulista, esta união de movimentos sociais, na qual participaram da coordenação do evento, sofreu um racha, devido à divergência sobre alguns pontos a serem discutidos durante o evento. Segundo a Folha de São Paulo de 08/03/1980, entidades feministas como *Sociedade Brasil Mulher*, foram excluídas da coordenação do evento.

²⁵ Segundo notas dos organizadores do evento publicada em panfleto no *Tribuna Metalúrgica* de Janeiro de 1978, este congresso tinha por objetivo reunir as operárias metalúrgicas de São Bernardo do Campo e Diadema para discutir os problemas vividos pelas mulheres da categoria, principalmente a questão referente a mudança da lei que proibia o trabalho noturno feminino. No entanto, o ex-operário metalúrgico Manuel Anísio, que foi um dos coordenadores do evento, nos relatou que o evento contou ainda com a presença de diversas representando dos movimentos feministas e de mulheres, além de mulheres trabalhadoras de outras categorias.

²⁶ Ao analisar documentos produzidos pelo movimento metalúrgico de São Paulo e São Bernardo do Campo, notamos que vários outros movimentos, especialmente os ligados a Igreja Católica, tiveram importante papel na constituição destes movimentos sociais, principalmente em relação à formação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, onde a maioria de nossas entrevistadas entrou em contato a partir da militância religiosa nos movimentos sociais ligados à Igreja como o JOC, as Pastorais Operárias entre outros. Nesse sentido, temos ainda um grupo de operárias que eram advindas das fileiras dos movimentos políticos de esquerda como a Convergência Socialista (a Nádia, a Fátima e o Luciano eram militantes deste movimento e militavam no movimento sindical a partir das discussões promovido por um grupo de operários deste grupo político) do qual formou um grupo de militantes sindicais que faziam oposição à direção do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do campo ao longo das décadas de 70/80/90; tivemos ainda a Ala Vermelha (Stan, Maria Lucia e Vera) que fazia parte da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, e militantes do Partido Comunista (Verinha do PC) que participava do movimento sindical metalúrgico de São Bernardo do Campo. As pessoas que compunham esses grupos por vezes formavam “tendências” dentro dos movimentos sociais de trabalhadores e metalúrgico (como é o caso do pessoal da Convergência Socialista que participava do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo).

²⁷ Principalmente daqueles que aglutinavam militantes de esquerda que haviam voltado a pouco tempo do exílio no exterior, e assim partilhavam de uma dupla militância: política e feminista. Preocupando-se assim com uma agenda referente às lutas de classe.

²⁸ É importante ressaltar que diante das diferenças encontradas entre movimento feminista e de mulheres, estes dois movimentos no final da década de 70 e início dos 80 se colocam mais claramente como movimentos separados. Lembrando que não podemos nos esquecer que movimento feminista se constitui como um movimento de características “libertárias”, emancipatória da condição feminina, e o movimento de mulheres não parte necessariamente deste referencial, constituindo-se de grupos de mães, de mulheres religiosas, trabalhadoras ou moradores de bairros que se organizavam para reivindicar pautas que condiziam com os problemas cotidianos quanto à classe. Como exemplo, temos a reivindicação por creches (como é o caso do grupo de mães da Zona Leste de São Paulo), por melhores condições de moradia, até mesmo por pautas políticas.

²⁹ Quando nos referimos ao movimento social, nos referimos aos movimentos sindicais e de oposição sindical que eram organizados e partilhavam de certa militância política, e as experiências cotidianas de resistência e luta (dentro e fora das linhas de produção), que muitas vezes não eram organizados, mas que, no entanto, se tornaram estratégias importantes para resolver os problemas cotidianos destas trabalhadoras.

Metalúrgica que aponta para as questões referentes à necessidade de superar o machismo em relação à participação das “companheiras” das ações sindicais.

Escolhemos explorar apenas as questões referentes ao movimento feminista, por tratarmos de questões referentes à mulher metalúrgica, e assim, este movimento, por ter forjado perfis e estereótipos sobre as operárias desta categoria que se expressaram numa variedade de jornais e revistas femininas, bem como em uma produção científica que influenciou a maneira com essas operárias são percebidas até o nosso período. Perfis e estereotipação que apontam uma perspectiva de luta que os movimentos feministas pretendiam para as operárias.

Quanto ao movimento feminista, a partir da década de 1970 surgiu um grande número de pesquisas e produções científicas sobre operárias metalúrgicas que foram produzidas por intelectuais do movimento feminista³⁰ e de outras mulheres, que não só tinham por intuito analisar as lutas empreendidas pelas trabalhadoras, mas também desenvolverem trabalhos de militância política junto a um grupo de mulheres engajadas, no sentido de chamar a atenção para questões referentes à mulher, a partir de uma perspectiva feminista, incorporando, assim, algumas dimensões dessas lutas das operárias metalúrgicas, e sendo integradas algumas dimensões dessas lutas feministas não apenas por algumas operárias, mas também por alguns dirigentes do movimento de trabalhadores da categoria.

Incorporações e experiências que não se conceberam de forma pacífica e sem disputas,³¹ como se podem evidenciar, por exemplo, nas discussões desenvolvidas entre o Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo e movimentos feministas, pela questão da criação dos departamentos femininos³² (DP's) entre os anos de 1979 e 1981³³. Mas que

³⁰ É importante ressaltar a pluralidade do movimento feminista no Brasil, que ao longo da década de 1970 e 1980, apresentou várias tendências, abrangendo desde a aproximação dos movimentos de esquerda e marxista (que defendia a ideia de emancipação feminina junto à emancipação da classe trabalhadora a partir da revolução socialista), e os grupos ligados ao movimento “libertário” que refletiam e discutiam a emancipação feminina separadamente das questões da classe.

³¹ No *II Congresso da Mulher Paulista*, por exemplo, a *Folha de São Paulo* de 11/03/1980, noticiou que a palavra havia sido negada a uma militante do Movimento Sindical de São Paulo (da situação).

³² As questões referentes à criação dos Departamentos Femininos (DP) no Sindicato Metalúrgico de São Bernardo e Diadema serão esclarecidas nas páginas seguintes, no segundo item deste capítulo.

³³ Esta data refere-se aos anos em que a questão dos Departamentos femininos foi mais discutida nos jornais e revistas feministas. Nesse sentido, esta questão começa a ser discutida, logo após a realização do *I Congresso da Mulher Metalúrgica* realizado em janeiro de 1978, pelo Sindicato da categoria em São Bernardo do Campo. A partir das resoluções deste congresso que contou com 300 operárias da categoria, e que teve participação de várias mulheres do movimento feminista, principalmente das ligadas ao *Jornal Brasil Mulher* (citado por alguns de nossos entrevistados), chegou-se à conclusão de que o Departamento Feminino: “Essa seria realmente uma conquista efetiva se for garantida a democracia na sua direção, se for utilizado como instrumento de ampliação da organização das mulheres para a luta na categoria e de seus problemas específicos” (*Brasil Mulher*, setembro de 1979, nº 16, p. 7).

evidenciou ao longo desse processo, disputas por sujeitos, espaços de lutas e memória sobre esses personagens.

Neste sentido, no trecho transcrito no início deste capítulo, a socióloga Elizabeth Souza Lobo³⁴, ao falar dos objetivos, perspectivas e obstáculos enfrentados pelos movimentos feministas no início da década de 1980, indica os problemas e as lutas enfrentadas pela classe trabalhadora como dimensão a ser considerada e refletida para a construção das práticas do movimento feminista. Desta forma, havia uma articulação entre o projeto político de alguns seguimentos do movimento feminista e elementos presentes no movimento da classe trabalhadora, com o intuito de superar as opressões e discriminações geradas pela divisão sexual do trabalho, compreendidos como historicamente constituídas.

Essa reflexão das dimensões de classe para a construção de um movimento social de mulheres tornou-se característica do movimento feminista brasileiro em meados da década de 70, a partir da volta para o Brasil de um grande número de intelectuais e militantes de movimentos políticos de esquerda que viviam no exílio desde o início da década de 1970, principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

Segundo Cynthia Andersen Sarti³⁵, essas exiladas políticas não traziam apenas em sua bagagem uma experiência política anterior, mas também a influência de um movimento feminista atuante, pelo menos na Europa. Além de uma experiência de vida no exterior, onde existe uma organização do trabalho doméstico distinta dos padrões patriarcais da sociedade brasileira que, mais tarde, veio repercutir tanto em suas vidas pessoais como na atuação política. Isso influenciou na forma como essas intelectuais pautaram os problemas vivenciados pela mulher brasileira, como se percebe nas pesquisas, bibliografia, jornais e revistas produzidas por estes movimentos consultados ao longo desta pesquisa.

Ao serem anistiadas, segundo Elizabeth Cardoso³⁶, esse grupo de recém-convertidas ao feminismo, originárias dos movimentos políticos que priorizavam a luta de classes,

³⁴ A socióloga Elizabeth Souza Lobo, esteve exilada entre os anos de 1970 e 1979, no Chile e por fim em Paris (logo após o golpe contra o Governo de Allende) por ter participado de atividades ligadas a movimentos de esquerda durante o período da Ditadura Militar. Em Paris, passou a participar do *Círculo de Mulheres em Paris*, que aglutinou várias brasileiras, que exiladas na Europa, passaram a conviver com um movimento feminista forte e atuante tanto na França como na Itália (onde o feminismo aliou-se ao movimento sindical gerando um feminismo de massas, que serviu de base para a reflexão e projeção do movimento feminista sobre o movimento operário no Brasil), que as permitiu refletir as questões referentes à classe, a partir de uma perspectiva feminista. Durante seu exílio, Beth Lobo contribuiu com a discussão do movimento feminista no Brasil, sendo que esta consta como colaboradora do jornal *Brasil Mulher*, uma das principais publicações do movimento feminista do fim da década de 70 e início dos 80.

³⁵ SARTI, Cynthia Andersen “O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória” in *Revista Estudo Feministas*, Florianópolis, 12(2) 260: maio/agosto de 2004.

³⁶ CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa Feminista brasileira pós-1974* dissertação de mestrado de Ciências da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2004.

encontraram nas reivindicações das mulheres³⁷ creches, melhores condições de trabalho e vida e uma possibilidade de mobilizar as mulheres da classe trabalhadora. E nesse sentido, passaram a combinar em seus discursos a crítica ao machismo e aos papéis tradicionais atribuídos à mulher com ênfase na necessidade de uma transformação global da sociedade em direção à democracia e à reversão das desigualdades econômicas a partir da perspectiva que “o capital não cria a subordinação das mulheres, porém, as integra e as reforça”³⁸.

Essas intelectuais feministas ainda no exílio promoveram reflexões e debates, formando grupos e coletivos de mulheres exiladas, como por exemplo, o *Círculo de Mulheres em Paris*³⁹, que mantinha uma freqüente correspondência e diálogo com os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*⁴⁰, importantes canais de comunicação do movimento feminista brasileiro. Este permitiu que as mesmas não só trocassem experiências de vida, como também oferecessem elementos para construção dos primeiros movimentos feministas brasileiros num período pós-1975. Elementos que redimensionaram os espaços de luta, sujeitos e objetivos deste movimento em face ao ascendente movimento operário brasileiro, como também a inserção cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho, distribuídas nos diversos setores da economia.

É importante ressaltar que as militantes feministas ligadas a esses dois boletins eram:

“Majoritariamente oriundas da esquerda, muitas das quais com passagem pela experiência da militância clandestina, da prisão, da tortura e/ou do exílio (...) o Brasil Mulher já era sabidamente, nessa época, constituído por mulheres militantes do Partido Comunista do Brasil (Pc do B), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Quanto ao Círculo de Mulheres de Paris, cabe dizer que era formado por feministas de esquerda integrantes, em sua maioria, do Debate, dissidência política que surge no exílio agrupando ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido

³⁷ Nesse sentido, essas feministas não só incorporaram as reivindicações e lutas das operárias metalúrgicas, mas de outras categorias e ramos de serviço, como das trabalhadoras rurais, domésticas, estudantes, entre outras.

³⁸ LOBO, GITHAY, HUMPHREY, MOYSES “*Lutas Operárias e Lutas das Operárias em São Bernardo do Campo*” in *A classe operária tem dois sexos, trabalho, dominação e resistência.*, São Paulo: Editora Brasiliense 1991.

³⁹ Segundo Natália de Souza Bastos, para muitas militantes de esquerda os primeiros contatos com o movimento feminista e seus debates aconteceram no exílio, destacando-se a atuação do grupo feminista estruturado em Paris por exiladas brasileiras, o *Círculo de Mulheres Brasileiras (1976-1979)*. Ao chegarem à Europa, essas mulheres se depararam com um expressivo movimento social que mobilizava milhares de mulheres que saíam às ruas empunhando bandeiras, questionando valores e discutindo nos bares, nas esquinas, universidades e mesas de jantar as questões específicas referentes à situação das mulheres, como violência, condições de trabalho e sexualidade. Acompanhando toda a mobilização feminista neste período, um grupo de mulheres ligadas ou próximas às organizações de esquerda rompe com a idéia de que o fim da opressão à mulher viria com o socialismo, e estruturam um grupo em que a temática central era a especificidade da luta feminista.”

⁴⁰ Em 1968, o *Jornal Brasil Mulher* já contava com uma sessão de colaboradoras em Paris, que continha em sua colaboração sociólogas, Elizabeth Souza Lobo e Lena Lavinas, que depois de retornarem ao Brasil, desenvolveram importantes trabalhos referentes à mulher da classe trabalhadora.

Comunista Brasileiro (PCB) e mulheres autônomas. Ao voltar ao Brasil, esse segmento lança o Nós Mulheres (...) em meados de 1976, bem antes da Anistia, vinham decididas a editar um jornal feminista, de oposição, e que veiculasse as lutas sociais das mulheres. Preferiram garantir sua 'autonomia', fundando um jornal próprio, o Nós Mulheres, a se integrar no já existente Brasil Mulher, reproduzindo, desse modo, a heterodoxia tão presente nas organizações de esquerda”⁴¹.

Evidências apontadas por R.S. Cruz Leite, indicam que essas militantes advindas de diversos grupos políticos de esquerda, passaram a fazer parte não apenas de movimentos feministas, mas também a interagir com vários outros movimentos sociais (devido a esta dupla militância), onde desenvolveram uma série de atividades, reflexões e pesquisas científicas que tiveram como principal foco as questões referentes à mulher da classe trabalhadora.

Este segmento feminista, composto por mulheres com aspirações marxistas, ao olharem para as operárias metalúrgicas e os problemas vivenciados em suas experiências cotidianas de trabalho e de luta, estruturou discursos e perfis sobre trabalhadoras que perpassavam as premissas teóricas do movimento feminista. Tais atitudes e protestos se traduziram em artigos, revistas, pesquisas e atividades desenvolvidas junto aos movimentos sociais de bairros, ligados à Igreja e mesmo ao movimento dos trabalhadores nos sindicatos que, no período, se caracterizaram por aproximarem-se da base trabalhadora, como é o caso dos Sindicatos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Contagem (MG), Osasco (SP), Santo André (SP)⁴² e nas oposições sindicais como o Movimento de Oposição Sindical de São Paulo⁴³ (entre as oposições de outras cidades como Osasco). Evidência que pode ser

⁴¹ LEITE, Rosalina de Santa Cruz “*Brasil Mulher e Nós Mulheres: origem da imprensa feminina brasileira*” in Rev. Estudos Feministas vol.11 n°.1 Florianópolis: Jan./Jun. 2003.

⁴² É importante ressaltar que não só os sindicatos metalúrgicos sofreram influência do movimento feminista, mas outras categorias como das trabalhadoras químicas, bancários, empregados domésticos, trabalhadores rurais entre outros, também foram objeto de estudo de cientistas sociais feministas. Neste sentido, ao consultar os jornais de produção bibliográfica produzidos por intelectuais femininas referente às mulheres trabalhadoras, por diversas vezes “esbarramos” em entrevistas, panfletos, artigos, vídeos, reportagens e resoluções de eventos que indicavam uma aproximação entre movimentos feminista e de mulheres e movimento de trabalhadores metalúrgicos, químicos, bancários, empregados domésticos, professores e principalmente trabalhadores rurais de todas as regiões do Brasil. Assim, podemos evidenciar que a troca de informações e práticas entre movimento de trabalhadores e feminista, não foi um caso isolado ao Estado de São Paulo e aos movimentos sindicais metalúrgico de S. Bernardo e o MOSP, mas foi uma tendência perceptível nos movimentos sindicais, onde suas diretorias em suas práticas aspiraram aproximar-se da base trabalhadora, e neste sentido, perceberam que as mulheres eram um significativo contingente que deveria ter suas questões específicas discutidas pelo movimento.

⁴³ Neste sentido, é importante indicar que o MOSP era composto por vários grupos, com tendências e expectativas diferenciadas. Como citou STAN, um de nossos entrevistados, em um artigo publicado pelo CEPE que reuniu depoimentos e artigos de ex-militantes da Oposição: “*Várias organizações políticas atuaram na Oposição através de seus militantes e todas em comum o fato de virem de uma origem não reformista. Essa designação era dada, na época, às organizações marxistas que não se perfilavam na tradição da Terceira Internacional, representada pelo PCB, PC do B e MR-8 (...) Fora do campo marxista, uma forte influência foi*

averiguada no imenso número de matérias veiculadas nos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* referindo-se a MOSP, ao Sindicato Metalúrgico de SBC (entre outros movimentos de trabalhadores). Matérias onde se pautam as lutas desenvolvidas por esses movimentos, no sentido de superar a opressão da classe trabalhadora no contexto da Ditadura Militar, que atendia aos interesses de alguns segmentos da elite industrial brasileira.

É importante ressaltar que ao nos referirmos à produção científica feminista produzida sobre operárias metalúrgicas, temos por base um segmento de intelectuais feministas, que desempenhavam militância política de esquerda anterior à militância nos movimentos feminista e, por isso, realizou reflexões em torno das questões referentes à mulher da classe trabalhadora. No entanto, temos de apontar a multiplicidade de tendências políticas neste movimento que resultou em um “racha” do movimento feminista brasileiro em meados da década de 80. Alguns segmentos optaram por continuar discutindo as questões referentes à mulher e à classe, e outro grupo preferiu manter suas discussões no âmbito das ações afirmativas pela libertação feminina. Assim, ao referirmo-nos ao movimento feminista brasileiro da década de 1970, analisamos o mesmo sempre no plural, por se tratar de vários movimentos que tinham diferentes projetos políticos, objetivos e perspectivas quanto à luta a ser desenvolvida pelo feminismo no Brasil.

No que se refere às práticas dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil, surgiram, em meados da década de 1970 e início dos anos 80, os primeiros trabalhos científicos que pretendiam refletir a relação da mulher da classe trabalhadora brasileira com o sistema capitalista⁴⁴. As referidas pesquisas tinham intenção de analisar o novo quadro que se formara ao longo da década de 1970 com a entrada de um grande número de mulheres no mercado brasileiro, e a inserção da força de trabalho feminina em setores de ponta que passavam por uma transformação no processo de produção devido ao desenvolvimento das tecnologias de produção, além de produzir elementos científicos que auxiliassem na formulação de um quadro crítico e da estruturação dos objetivos, perspectivas, e reivindicações do movimento feminista do período.

Magda Neves considera que as primeiras pesquisas realizadas em torno da temática “*Mulher e trabalho*”, se caracterizaram por trazer elementos que permitiam a compreensão da

*trazida pelos militantes vindos das pastorais sociais da Igreja (JOC, Ação Católica Operária, Pastoral operária e CEB's). No campo da esquerda marxista organizada, fora da tradição reformista, se destaca a presença da Ação Popular (hegemônica até 1971, o POC e a POLOP 9 com uma forte influência a partir de 1972 e durante toda década de 1970), MR-8 (entre 1973 e 1977), grupos trotskistas (entre esses os posadistas, o Grupo 1º de maio, a Libelu). Durante toda a vida da Oposição, sempre houve a presença de alguns militantes do PCB (na sua variedade sub-grupos)”. Stan, “A esquerda e a Oposição” in *Revés do Averso: A história da Oposição. Revista do CEPE, São Paulo/SP, Abril/ Maio de 2006.**

⁴⁴ SAFFIOTI (1969/ 1978), BLAY (1981), PENA (1981).

força de trabalho feminina como exército de reserva⁴⁵, na perspectiva marxista; e o das abordagens como industrialização, desenvolvimento e modernização, na perspectiva mais positivista⁴⁶.

A partir da leitura desses trabalhos⁴⁷, percebemos que as pesquisadoras buscaram seus referenciais teóricos nas produções acadêmicas de feministas estadunidenses e européias, como é o caso da Juliet Mitchell e Kate Millet, que haviam realizado importantes discussões em torno da compreensão das questões referentes às relações de gênero,⁴⁸ na década de 1960. Segundo Alvez & Pitanguy⁴⁹, estas duas autoras contribuíram para a formulação de uma teoria feminista contemporânea. E neste sentido, consideramos que as pesquisadoras permitiram a construção de um modelo de análise que discute as relações de gênero em temporalidades e territorialidades diferentes.

Assim, de acordo Neves⁵⁰, Kate Millet produziu um modelo de análise onde o sistema patriarcal é compreendido como um sistema universal de dominação prevalecente em todas as culturas, e que penetra as religiões, leis, costumes de todas as civilizações, propondo-se a fazer uma análise política das relações entre os sexos, que abordava aspectos ideológicos, biológicos, sociológicos, econômicos, antropológicos e psicológicos da condição da mulher nas sociedades patriarcalistas.

Para Alvez & Pitanguy⁵¹, Juliet Mitchells, por sua vez, buscou formular uma teoria que permitia compreender tanto os aspectos gerais da discriminação feminina, quanto a sua especificidade nas diferentes classes sociais - perspectiva presente na produção científica do

⁴⁵ Segundo Anita Brumer, a teoria marxista “*distingue três tipos de exército industrial de reserva. O primeiro constituído por desempregados em fluxo entre empregos (forma “líquida”); o segundo formado pela superpopulação relativa do campo (forma “latente”) à espera de circunstâncias favoráveis para transferir-se ao proletariado urbano ou industrial; o terceiro (forma “estagnada”), constituído por parte do exército ativo de trabalhadores, com ocupação regular, por subempregados ou por pessoas ocupadas no serviço doméstico*”. Desta forma, segundo a mesma, quando se considera o exército industrial de reserva, embora não sejam o único grupo a fazer parte dele, as mulheres aparecem como candidatas preferenciais ao mesmo, principalmente na sua forma “estagnada”, devido à facilidade com que se inserem (ou são levadas a se inserir) e abandonam (ou são levadas a abandonar) o mercado de trabalho. Acessado em : www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_08/rbcs08_02.htm - 116k -

⁴⁶ LOBO, Elizabeth Souza apud NEVES, Magda Trabalho e Cidadania: As Trabalhadoras de Contagem Editora Vozes, Petrópolis, 1995.

⁴⁷ VER: FERRANTE, Vera Lucia *A situação legal e real da mulher trabalhadora no campo*, Perspectiva, p. 97 – 114, São Paulo, 1982; SAFFIOTI, H. I. B. “*Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras*”. Perspectiva, 8: 95-141, São Paulo, 1985; FERRANTE, Vera Lúcia SAFFIOTI, H. I. B. “*A Mulher e as contradições do capitalismo agrário*” in Perspectiva, p.67-75, São Paulo, 1983; LOBO, Elizabeth “*A questão da mulher na reprodução do trabalho*” Perspectiva, 43-47, São Paulo, 1981; SAFFIOTI, H. I. B. “*O trabalho da Mulher no Brasil*”, Perspectiva, p. 115-135, São Paulo, 1982.

⁴⁸ As relações de gênero são entendidas neste trabalho como uma relação social, uma construção social (e não biológica como é apontada por algumas tendências do feminismo) que se dá a partir das relações de classe, sendo assim forjadas historicamente no constituir das classes sociais. Nesse sentido, temos por preocupação entender essas relações a partir de uma perspectiva que percebe a relações sociais em constante processo de transformação.

⁴⁹ ALVES, Branca M. & PITANGUY, Jacqueline O que é feminismo, Abril Cultura/Brasiliense, São Paulo, 1985.

⁵⁰ NEVEZ, Magda “*Trabalho e Cidadania: As Trabalhadoras de Contagem*.” Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

⁵¹ Idem .

movimento feminista ao longo das décadas de 1970 e 1980, no Brasil. A partir dessa premissa, a autora considera que a libertação feminina se daria com base em quatro níveis que caracterizam a discriminação das mulheres na sociedade de classes: as esferas da produção, de reprodução, da sexualidade e da educação. A análise de Mitchells aponta para as questões referentes à divisão sexual do trabalho, elemento que pautou as pesquisas elaboradas no final da década de 1970 e início dos anos 80, e de certa forma, deu rumo para a formulação das práticas do movimento feminista brasileiro neste período.

Nos estudos produzidos por Heleith Saffioti, podemos notar uma evidente contribuição da autora para elaboração de pesquisas que pretendiam discutir a inserção da mão-de-obra feminina no mercado brasileiro, sendo que esta percebe uma simbiose entre capitalismo e patriarcalismo nas relações de produção. Assim, Saffioti analisa que:

*“A dominação de classe, caracteristicamente uma relação vertical, é atravessada pela subordinação de um sexo ao outro (...). Disto, decorre que o capitalismo não pode ser pensado exclusivamente através da lógica do capital, ignorando-se a outra face, ou seja, o patriarcalismo”.*⁵²

Esta discussão elaborada por Michell e Millet na década 60, foi aprofundada por Kergoat no final da década de 1970 e passou a influenciar na bibliografia feminista brasileira. Assim sendo, Magda Neves pondera que ao estudar o processo de trabalho de homens e mulheres operárias, a pesquisadora percebeu uma dupla articulação entre produção/reprodução das relações sociais de classe e gênero. Nestes termos, a autora afirma haver uma impossibilidade de se pensar as atividades familiares da mulher como explicação de sua segregação no mundo do trabalho, superando, assim, o conceito de divisão sexual do trabalho como elemento fundamental para compreensão das relações de gênero nos locais de produção capitalista⁵³.

Os trabalhos científicos elaborados em meados da década de 1980 refletiram as questões referentes às operárias engajadas nos movimentos de trabalhadores a partir desta nova formulação que percebia as relações de gênero travadas no interior das fábricas, para além da universalização do conceito de divisão sexual do trabalho (presentes nos primeiros trabalhos referentes ao trabalho feminino no Brasil).

Trabalhos como o de GITAHY, HUNPHREY, LOBO, LEITE, HIRATA entre outros, superaram as barreiras estabelecidas pelo primeiro momento das produções científicas que partiram da percepção do trabalho feminino em termos de “exército de reserva”, e da

⁵² SAFFIOTI, H. I. B. “A Mulher e as contradições do capitalismo agrário” in Perspectiva, p.67-75.

⁵³ NEVES, Magda Trabalho e Cidadania: As Trabalhadoras de Contagem Editora Vozes, Petrópolis, 1995.

percepção de similaridades e disparidades do trabalho feminino e masculino nas linhas de produção, além da compreensão de processo histórico na constituição das relações de sociais, buscando referenciais na produção historiográfica da nova esquerda inglesa. No entanto, mantiveram o patriarcalismo como elemento mediador das relações estabelecidas entre homens e mulheres, tanto nos ambientes de produção de capital, como nos locais de organização da classe trabalhadora. O que nos evidencia que as pesquisadoras, em sua maioria, pensaram nas lutas das operárias metalúrgicas restringindo-as ao movimento organizado, não dando visibilidade as outras estratégias de luta e resistência, afeta as relações e experiências sociais que são compreendidas como relações de solidariedade feminina em face ao machismo enraizado na cultura patriarcal brasileira.

Com isso, as pesquisas se caracterizam por fazer uma crítica aos movimentos de trabalhadores metalúrgicos pelo fato de suas lideranças serem ocupadas em sua maioria por homens. Assim sendo, as questões específicas das mulheres (como a luta por creches, equiparação salarial, contra a dispensa das mulheres grávidas, entre outras) estarem excluídas da agenda de lutas gerais do movimento sindical metalúrgico.

Essa perspectiva tem sua gênese em pesquisas como a de Rosalina de Santa Cruz Leite⁵⁴, que ao analisar as relações de trabalho e luta de um grupo de operárias metalúrgicas da cidade de São Paulo⁵⁵ ligadas ao movimento sindical, apreende suas experiências de luta e trabalho a partir da “*mística feminina*”⁵⁶, entendida pela autora como a estereotipação do feminino criada historicamente e internalizada culturalmente pela sociedade e pelas próprias mulheres. Isto seria responsável por designar papéis e espaços específicos ocupados por homens e mulheres nas relações sociais, onde as práticas femininas estariam restringidas aos espaços privados do lar, enquanto as práticas masculinas se realizariam nos espaços públicos. Ainda nesta ótica, a reprodução desta estereotipação nas relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres no movimento organizado de trabalhadores, impedia que as operárias participassem das lutas empreendidas e as suas questões específicas não fossem reconhecidas como lutas gerais da categoria.

Assim, se por alguns momentos esses pesquisadores perceberam o movimento operário sindical de SBC e MOSP como “*centro de renovação do movimento operário no*

⁵⁴ Esta pesquisadora fazia parte do conselho editorial do Boletim *Brasil Mulher* onde publicou várias matérias e artigos referentes às lutas desenvolvidas pelas operárias metalúrgicas de São Bernardo do Campo e da Oposição Sindical de São Paulo.

⁵⁵ Em sua dissertação de mestrado “A operária Metalúrgica”, Leite indica que as operárias que cederam entrevistas para elaboração de sua pesquisa eram militantes e lideranças do movimento operário sindical em São Paulo e São Bernardo do Campo e, portanto, partilhavam de uma maior consciência política.

⁵⁶ O conceito de “*Mística feminina*” foi utilizado anteriormente pela feminista norte-americana Beth Friedan.

Brasil”⁵⁷ por travar importantes lutas no sentido de “*conseguir uma sociedade mais justa*”⁵⁸, eles apontaram por outro lado, para reprodução de práticas conservadoras ao tratarem dos problemas específicos da operária metalúrgica, que segundo eles, eram relegados como pautas secundárias a do movimento sindical/operário, o que teria contribuído para os baixos índices de sindicalização feminina nos sindicatos da categoria.

Assim, Pena, Humphrey, Lobo, Moises, Gitahy, Cappelin apontam para transformações⁵⁹ neste quadro a partir do desenvolvimento tanto do movimento sindical/operário e de um forte movimento de mulheres e feminista⁶⁰, que depois de uma troca de experiências, afirmam haver no período uma incorporação de lutas e discussões referentes à opressão e discriminação feminina, principalmente a partir de 1978⁶¹, quando passaram a ter maior visibilidade nos movimentos sociais. Ou seja, as lutas femininas foram reconhecidas⁶² por este grupo de cientistas sociais, depois que elas passaram a ser discutidas e debatidas pelas mulheres nos movimentos de trabalhadores organizados, não se levando em conta suas lutas cotidianas, desenvolvidas em outros espaços, como por exemplo, nas pequenas ações do dia-a-dia de trabalho, como recorda Baixinha, “*a gente sofria muito, mas conseguia... né? Uma coisinha aqui, uma coisinha ali*”⁶³, ou ainda nas horas de lazer e locais fora das indústrias que serviam para reunir as trabalhadoras, na qual a ex-operária metalúrgica Nádia,

⁵⁷ Este termo é utilizado pelos autores para se designar ao Novo Sindicalismo empreendido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em artigo publicado no livro *O sexo do Trabalho*, cujos autores ao tomarem a questão do sindicalismo desenvolvido em São Bernardo do Campo, caracteriza este como sendo o centro de renovação do movimento operário brasileiro, por ter empreendido lutas e práticas a partir de 1977 (pela obtenção de aumentos salariais, apresentação de novas pautas que discutiam a intensidade e natureza das formas de dominação e exploração às quais estavam submetidos, e denuncia contra o caráter de dependência da estrutura sindical em face ao Estado) que significaram a ruptura com o tradicional sindicalismo populista, baseado no controle do sindicato pelo Ministério do trabalho desde 1930, e ao sindicalismo amarelo.

⁵⁸ *Jornal Brasil Mulher* artigo “*A Luta na Oposição*”, página 13, nº 14 de fevereiro de 1978.

⁵⁹ Estes pesquisadores percebem o avanço das lutas das operárias metalúrgicas dentro do processo de formação dos movimentos feministas e dos movimentos sociais de mulheres no período, em acordo com o processo de construção do movimento metalúrgico.

⁶⁰ Ao se tratar do surgimento e desenvolvimento de movimentos de mulheres e do movimento feminista na década de 1970 e 1980, a pesquisadora explica estes dois movimentos como sendo um mesmo movimento, não fazendo uma divisão entre o projeto político empreendido por um e outro. É importante ressaltar que diante das diferenças encontradas entre movimento feminista e de mulheres, estes dois movimentos, no final da década de 70 e início dos 80, se colocam mais claramente como movimentos separados. Lembrando que não podemos esquecer que movimento feminista se constitui como um movimento de características “libertárias”, emancipatório da condição feminina, e o movimento de mulheres não parte necessariamente desse referencial, constituindo-se de grupos de mães, de mulheres religiosas, trabalhadoras ou moradores de bairros que se organizavam para reivindicar pautas que condiziam com os problemas cotidianos quanto à classe. Como exemplo, temos a reivindicação por creches (como é o caso do grupo de mães da Zona Leste de São Paulo), por melhores condições de moradia, até mesmo por pautas políticas, como é o caso do movimento de mulheres pela anistia liderada por Terezinha Zerbini.

⁶¹ Este ano é referenciado pela autora por ter ocorrido nos dias 21 e 28 de janeiro de o I Congresso da Mulher Operária realizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Após este congresso, várias outras categorias como as químicas, também tiveram seus congressos.

⁶² PENA (1978) indica que as mulheres operárias passaram a atuar como sujeitos sociais nos movimentos de trabalhadores apenas a partir da década de 1970, quando estas e suas lutas passaram ter maior visibilidade dentro das lutas da classe.

⁶³ Entrevista cedida pela Baixinha no dia de 2007 em São Bernardo do Campo/SP.

44 anos, mãe de 1 filha, professora de Geografia da rede pública de ensino em São Paulo, ex-militante do MOSP⁶⁴ e da Convergência Socialista, nos indica que:

*“Olha lembro das meninas com quem eu saía na fábrica; a gente saía muito, bebia muito. Nossa! (...) É verdade, porque o pessoal bebia demais. I assim gente num via a hora de tê um aniversário pra podê comemorá. E toda sexta-feira a gente ia bebe, a gente bebia cerveja na época, eu tinha até parado cum... de estudá, depois eu voltei a estudá, às vezes eu faltava por causa deles, e a gente ficava nos bares até meia noite as vezes! E bebendo...”*⁶⁵

Sendo assim, LOBO pondera que os movimentos populares de mulheres, correntes feministas e movimento sindical teriam *“se encontrado face a face, mas em posição de interlocutores, permitindo pela sua interação a emergência de uma nova discussão sobre a classe operária no feminino”*⁶⁶. Tal situação possibilitou a abertura de espaços de discussão sobre as questões referentes à opressão e discriminação feminina nos sindicatos e movimentos operários, e assim, essas intelectuais apontam para a disputa de espaços dentro do sindicato para as discussões feministas.

Segundo Neves⁶⁷, esta aproximação entre feminismo e sindicalismo foi discutida ainda pela socióloga Paola Cappelin em 1989, ao estudar o sindicalismo no Nordeste, que diz:

*“Que as mulheres enriquecidas pelas experiências ocorridas no interior do movimento sindical e pela ideologia feminista conseguiram introduzir a temática de luta contra a discriminação das mulheres no interior das organizações sindicais”*⁶⁸.

Ao discutirem a aproximação entre feminismo e sindicalismo, Lobo (1987) e Cappelin (1989) indicam para a formulação de um sindicalismo feminista ou feminismo de massa no Brasil, em comparação ao caso ocorrido na Itália na década de 70.

Podemos evidenciar que nestes trabalhos, as questões referentes à operária metalúrgica engajada são compreendidas a partir dos modelos, perfis e perspectivas dos movimentos feministas quanto às lutas que deveriam ser empreendidas por essas trabalhadoras. Estes, em

⁶⁴ Em 1989, Nádia encabeçou a chapa da Oposição Sindical para as eleições do Sindicato Metalúrgico da cidade de São Paulo. Ela foi a primeira mulher a concorrer ao cargo de vice-presidente em uma chapa, como ela aponta *“Era uma estratégia te uma mulher na chapa (...) Porque tem mulheres na categoria e eu acho que tem uma coisa de você... ter mulher na categoria e cria uma coisa de certa empatia né? Assim, na categoria você tê uma chapa, você tê mulher, falando pra mulher, você é numa fábrica né? Acho qui... é uma coisa forte”*. (entrevista realizada no dia 16 de dezembro de 2006, em São Paulo).

⁶⁵ Entrevista cedida por Nádia Aparecida Lopes de Camargo, no dia 16 de novembro de 2006 em São Paulo/SP.

⁶⁶ LOBO apud NEVES 1995, p.261.

⁶⁷ NEVES, Magda *“Trabalho e Cidadania: As Trabalhadoras de Contagem”*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

⁶⁸ CAPELLIN apud NEVES 1995, p.260.

sua maioria, não partiram das experiências concretas destas operárias, mas de um exemplo presente nos movimentos feministas de massas empreendidos principalmente na Europa, que serviu de referencial para a construção de um projeto político do movimento de mulheres trabalhadoras no Brasil.

Assim, as lutas das operárias metalúrgicas foram interpretadas como dimensões das lutas dos movimentos feministas e de mulheres. Neste sentido, entende-se que é o encontro entre esses movimentos que permitiu que as questões referentes à mulher operária fossem discutidas pelos movimentos operário/sindical ao longo das décadas de 1970 e dos anos 80, situando-se como porta-voz das lutas “invisíveis” ⁶⁹ das operárias das linhas de produção metalúrgica, constituindo-se assim, memória sobre operárias metalúrgicas e suas lutas.

Este primeiro conjunto de trabalhos desenvolvidos sob a ótica da construção dos movimentos feministas brasileiros, traz uma característica comum. Ao abordar as operárias engajadas na luta da classe trabalhadora, estes as perceberam centralmente como sujeitos históricos, embora tenham refletido sobre suas experiências de lutas a partir dos movimentos organizados, e por vezes considerando o “movimento de mulheres e feminista” como um mesmo movimento, sem levar em consideração as disparidades entre as perspectivas de um e outro movimento. Nessas obras, percebe-se ainda que o espaço sindical não é valorizado como um significativo espaço de lutas das operárias, por ser visto como um espaço marcadamente masculino que discrimina e exclui o feminino de seu discurso. O que indica a importância de se organizar e formular novos espaços de discussão e lutas voltados para a participação das trabalhadoras. Trabalho que caberia ao movimento social de mulheres não só formular, mas também lutar por eles tanto nos movimentos de trabalhadores quanto nos partidos políticos. O que nos evidencia que esses autores tinham como preocupação não apenas em analisar as questões referentes às mulheres, mas as percebia dentro de um quadro de construção dessas lutas e de novos espaços de organização das mulheres da classe trabalhadora.

A participação das mulheres nas instituições de classe e partidos políticos aparece como algo novo, que surge no desenrolar dos movimentos sociais e assim, necessitava ser discutido e refletido pelo movimento de mulheres e feministas, como podemos ver no trecho abaixo publicado no jornal *Nós Mulheres* de 1978:

⁶⁹ Este termo é utilizado pela socióloga Elizabeth Souza Lobo, para referir-se às lutas experimentadas pelas operárias metalúrgicas no fim da década de 1970.

“Que o movimento de mulheres deve ser autônomo, assim como o movimento sindical dos trabalhadores, assim como o movimento estudantil etc., é uma idéia em torno da qual parece haver um consenso. Mas a forma das mulheres se organizarem, também enquanto mulheres, e levarem adiante a luta por suas reivindicações específicas dentro dos partidos e sindicatos, merece um debate mais aprofundado, já que só agora começa a ser discutida.”⁷⁰

A discussão sobre a inserção da mulher nos espaços sindicatos e partidos políticos é apontada como algo em construção, no qual havia a preocupação de organizar as mulheres e permitir que a discussão e participação feminina ocupasse novos espaços nos diferentes locais de lutas, no qual se forjavam os diversos movimentos sociais.

Com isso, surgiram casos como o da ex-operária Maria Mendes que teve contato no final da década de 70 com os intelectuais dos movimentos feministas⁷¹, e, a partir disso, passou a freqüentar reuniões e grupos de discussão feministas e a levar a “bandeira” de luta do movimento para os espaços de luta operário/sindical no período em que foi dirigente da Comissão de Mulheres na CUT. Continua a desenvolver militância no Centro de Referência da Saúde do trabalhador em Diadema, onde cuida de questões referentes à saúde da mulher trabalhadora e na ONG de cunho feminista da região, em que presta serviços às mulheres que sofrem com a violência doméstica. Esta ex-operária, ao lembrar suas experiências de luta ao longo do período em que foi uma operária, nos indica que:

“O movimento feminista foi muito importante. Foi não! Continua sendo! Mais naquele momento, ele teve uma, uma, uma importância fundamental, pra que as mulheres trabalhadoras percebeu, como diziam a nossa companheira Bete Lobo, a classe trabalhadora tinha dois sexos. Elas tiveram assim, elas assim, foi decisiva a participação delas, pra elas mostrá pra nós, qui a gente ali, mesmo sendo acolhida, mesmo os metalúrgico que tinha uma catego, que tinha uma diretoria extremamente acolhedora, extremamente, atuante, combativa que defendia os direito dos trabalhadores, si dispuseram a í preso, a sê caçado, etc, etc, mais continuava, tinha, naquele bojo tinha discriminação do sexo. Que as mulheres não tinha igualdade mesmo ali naquele espaço, as mulheres não tinha a igualdade.”⁷²

⁷⁰ Jornal Nós Mulheres, 1978.

⁷¹ Contato que foi estimulado pela diretoria do sindicato metalúrgico de São Bernardo do Campo, onde a Maria lembrou-se que “*Mané vivia levano eu pra fala com essas mulé!*”, e a partir deste contato estabelecido inicialmente durante a realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica de 1978, sendo que no final da década de 70, Dona Maria contribuiu para a realização de uma pesquisa “*d’uma moça do movimento feminista que chego até a escreve um livro*”, publicado em 1981 sob o título “*Vida de Mulher*”.

⁷² Entrevista realizada com a ex-operária Maria Mendes, em Diadema, na Agência de Saúde do Trabalhador, no dia 15 de novembro de 2006, em Diadema/SP.

Tais fatos justificam que não se trata apenas da influência do feminismo como movimento nesta época; as mulheres trabalhadoras estavam enfrentando problemas no dia-a-dia e em alguns momentos, sob certos aspectos, se cruzam com o movimento feminista. Não havia apenas um movimento que ia de encontro às mulheres no intuito de inseri-las nos movimentos sociais, mas também existiam pressões de seu tempo que levavam as operárias a se inserirem nas lutas sociais, se organizarem e buscarem alternativas para a solução dos problemas presentes no seu dia-a-dia e, desta forma, acabaram por incorporar novas dimensões às suas lutas.

Entretanto, é necessário lembrar que as operárias metalúrgicas não estavam livres dos problemas da classe, nem dos elementos políticos, econômicos e sociais do período, sendo que as questões de gênero e classe⁷³ foram enfrentadas conjuntamente no fazer-se das experiências cotidianas de trabalho e nas lutas conjuntas entre homens e mulheres.

Assim, ao apontar para as estratégias desenvolvidas nas experiências cotidianas, estes sujeitos sociais nos indicam para dimensões que ultrapassam as questões especificamente de mulheres e podem ser caracterizadas pela busca por alternativas para resolução de seus problemas. Tais dificuldades não eram apenas das operárias metalúrgicas, mas de todas as mulheres da classe trabalhadora, ou seja, uma dimensão das condições vivenciadas pela classe no período que estavam em processo de transformação no transcorrer das lutas sociais e das experiências cotidianas das trabalhadoras.

Desse modo, ao produzir entrevistas com ex-operárias metalúrgicas com certa militância sindical, podemos observar em suas narrativas um processo em construção, onde as perspectivas de luta se transformaram. No entanto, buscam elementos no passado para reafirmar sua identidade e lutas no presente. Esse fato nos permitiu pensar não apenas as lutas dessas ex-operárias nas décadas de 1970 e 1980, mas também as continuidades, descontinuidades e transformações do movimento de mulheres metalúrgicas até nossos dias, dando-nos dimensões sobre a construção e transformação dos processos de lutas destas personagens.

Assim, percebemos que diferentemente das estereotipações, perfis e modelos que as feministas construíram e forjaram sobre essas personagens, como sujeitos constituintes dos movimentos de trabalhadores e sociais, elas elaboraram estratégias próprias, que muitas vezes não condiziam com as perspectivas apontadas pelas próprias feministas. E na maioria dos casos, as ex-operárias não reconheceram os movimentos como porta voz, ou interlocutor de

⁷³ As questões de classe e gênero são entendidas neste trabalho, não como elementos que se encontram separados, mas como dimensões de uma mesma realidade.

suas lutas, como nos indica a ex-operária Nádia, que no final da década de 1980 foi operária metalúrgica em uma pequena fábrica em São Paulo e militante do MOSP no final da década de 1980:

“Gênero?... como hoje a gente tá vendo, hoje a questão do deficiente não existia, agora também tem isso, né? Assim como o DIEESE fez um trabalho de gênero fez um de raça também. Então eu acho assim, que a luta sindical, ela assim, ela começa em nível econômico e ela vai extrapolando todos os níveis. Ela vai avançando. E aí vai pintá a questão de gênero, entendeu? Depois, porque mesmo assim, quando a mulher vai lutá mesmo, ela vai lutá pelo quê? Por coisas concretas! Né? Creche! E num sei que. Pelo amor de Deus! Depois ela vai vendo essa coisa do assédio, por exemplo, assédio moral.”⁷⁴.

A questão de gênero é indicada por nossa entrevistada não como uma bandeira de lutas que redimensiona as perspectivas e práticas desta operária, mas é uma dimensão que surge no cerne das experiências desenvolvidas no dia-a-dia dessas trabalhadoras. E assim sendo, as questões referentes à mulher e seu cotidiano de trabalho se ligam intrinsecamente às suas experiências no forjar da classe operária nas relações de produção e reprodução das relações sociais. Ou seja, a falta de creches, as desigualdades salariais e as péssimas condições de trabalho não são uma especificidade de todas as mulheres (num sentido universal), mas sim um problema de todas as mulheres da classe trabalhadora. Evidência que nos permite redimensionar os significados de gênero e classe para as operárias, e a dimensão que este teve nas lutas empreendidas ao longo de suas trajetórias de luta, questão que discutiremos ao longo deste trabalho.

Com isso, as lutas e projetos políticos deste movimento feminista se transformaram no desenvolver das lutas dessas operárias, apontando para novas perspectivas e objetivos em face aos problemas que foram surgindo para elas e a classe trabalhadora, ao longo dos anos.

Dessa maneira, em meados da década de 90, podemos notar um segundo momento nesta produção científica. Mesmo tendo preservado algumas características dos trabalhos produzidos anteriormente, as pesquisas realizadas no período, partem de novos problemas e embates vivenciados pelos pesquisadores, que transparecem novas abordagens e preocupações políticas e sociais.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar o impacto que as pesquisas sofreram com a nova Constituição de 1988 e outras modificações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

⁷⁴ Nádia, entrevista realizada no dia 15 de dezembro de 2006, na cidade de São Paulo/SP.

promovidas em período anterior a este⁷⁵, que atribuiu e estabeleceu novas leis – que expressam o processo de lutas desenvolvidas nas décadas anteriores e a transformação deste processo, com novos objetivos, sentidos, espaço e sujeitos coletivos, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) e das Centrais Sindicais - sobre o trabalho feminino e toda classe trabalhadora.

No início dos anos 90, tivemos uma intensa discussão entre as centrais sindicais (CUT, CGT, Força Sindical, SDS) sobre a adoção de “cotas” mínimas e máximas a serem distribuídas entre homens e mulheres para ocupação de cargos nas diretorias sindicais. Este projeto teria como intuito garantir a participação feminina nos centros de decisão da classe trabalhadora, tornando-se assim as decisões mais democráticas, afirmando e garantindo a cidadania e os direitos de participação social às mulheres trabalhadoras⁷⁶. É importante ressaltar a importante participação dos grupos de feministas na luta por cotas, sendo que as mesmas se manifestaram favoráveis à lei, por compreender o estabelecimento de cotas mínimas como um caminho para a maior participação das mulheres na vida pública, seja no movimento operário como nos partidos políticos.

Em 1991, o Partido dos Trabalhadores foi o primeiro partido político a instituir o projeto de cotas que garantiu uma cota mínima de 30% e máxima de 70% a serem ocupados por qualquer sexo. Assim, a ex-operária Nice, que foi dirigente sindical entre 1987 e 1994, nos indicou que a adoção das cotas no PT foi um processo de conflitos e lutas vividos pelas operárias e dirigentes sindicais que defenderam a proposta, sofreram pressões dos colegas. Como a Nice nos contou:

“Naquele tempo nós tivemos que fazê uma briga pra aprová a cota, a cota de trinta por cento na direção do partido! I nós fomos humilhadas pelos companheiros da convenção, foi... então, iexistia e iexisti muito preconceito dus companherô”⁷⁷.

⁷⁵ Como por exemplo, a lei de liberação do trabalho noturno para mulheres. Uma cópia do anteprojeto apresentado em 1978, mas que devido ao conjunto de manifestações realizadas pelos sindicatos e movimento de mulheres e feminista acabou por ser engavetado até 1987, quando o Ministro do Trabalho Murilo Macedo apresentou à câmara o projeto para a modificação do artigo de 1943 da CLT que proibia o trabalho noturno para as mulheres.

⁷⁶ A adoção de cotas vinha de encontro a uma antiga mobilização das intelectuais feministas que tinham como principal bandeira de crítica aos sindicatos as poucas “cadeiras” ocupadas por mulheres dentro dos sindicatos e partidos políticos.

⁷⁷ Lenice Bezerra, entrevista realizada no dia 17 de novembro de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

Em 1993, diante de muita resistência, a CUT adota a política de cotas também⁷⁸. Processo que aponta para a abertura de novos espaços conseguidos através do avanço da participação e lutas femininas nas instituições de organização operária.

Assim, as pesquisas elaboradas neste período trazem grande preocupação quanto à busca pela cidadania plena pelos seus sujeitos sociais dentro do movimento operário, bem como uma prática democrática em sua direção. As pesquisas neste contexto apontam para a busca da participação feminina nas diretorias dos sindicatos em diferentes períodos e espaços como forma de perceber práticas democráticas, bem como medir o nível de integração e visibilidade das mulheres trabalhadoras no movimento⁷⁹.

Neste período, cabe ressaltar o desenvolvimento e a publicação de pesquisas realizadas sob encomenda das centrais sindicais e instituições de assistência à mulher, que teve como principal preocupação a investigação das formas em que a divisão sexual do trabalho se transformou e tomaram novas formas no período contemporâneo em face à globalização do mercado, das novas tecnologias de produção e da reorganização do processo de produção⁸⁰.

Estas pesquisas revelam uma preocupação constante das instituições de organização da classe operária em identificar quem são os sujeitos que compõem sua base e sua distribuição no mercado. Essa preocupação, que remonta tempos mais longínquos, esteve presente desde a formação das centrais sindicais no Brasil e da reorganização do movimento operário-sindical ao longo do período analisado.

Ao longo da década de 1970 e dos anos 1980, foram vários os levantamentos sobre quem eram as mulheres que compunham a categoria metalúrgica, quais as funções que estavam exercendo no interior das fábricas, seu grau de profissionalização, ramos e setores que mais estavam concentradas. O que nos forneceu evidências de que o sindicato e o próprio movimento operário do período, ao tratar da mulher (uma categoria de força de trabalho que apenas em meados de 70 veio formar os quadros de empregados nas empresas metalúrgicas), não eram conhecidos pelo próprio movimento da categoria. A realização de um Congresso direcionado especificamente às trabalhadoras, em meados da década de 1970, é uma forte evidência disso. Como afirma o presidente do sindicato em 1976 *“nunca se deu a chance para que a operária brasileira dissesse o que pensa de sua situação na fábrica, quais seus*

⁷⁸ YANOULLAS, Silvia Cristina. Dossiê: Políticas Públicas e relações de Gênero no Mercado de Trabalho CFEMEA/FIG Brasília novembro de 2002, entre outros.

⁷⁹ BONI (2004), FERREIRA (2000), CASTRO (1995), BRUMATTI (2001).

⁸⁰ Ver: *“Reconfiguração das relações de gênero no trabalho”*, org. Costa, Ana Alice Costa OLIVEIRA, Eleonora Menicucci, SOARES, Vera. CUT Brasil, São Paulo, 2004; *“Mulher e Trabalho: experiências de ações afirmativas”*, org. CAPPELIN, Paola DELGADO, Dedice e SOARES, Vera. São Paulo: Editorial Boitempo/ELAS, 2000.

problema, e o que ela gostaria de mudar”⁸¹. A própria preocupação em “ouvir” o que pensam as operárias transparece desconhecimento sobre os problemas enfrentados pela categoria de trabalhadoras e suas opiniões a respeito disso.

Nesta linha de estudos temos os vários trabalhos publicados pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) em parceria com Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG)⁸², Conselho Nacional de Direito da Mulher (CNDM) e trabalhos publicados numa parceria entre instituições universitárias e a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora/ CUT⁸³. Esses por terem um objetivo prático de situar quem eram as mulheres e quais os problemas que pautam o emprego feminino no período contemporâneo, não atentaram para as expectativas e a própria valorização das experiências cotidianas das operárias.

Desta maneira, concluímos que algumas dessas obras acabam lançando olhares compartilhados sobre os diferentes movimentos de mulheres no conjunto dos movimentos sociais organizados (como partidos, sindicatos e etc.) na época. Nesse sentido, é importante refletir sobre os movimentos das mulheres como parte dos movimentos já citados, disputando espaços e propostas e deixando marcas e memórias sobre esses sujeitos coletivos, que deve ser entendido no processo do forjar dos movimentos sociais e, assim, transformaram-se junto com os objetivos e perspectivas desses movimentos e no fazer-se das experiências de luta da classe das operárias metalúrgicas.

1.1 O debate sobre os “departamentos femininos” e outras questões: concepções e práticas.

*“A classe já está dividida, hoje quando a participação da mulher é quase nula nas atividades sindicais. Para vencer esta divisão é imprescindível dar todo apoio às suas reivindicações específicas e à sua iniciativa na luta por essas reivindicações”.*⁸⁴

⁸¹ Nós Mulheres, setembro/ outubro de 1976, n°2.

⁸² YANNOULAS, Silvia Cristina Dossiê: Políticas Públicas e relações de Gênero no Mercado de Trabalho CFEMEA/FIG Brasília novembro de 2002, entre outros.

⁸³ COSTA, Ana Alice, OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de SOARES, Vera org. Reconfiguração das relações de Gênero no Trabalho CUT São Paulo, 2004, entre outros.

⁸⁴ Nós Mulheres, setembro/ outubro de 1976, n°2.

O trecho acima mencionado foi publicado no jornal *Nós Mulheres* em março de 1978⁸⁵, em crítica ao presidente do SM de SBC, que mediante a proposta de criação de departamentos femininos⁸⁶, foi categórico ao afirmar que mesmo reconhecendo as especificidades das trabalhadoras da categoria, estes viriam “*a dividir a luta dos trabalhadores. O importante é trazer a mulher para dentro do sindicato, fazê-la participar da vida sindical*”⁸⁷, apontando assim, que o sindicato metalúrgico de SBC tinha outras perspectivas quanto à participação dessas trabalhadoras.

O debate sobre a criação dos Departamentos Femininos nos sindicatos foi um dos principais momentos de discussão entre movimentos feministas e sindicais, onde notamos uma clara disputa entre os sujeitos coletivos, que mesmo reconhecendo as dimensões um do outro se constituíam com projetos políticos e perspectivas diferentes quanto à organização das operárias metalúrgicas.

Neste sentido, pudemos notar nos boletins feministas que alguns seguimentos do movimento feministas propunham criação de “espaços específicos” – que se comporiam como departamentos feministas – como forma de superar barreiras que impediam a participação das operárias nas atividades e lutas do movimento operário, fornecendo maior visibilidade aos problemas específicos da mulher. Ao referir-se aos problemas vivenciados pelas operárias metalúrgicas, indicavam a criação de “espaços específicos” nos sindicatos em forma de Departamentos Femininos, como meio de superar a pouca participação feminina nas atividades sindicais. Assim sendo, os DP’s eram imprescindíveis para garantir a participação das operárias nos movimentos sindicais e de oposição sindical, que por sua vez, possibilitaria que as questões referentes à mulher trabalhadora fossem reconhecidas como pautas de reivindicação de toda a categoria.

A opinião das operárias metalúrgicas sobre esta questão aponta para outras perspectivas que muitas vezes não coincidem nem com o discurso das intelectuais feministas, nem com o discurso sindical (que indica perspectivas e tendências diferentes quanto à participação das mulheres nas atividades sindicais). Assim, Marta, operária metalúrgica

⁸⁵ Ou seja, dois meses depois da realização do I Congresso da Mulher Operária de SBC, em janeiro de 1978, que foi organizado pelo sindicato e contou com 300 operárias da categoria - sendo que houve mais de 800 inscritas, no entanto, o evento sofreu boicote de algumas empresas que funcionaram nos dois domingos que ocorreria o evento para repor os dias que precederia o carnaval - além de representantes de vários movimentos feministas, inclusive com uma equipe do jornal referido acima, onde surgiu a proposta da criação do Departamento Feminino neste sindicato.

⁸⁶ Proposta que surgiu no *I Congresso da Mulher Metalúrgica de SBC* realizado em janeiro de 1978 organizado pelo sindicato e que contou com 300 operárias da categoria, além de representantes de vários movimentos feministas, inclusive com uma equipe do jornal referido acima.

⁸⁷ *Brasil Mulher*, março de 1978, Ano 3, página 6, N° 11.

integrante da chapa 3 da Oposição Sindical de São Paulo em 1978, ao ser questionada sobre a criação dos DP's pelo jornal *Nós Mulheres* explica que:

*“O Departamento Feminino deve ter uma função transitória. Na medida em que houver condições para se criar outros organismos, como por exemplo, comissões de fábrica, então a mulher que está na fábrica vai poder lutar através destas comissões. Vai reivindicar creche, discutir as condições de trabalho da mulher. Quando pensamos no departamento feminino para elaborar o programa da chapa 3, eu dizia que não era este o instrumento que ia trazer a mulher para o sindicato. Alguns achavam que ele era a salvação. Mas o próprio Sindicato de São Bernardo mostrou que não é: quando quis que a mulher participasse, organizou um congresso. (...) Estou preocupada com a função que deve ter esse departamento. Acho que tem que discutir além dos problemas da mulher, os problemas mais amplos. Ter uma função educativa”*⁸⁸.

Ao referir-se aos DP's em 1978, esta operária percebeu a criação desse espaço de discussões femininas dentro de um processo em construção, de participação das mulheres nesse movimento. Ao narrar suas expectativas de luta ao jornal *Brasil Mulher*, Marta dimensiona-a num contexto mais amplo, ou seja, dentro da formação da própria Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo sem deixar, no entanto, de perceber que as mulheres partilhavam de questões específicas. Assim, este movimento teria a função transitória na construção e inserção das operárias no processo de organização da classe.

Com isso, podemos analisar que o I Congresso da Operária Metalúrgica, organizado por alguns dirigentes do sindicato da categoria de São Bernardo do Campo, surgiu como uma proposta para a ampliação da participação feminina, tendo em vista que este abriu um espaço de discussão para as questões específicas das operárias da categoria e permitiu que elas pensassem seus problemas dentro do espaço do movimento sindical⁸⁹. Assim, uma das coordenadoras do evento⁹⁰, ao fazer um balanço das discussões e conclusões do Congresso que reuniu várias operárias da categoria, afirma:

⁸⁸ Depoimento cedido pela operária Marta integrante da chapa 3, da Oposição Sindical à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, publicado no jornal *Nós Mulheres*, n°8, junho/julho de 1978.

⁸⁹ O I Congresso da Operária Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema foi o primeiro de uma gama de congressos direcionados à mulher da classe trabalhadora neste período, não só metalúrgica, mas também de outras categorias. Nesse sentido, podemos notar que a realização destes eventos, que tinham por objetivo abrir as portas dos sindicatos para as discussões referentes aos problemas das mulheres de cada categoria, nos indica inicialmente que as operárias vinham ganhando espaço não apenas nas fábricas, mas também nas lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais de trabalhadores.

⁹⁰ O Jornal *Brasil Mulher* não identificou a coordenadora do evento, uma estratégia muito freqüente na época, pois tinha por intuito proteger a operária ou operário que participava do movimento de trabalhadores da perseguição do Estado e dos patrões.

“Porque nossos problemas específicos enquanto trabalhadoras mulheres não aparecem nunca na campanha salarial. E isso acontece porque a metalúrgica participa muito pouco do sindicato. Ficam envergonhadas de colocar seus problemas quando vêem aquele monte de homem, não conseguem falar da cantada do chefe e da ‘apresentação do Modess’. A gente não tem coragem, acham que vão rir, gozar da gente. Veja você, nas últimas greves que fizemos a participação da mulher foi muito grande. Mas, depois de terminada, as mulheres se desligam da luta, não tem mais participação. O Departamento Feminino é um passo para a emancipação da mulher operária. Será dentro desse departamento que vamos discutir toda a discriminação que a mulher sofre dentro da sociedade, seja em relação ao homem, seja em relação ao patrão.”⁹¹

Esta fala nos oferece elementos para refletirmos sobre o processo de construção das lutas e experiências das mulheres no movimento operário, sugerindo que a participação feminina não pode ser pensada apenas em termos de disputas por espaços, mas também devem ser refletidas nos significados dessas lutas e da construção dessas experiências, em conjunto. Assim, a coordenadora do Congresso dimensiona suas lutas num cenário de experiências conjuntas que traz imbricações culturais onde crescer nas experiências das atividades sindicais, firmar-se como sujeito histórico e transformador de sua realidade significava para as operárias ter coragem de superar limites e barreiras culturais presentes na realidade compartilhada por todos os trabalhadores, ou seja, ter coragem de superar os próprios limites e esforços nas condições colocadas a seu tempo. Vale lembrar que essas operárias eram esposas, mães, donas de casa e exerciam uma dupla jornada de trabalho. Encarar e viver uma militância política em um movimento operário significava ainda assumir mais uma responsabilidade a ser desenvolvida no seu cotidiano e correr riscos em um período que a repressão política era muito forte devido a Ditadura Militar.

Desta forma, a fala dessa operária, ao apontar para a grande participação das metalúrgicas nas assembléias e greves que não exigiam um compromisso e uma participação assídua das atividades sindicais, ilustra o desafio enfrentado pelo movimento operário-sindical em dar continuidade à participação das trabalhadoras. Isto não significa que essas mulheres estavam ausentes das lutas de sua classe, experimentadas e construídas nas relações cotidianas, ou mesmo que não se posicionavam contra a exploração da classe trabalhadora, experimentada e vivida em todas as dimensões de sua vida, ou seja, no ambiente de trabalho e nos locais de moradia.

⁹¹ *Brasil Mulher*, 1978.

A negativa da diretoria do sindicato de São Bernardo em criar o departamento feminino foi percebida como uma indisposição desta em organizar e integrar as mulheres à luta da classe operária:

*“A diretoria não se mostrou suficientemente interessada em promover uma maior integração das operárias na vida sindical, uma vez que nem os pronunciamentos da mesa, nem os encaminhamentos dados aos debates conduziram à criação de canais que permitissem a ampliação da participação da mulher trabalhadora”.*⁹²

Mesmo tendo surgido como uma das pautas da resolução do I Congresso da Operária Metalúrgica de SBC, a diretoria do período não concordou com a criação de um Departamento Feminino no período⁹³, por ter sido interpretado como uma estratégia que não atenderia as expectativas relativas à participação das operárias da categoria na vida sindical. No entanto, foram criados grupos de discussões formados por mulheres que tinham por intenção dar continuidade às atividades iniciadas durante o Congresso. Todavia, em outros sindicatos metalúrgicos que realizaram seus congressos um ano depois de São Bernardo do Campo, como é o caso dos sindicatos de São Paulo, de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Grande Serra, organizaram-se em 1979 departamentos femininos após várias reuniões que definiram os encaminhamentos que seriam necessários para reestruturar seus alicerces.

No caso do sindicato metalúrgico de São Paulo, a diretoria estava desde 1964 sob o comando de interventores do Estado. Assim, o DP desse sindicato surgiu como proposta do grupo de sindicalistas como forma de organizar as operárias que formavam sua base. Com isto, não só os situacionistas tinham a preocupação em organizar as operárias, mas também o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica (MOSP), que meses antes do I Congresso da Operária Metalúrgica de São Paulo, realizado em 1979, promoveu discussões com as operárias que participavam do movimento e produziram material próprio para distribuir às trabalhadoras, incentivando sua participação no evento. Desse modo, notamos que havia uma preocupação das várias tendências e grupos do movimento sindical em trazer as mulheres para o movimento operário⁹⁴, seja promovendo eventos que se direcionavam ao grupo de

⁹² *Brasil Mulher*, março de 1978, Página: 6 N° 11.

⁹³ Na visita realizada no Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo ao longo da pesquisa, descobrimos que existe um departamento feminino atualmente, entretanto, não conseguimos informações sobre quando este foi organizado. No entanto, a ex-operária Nice nos indica que até 1995, ano em que deixou a diretoria sindical, esta tinha um trabalho contínuo de reunião e discussão com mulheres da categoria.

⁹⁴ Esta característica não é apenas do movimento operário/ sindical metalúrgico, mas também de outras categorias no período, como é o caso dos operários químicos, têxteis, da construção civil entre outros. Notamos ainda ao longo de nossas entrevistas que partidos e movimentos sociais de esquerda passaram a se preocupar em inserir as discussões referentes à mulher em suas agendas, bem como prescrever estratégias para a inserção

trabalhadores presentes em sua base, ou a partir de incorporações de lutas específicas das mulheres, e assim, pudemos notar uma aproximação em alguns momentos com os movimentos feministas através de discussões promovidas nos sindicatos com a presença de intelectuais desse movimento, bem como pela adoção de tendências e teorias, que em sua maioria, indicavam a emancipação feminina como um resultado da emancipação da classe trabalhadora⁹⁵.

O que não significa que os dirigentes sindicais fossem, no período, contrários à discussão das questões especificamente femininas e à organização das trabalhadoras no movimento operário. Assim, percebe-se que o sindicato, ao estabelecer um diálogo com os movimentos feministas, incorporou aos poucos algumas noções do movimento feminista em suas práticas e discursos. Com essas mudanças, intensificaram-se as reivindicações por creches, fim do controle ao uso do banheiro, equiparação salarial entre homens e mulheres, entre outros.

A organização do I Congresso da Mulher Metalúrgica em São Bernardo do Campo pode ser interpretada a partir da preocupação em organizar as operárias, onde em 1976, quando este evento começou a ser articulado, o presidente do sindicato declarou ao jornal *Nós Mulheres*:

*“Nunca se deu a chance para que as operárias brasileiras dissessem o que pensava de sua situação na fábrica, quais são os seus problemas, o que é que elas gostaria de dizer. Por isso decidimos organizar este congresso para que elas se façam ouvir”*⁹⁶

Neste sentido, podemos notar que à medida que as mulheres eram mais integradas à linha de produção, tanto o sindicato metalúrgico de SBC como o MOSP almejaram dar

destas personagens em suas lutas. Como é o caso, por exemplo, da Convergência Socialista onde a ex-operária metalúrgica Fátima nos fala sobre um colega que era “*encarregado de tratar das questões e organização das mulheres e que, por isso, participava de encontros de discussões com umas feministas na época*” (meados da primeira metade da década de 1980).

⁹⁵ Nas entrevistas realizadas com a Nádia, militante no MOSP no final da década de 1980; e a Fátima que atuou no movimento sindical de SBC em meados de 1985, ambas militantes da Convergência Socialista, notamos que estas indicaram uma estratégia da CS, que ia ao sentido de arregimentar e organizar as mulheres do movimento, a partir da premissa de que a mulher se emanciparia apenas com a revolução social. As duas entrevistadas citaram a obra “*Sexo contra sexo ou classe contra classe*”, da antropóloga estadunidense Evelyn Reed, como leitura obrigatória para entender a proposta de organização das operárias militantes da Convergência. Neste livro, a autora indica que: “*A causa fundamental da opressão feminina, que é o capitalismo, não pode ser abolida apenas pelas mulheres, nem por uma coalizão de mulheres de todas as classes sociais. É preciso uma luta mundial pelo socialismo, por parte de toda classe trabalhadora, homens e mulheres, unidos a todos os grupos oprimidos para derrubar o poder capitalismo, que atualmente tem uma máxima expressão nos Estados Unidos.*” REED, p.83, 1980.

⁹⁶ Jornal *Nós Mulheres*, nº2 setembro/outubro de 1976.

visibilidade às questões específicas das mulheres, criando espaços de interlocução não apenas com as operárias, mas também com o movimento feminista que passou a atuar junto aos movimentos sociais de mulheres e trabalhadoras desta categoria. O panfleto produzido pelo Sindicato de SBC em função da realização do Congresso das metalúrgicas evidencia essa interlocução, como podemos visualizar na figura abaixo:

Parte I



Figura 1:

Panfleto produzido pelo Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo em decorrência do *I Congresso da Operária Metalúrgica*, publicado no Dossiê CPV, 1978.

Parte II:



Panfleto produzido pelo Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo em decorrência do I Congresso da Operária Metalúrgica, publicado no Dossiê CPV, 1978.

No quadrinho, podemos vislumbrar a preocupação de alguns dirigentes do movimento operário em SBC em organizar as operárias, chamando as mulheres para as discussões de seus problemas específicos dentro do espaço sindical. Ao mesmo tempo em que aponta para dimensões do feminismo da época, como as questões da dupla jornada de trabalho e noções sobre um machismo culturalmente construído e reproduzido nas relações sociais que identificava o sindicato como espaço masculino e, assim, que não poderia ser freqüentado por mulheres, mesmo que estas fossem operárias.

Assim, ao analisar as edições dos jornais *Tribuna Metalúrgica* e *Luta Sindical*, publicados ao longo das décadas de 1970 e 1990, percebemos que a figura da mulher vai, aos poucos, tornando-se freqüente nas colunas direcionadas aos trabalhadores (onde os editores passam a se dirigir aos *companheiros e companheiras* metalúrgicas⁹⁷ e publicar várias matérias denunciando os problemas específicos das mulheres), e constante nas charges e

⁹⁷ Segundo o ex-operário metalúrgico Manuel Anísio, que em 1978 foi um dos organizadores do I Congresso das Operárias Metalúrgicas, a adoção da expressão *Companheiras* nos panfletos, jornais e discursos do Sindicato de SBC, surgiu quando “percebi que era uma discriminação com aquela mulherada falar só *companheiro*, porque não *companheiro e companheira*, porque tinha muita *mulhé*, mas muita *mulhé mesmo!*”.

animações desses jornais⁹⁸. Nestes, a mulher é representada como trabalhadora sempre ao lado de seus companheiros de classe, integrada às atividades do movimento operário. Ao retratar os problemas enfrentados pela classe como a crise econômica, a carestia, a repressão, os baixos salários, falta de emprego entre outros, a figura da operária aparece em primeiro plano junto a do homem, como nos mostra as duas ilustrações abaixo publicadas na *Tribuna Metalúrgica* em 1979 e no *Luta Sindical* em 1982.



Figura 2

Ilustração publicada no jornal *Tribuna Metalúrgica* nº 53 em outubro de 1979

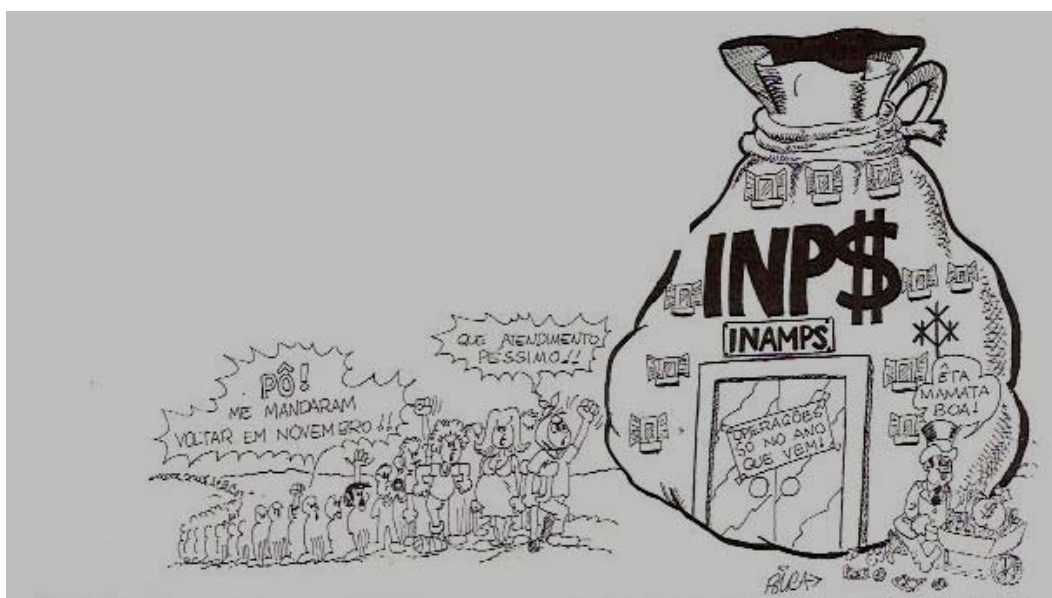


Figura 3

Charge do jornal *Luta Sindical* nº 28 Julho de 1982

⁹⁸ Quanto às ilustrações e charges, notamos que muitas destas foram publicadas e aproveitadas em muitos jornais. Assim, muitas vezes encontramos uma mesma charge no *Luta Sindical* da oposição, no *Tribuna* de SBC e ainda no *Jornal O Metalúrgico* do sindicato metalúrgico de Santo André. Esta troca de materiais, ainda pode ser notada entre os jornais de SBC e alguns boletins feministas, onde uma mesma entrevista realizada por alguns dirigentes do sindicato de SBC foi publicado no *Tribuna Metalúrgica* (1978) e no *Jornal Brasil Mulher* (1978).

Esta atenção com a representação da mulher operária em primeiro plano ao lado dos outros operários, indica a preocupação dos editores dos jornais (que via de regra, representava as perspectivas e as tendências de alguns dirigentes do movimento operário-sindical) em identificar os problemas enfrentados pela classe trabalhadora como de toda classe, ou seja, homens e mulheres. E por sua vez, só poderiam ser resolvidos pela união da classe operária em seu conjunto.

Nesses quadrinhos da cartilha de divulgação do programa de discussão do 3º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, podemos perceber como as mulheres foram interpretadas nesse documento produzido pelo sindicato ao se referir à organização da classe. A cartilha, que é uma história em quadrinhos narrada pelo João Ferrador, tenta explicar de modo simplificado e animado às reivindicações e propostas para a organização da categoria. A figura da mulher aparece integrada aos outros personagens homens. Podemos identificá-las apenas pelos seios e o cabelo um pouco mais longo, sendo que elas usam capacete e macacão como os outros personagens (homens) e estão distribuídas no espaço do desenho como os demais personagens, plenamente integradas e harmonizadas à atividade ilustrada. Assim, a identidade que se sobressai é a do trabalho.

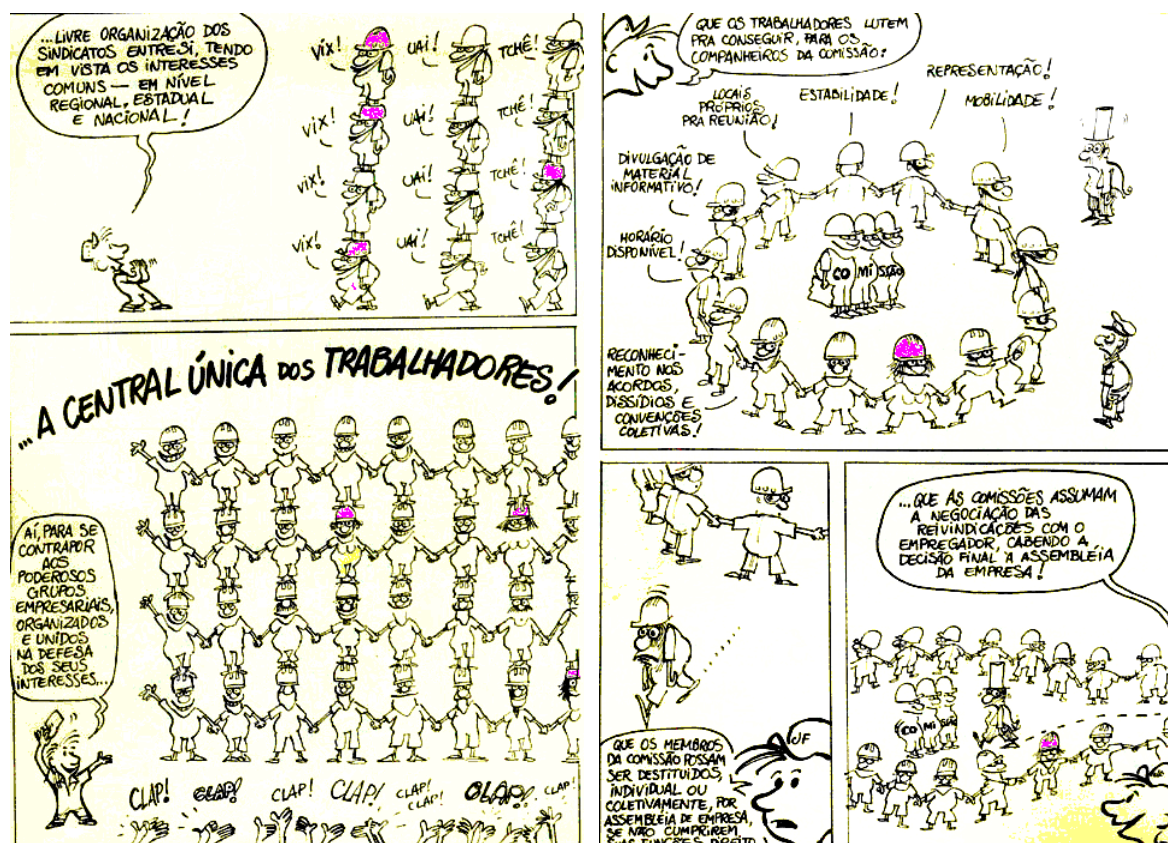


Figura 4
Arquivo do Sindicato ABC

Nesta ilustração de 1978, é presente a idéia defendida pelo sindicato em integrar e manter a participação da mulher na organização sindical. A mulher é pautada na animação como uma trabalhadora, e como os demais trabalhadores, deveria se unir à organização operária para fortalecer suas lutas e reivindicações frente ao Estado repressor e à classe patronal. Esta figura argumenta o fortalecimento da classe a partir da união dos trabalhadores, constituída por homens e mulheres, onde notamos que a mulher passa a figurar como sujeito nos movimentos sociais de trabalhadores e fazer parte das representações criadas sobre a categoria.

Podemos perceber que no decorrer das experiências de luta, as formas como as mulheres foram ilustradas nos jornais e panfletos veiculados pelo sindicato, também vão se transformando, e neste sentido, na charge abaixo, publicada em 1983, nota-se que diferentemente da padronização dos personagens presentes na figura anterior, o chargista indica para as especificidades e diversidades dos personagens que indicam o fortalecimento dos metalúrgicos diante do enfrentamento com a classe patronal.

É interessante notar nesta ilustração que todos os personagens em suas especificidades encontram-se unidos por um mesmo objetivo: fazer frente aos interesses do patrão, que mostra cara de medo diante da união dos trabalhadores.



Figura 5

Charge publicada no jornal *Tribuna Metalúrgica* n° 67 de Março de 1983

A união dos operários metalúrgicos é ilustrada por Henfil como a união de homens, mulheres, brancos, negros, gordos, magros, cabeludos, carecas e até mesmo da graúna e do ET (personagem do filme de ficção científica de Spielberg). Esta ilustração aponta para a necessidade de união de todos os operários em prol dos interesses da classe em um período onde o movimento grevista parece ter retraído diante da repressão sofrida após as greves de 78/79 e 1980 e, assim, podemos evidenciar a partir dessas imagens, que não só as intelectuais ligadas aos movimentos feministas tentaram dar visibilidade às questões referentes às operárias metalúrgicas, mas também alguns dirigentes do movimento operário-sindical com o decorrer da década de 1970 e dos anos 80 passaram a se interessar pela identificação da mulher como integrantes do movimento sindical. Tais atitudes se tornaram presentes na forma de ilustrar e identificar a classe nos seus meios de divulgação de diálogo com a base operária.

As questões entendidas como especificamente femininas tornaram-se freqüentes nos jornais da categoria, principalmente a partir de 1978, que publicam diversas denúncias sobre opressão das mulheres por chefes que as pressionavam a “sair” com eles, como pelos maus tratos, falta de creches e controle do uso do banheiro. Estas denúncias são freqüentes nas colunas como “*Por dentro da Fábrica*” do jornal *Tribuna Metalúrgica* - onde a fábrica e até mesmo os chefes de seção que pressionavam as mulheres tinham o nome publicado - ou a coluna “*Boca no Trombone*” do jornal *ABCD*⁹⁹. No caso do MOSP, temos os boletins internos como “*Pegando no pé*” e “*Por dentro da Fábrica*”, que se referiam aos problemas específicos de determinadas fábricas e tinham a mesma dinâmica de denúncia não só dos problemas que afligiam a todos operários, mas também das questões específicas das operárias. Essas colunas e boletins de fábrica eram dirigidas a todos os trabalhadores e direcionavam-se a publicação de denúncias de trabalhadores feitas diretamente nos sindicatos, aos dirigentes do movimento operário ou aos editores dos jornais. Assim, estes traziam denúncias relativas aos baixos salários, insalubridades nas linhas de produção, chefes que exigiam excessivamente dos operários ou que maltratavam os mesmos, entre uma diversidade de problemas que os trabalhadores enfrentavam no ambiente de trabalho nas indústrias metalúrgicas.

Um exemplo pode ser encontrado na *Tribuna Metalúrgica* nº 56 de 1980, onde temos uma matéria intitulada “*Chefes da Fris-Moldu-Car dão e cima das mulheres*”. Como ressalta esta matéria, as mulheres realmente partilhavam de problemas específicos como as “cantadas” dos chefes:

*“Os chefes da Fris-Moldu-Car são mestres mesmo é na arte de oprimir e humilhar as companheiras trabalhadoras. É verdade que os homens também são perseguidos, mas as mulheres é quem sofrem mais: elas recebem cantadas o tempo todo, e como resistem, ganham advertência e suspensão. Uma das terríveis formas de perseguição consiste em retirar o cartão do ponto da chapeira, a fim de que a empregada perca o dia e o feriado.”*¹⁰⁰

Como a matéria explica, a perseguição dos chefes não era um elemento apenas presente na vida das operárias que tinham que agüentar as “cantadas” dos chefes, mas era uma questão que deveria ser encarada por todos os operários ao passo em que a perseguição aos operários homens também era presente de outras formas.

⁹⁹ Segundo Mário Morel, o *ABCD jornal* que dava a palavra de ordem aos grevistas em 1979 e 1980, e nos momentos críticos de greve teve tiragem de mais de duzentos mil exemplares. Foram encontrados apenas alguns exemplares deste jornal no arquivo de Memória do Sindicato Metalúrgico do ABC paulista.

¹⁰⁰ *Tribuna Metalúrgica*, fevereiro de 1980, pg. 6, n°56.

Por sua vez, esse tipo de humilhação não era denunciado pelas próprias operárias metalúrgicas, levando-se em conta que elas necessitavam do emprego. O que evidencia que a repressão das operárias era marcada pela opressão que recebiam de chefes de seção e patrões, em um período em que já não era tão fácil conseguir emprego como em períodos anteriores.

A preocupação de denunciar os problemas das operárias metalúrgicas esteve presente também nos jornais ligados aos grupos da oposição Sindical como, por exemplo, o Boletim *Luta Sindical*, produzido e direcionado aos operários da *Component S/A* publicado em março de 1981. Nesse número, entre várias outras questões levantadas, o boletim denuncia que “*na Component os menores e as mulheres trabalham na Galvanoplastia, cheirando ácido e pondo as peças no banho. E onde está a autorização do ministério?*”¹⁰¹ e que as operárias sofriam ainda com problemas específicos, sendo que:

*“Outro problema seríssimo que as companheiras enfrentam, além de todas essas dificuldades, é ter que agüentar as cantadas de alguns dos chefes: pois a falta de respeito e de vergonha de alguns sujeitos que usam do cargo na firma e da dificuldade das companheiras em arranjar um emprego descente, pra ta dando um de gostoso. É o caso do CHICÃO: este sujeito metido a conquistador barato, fica perseguindo as companheiras com as propostas pra sair com ele. A firma tem que dar um jeito nesse cara. Ele que saia com a família dele e deixe as companheiras em paz”*¹⁰².

Ao se referir ao problema relacionado à insalubridade dos locais onde as mulheres trabalhavam, o boletim chama a atenção para a ausência de instrumentos de inspeção do Ministério do Trabalho, o que remonta a falta e omissão cometida pelo Estado não apenas no caso dos menores e das mulheres desta fábrica, mas de outros problemas que atingiam todos os operários. Com isso, o problema das operárias seria mais um problema decorrente do não cumprimento das leis que protegiam o trabalho, e da ausência do Ministério do Trabalho (que era o órgão responsável por garantir a aplicação das leis). No segundo ponto levantado pelo Jornal do MOSP, a opressão das operárias é analisada como resultado do poder adquirido pelo chefe de seção mediante as questões colocadas ao seu tempo. No caso, a dificuldade de conseguir um emprego permitia que o famigerado Chicão pressionasse essas mulheres, deduzindo-se que elas ficariam “quietas” por necessitarem do emprego e, no período, haver uma dificuldade de encontrar um outro.

¹⁰¹ Na CLT o artigo 387 e 388 proíbem o emprego de mão-de-obra feminina em setores insalubres, e o artigo 405 proíbe o trabalho de menores de 14 anos e como aprendiz. Sendo ainda necessária uma autorização especial do Ministério do Trabalho para que menores e mulheres trabalhem em lugares insalubres.

¹⁰² Boletim *Luta Sindical*, março de 1981.

Nos exemplos ilustrados acima, podemos notar que o rigor e olhar acadêmico, por vezes, exerceu influência sobre o processo de construção de algumas dimensões dos movimentos de trabalhadores, no sentido de que eles forjaram perspectivas sobre operárias metalúrgicas, em um período em que as mulheres passaram a fazer gradativamente parte da categoria metalúrgica. E assim, as operárias passaram a atuar nos movimentos sociais de mulheres e trabalhadores como sujeitos transformadores de sua realidade, reivindicando espaços de luta e canais de discussão de seus problemas. Podemos perceber ainda que neste período de construção de movimentos sociais feministas e metalúrgicos, nossas personagens ampliaram suas lutas, reconhecendo dimensões tanto de um movimento como de outro, ao longo do processo.

Assim, notamos que se em determinado momento algumas operárias não reconheceram os Departamentos Femininos como bandeira de suas lutas, em outro momento, perceberam a importância da adoção das “cotas” como importantes elementos na construção da luta das mulheres da classe trabalhadora. E ainda que se num primeiro momento as questões referentes a gênero e classe foram vistas como dimensões separadas tanto pelo movimento feminista que percebe o movimento sindical como marcadamente masculino, notamos que ao longo do processo, essas duas dimensões de luta se interligam nas experiências sociais das operárias metalúrgicas que, como afirmamos anteriormente, eram além de trabalhadoras, mães, esposas, donas-de-casa, e assim desempenhavam suas lutas e práticas de resistência nos mais diversos locais, apontando, desta forma, para a superação desta bipolarização em suas relações cotidianas que nos possibilitam refletir essas duas dimensões como sendo de uma mesma luta que se imbricam historicamente e culturalmente no fazer da classe e nas experiências sociais das operárias, ganhando tonalidade e significações diferentes no decorrer do tempo e no processo do fazer das classes sociais e das lutas de classes.

Assim, é importante pontuarmos quais eram os problemas que as operárias enfrentavam em seu cotidiano e como estas pautaram os mesmos.

Capítulo 2

Trajetórias de vida, trabalho e luta de mulheres nas indústrias metalúrgicas nas cidades de São Paulo e São Bernardo do Campo.

2.1 Buscando trabalho.

Como pudemos observar no capítulo anterior, quando falamos sobre operárias metalúrgicas, convencionou-se a referir-se a estas mulheres como participantes dos movimentos feministas e de mulheres, e concomitantemente, suas lutas como especificamente de mulheres. No entanto, podemos averiguar ao produzir entrevistas com essas ex-operárias, que suas narrativas são marcadamente lembradas com base em trajetórias pessoais que valorizavam a classe, ao reconstruir e redimensionar suas experiências de trabalho e luta como integrantes de um contexto mais amplo no qual se desenvolveram lutas coletivas da classe operária entre as décadas de 1970 e 1980.

Entretanto, as narrativas devem ser compreendidas dentro de um quadro de reestruturação de memórias e identidades, em que estas mulheres desenvolvem suas lutas pessoais no presente, buscando reconhecimento das lutas vivenciadas no passado, seja pelo direito à anistia política ou pelo direito de figurarem como sujeitos históricos, participantes das transformações sociais promovidas no desenrolar dos movimentos sociais que agitaram a vida política no período mencionado.

Desta forma, as trajetórias de vida e trabalho são marcadamente lembradas pelas mulheres operárias como uma luta pela sobrevivência, por melhores condições de vida e pela possibilidade de ter perspectivas quanto ao futuro. Nossas entrevistadas, em sua maioria¹⁰³,

¹⁰³ Esta condição é vislumbrada em todas as entrevistas, exceto no caso da mineira Maria Lúcia. Após terminar a graduação em História, a ex-operária, que morou um ano em Paris e retornou ao Brasil, foi considerada inimiga do Estado por militares no grupo de esquerda “Ala Vermelha” e foi morar em São Bernardo do Campo, onde decidiu se tornar operária (este grupo tinha a prática de orientar seus militantes para se “integrarem” ao espaço da produção. Maria Lúcia nos disse que procurou trabalho nas indústrias como forma de se “esconder” do DOPS, no entanto, mais a frente nos indicou que amigos seus tinham se tornado metalúrgicos por terem sido orientados pelo movimento). Depois de algum tempo trabalhando em uma indústria química, Maria Lúcia foi descoberta pelo DOPS e foi obrigada a fugir para a cidade de São Paulo, onde foi morar com alguns amigos que também estavam foragidos da polícia e começou a trabalhar na indústria metalúrgica e militar no MOSP. A ex-operária Fátima também se inseriu na categoria metalúrgica devido à militância na Convergência Socialista, que no período tinha uma tendência de infiltrar seus militantes nas linhas de produção e no movimento operário como ela mesma indica “*Naquela época era na indústria metalúrgica que as coisas aconteciam. Os operários estavam organizados, lutando, então... e tinha uma*

iniciam suas narrativas falando sobre as dificuldades em sobreviver em um período de crise econômica que as levou e suas famílias a tentarem a vida em outros locais em busca do sustento familiar. Assim, mediante as necessidades cotidianas, o trabalho é apresentado como uma questão fundamental para essas mulheres, que separam suas lembranças em antes e depois de serem operárias metalúrgicas, um “*peão de fábrica*”, como elas mesmas se referiram.

Assim, vender a força de trabalho, trabalhar em fábricas, exercer uma dupla jornada¹⁰⁴ foi uma escolha determinada pelas pressões colocadas no contexto histórico e econômico do período que agiram na vida dessas mulheres¹⁰⁵ e as levaram a ingressar na indústria metalúrgica durante a adolescência, entre os 14 e 18 anos. Esse é o caso da Nice, baiana, 49 anos, separada, mãe de 3 filhos e 1 neta, ex-operária metalúrgica e ex-dirigente sindical de SBC e Santo André¹⁰⁶ que hoje ocupa um cargo de confiança na prefeitura de SBC¹⁰⁷, depois de ficar longo período desempregada¹⁰⁸. Ao recordar-se do período em que começou trabalhar

tendência dos movimentos sociais apoiarem a luta dos operários de São Bernardo do Campo, e por isso eu também queria ser metalúrgica”.

¹⁰⁴ Na fábrica e em casa, sendo que elas eram mães, donas de casa ou filhas que ao chegar do trabalho tinham que lidar com os trabalhos do lar.

¹⁰⁵ Para nossas entrevistadas, tornar-se metalúrgica foi uma opção no quadro de oportunidades de emprego que lhes era oferecido no período, com poucas oportunidades de emprego para mulheres. Temos que ressaltar ainda que para algumas dessas ex-operárias, principalmente para as migrantes, o local de origem não oferecia maiores oportunidades ou opções no mercado de trabalho. Desta forma, elas nos relataram que desenvolveram várias atividades antes de tornarem-se metalúrgicas, como é o caso da Nice que trabalhou como babá, a Maria Mendes que foi empregada doméstica, a Mana que trabalhou na Polícia Civil, a Nádia que trabalhou em um banco, a Fátima que mesmo tendo cursado o magistério, devido sua militância na CS, optou por trabalhar nas indústrias metalúrgicas, ou a Edy e a Maria Lúcia que trabalharam inicialmente em indústrias de outros setores. Nossas entrevistadas indicaram que nas décadas de 1970 e 1980, mediante o quadro apresentado, o setor era o que oferecia melhores salários e maiores expectativas para o trabalhador. Desta maneira, Edy ao fazer um quadro comparativo entre o mercado de trabalho no período e a categoria metalúrgica, nos relatou que “*o ramo metalúrgico, ele é... era como o carro chefe do assalariado. Eu sempre tive isso porque, eu... trabalhava na ... ramo têxtil e conheço várias pessoas que continuaram. Trabalhar lá era a opção de muitas pessoas no meio operário e acabaram migrando pra metalurgia, porque as empresas tinham uma faixa de salário melhor, né? E também é, era muito amplo. Na época assim, tinha as grandes montadoras, foram ampliadas na década de 60, 70. Então era muito grande, você tinha muitas opções*”. (Edy 11/03/2007 São Paulo/SP).

¹⁰⁶ Ao longo da década de 1980, houve um período em que os operários metalúrgicos de Diadema e Santo André estavam organizados sob a tutela do Sindicato de São Bernardo do Campo, sendo que em meados de 1995, Santo André voltou a ter uma sede própria. Segundo uma de nossas entrevistadas, a Nádia, que hoje é geógrafa e prestou serviço na organização do acervo de memória do Sindicato metalúrgico do ABC paulista (antigo sindicato metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema) a Nice, que era dirigente sindical no período, por ter se posicionado a favor da separação de sindicatos acabou sendo excluída desse meio e se afastando do sindicato.

¹⁰⁷ A Nice conseguiu este emprego na prefeitura em S. Bernardo do Campo depois de prestar assessoria política ao Dr. Maurício Soares (antigo advogado do sindicato metalúrgico de SBC) na campanha para as eleições municipais. Depois de ganhar as eleições em 1996, ela foi empregada para assessoria política e logo após conseguiu um cargo na parte de assistência social, onde trabalha até hoje. Neste período, a Nice se formou em Pedagogia.

¹⁰⁸ Ao falar do período em que ficou desempregada, a Nice pondera que as disputas e brigas políticas com antigos companheiros agravaram a situação de dificuldades econômicas em que vivia; como ela nos mencionou: “*em 1994 quando eu saí da metalúrgica, fiquei assim, durante 2 anos passando muita dificuldade, esquecida pelos companheiros do PT, os metalúrgicos, que ninguém nunca me procura pra.... isso depois de quase 20 anos, militando, dando sangue,*

nas indústrias no ABC paulista, depois de ter vindo com toda família da Bahia, nos informou que:

“Sempre tive que trabalhá desde pequena! Com 11 mudei pra São Bernardo, com 12 comecei trabalhá em fábrica (borracheira), com 13 anos eu já tinha sofrido acidente de trabalho! E com 14 anos entrei na minha primeira metalúrgica!”¹⁰⁹.

Pressões que também são pautadas por não terem condições de sustentar seus filhos, como a Mana, 52 anos, baiana, separada, dois filhos, que hoje vive de bicos de costureira, mas foi operária metalúrgica e presidente do “Fundo de Greve”¹¹⁰ em São Bernardo do Campo na ocasião da greve da categoria em 1980, nos contou: *“eu nasci em Recife, saí de lá com 12 anos, já com uma filha, vim pro Rio de Janeiro. Com 15 ano vim pra São Paulo (...) pra trabalhá, pra sustentá minha filha”¹¹¹*. Esse drama também foi vivido pela ex-operária Nádia, que ao lembrar-se do momento em que e de como começou a trabalhar em indústrias metalúrgicas depois de ter trabalhado como bancária nos relatou que:

“Eu não consegui mais emprego em banco (...) nessa época é..., eu lembro que (...) eu tinha perdido o meu companheiro, né? Qu’eu sô viúva, ele também era militante, era professor (...) e eu tinha uma filha, então tinha que arrumar emprego, (...) então eu peguei eu falei ‘então vô trabalhá em fábrica’, (...) em 87 eu tirei uma outra carteira, e... comecei a procurar emprego, e ... em fábrica”¹¹².

As dificuldades no campo onde toda família trabalhava também foi um dos motivos que levaram essas mulheres a se mudarem para as grandes cidades e buscarem emprego nas indústrias e serviços essencialmente urbanos. A Edy, mineira, 54 anos, solteira, ex-operária metalúrgica e militante do MOSP, que hoje é secretária de uma ONG de assistência à mulher (a ANZOL), ao recordar-se do período em que se mudou para São Paulo, relembra como o trabalho na roça era insuficiente para alimentar tantas bocas, e, devido a isso, o fato de recorrer ao trabalho nos grandes centros para suprir essa carência. Como ela nos conta:

tanto no sindicato dos metalúrgicos, como no PT que eu fiquei quase 15 anos, a gente foi uma das também, não posso falá fundadora, porque quem é fundador tem nome ta lá em cima né? Mas a gente foi uma das fundadora também! Eu era 33, 36 (...) Na época foi muito difícil né? Na época meu marido tava desempregado, eu cheguei a passá por várias humilhações, que muitos deles não sabem. As mesmas empresas que eu fazia assembléia que eu liderava greve, muitas dela eu tive que volta lá pra tentá vendê roupa, pra tentá ganhá alguma coisa. Cheguei fazê bingo na minha casa pra tentá ganhá alguma coisa, pro meus filhos não passarem fome”.

¹⁰⁹ Nice, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007 em São Bernardo do Campo/SP.

¹¹⁰ O Fundo de Greve era organizado e presidido pela Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Em 1980, segundo os editores da *Tribuna Metalúrgica*, a importância do Fundo de greve residia “na sustentação de qualquer luta que os trabalhadores venham a travar por melhores condições de trabalho”. Neste sentido, a idéia do Fundo de Greve surgiu após a greve geral dos 41 dias ocorrida em 1979.

¹¹¹ Mana, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007 em São Bernardo do Campo/SP.

¹¹² Nádia Aparecida Lopes de Camargo, entrevista realizada no dia 16 de dezembro de 2006, São Paulo/ SP.

“Os meus pais nasceram em Minas (...) e... trabalhou a vida inteira na roça né? Meu pai sempre trabalhou na lavoura. Aquela época tava ruim pra lavoura, final da década de 60, época da construção de Brasília, (...) e... no final da década de 60 nós viemos morar em São Paulo, capital, na época eu tinha é 15 anos, entendeu? E... como toda família que tem que se deslocá, primeiro vai os maiores, os mais velhos pra trabalhá, meu pai veio a São Paulo trazê eu e minha irmã pra trabalhá, meu irmão mais velho já morava aqui, tinha uma irmã casada que já morava aqui, meu pai veio trazê eu e minha irmã, mas o restante da família ficô lá, mas depois que a gente comprô terreno, construiu uma casa eles viêro. Casa não, barraco né?”¹¹³

Para Edy, a migração para a cidade de São Paulo é sempre marcadamente lembrada pela crise no campo, que fez com que o pai perdesse a pequena propriedade rural onde trabalhava e morava toda família. A impossibilidade de continuar vivendo no campo levou seu pai a buscar alternativas para garantir que os filhos pequenos não passassem necessidades, o que resultou na separação da família com a ida dos filhos mais velhos para a cidade. Assim, para a Edy, tornar-se operária era muito mais do que conseguir um emprego, mas garantir que toda família continuasse reunida, e assim, possibilitar a mudança dos mesmos do campo para a cidade.

Como indica nossa entrevistada, esta situação não foi um caso isolado, mas vivenciada por milhares de famílias que migraram do campo para as cidades de São Paulo e do ABC Paulista ao longo das décadas de 70 e 80. Essa trajetória se assemelha com a das ex-operárias Maria Mendes, Carmem, Delma, Baixinha e Rosário que ao lembrar-se do período anterior à chegada à cidade de São Paulo, falaram da infância vivida no campo ou nas pequenas cidades do interior, onde deixaram parte da família, amigos, escolas, terras e foram em busca de “*tentar a sorte*”¹¹⁴ “*fugindo da pobreza, da seca*”¹¹⁵, das dificuldades financeiras, do “*desemprego*”¹¹⁶, e da falta de “*expectativas para o futuro*”¹¹⁷.

Esse foi um período de crise econômica e política que pautou de diferentes formas as narrativas de nossas entrevistadas, seja pela mudança do campo para a cidade, seja pelo enrijecimento da Ditadura Militar com o decreto dos Atos Institucionais e perseguição aos movimentos sociais ligados a partidos de esquerda (como é o caso da Maria Lúcia, Nádia e Fátima) ou à Igreja.

¹¹³ Edwrigens, entrevista realizada no dia 11 de março de 2007 em São Paulo/ SP.

¹¹⁴ Fátima de Araújo (Baixinha), entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

¹¹⁵ Delmira Isabel de Jesus, entrevista realizada no dia 12 de março de 2007, em São Paulo/SP.

¹¹⁶ Maria José Soares, entrevista realizada no dia 11 de março de 2007 em São Paulo/SP.

¹¹⁷ Maria Mendes, entrevista realizada no dia em 10 de março de 2007 em Diadema/ SP.

A pernambucana Maria José, 62 anos, solteira, ex-militante do MOSP e de movimentos sociais ligados à Igreja Católica, ao relatar sobre sua migração para a cidade de São Paulo no início da década de 70, referiu-se a aflição de ter que sair do local de nascimento, tendo que deixar a família e os estudos em face do desemprego e da perseguição política aos movimentos sociais ligados à Igreja Católica no nordeste. Como ela se recorda:

“Eu sô nordestina. Eu vim pra São Paulo com 16 anos, pra essa selva de pedra, que dava disipero na época né? (...) É ... e eu cheguei aqui em São Paulo, e como nordestino vem pra sobrevive, e estudava lá, e cheguei aqui e não tinha opção de escola porque tinha que trabalha (...) isso em 61 ... 61! Quando eu vim a primeira vez...(da segunda vez em 1971) Eu fiquei desempregada. Eu trabalhava na GE, pessoas ligadas a mim foi demitida, por causa... por causa da luta (no movimento de evangelização ligado a ala progressista da Igreja católica). (...) Aí em seguida eu fui demitida. Aí meu chefe chegô disse assim: ‘Olha a ordem ou você é demitida, vai embora, ou eu! Então eu vô escolhe você!’. Aí eu saí, e fiquei sem sobrevivência, aí voltei pra São Paulo. Quase morrendo, por que eu não queria. Nenhum nordestino qué vim pra cá assim, livremente.”¹¹⁸

As idas e vindas para a cidade de São Paulo marcaram as lembranças desta ex-operária que a cada período de dificuldade optou por “*tentar a vida*” na metrópole paulistana. Migrar para esta cidade, significou para esta ex-operária buscar melhores condições de vida, mas principalmente, fugir das pressões políticas do período lembradas por nossa entrevistada como “*tava no auge da Ditadura Militar, 72... tava no auge da repressão, e era uma coisa violenta*” ¹¹⁹. Temos que ressaltar ainda que, diferentemente do que se apontou certa bibliografia produzida no período quanto à presença do nordestino como trabalhador sem experiência anterior de organização e luta social, pode-se vislumbrar que a trajetória de nossa entrevistada é marcadamente lembrada pela sua participação nos movimentos sociais ainda no nordeste. Tal experiência lhe proporcionou suporte para a sua organização e participação nos movimentos sociais de jovens e trabalhadores da Igreja Católica em São Paulo, que a aproximou de uma ala do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica. A participação anterior em um movimento social foi um dos elementos que permitiu que a trabalhadora desenvolvesse militância sindical, diferentemente de milhares de pessoas que passaram pelo mesmo processo e optaram por não participar das lutas sociais do movimento operário no período.

Assim, impulsionadas pela esperança de conseguir um bom trabalho ou fugir às pressões vividas nos locais de nascimento, como última alternativa para garantir o sustento

¹¹⁸ Edwrigens (Edy), entrevista realizada em 11 de março de 2007 em São Paulo/SP.

¹¹⁹ Maria José Soares, entrevista realizada no dia em 11 de março de 2007 em São Paulo/SP.

familiar, sozinhas ou com suas famílias, as ex-operárias Edy, Maria José, Mana, Baixinha¹²⁰, Nice, Delma¹²¹, Rosário, Maria Mendes, Carmem, buscaram na cidade de São Paulo e na região do ABC¹²² um lugar propício para reconstruírem suas vidas e para superarem as dificuldades vividas no interior, onde não se oferecia grandes possibilidades para as mulheres da classe trabalhadora, como se recordou a Maria Mendes “*a gente vivia, mas não tinha expectativa de melhoria*”¹²³. Assim, entre passar necessidades financeiras, continuar morando com os pais ou em locais onde havia poucas expectativas para o futuro, elas optaram por se tornarem operárias e enfrentar de frente as pressões de seu tempo.

Desta forma, não só as ex-operárias que migraram de outros locais, mas também as que já moravam no interior paulista e nas redondezas da grande São Paulo, (como é o caso da Fátima¹²⁴, Nádia¹²⁵, Arlete¹²⁶, Rita¹²⁷ e Vera) vieram buscar trabalho nas indústrias metalúrgicas como uma alternativa de se inserirem no mercado de trabalho. Essas mulheres, mesmo não tendo enfrentado os problemas vividos pelos trabalhadores que vieram de cidades do interior, em sua maioria¹²⁸, também eram de famílias pobres, que viviam nas periferias, e

¹²⁰ A Baixinha veio com o pai, a mãe e os dois irmãos para o ABC Paulista no início da década de 1970, quando a situação financeira da família no Pernambuco “*não dava mais pra gente viver!*”.

¹²¹ Depois de perder a pequena propriedade em uma das regiões mais pobres atingida pela seca em Minas Gerais, o pai da Delma resolveu mudar-se com toda família para São Paulo em busca de trabalho e melhores condições de vida para sua família.

¹²² No período, a cidade de São Paulo e principalmente o ABC Paulista caracterizaram-se como pólo industrial em pleno processo de expansão e modernização, onde, segundo a ex-operária Edy, “*as pessoas quando pensava em sair de onde estavam, a sua terra natal, para uma vida melhor, o grande sonho era São Paulo! Não é a toa que, como diz Caetano, ‘São Paulo é como o mundo todo!’.* Aqui tem de tudo né? Então tem, pessoas de todos os Estados né? E o trabalhador que veio pra luta né? Pra consegui a vida melhor né? Ele esta disposto a trabalhá mesmo, a enfrentá qualque, trabalho né? Não tem experiência, qualque coisa (...)eu quando eu vim pra capital eu tinha 15, anos, e logo eu comecei trabalhá em fábrica, acho que quatro meses depois!”.

¹²³ Maria Mendes, entrevista realizada em 10 de março de 2007 em Diadema/ SP.

¹²⁴ A Fátima nasceu e mora até hoje no mesmo endereço na periferia de Santo André.

¹²⁵ A Nádia nasceu em Tatuí, mas mudou-se ainda criança para Osasco, como ela nos contou “*eu nasci em Tatuí em 14 de março de 1963. Mas eu moro..., sempre morei em Osasco. Meu pai era ferroviário, então a gente morava em uma vila ferroviária, (...) em Osasco*”. Mesmo sempre tendo morado nas periferias de Osasco, a Nádia trabalhou em indústrias metalúrgicas na cidade de São Paulo, onde como esta indica, “*eu morava na época, com a minha mãe, no Jardim Veloso em Osasco, Zona sul de Osasco. Periferia mesmo né? E então quando eu entrava às cinco horas da manhã, cinco e meia da manhã, eu saía de casa duas e meia, aí pegava um ônibus e um trem. E nesse trem eu encontrava muitos dos meus colegas porque eles vinha de Carapicuíba, que é mais difícil ainda.*”

¹²⁶ A Arlete que é filha de ex-operário metalúrgico nasceu e vive na cidade de São Paulo.

¹²⁷ A Rita nasceu no campo, no interior paulista, mas cresceu na Cidade Ademar, um bairro da periferia de São Paulo, onde começou a participar de grupos de Igreja e acabou se inserindo na indústria metalúrgica, “*até mesmo por conviver com muito operário*”. Como ela explica, “*eu só da Cidade Ademar, aqui mesmo na cidade. Meu pai era alagoano, minha mãe do interior de São Paulo, é... (...). Eles vieram, do campo, i... meu pai era enfermeiro. Se tornou enfermeiro aqui na cidade né? Minha mãe atuava como costureira, costurando pra fora, ficando em casa, cuidando dos filhos,(...) mas nos mudamos criança pro bairro*”.

¹²⁸ Com exceção da Maria Lúcia, que segundo esta os pais gozavam de melhores condições de vida, seu pai era advogado e teria tido condições financeiras para que todas as filhas cursassem faculdade.

assim, ao chegarem à adolescência, era comum que procurassem um emprego¹²⁹ como forma de ajudar financeiramente a família; e mediante o crescimento da categoria e a ampla oferta de emprego “*porque não sê uma metalúrgica, um peão de fábrica? Tinha que trabalha mesmo!*”¹³⁰”

Estas mulheres com histórias e trajetórias semelhantes, ao chegarem à adolescência ou mudar-se para as cidades de São Paulo e S. Bernardo do Campo, encontraram um mercado de trabalho com ampla oferta de emprego¹³¹ que proporcionava aberturas nas estratégias de flexibilização do mercado de trabalho, contratando mão-de-obra mais barata e menos-qualificada (não só pela falta de especialização, mas também sem experiência de trabalho anterior). Quadro que é lembrado pelas operárias, que ao se recordarem de sua adolescência e dos motivos que as levaram a “tentar a vida” em São Paulo e região, indicaram que “*havia a promessa de ter muito emprego; era essa a propaganda no período*”¹³², e diferentemente de seus locais de origem, “*tinha mais emprego, então tinha mais opção de escolha*”¹³³.

2.2 Formando o mercado de trabalho

Ao recordar-se de como se tornaram metalúrgicas, nossas entrevistadas observaram que, via de regra, foram inicialmente empregadas nas linhas de montagem, desenvolvendo atividades que não exigiam mão-de-obra qualificada¹³⁴ e experiência anterior de trabalho. Entretanto, exigia maior agilidade e destreza com as mãos, no intuito de adaptar-se ao intenso ritmo de produção e às longas jornadas de trabalho.

¹²⁹ Mesmo no caso da Fátima e da Nádia, que foram impulsionada a se inserirem nas indústrias por indicação do movimento político no qual militavam (Convergência Socialista), estas eram de famílias operárias (o pai da Nádia era operário ferroviário e a mãe dona de casa, e o pai da Fátima era motorista e a mãe inicialmente era operária de uma indústria borracheira e depois se tornou técnica em enfermagem), e ao chegarem na adolescência, se referiram à necessidade de trabalharem para ajudar em casa, ou mesmo ter seu próprio dinheiro, seu sustento, “*comprar minhas coisinhas*”

¹³⁰ Baixinha, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

¹³¹ Se por um lado o início da década de 70 é lembrado pela abundância de oferta de emprego, os últimos anos da década e início dos anos 80 são recordados por nossas entrevistadas pela dificuldade de se conseguir emprego, tanto pela repressão aos militantes sindicais, como pela grande concorrência no mercado. Assim, podemos notar uma transformação e readaptação do mercado de trabalho às novas situações colocadas no início dos anos 80, onde temos a retração do desenvolvimento do mercado automotivo e metalúrgico, principalmente na região do ABC paulista, com o fechamento de várias empresas e a transferência de linhas de produção para outras regiões, onde havia mão-de-obra mais barata e a organização dos trabalhadores em sindicatos e oposições sindicais não estava tão desenvolvida como nessas duas cidades.

¹³² Edy, entrevista realizada no dia 14 de março de 2007, em São Paulo/SP.

¹³³ Maria Mendes, entrevista realizada em 10 de março de 2007 em Diadema/ SP.

¹³⁴ Para elas, os trabalhos considerados qualificados eram os melhores remunerados, como a ferramentaria e tornearia, que se caracterizavam por serem atividades que exigiam maior força física e que esmagadoramente eram exercidos por homens.

Assim, a ex-operária Delma, dois filhos, separada, ex-militante do MOSP e de movimentos sociais ligados à Igreja, atualmente psicóloga da rede de saúde pública do Estado de São Paulo, ao relembrar-se da primeira indústria metalúrgica que trabalhou, pontuou que:

“Na maioria das fábricas tinha (mulher), mas na Philco, era esmagadoramente mulher. E que era montagem de televisão, e linha de montagem mulher é mais rápida, né? Do que homem, e mais barato, né? O salário é menor. Então... então claro que os empresários contratam mulheres. E tinha a Yamazaki também, que era uma fábrica de eletrônica, qui... também 70% eram mulheres”¹³⁵.

Como pudemos observar, a rapidez do trabalho com as mãos e a desvalorização do trabalho feminino em relação ao masculino eram características do trabalho desenvolvido por mulheres e que eram preteridos para ocupar as linhas de montagem, principalmente nas indústrias de eletro-eletrônicos. Assim, Delma nos explicou que:

“A maioria (das mulheres) trabalhavam como ajudante geral. (...) Eram raras, raras, raras, as mulheres que tinham profissão. Em toda a minha vida eu conheci uma mulher ferramentera, uma! Que fez curso no SENAI. (...) Não é o fato das mulheres fazerem cursos que ela conseguiria emprego. (...) Não existia um mercado a... (...) para as mulheres profissionalizadas. Uma mulher fazê um curso de tornerô mecânico ela podia corre o risco de ficá a vida intera desempregada, Porque... 100% de quem trabalha como torneiro mecânico eram homens, né? Hoje em dia eu não sei mais como tá a realidade mas naquela época, era isso né? A Maria que é essa moça ferramentera, ela passou muitos anos desempregada, né? Porque não existia esse espaço aberto dentro das fábrica pra você arrumá, se você fizesse um curso arrumasse um emprego na área. Até pra mim que fiz um curso de, de, de...inspetora de qualidade que era um trabalho mais leve, que era um trabalho que não havia nenhuma condição concreta de não ser mulher, né?(...)era difícil arrumá trabalho... né? Na Philco eu trabalhei como ajudante, né?”¹³⁶

Como podemos observar na indicação de nossa entrevistada, o mercado de trabalho na categoria metalúrgica oferecia abertura ao trabalho feminino com o objetivo de arregimentar força de trabalho barata e de desenvolver atividades em setores que exigiam maior agilidade (como na montagem) e dessa forma proporcionavam uma produção maior em menor tempo. O que evidencia as condições da inserção da força de trabalho feminina, no contexto de transformação dos moldes de produção nas indústrias metalúrgicas.

¹³⁵ Delmira Isabel de Jesus, entrevista realizada no dia 12 de março de 2007, em São Paulo/SP.

¹³⁶ Idem.

Nossas entrevistadas indicaram para a grande facilidade de conseguir emprego nas metalúrgicas, que após realizarem alguns testes de aptidão, as concorrentes ao cargo começavam a trabalhar imediatamente, como relata a Edy:

“Era fácil consegui emprego. Era assim, (...) você, tava a placa, ‘Precisa-se de moças’. Você ia lá, pra trabalhar, preenchia a ficha, depois, é... você passava por alguns testes de agilidade, entendeu? Coisa rápida demora duas ou três horas. Eu e lembro, eu me lembro de um teste que era assim, havia um quadrado, né? Uma maderinha quadrada, e... instalada assim, uma maderinha e duas mangueira, de borracha, e na frente da caixinha, umas bolinhas, é.. como bala, de chumbo, porque era pesado, e ficava uma pessoa cronometrando o tempo, (...) pra você pega a bolinha e põe ali. E testando a sua agilidade, pra... e tinha pessoas que não passavam no teste. E aí se você passou no teste você é admitida. (...) Agora treinamento literalmente logo que você chegava na empresa, não tinha. Entendeu? Se você passou no teste, considerava-se que você estava apta a atuar naquele setor. Entendeu?”¹³⁷.

Para Edy, este processo de “abertura” do mercado de trabalho na categoria ao trabalho feminino é associado às novas exigências e tecnologias do trabalho nas esteiras das indústrias eletro-eletrônicas, que foram experimentadas no trabalho que desenvolveu nessas indústrias no período em que foi operária. Assim, o intenso número de mulheres nas linhas de montagem é explicado pela agilidade com as mãos - característica do trabalho feminino segundo nossa entrevistada - fator que evidencia a inserção da mão-de-obra feminina nas indústrias metalúrgicas ao longo das décadas de 1970 e 1980.

No entanto, ao falar de um mercado aberto ao trabalho feminino, pudemos notar ao longo das narrativas de nossas entrevistadas, que nem todas as mulheres tinham essa facilidade de inserção no mercado de trabalho, mas como se recordou a ex-operária metalúrgica Maria Mendes:

“Assim, (a mulher) tinha uma vantagem... (...), a gente tinha assim... tinha mais emprego, então tinha mais opção de escolha, né? Agora... como mulher a gente tinha as dificuldades que ainda tem hoje, que depois de tanta luta nossa já melhorou (...), mas naquela época, assim, a discriminação de ... assim, a questão escolar não era tanto né? Mas assim, a dificuldade que eu encontrei, agora porque tive filho, tem que trabalhar, tem filho. Isso era uma dificuldade. Porque achava assim, porque a gente tinha filho, ia falta no serviço, pra levá na escola, na, na, ao médico. Então essa foi uma dificuldade, é... muito frequente que eu enfrentei isso. Algumas vezes, sempre o maior orgulho da minha vida foi ter meu filho, mas... teve

¹³⁷ Edy, entrevista realizada no dia 11 de março de 2007 em São Paulo/SP.

algumas empresas que eu tive que dizê que meu filho não morava comigo, que ... tinha filho, mas ele tava com outra pessoa, enfim, pra podê consegui trabalho¹³⁸.”

Ter idade entre 16 e 35 anos, ser solteira¹³⁹ e não ter filhos era, em muitas empresas, exigência para a contratação. Assim, algumas de nossas entrevistadas indicaram como dificuldade de conseguir emprego na categoria depois de ultrapassar os 35 anos, onde muitas ficaram desempregadas - como é o caso da Edy, Maria José, Vera, Nice, Mana e da Baixinha. Nessas situações, as denúncias eram muito freqüentes, principalmente nos jornais *Tribuna Metalúrgica* e *Luta Sindical*, de operárias que eram despedidas após anunciarem o casamento¹⁴⁰ ou ficarem grávidas. A Nice lembrou-se que em algumas fábricas onde trabalhou havia um rigoroso controle interno, em que as mulheres eram obrigadas a mostrar “o modess sujo de sangue todo mês pra chefe de sessão, pra mostra que não tava grávida, porque senão era demitida”¹⁴¹. Fatores que nos possibilitam constatar que houve aberturas para inserção da força de trabalho feminina nas indústrias metalúrgicas, mas para um determinado tipo de operária que daria maior produção e lucro, levando-se em conta alguns setores, o trabalho feminino parece ter atendido melhor às exigências da linha de produção; não para todas as mulheres, mas apenas àquelas que se encaixavam nas exigências da linha de produção.

Nas pesquisas, produções bibliográficas e jornais consultados ao longo de nossa pesquisa, observamos que frequentemente quando se perguntou sobre os locais ocupados e atividades desenvolvidas pelas operárias, a linha de montagem e os setores considerados não qualificados são apontados como eminentemente ocupado por mulheres. Já os setores onde se desenvolviam atividades que se exigiam maior especialização do trabalho (como tornearia, ferramentaria), via de regra, foram considerados espaços exclusivamente masculinos, em perceptível referência a divisão sexual do trabalho.

Nesse sentido, ao analisarmos as propostas de sindicalização do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema nos meses de dezembro de 1977, janeiro e fevereiro de

¹³⁸ Maria Mendes, entrevista realizada em 10 de março de 2007 em Diadema/ SP.

¹³⁹ No Jornal de Campanha do MOSP para as eleições sindicais de 1981, a operária Maria Lúcia de Ângelo, operadora de máquina da OSRAM, indica que “*um dos maiores problemas é a que a maioria das fábricas não emprega mulheres casadas*”. Como esta operária, algumas de nossas entrevistadas (a Edy, Maria José e a Maria Mendes), nos afirmaram que na hora de contratação, existia uma preferência pelas mulheres solteiras e sem filhos.

¹⁴⁰ Segundo a ex-operária Arlete, a maioria das mulheres que trabalhavam na linha de produção tinha entre 17 e 30 anos, assim, quando estas anunciavam que se casariam, era freqüentemente despedidas “*porque pro patrão significava que ia ter filhos, e aí ia tê qui falta pra levá o filho no médico, e tal*”.

¹⁴¹ Nice, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

1978¹⁴², averiguou-se que realmente a maioria das operárias sindicalizadas neste período, ocupavam cargos de “ajudantes”. Por exemplo, no mês de fevereiro de 1978, das 48 operárias sindicalizadas¹⁴³ 38 trabalhavam na produção¹⁴⁴, sendo que 20 se enquadravam como ajudantes, 4 montadoras, 3 prensista, 2 operadoras de torno, 2 operadoras de máquinas¹⁴⁵, 2 perfuradoras, 2 costureiras, 1 embaladora, 1 frizadora e 1 g.p. .

Todavia, as narrativas de nossas entrevistadas, indicam que essas operárias até poderiam ser registradas na carteira de trabalho como ajudantes, mas estavam em todos os setores da fábrica e desempenhavam uma variedade de atividades, onde, como afirma a Baixinha, “*nóis fazia de tudo!*”. Assim sendo, Nice ao recordar-se do seu dia-a-dia de trabalho na indústria metalúrgica nos disse que:

“Eu, eu tive um azar né? Dizem que foi por causa da cor, eu sempre trabalhei nos pió serviço dentro da empresa metalúrgica. Trabalhei nos pior serviço, por exemplo, prensa pesada, e eu era muito idio, idiota não! Cê precisava trabalhá! Então, por exemplo, punha pra eu trabalhá numa prensa, i eu conseguia fazê o que um homi fazia, então eles inchia bola, ‘Essa Nice é boa pra trabalhá nas máquina!’. Só que assim, os homens eram prensistas, e ganhavam um salário a mais, i eu, eu era ajudante de serviços gerais! Fazendo o memo serviço.”¹⁴⁶

Esta afirmação da Nice, carregada de brincadeiras e de certa amargura ao se referir ao trabalho desenvolvido nas indústrias metalúrgicas, alude à existência de dois tipos de discriminação vivenciadas pelas ex-operárias, onde além de ser mulher e receber salário inferior aos homens (pelo menos aos que tinham sua profissão reconhecida) era negra¹⁴⁷. Observamos que as relações sociais desenvolvidas no ambiente de trabalho não se referem apenas às questões ligadas às relações entre classes (operários e patrões) e de gênero (homem

¹⁴² Estas datas foram selecionadas pelo fato de terem ocorrido no dia 28 e 29 de janeiro de 1978 o I Congresso da Operária Metalúrgica em São Bernardo do Campo.

¹⁴³ De um total de 475 operários sindicalizados neste período.

¹⁴⁴ Das 10 restantes, 3 trabalhavam na limpeza, 1 era zeladora e o restante eram secretárias e auxiliares de escritório.

¹⁴⁵ Temos que ressaltar que nossas entrevistadas nos indicaram que, por vezes, as operadoras de máquina e torno, desenvolviam atividades consideradas como profissionais, mas recebiam salário inferior aos que eram registrados pela profissão.

¹⁴⁶ Nice, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

¹⁴⁷ Um de nossos entrevistados, o Arapinha, ao contar suas experiências de luta no movimento operário em SBC, ainda nos relatou que “*segundo a constituição de 1988 (...) diz assim, são igual perante a lei... aonde? (...) A lei no Brasil, infelizmente tem três fase: A lei do preto, a lei do branco e a lei rico. O branco pobre, é tratada di uma meneira, o pobre preto é tratada de outra, principalmente se fó pobre também, e o rico de otro*”. Assim, podemos perceber que na concepção deste ex-operário, ao julgar e lembrar-se de suas práticas de luta, não apenas às questões referentes à classe, tornaram-se elementos mediadores de suas relações sociais, mais ainda, questões referentes ao racismo intrínsecas na cultura brasileira, que refletem nas práticas de poder e nas instituições do país.

e mulher), mas ainda são permeadas por questões culturais ligadas as suas origens e crenças. Assim, ser negra para Nice significou ter piores condições de trabalho.

Na narrativa da ex-operária que trabalhou muitos anos na montagem como ajudante geral, ou como operadora de máquina, percebemos que esta desempenhava várias atividades dentro da linha de produção. Atividades que exigiam mão-de-obra qualificada, mas que no cotidiano de trabalho, adquiriu experiência e saberes, permitindo que desenvolvesse outras atividades sem recorrer a cursos técnicos ou de preparação de mão-de-obra especializada. Muitas vezes, as trabalhadoras ultrapassaram espaços e delimitações dos setores que exigiam maior especialização do trabalho sem que, no entanto, houvesse equiparação salarial ou que a atividade fosse reconhecida no registro em carteira. Caso como este que não pode ser compreendido como exceção, mas que se tornou prática freqüente nas estratégias de mercado no período – e não só da categoria metalúrgica - como foi verificado no relato de todas as nossas entrevistadas que compartilharam do mesmo tipo de dificuldade quando eram operárias metalúrgicas, e nos relatos sempre freqüentes nos jornais: *Luta Sindical* e *Tribuna Metalúrgica*. Como observamos na pesquisa realizada com 12 operárias em dezembro de 1976, pelo jornal *Tribuna Metalúrgica*¹⁴⁸, elas afirmaram que:

“-A maioria lá na Philco é montadora. Dizem que é montadora, mas elas trabalham nas prensas. Elas registram como montadora porque prensista ganha mais. Tem menina que trabalhá lá há quatro anos e ainda tá registrada como montadora. Ela não pode ser prensista.”

*“-Já to com 4 anos lá. Com 4 anos sou montadora. Depois de um ano eu acho que ela já passa a ser montadora. Mas eles não mudam a carteira.
-E nem o salário. Continua recebendo como ajudante.”*¹⁴⁹

As operárias empregadas nesta empresa, a exemplo de outros locais, eram registradas em uma função, mas desempenhavam outras. Assim, a preocupação de alguns dirigentes do sindicato metalúrgico em promover um debate entre operárias denunciando esse tipo de exploração do trabalho feminino nas indústrias da categoria, aponta para uma prática freqüente nas fábricas do ABC Paulista e que deveria ser combatida e questionada pelas operárias que partilhavam a situação, em acordo com as atividades desenvolvidas pelo

¹⁴⁸ Ao analisar o jornal *Tribuna Metalúrgica* publicada ao longo de 1970 e 1980, notamos que a partir de meados de 75/76, começa a evidenciar sua atenção aos conflitos em relação às questões específicas às operárias metalúrgicas, trazendo pesquisas e matérias referindo-se aos problemas enfrentados pelas trabalhadoras. Neste sentido, em 1976 o então diretor sindical, Luis Inácio da Silva, ao justificar a realização de um congresso – que só ocorreria dois anos depois- voltado para as discussões da mulher na categoria, este explicou que: *“nunca se deu a chance para que a operária brasileira dissesse o que pensa de sua situação na fábrica, quais seus problemas e o que ela gostaria de mudar”*.

¹⁴⁹ *Tribuna Metalúrgica* n° 39 dezembro de 1976 página 10.

sindicato da categoria, que no período tinha como perspectiva uma aproximação com os trabalhadores. Com isso, nas entrevistas realizadas com ex-operário metalúrgico Manuel Anísio¹⁵⁰, baiano, 58 anos, três filhos, separado, advogado e atual presidente da Associação dos Anistiados do ABC Paulista, que foi dirigente sindical e um dos responsáveis pela elaboração do *I Congresso da Operária Metalúrgica* de São Bernardo do Campo e Diadema, este nos relatou que:

“Uma das coisas que eu notei, quando você ia inscreve elas, tudo bem, dava o nome, tal...o RG, num lembro, não tinha muita formalidade não! Aí chegava na hora de anota qual era a função delas, muitas tinha vergonha de falá, muitas chorava, o num falava. Todas ajudante! Todas ajudante! Ou então prática de injetora, na Polimatic. Na Embrap e na Comander onde a Mana trabalhava, a Maria Pretinha e tudo né? Então, todo mundo era ajudante. (...) Pudia tê 10 ano como prensista, mas chego ali, né? Isso na nossa região imagine nos outro! Maiô judiação!”¹⁵¹

Como se recorda o Manuel Anísio, a maioria das operárias das indústrias metalúrgicas de SBC em 1978 era registrada como ajudante, mas desempenhavam outras atividades. Fato que, segundo este, era compreendido pelas operárias como uma injustiça não ter uma “profissão” e a “função” reconhecida e legitimada. Elemento que parece ter levado o sindicato da categoria a promover um congresso direcionado exclusivamente para discutir os problemas enfrentados pelas operárias da categoria e a direcionar, a partir de meados de 1976, atividades e práticas direcionadas não só aos trabalhadores em geral, mas em atenção especial às operárias que compunham a base operária em São Bernardo do Campo.

Este debate sobre a equiparação profissional e salarial, pode ser observado ainda nas matérias do jornal *Tribuna Metalúrgica* e também foi tema de grupos de discussão e palestras no *I Congresso das Operárias Metalúrgicas* em 1978. Nesse congresso, o não reconhecimento profissional do trabalho desempenhado por mulheres na região foi compreendido como uma estratégia de exploração da classe trabalhadora, e por isso, deveria ser combatido pela luta conjunta dos trabalhadores e sindicato. Essa exploração se dava no momento em que muitos empresários tinham a prática de substituir a força de trabalho masculina pela feminina¹⁵² no intuito de baratear o custo da produção, levando-se em conta

¹⁵⁰ Manuel Anísio, ou o Mané como é mais conhecido entre os operários metalúrgicos de São Bernardo, foi diretor sindical no período de 1975 a 1980, quando o sindicato sofreu intervenção do Estado. Hoje ele é anistiado e presidente da Associação dos anistiados do ABC paulista. É formado em Direito e trabalha no ramo político.

¹⁵¹ Manuel Anísio, entrevista realizada no dia 16 de março de 2007 em São Bernardo do Campo/ SP.

¹⁵² Como indica a matéria “*Lugar de fogão não é só na cozinha*”, publicada em junho de 1976 no Jornal *Nós Mulheres*, ao entrevistar mulheres de uma fábrica de fogões no Brás, constatou que aos poucos os homens foram sendo trocados por mulheres na linha de produção, que segundo as trabalhadoras passaram a trabalhar apenas,

que as operárias desenvolviam o mesmo trabalho, mas recebiam salários inferiores ao dos homens.

2.3 Enfrentando a rotina da produção, lutando por direitos.

A partir das narrativas de nossas entrevistadas, podemos analisar que no dia-a-dia de trabalho, essas mulheres foram ocupando novos espaços (especializando ou não sua mão-de-obra) e acumulando funções anteriormente desenvolvidas apenas por homens. Dessa forma, compreendemos que diferentemente do que usualmente se pensou sobre as operárias que compuseram a categoria metalúrgica em São Paulo e São Bernardo do Campo, elas não estavam “guetizadas” nos setores mais desqualificados. Poderiam até ser registradas como ajudantes (por exemplo) como observamos na amostragem com as propostas de sindicalização e na própria narrativa de nossas entrevistadas. Nas práticas cotidianas de trabalho, desenvolviam várias atividades e estavam presentes em todos os setores das fábricas, trabalhando como prensistas, nos tornos, com materiais pesados, com solda, etc.

Assim, ao inserirem-se na linha de produção, as operárias, como elas mesmas recordaram, passaram a experimentar o “*ritmo alucinante da linha de produção*”¹⁵³, enfrentando as mesmas dificuldades vividas por todos os operários (homens e mulheres). A exploração, os baixos salários, a repressão dentro da fábrica, a perseguição dos chefes, as más condições de trabalho, entre outros, são elementos que foram sentidos por todos os trabalhadores, indiferentes ao sexo, que são pontuados pelas ex-operárias metalúrgicas como uma característica comum a todas as trabalhadoras no período.

Nossas entrevistadas ao se referirem ao seu cotidiano de trabalho, remetem-se por várias vezes às formas de exploração, ao desgaste da linha de produção onde eram submetidas ao intenso ritmo de trabalho, ambientes insalubres com altas temperaturas, longas jornadas, humilhações freqüentes e intenso controle dos trabalhadores.

Assim, a ex-operária Arlete, paulista, ex-operária metalúrgica e hoje professora da Rede Pública de São Paulo, ao falar da primeira indústria da categoria onde trabalhou, recordou-se do intenso controle dos chefes de sessão, vivido cotidianamente, como ela nos pontuou:

nos serviços mais pesados como carregar os fogões para dentro dos caminhões, mas, como indica outra operária, no início da linha de produção “*era uma mulher que colocava um fogão na esteira de quase um metro de altura*”, no entanto, recebiam salário inferior.

¹⁵³Edy, entrevista realizada no dia 11 de março de 2007, São Paulo/SP.

“Era terrível! Você não tinha liberdade nenhuma, nenhuma, nem di..., nenhuma, nem de desenvolver a atividade profissional do jeito que você achava melhor, porque era controlado tudo o tempo inteiro”¹⁵⁴.

Controle também presente nas memórias da Nice, que ao caracterizar seu dia-a-dia de trabalho nas indústrias metalúrgicas no início da década de 1970, lembrou-se da constante pressão experimentada no ambiente de trabalho, em que os chefes de sessão sempre exigiam maior produção e, para isso, *“na época, só faltava bater na gente dentro de firma! Porque do resto? Xingava, ofendia!”*¹⁵⁵. Para esta ex-operária, a violência nas relações com os colegas de trabalho (não apenas física, mas também psicológica), evidencia a exploração da mão-de-obra diante da exigência de se produzir cada vez mais e em menor tempo. Exploração que ficou marcada em sua memória, lembrada pelo ritmo alucinante de trabalho que fez com que *“aos 13 ano já tinha sofrido acidente de trabalho!”*.

Esta percepção sobre a intensidade do trabalho motivou a Mana a participar das lutas empreendidas pelo sindicato e a desenvolver suas próprias lutas, tentando superar as dificuldades vividas no ambiente do trabalho. Assim, ao lembrar-se das lutas desenvolvidas no desenrolar da década de 1970 e 1980, redimensiona suas lutas pessoais, como parte de um processo de lutas gerais que possibilitou transformações das relações sociais e melhorias nas condições de trabalho das mulheres (e de todos os trabalhadores), asseguradas pelas modificações e criação de novas leis trabalhistas. Assim, ela observa que:

“Nóis era umas escrava! Num tinha direito nenhum (...) depois não podia mais judiá das escrava. E quando queria te chutá, chutava memo! Se você atrasasse 10 minuto, ou se ficasse no banheiro porque tava passando mal, se podia leva advertência! Porque era mulher! (...) E a gente era discriminada nessa medida. Em tudo! Em tudo! E de lá pra cá não! Porque a gente luto muito”¹⁵⁶.

A ex-operária, ao falar do tempo em que foi metalúrgica, refere-se à falta de leis que protegessem o trabalho feminino, que para ela, foram sanados pela própria organização das operárias da categoria em torno do movimento sindical de São Bernardo do Campo. Podemos notar que a Mana caracteriza o período em que foi metalúrgica em dois momentos bem distintos, que são marcados profundamente pelo sentido que a experiência de classe e das lutas sindicais tomou para si e para sua percepção dos problemas vivenciados neste processo de lutas.

¹⁵⁴ Arlete, entrevista realizada no dia 14 de março de 2007, em São Paulo/SP.

¹⁵⁵ Nice, entrevista realizada no dia 17 de março de 2007, São Bernardo do Campo/SP.

¹⁵⁶ Maria Teixeira Vilela, entrevista realizada no dia 14 de março de 2007, São Bernardo do Campo/ SP.

Neste sentido, percebemos num primeiro momento, que foi pontuado a partir de uma intensa exploração das operárias, comparada pela ex-metalúrgica ao regime de escravidão, onde estas eram mal tratadas e não existiam leis que intermediassem seus interesses e suas relações de trabalho. Todavia, ela indica que após a organização da classe e das lutas desenvolvidas pelas operárias metalúrgicas, a situação de exploração começou a ser modificada, transformando este cenário, no contexto em que transformaram suas próprias experiências e trajetórias de lutas.

A nova organização do trabalho e o condicionamento ao uso da esteira foram mais algumas das dificuldades lembradas por nossas entrevistadas. Edy, ao recordar-se do trabalho que desenvolveu na fábrica de eletro-eletrônicos no fim da década de 70, caracterizou este como:

*“Treinamento de locura! Era coisa pra ficá doido mesmo! (...) Então você não podia olha pu lado! Você não podia virá à cabeça! Você não podia pensa em outra coisa! Entendeu? Aquilo era loucura, loucura, loucura! Se faltasse alguém no trabalho, né? Você não podia pensá em falta também porque, era uma repressão imensa, imensa”.*¹⁵⁷

O ritmo alucinante da linha de produção e o rígido condicionamento à esteira são elementos que para Edy caracterizavam a exploração e a repressão existentes no seu dia-a-dia de trabalho na década de 70 e início dos anos 80¹⁵⁸. Como ela mesma salienta, este “*treinamento de loucura*” prendia os trabalhadores à linha de produção, não só pela exigência de um ritmo de produção cada vez mais rápido, mas pela própria repressão existente dentro das fábricas, que foram caracterizadas como um ambiente de freqüente vigilância, humilhações e ameaças de demissão, entre outros fatores.

Repressão e humilhações que ficaram marcadas para Nice em coisas cotidianas como ir ao banheiro, onde segundo ela:

“O que mais incomodava era o banheiro! Maldito do banheiro! Porque na época... hoje, você fala em menstruação como a coisa mais natural do mundo! (...) Mas naquela época não! A gente morria de vergonha! Cê imagina você í nu banhero mais de duas vezes, você não podia í mais de duas vezes! Por período! Você ia de manhã uma vez, no máximo duas! Se você ia três, aí você já tinha que diz: ‘ê tava menstruada, tava passando mal, tava com cólica’. E mesmo assim, você era esculhambada! O chefe tirava sarro! Maltratava! Tinha até que fica

¹⁵⁷ Edy, entrevista realizada no dia 11 de março de 2007, São Paulo/SP.

¹⁵⁸ Uma de nossas entrevistadas, a Fátima, disse que devido ao intenso condicionamento a uma determinada atividade que desenvolveu em uma fábrica de peças para carros, que mesmo depois de muitos anos afastada daquele trabalho ela tinha um tique de pegar determinada forma no painel do carro, em alusão a forma como ela montava aquela peça no período em que foi metalúrgica.

pegando chapinha pra ele marcá quantas vezes você ia no banheiro! Então era muita humilhação! Era muito mesmo! Em linha de montage era pior ainda! Que não dexava você í... era pior ainda! Na linha de montage tinha vez que você ficava fazendo xixi na ropa porque eles falava que não tinha como pará a linha, se não tivesse alguém pra substituí. A reserva, em alguns lugar eles chamava reserva, se não tivesse reserva você ficava alí. Você ia ao banheiro você já tava passando mal, já tava a ponto de... tava com dor na bixiga, é isso!”¹⁵⁹

O condicionamento à linha de produção é lembrado pela ex-operária pelo intenso controle que havia ao longo da jornada de trabalho e repressão dos chefes que foi sentida pela tentativa de controle das necessidades fisiológicas das operárias, através das chapinhas¹⁶⁰ e das humilhações freqüentes que impedia que estas operárias fossem ao banheiro de acordo com suas necessidades naturais. Neste sentido, o controle no uso dos sanitários foi lembrado como um dos principais problemas vividos por nossas entrevistadas e foi tema por diversas vezes das denúncias publicadas nos jornais *Tribuna Metalúrgica* e *Luta Sindical*, que apontavam o controle abusivo de algumas empresas e chefes.

Compreendemos que essas trabalhadoras, ao definirem as experiências vividas no dia-a-dia de trabalho, reportaram-se às aflições sentidas por todos os trabalhadores da linha de produção. O ritmo alucinante, a falta de leis que protegiam o trabalhador e a própria exploração do trabalho através da violenta repressão e humilhação dos operários, são elementos que deixaram marcas profundas na memória de nossas entrevistadas e são importantes para a compreensão do que era trabalhar e “ser” uma operária metalúrgica naquele período. Questões essas que se tornaram elementos de sua pauta de reivindicações presentes em suas lutas por melhores salários, condições de trabalho, fim da repressão e humilhações dentro das fábricas, entre outros elementos freqüentes nas narrativas de nossas entrevistadas.

A ex-metalúrgica Maria de Fátima, ou Baixinha como é mais conhecida, ao fazer um balanço das condições de trabalho e dos problemas vivenciados no dia-a-dia de trabalho no período e nas modificações dessas condições alcançadas no processo de lutas desenvolvidas ao longo de sua trajetória como operária metalúrgica e militante do movimento sindical, nos pontuou que:

¹⁵⁹ Nice, entrevista realizada no dia 14 de março de 2007, São Bernardo do Campo/ SP.

¹⁶⁰ O sistema das chapinhas se baseava na prática de toda vez que a operária necessitava de ir ao banheiro tinha que pegar uma chapinha que era pendurada em um lugar bem visível a todos e frequentemente em local onde os chefes ou patrões pudessem ver quem ia pegá-la. Desta forma, se a operária sentisse necessidade de utilizar o banheiro e a chapinha não estivesse no local ela teria que esperar que a colega voltasse.

“A gente vai nu ônibus e vê os trabalhador conversando. A gente fica pesando assim né? (...) Hoje tem a creche, né? Coisa que na época, né? A gente não tinha! Né? Hoje, tá dentro de uma empresa que tem 15 minutos de café de manhã, da tarde... almoço! Que agente não tinha. Ele tem um espaço dele fumá, soltá a fumaça dele que a gente não tinha. E não podia! E eu posso falá isso porque eu vivi isso! E quando eu comecei? Nossa Senhora! A gente não tinha nada! I num podia nada!”¹⁶¹

Avaliando no presente situações vividas no passado, a Baixinha salienta as conquistas e transformações ocorridas tanto na organização da jornada do trabalho, como dos problemas internos das fábricas, marcados por regras muito mais restritas e falta de assistência aos operários. Ao apontar para os direitos adquiridos pela classe trabalhadora, essa operária reivindica o reconhecimento de suas lutas pessoais, desenvolvidas seja dentro das fábricas, nas formas de resistência cotidiana ou nas lutas desenvolvidas em um contexto mais amplo, dentro das atividades ligadas ao Sindicato Metalúrgico de SBC, e se auto-afirma como sujeito transformador de sua realidade ao ter experimentado as dificuldades vividas pelos trabalhadores na época.

Nas narrativas de nossas entrevistadas, observamos que elas associam a exploração dos operários a não existência de leis. Algumas dessas leis que protegiam o trabalho e até mesmo leis existentes e não aplicadas sobre proteção ao trabalho da mulher, como a lei que exigia que toda empresa com mais de 60 funcionárias com idade acima dos 16 anos deveria ter creches nas instalações das fábricas ou vínculo com instituições que oferecessem este serviço. Ou ainda, a lei que proibia o trabalho noturno para mulheres (artigo 379 da CLT de 1943 revogado em 24/10/1989) - lei que em 1978 quase foi modificada através de Anteprojeto de reformulação da CLT, levada para votação no senado que, no entanto, devido a intensa pressão feita pelo sindicato metalúrgico de SBC¹⁶², movimentos feministas e de mulheres, o anteprojeto foi engavetado e só aprovado em 1987¹⁶³.

¹⁶¹ Maria de Fátima Araújo, “Baixinha”, entrevista realizada no dia 14 de março de 2007, São Bernardo do Campo /SP.

¹⁶² O Sindicato de São Bernardo chegou a promover o I Congresso da Operária Metalúrgica e reuniu assinaturas em um abaixo-assinado que ia ser levado à Brasília. Na ocasião a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo também promoveu várias discussões entre as operárias no intuito de discutir a ementa.

¹⁶³ Como aponta o jornal Mulherio nº 17 de 1987 “Foi assim rapidamente e sem qualquer discussão que o Congresso Nacional aprovou em junho uma lei liberando o trabalho noturno da mulher. A nova lei é uma reprodução fiel de um capítulo do ‘Anteprojeto de reformulação da CLT’, elaborado em 78 pelo Ministério do Trabalho e repudiado integralmente pelo conjunto do movimento sindical, por ser considerado contrário ao interesses dos trabalhadores. Na época, a mobilização foi tanta que o Congresso rejeitou a proposta do governo. Mas o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, resolveu mudar de tática: desistiu de tentar passar a reforma da CLT como um todo e nos últimos meses está mandando para o Congresso pequenos projetos que alteram profundamente a legislação trabalhista”.

Mesmo existindo certas leis, como a que garante creche para seus filhos¹⁶⁴, que proibia o trabalho noturno feminino, entre outras, as operárias não deixaram de fazer hora extra até mais tarde, como afirma a Edy:

“A gente tinha uma carga horária de na época era 8 horas e meia corrida e ainda queria que a gente fizesse hora extra duas horas por dia. Quem trabalhava o dia todo, tinha que trabalha nos dias de sábado pra fazê hora extra”¹⁶⁵.

Também não deixaram de entrar de madrugada no trabalho por causa da fiscalização que deveria garantir a aplicação das mesmas, como aponta Nádia: *“quando eu entrava às cinco horas da manhã, eu saía de casa duas e meia, aí pegava um ônibus e um trem”*. Essas leis, por diversas vezes foram denunciadas nos jornais ligados ao MOSP e ao Sindicato de SBC, como leis que *“não saíam do papel”* e não eram aplicadas, segundo estes, por falta de “vontade” do Estado que não oferecia os instrumentos e condições necessárias para sua aplicação.

Ao pautarem os problemas enfrentados no cotidiano de trabalho, as operárias indicaram ainda para uma tensão freqüente vivida no período recortado por nossa pesquisa, no sentido de que se vivia sob intenso controle da classe patronal que, em articulação com o Governo Militar, agia em defesa aos interesses de alguns setores da classe empresarial. Assim, como qualquer outro trabalhador, essas operárias sofreram com as questões políticas presentes no contexto histórico do período, indiferentemente de serem mulheres ou não. Desta forma, as narrativas sobre as experiências vividas estão impregnadas com as questões políticas e econômicas que influenciaram e intermediaram suas relações cotidianas e as trajetórias pessoais dessas mulheres. Nesse sentido, lembramos que os homens fazem sua história, não de forma arbitrária, mas sofrendo as pressões e limites da realidade social vivida.

Mas como é que as operárias experimentaram esta opressão política e patronal?

2.4 O regime militar vivido por trabalhadores.

¹⁶⁴ Como afirmou a Baixinha “num tinha creche na fábrica, nunca trabalhei numa fábrica que tivesse creche”.

¹⁶⁵ Ao indicar que além do trabalho desenvolvido de segunda à sexta, elas ainda tinham que fazer hora extra aos sábados, a Edy indica mais um descumprimento com o artigo 385 da CLT que estabelece “O descanso semanal será de 24 horas consecutivas e coincidirá no todo ou em parte com o domingo, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa de serviço, a juízo da autoridade competente, na forma das disposições gerais, caso em que recairá em outro dia.

“Na ora que os cara vinha? Eles não queriam nem sabe se era, home, mulher, criança! Era porrada pra todo mundo!”¹⁶⁶;

Como podemos notar na fala da Baixinha, a recessão e as dificuldades relacionadas ao intenso ritmo de trabalho não foram os únicos problemas enfrentados pelas ex-operárias que desenvolveram suas lutas e resistências dentro e fora das fábricas na década de 1970 e ao longo dos anos 80.

Ao analisar pesquisas, bibliografia e fontes produzidas pelo Sindicato Metalúrgico de SBC e pelo MOSP sobre os metalúrgicos do ABC Paulista e da cidade de São Paulo nesse período, observamos que estes foram caracterizados por diversas vezes como alvos de uma forte política repressiva e de disciplinarização do Governo Militar em acordo com os interesses do capital estrangeiro e nacional. Anos que a classe operária “pareceu” estar sufocada sem meios políticos e organismos que pudessem expressar suas expectativas enquanto classe e descontentamento com a situação que partilhavam. Mas foram buscando brechas e ampliando suas lutas, permitindo enfrentar as pressões de seu tempo e reivindicar melhores condições de trabalho e vida, seja nas formas de resistência cotidiana ou nas lutas desenvolvidas pelo MOSP (que ofereceu uma alternativa ao sindicato atrelado ao estado que atuava em acordo com os interesses da classe empresarial) e pelo Sindicato Metalúrgico de SBC (como indicou uma de nossas entrevistadas, *“a partir da diretoria do Baiano (Lula), Rubão, otros aí que lutava pela gente”*, em meados de 75, quando o sindicato passou a aproximar-se da base operária e a desenvolver lutas conjuntas com os operários dentro das fábricas).

Assim, a ex-operária metalúrgica Maria Mendes, ao recordar os primeiros anos em que começou a participar das atividades sindicais, nos fala sobre a dificuldade (e que não quer dizer impossibilidade) de organizar e discutir com os colegas de trabalho sobre os problemas vivenciados na fábrica devido à repressão da Ditadura Militar, que foi ponderado como:

“Tudo na época, era difícil por conta da Ditadura! Não era tão simples organizá as coisas, como foram ontem lá na, na, na fomos na passeata¹⁶⁷, houve aquela coisa. (...) Então naquela época era tudo mais difícil, não era só porque você... porque se apanhava, sumia, né?”¹⁶⁸

¹⁶⁶ Baixinha, entrevista realizada no dia 15 de Março de 2007 em São Bernardo do Campo/ SP.

¹⁶⁷ A passeata que Maria Mendes se refere é a passeata organizada em São Paulo em protesto à visita do presidente norte americano George Bush, ao Brasil, ocorrida no dia 09 de março de 2006.

¹⁶⁸ Maria Mendes, entrevista realizada no dia 9 de Março de 2007 em Diadema/ SP.

Observamos que a dificuldade de articular os trabalhadores e de discutir seus problemas é pautado pela ex-operária a partir do contexto político, quando ainda vivia-se sobre a Ditadura Militar no Brasil e havia o perigo de “*apanha, sumi*”; elementos caracterizados como uma possibilidade presente no período. Ainda neste sentido, Maria Mendes ao recordar-se do período, lembrou-se de uma preocupação de alguns dirigentes sindicais quanto à segurança dos operários que tinham uma militância sindical e que freqüentavam o prédio do sindicato, onde:

“Eles tinha uma preocupação de saí um grupo de mulheres assim, sozinha, sem... sem a presença do homem, por exemplo. Uma preocupação, então assim, sempre vinha um homem até o ponto do ônibus, e a gente í embora, e às vezes dá uma carona, e pra gente num saí do sindicato e fica dando bandera, ficá em ponto de ônibus e ficá muito tempo as vezes o ônibus muito demorado e você ficá, porque podia vim alguém me seguindo, e pude catá você e desaparece com você, descobri que você tava, vindo da assembléia, alguém tava lá de olho... tinha essa preocupação de assim, sempre num saí sozinho, nunca saí da assembléia sozinha, sempre saí em grupo, mas também, num saí num grupo grande e ficá, não ficá dando bandera no bar, nem no ponto de ônibus, nem ficá no bar nem no ponto de ônibus.”¹⁶⁹

Esta preocupação esteve presente também nos jornais do sindicato e da oposição, onde em período de greve os líderes do movimento operário preveniam os trabalhadores de eventuais “*provocações por parte da polícia e prisões de grevistas*”¹⁷⁰ e, por isso, pediam que os operários não “*aceitassem provocações, não andassem sozinhos e saíssem das assembléias e fossem para bares*”, além de manter-se sempre atentos para não serem seguidos. Assim, as matérias produzidas pelos jornais *Tribuna Metalúrgica*, *Luta Sindica e ABCD Jornal*, mencionam um “perigo” constante vivido e experimentado pelos operários metalúrgicos engajados em período de greve e mobilização da classe, em que esses personagens tornaram-se alvo da repressão policial e do DOPS em prol da manutenção e do controle sobre a classe operária em evidente apoio aos interesses de alguns setores da classe dominante.

Observamos ainda, a partir da análise das entrevistas, que a repressão do Governo Militar foi lembrada pelos ex-metalúrgicos através da figura do policial que estava presente em todas as esferas e espaços ocupados pelos operários, ou seja, dentro das fábricas vigiando

¹⁶⁹ Idem

¹⁷⁰ Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica 28/10/1979.

os trabalhadores no cotidiano de trabalho. O ex-operário Rubens, (Rubão¹⁷¹), casado, dois filhos, que foi vice-presidente do SM de S. Bernardo, e hoje é anistiado político, ao se reportar às dificuldades enfrentadas pelos sindicatos em articular os operários em torno das atividades sindicais, lembrou-se que *“existia em nossas fábricas quartéis gerais (...), e são militares, que eram perseguidores dessas pessoas, como uma qualidade nossa né (ser operário)?”*¹⁷².

A ex-operária Mana ao se recordar do período em que militou no movimento sindical de São Bernardo do Campo, pontuou este período como sendo de grande repressão e medo, onde sentia-se vigiada dentro e fora das fábricas, assim, ela nos contou que:

*“A gente vivia na época da ditadura! A gente não podia, isso era uma coisa que a gente sofria, de não pudê... se organizá, de não pudê na hora do almoço, na hora do intervalo se a gente ficava num grupo reunido, a gente sabia que tinha alguém olhando pra sabê o que qui tava sendo conversado, tinha que observá, sabe bem o que tava falando, pra conversa alguma coisa sobre o sindicato, a gente tinha que falá por código, ou seja, se a gente tivesse num grupinho e se todos não fosse de confiança, a gente tinha que falar por código. A gente tinha que... passa bilhetinho, e pô no bolso imediatamente e rasga, e muitas vezes rasgá não era suficiente, tinha que mastigá pra que ninguém achasse. Então a ditadura mesmo! A represália da, de, da falta de não dexá os trabalhadores se expressasse, discuti seus problemas.”*¹⁷³

Assim, sua experiência de militância política é recordada através de um sentimento que remonta a existência de uma tensão constante, onde não podia se falar abertamente sobre os problemas da classe e as dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho. Com isso, ela nos relata que vivia em constante alerta, sendo que os trabalhadores eram vigiados não apenas pelos chefes de segurança das fábricas, mas também por pessoas infiltradas entre os operários que repassavam informações sobre o que era conversado e discutido entre os trabalhadores.

O aparato policial é recordado por diversas vezes nas narrativas de nossas entrevistadas, nas lembranças dos momentos de manifestações dentro das fábricas, onde os policiais estavam presentes mantendo o controle dos operários e impedindo a mobilização dos mesmos, diante da mínima iniciativa de greve, como explica a ex-operária Maria Mendes ao recordar-se das greves de 1978/1979:

“Agora quando veio a greve geral, aí teve a represália memo! Da Ditadura! Da polícia militá, que ía a gente ia pros piquete nas porta de fábrica, aí tava a polícia

¹⁷¹ O ex-operário Rubens Teodoro ou como é mais conhecido o Rubão foi da diretoria do Sindicato de São Bernardo do Campo entre os anos de 1967 e 1980, quando houve a intervenção no sindicato devido à greve e os membros da diretoria foram presos. De 1975 á 1980, este foi vice-presidente da diretoria do sindicato metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema. Hoje o Rubão é anistiado.

¹⁷² Rubão, entrevista realizada no dia 14 de dezembro de 2006 em São Bernardo do Campo/ SP.

¹⁷³ Mana, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

*também fazendo piquete. Nós fazia pra tirá o povo, e eles (policiais) fazia pro povo entrá. Então teve uma represália muito grande, muito grande mesmo, tanto assim fora, trabalhadores da Volks, muitos trabalhadores que ficaro lá (dentro da fábrica)... que entraro alguns pra tirá, tentaro vê se tinha trabalhador e, não pudero saí. E foi assim uma represália muito grande.*¹⁷⁴

Quando a ex-operária fala das greves no ABC Paulista, elegendo a greve geral do final de 79 como um acontecimento de destaque em suas lembranças, não por ter mobilizado um grande número de operários ou pelas conquistas conseguidas pela categoria, mas pela intensidade da repressão, como ela mesma explica “*aí teve a represália mesmo! Da Ditadura*”. Como podemos notar a intensidade da repressão ao movimento operário explica-se por ser a repressão da “Ditadura”, não do patrão ou diretores de fábrica. Sendo assim, a repressão da Ditadura, do Estado é percebida pela figura dos policiais que “*batiam , jogavam bomba*”¹⁷⁵ e estavam nos vários locais de organização e manifestação da classe, no intuito de impedir que os operários e operárias se mobilizassem.

Portanto, o aparato policial é compreendido como defensor dos interesses da classe patronal, no momento em que agiam na contra-mão dos interesses dos metalúrgicos. Esta intensa vigilância foi ainda pautada pela ex-operária Maria Mendes que aponta para a presença de policiais nos bairros onde moravam os operários, espreitando e averiguando qualquer tipo de movimentação. Como ela explica:

*“Se você... naquela época se você tivesse na porta de sua casa, com um grupo de três, quatro pessoa, a polícia parava pra vê o que você tava fazendo ali. Você tinha que tá com o documento pra prova que você tava alí na frente de sua casa. As vezes não, “cadê seu documento?”, ‘não tenho que i lá pegá porque eu tô parada aqui na frente da minha casa!’. Vô tá com o documento na frente da minha casa? ‘Então vai lá e pega o documento pra mostra que você tá na frente da sua casa’. Então você tinha que í lá e mostra, ‘aqui ô tô na frente da minha casa!’”*¹⁷⁶.

Ao reportar-se ao período da Ditadura Militar, a ex-operária nos revela uma tensão vivenciada nas periferias da cidade onde moravam vários operários. Assim, a violência da repressão policial e do Estado não foi experimentada apenas pelas mulheres nas manifestações, piquetes e passeatas organizadas pelo sindicato - momentos marcados pela intensa utilização da força bruta, mas também foi sentida na tensão constante vivenciada em todos os espaços ocupados pelos trabalhadores, dentro e fora das fábricas.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Baixinha, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

¹⁷⁶ Maria Mendes, entrevista realizada no dia 9 de março de 2007 em Diadema /SP.

Sendo assim, a precaução por parte de alguns dirigentes sindicais pode ser compreendida não apenas como um meio de prevenir brigas e enfrentamentos com outros operários da situacionista¹⁷⁷, por exemplo, mas também exprimem a repressão e medo experimentados por estes operários nos primeiros momentos de mobilização grevista da categoria no fim da década de 1970, período caracterizado por nossas entrevistadas como de “uma perseguição muito grande, muito forte!”¹⁷⁸ onde “ser preso pode acontecer a qualquer um que esteja na luta”¹⁷⁹. Este elemento ajuda a explicar a baixa sindicalização e participação dos operários (e neste sentido, homens e mulheres) das atividades sindicais promovidas pelo MOSP e pelo SM de S. Bernardo do Campo, onde, como a Nice observou:

“Não queriam compromisso! Um compromisso de que nem eu, a Nice e outras pessoas, que às vezes tinha um compromisso de tá ... né? Trabalhando ali, lutando por aquilo que a gente acreditava, né?(...) Porque elas tinha medo né? Porque ela sabia que era difícil pra tá arrumando emprego, se a empresa descobrisse que a gente já era sindicalizado, a empresa já mandava embora”¹⁸⁰.

Como podemos notar na narrativa da Nice, esta perseguição e vigilância constantes tornaram-se um problema não só para os líderes do movimento operário, mas também para os trabalhadores que eram pressionados a todo o momento. Neste sentido, os trabalhadores acuados pelo perigo constante de serem demitidos ou sofrerem com a repressão policial, optaram por não participar ativamente das atividades, organização política e estratégias que viabilizavam superar as leis que atrelavam os sindicatos e movimento operário ao Governo.

Tal quadro nos indica que as articulações entre algumas frações da classe dominante e o Governo Militar, não só foram sentidas por nossas entrevistadas nesse período através das leis que atrelavam os locais de organização da classe operária ao Ministério do Trabalho com a indicação direta das diretorias sindicais (no caso do sindicato de São Paulo), como também pela presença de agentes policiais e das agências de segurança (como o DOPS) nos locais de organização da classe, como aponta o ex-metalúrgico Waldemar Rossi ao falar da intervenção do sindicato metalúrgico de São Paulo em 1964, após o golpe militar: “Os militares puseram como interventores em São Paulo (...). Que dizê, gente deles tava trabalhando lá dentro e nós sabíamos. Pelo menos do DOPS nos sabíamos claramente quem era”¹⁸¹.

¹⁷⁷ Referimos-nos no caso do MOSP aos operários que eram a favor da diretoria sindical que representava os interesses do governo e da classe empresarial.

¹⁷⁸ Maria José, entrevista realizada no dia 11 de março de 2007, São Paulo /SP.

¹⁷⁹ Panfleto da Luta Sindical, órgão de Oposição Metalúrgica de São Paulo, novembro de 1979.

¹⁸⁰ Nice, entrevista realizada no dia 17 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

¹⁸¹ Waldemar Rossi, entrevista realizada no dia 14 de dezembro de 2006 em São Paulo / SP.

Através da narrativa deste ex-operário e líder da Oposição Sindical, pudemos observar que a presença de indivíduos ligados ao governo e a polícia na diretoria do Sindicato Metalúrgico de São Paulo era evidente. Este fato nos permite pensar no papel que esses indivíduos desempenhavam dentro do sindicato, sendo que a própria presença de agentes do DOPS, tão abertamente nos evidencia que eles não tinham apenas a função de vigiar o andamento da organização operária, mas também intimidar os trabalhadores e dificultar o trabalho de organização de grupos de Oposição.

Constata-se que essas articulações entre setores empresariais e Governo Militar se tornaram mais claras no momento em que foram criados no período decretos leis, que marginalizaram os movimentos operários e grevistas, justificando assim, a utilização do aparato policial e da força bruta a partir da criação da Lei 4.330 promulgada a 1º de julho de 1964 que alterava o Decreto-lei nº 9.070, de 1946¹⁸². A lei “anti-greve” como ficou conhecida, que permitia julgar as greves como ilegais¹⁸³ e a utilização da polícia militar e civil como instrumento de repressão das mobilizações operárias, podendo ser aplicada uma pena de até cinco anos de reclusão para os grevistas. Neste sentido, a lei 4.330 foi reforçada durante o período da Ditadura Militar pela Constituição de 1967, a Lei de Segurança Nacional e o Decreto Lei ambos de 1978, que versaram sobre a proibição de greve em categorias essenciais, podendo haver punição.

Neste contexto, a repressão policial tornou-se tema recorrente nas matérias dos jornais *Tribuna Metalúrgica e Luta Sindical*, de filmes e peças teatrais – como, por exemplo, “*Eles não usam Black Tie*”¹⁸⁴, onde a repressão ao movimento operário e a “vigilância” da polícia são elementos presentes em todo o roteiro - uma vez que estes tinham por intuito evidenciar

¹⁸² Ver: DUARTE NETO, Bento Herculano. *Direito de greve: aspectos genéricos e legislação brasileira*. São Paulo: LTR, 1992; MELLO, Maildes Alves de. *A greve no Direito Positivo Brasileiro*. Porto Alegre: Síntese, 1980; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Comentários à lei de greve*. São Paulo: LTR, 1989. A íntegra da lei 4.330 também está disponível na página da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, na URL http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4330.htm (acesso em 02/07/2007).

¹⁸³ “Como a norma antecessora, admitia a greve como direito – a não ser para funcionários públicos – mas criava exigências formais que, na prática, obstaculizavam seu exercício. A greve só poderia ser considerada legal se atendessem a requisitos como votação secreta nas assembleias sindicais, quórum de 2/3 dos votos dos associados em primeira convocação e 1/3 em segunda (o maior já exigido em qualquer legislação no país), comunicação prévia e por escrito ao empregador cinco dias antes do início da paralisação e antecedência de 10 dias para a publicação de editais nos jornais. A mesa apuradora teria de ser presidida por membro do Ministério Público ou representante das Procuradorias Regionais do Trabalho”. ESPERANÇA, Clarice Gontarski. *Lei e resistência no “novo sindicalismo”: a greve na Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)*. Acessado em: sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/ClariceEsperanca2005.rtf - .

¹⁸⁴ O filme é uma adaptação de uma peça teatral apresentada na década de 50 que foi adaptada para o cinema em 1978 por Gianfrancesco Guarnieri. O filme que recebeu muitas críticas no período (inclusive dos líderes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo que interpretaram este como uma traição por ter feito uma alusão mal contada da greve de 1979 que culminou com a morte do operário Santos Dias) e foi proibido de ser exibido pela censura, trata da história de uma família em tempo de greve, de toda mobilização, dos problemas que afligia a classe e a repressão política e patronal ao movimento. É interessante notar neste filme como a repressão policial é ostensivamente utilizada no intuito de garantir os interesses da classe empresarial.

uma prática que por vezes era maquiada pelos meios de comunicação. A utilização da polícia como instrumento de repressão operária foi ainda amplamente explorada nas tirinhas e charges veiculadas nos meios de comunicação e divulgação do sindicato metalúrgico de SBC e da Oposição Sindical metalúrgica de SP. Como a ilustração reproduzida abaixo publicada em agosto de 1979, no jornal *Tribuna Metalúrgica*. Acompanhada de uma matéria intitulada “A quem serve a polícia?”¹⁸⁵, esta charge de Laerte e Thomé, aponta para violência dispensada por policiais ao abordarem as manifestações operárias. Como o próprio editorial afirma, a repressão policial na época era “ostensiva contra os movimentos considerados indesejáveis” pelo Estado e pela classe patronal.

Repare primeiro a forma que o policial da charge aborda os operários que estão com faixas e cartazes, enquanto faz um jogo de “uni-dune-te” escolhendo aleatoriamente em quem vai bater primeiro (o que não exclui a hipótese de que todos vão apanhar), incluindo homens e mulheres. Percebam o sorriso no rosto do PM como forma de aprovação ao uso da força bruta sobre os operários. Frente a esta expressão de “alegria”, “aprovação” por parte do policial, perceba como os operários reagem assustados e com cara de “terror” ao visualizar a figura do PM que se aproxima.



Figura 6

Imagem retirada do livro: *Tribuna metalúrgica 20 anos ilustrada* e publicado no Jornal *Tribuna*, pp. 3, Ano IX, nº52 Agosto de 1979.

¹⁸⁵ *Tribuna Metalúrgica*, pp. 3, Ano IX, nº52 Agosto de 1979.

Esta ilustração, em linhas gerais, é tanto expressão como denúncia de forma satirizada da utilização da polícia e das Forças Armadas em prol dos interesses da classe patronal. Questão amplamente explorada por eles no intuito de demonstrar para os trabalhadores que os empresários e Governo mantinham um pacto de controle dos operários em nome de uma ordem que queriam perpetuar, perceptível através do dispêndio da força bruta sobre os trabalhadores que reivindicam salários mais justos, liberdade de organização, melhores condições de trabalho, ou seja, defender seus interesses enquanto categoria e classe. Neste sentido, questionava-se à necessidade de todas as categorias (inclusive os policiais que também eram da classe trabalhadora) participarem da luta empreendida pelo movimento operário-sindical desenvolvidos em SP e SBC.

2.5 Recordando e reconstruindo o movimento

Nossos entrevistados, ao narrarem os diversos confrontos com a polícia ao longo de suas trajetórias de luta no movimento operário-sindical de SBC e do MOSP, recordam-se de momentos de grande violência, de medo, onde *“era mais ou menos assim: Senta pra tomá banho de manguera cambada de cachorro e vagabundo! E a manguera comia, minha filha! E a manguera comia! Era assim!”*¹⁸⁶. Esta força bruta utilizada em grande escala é explicado por nossas entrevistadas como defensora dos interesses da patronal, ao tentar impedir a mobilização operária, impedindo assim que os operários lutassem por seus direitos. Como apontam nossas entrevistadas *“apanhava, levava bomba na cabeça, levava cacetada! Mais graças a Deus nessa época eu curria muito!”*¹⁸⁷. Virtude muito exaltada pela Nice, que ao recordar das várias vezes em que enfrentou a polícia pontua que *“Curria muito! Di senti assim ô o cacete só fazia vento... de corre muito e não alcança! E eles não alcançaram!”*¹⁸⁸.

Ao lembrar-se dos momentos de greve e de mobilização da classe, nossas entrevistadas, via de regra associam essas atividades a momentos de conflitos com a polícia e de grande agressão física contra homens, mulheres e crianças que participavam das manifestações da classe.

Assim sendo, podemos perceber que diferentemente do que usualmente foi dito ou analisado por alguns pesquisadores, como já fora discutido no primeiro capítulo, as operárias

¹⁸⁶ Baixinha, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, São Bernardo do Campo, SP.

¹⁸⁷ Nice, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, São Bernardo do Campo, SP.

¹⁸⁸ Idem .

metalúrgicas estavam presentes nas manifestações e sofreram as mesmas represálias que os homens. Ser mulher, ser do “sexo frágil” não poupou operárias como a Baixinha de levar uma bomba de gás lacrimogêneo na cabeça, em uma assembléia no Paço Municipal em 1980, como ela se recordou:

“Eu lembro que uma vez no paço a gente foi numa reunião, 80 ... (...) daqui a pouco a polícia cerco todo mundo! E bomba de gás pra todo lado, os cara (policiais) joga uma bomba em cima de mim, um colega meu que me cato e me levo pra cima daquele cine que não tem mais”¹⁸⁹

E como ela mesma aponta ao relembrar os vários embates com a polícia *“Na hora que os cara vinha? Eles não queriam nem sabe se era, home, mulher, criança! Era porrada pra todo mundo!”¹⁹⁰*. Ou seja, em nenhum momento as mulheres deixaram de ser repreendidas ou de participarem destas manifestações por serem “mulheres”. Diferentemente, podemos notar que elas eram vistas como qualquer outro trabalhador que participava dos piquete, gritando na assembléia, lutando por seus direitos. Neste sentido, a Nice nos explicou que:

“Tava no meio? Mulher que apanhava mais! Que eles achava que mulhé não tinha que ta alí! Porque pra eles alí num... era lugá pra mulhé ta! Mulhé que corria mais. Mulhé tinha que tá mais dentro da fábrica, ou dentro de casa cuidando de filho! Cuidando da casa! na cabeça dele? Magina!(...) ! Nós é que era... era xingada! Policial te xingava, já escutei pulicial que chamava de biscate, mulhé de biscate. Tudo isso a gente escutava. Vagabunda... Vagabunda? Vixe! Então.... quantas vezes! Porque você tava no movimento! Não era lugar pra mulher! Aquilo era arruaça! Bagunça! Baderna! Que qui a gente tava fazendo ali? Então se você tava? Você apanhava, não tinha jeito! Eu não apanhei porque como eu falei no filme¹⁹¹, graças a Deus eu curria bastante!”¹⁹²

Em nenhum momento Nice e suas companheiras foram poupadas da violência física e verbal, ou mesmo deixaram de participar do movimento devido à violência física com que eram abordados e reprimidos (o que invariavelmente acarretava na perda do emprego por justa causa). Como ela mesma indicou: *“sabia que tinha risco (...) porque greve não era oba-oba! Greve era a última instância (...) tem dia pra começa não tem dia pra acabá!”*. Desta forma, essas mulheres a partir do momento em que decidiam assumir um confronto mais incisivo e direto, iam para a organização da categoria, participavam dos piquetes, das greves,

¹⁸⁹ Baixinha entrevista realizada no dia 15 de março de 2007 em São Bernardo do Campo /SP

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ A Nice se refere ao documentário intitulado “Peões”, produzido por Eduardo Coutinho, do qual ela participou.

¹⁹² Nice, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

também eram marginalizadas e consideradas baderneiras como qualquer outro operário que ali estivesse.

A partir da análise das várias fontes consultadas ao longo desta pesquisa, observamos que no período referido, havia uma marginalização ou desqualificação dos operários e operárias que participavam das atividades sindicais, ou mesmo daqueles que se propunham a enfrentar a ordem do chefe de sessão ou patrão, sendo com essas práticas reconhecidos no sendo comum como baderneiros, vagabundos, “biscates”, “quenga” (no caso das mulheres), entre outros termos referidos por nossas entrevistadas. podemos notar que isto era firmado e realimentado pela intensa violência verbal, difamação e marginalização das operárias que participavam das atividades e manifestações do sindicato e das oposições sindicais. Questão muito presente nas lembranças e memórias de algumas dessas operárias, como a Nádia que ao sair na chapa de Oposição Sindical Metalúrgica em SP no ano de 1989, para o cargo de vice-presidente, nos indica que foi abordada por um dos dirigentes sindicais da situação, que ameaçou difamá-la entre os trabalhadores. Como ela nos contou:

“Ele foi falando: Olha Nádia, você... eu acho que você... a gente, a gente num... sabia direito que cê tava fazendo”¹⁹³, agora você fique com o pessoal da Oposição! Agora isso, assim, e... você toma cuidado! Porque a gente pode pegá um microfone e falá um monte de coisa!”¹⁹⁴

Como podemos perceber, a marginalização, a difamação “pessoal” perante a sociedade foram utilizadas como estratégia para desestimular as operárias a participarem da luta empreendida pelo movimento operário-sindical do período. Desta forma, a operária que participava das atividades do sindicato, muitas vezes não era apenas agredida pelos policiais, como também pelos patrões e chefes que utilizavam termos pejorativos para se referir às operárias, no intuito de humilhar, desmerecer seu caráter frente aos colegas de trabalho, tentando assim desestimular a participação de mulheres (e homens) nas atividades sindicais, que passavam a ter medo de ficarem “mal faladas”.

Ao questionar algumas de nossas entrevistadas sobre tal prática, percebemos que essas demonstraram certo desconforto em falar sobre o assunto, permaneceram em silêncio ou mudaram o rumo da conversa. Este silêncio aponta para uma mágoa quanto ao julgamento e marginalização de sua participação no movimento sindical do período, não só pelos policiais e patrões, mas pelos próprios familiares, filhos e pais, que segundo algumas destas operárias:

¹⁹³ Antes de sair como candidata da chapa 2 de Oposição, a Nádia nos contou que ela até tinha uma boa “convivência” com os dirigentes situacionistas, onde ela freqüentava o sindicato, as reuniões e assembléias sem que estes soubessem que ela era integrante nem da Convergência Socialista, nem da Oposição. Fato que foi uma surpresa para todos quando esta apareceu como integrante e de um cargo de destaque (vice-presidente) na chapa de oposição.

¹⁹⁴ Nádia, entrevista realizada no dia 16 de dezembro de 2006, em São Paulo/ SP.

*“-Vixe! Mais isso até hoje! Te hoje! Olhá na sua cara (amigas e familiares), (..) e fala assim ‘ô, tem que fazê não? Que esse troxa te dá? É assim! (...) Não entendia porque tava lá no meio apanhando da polícia levano bomba na cabeça! (...) Isso ate hoje! (...) até hoje fica correndo atrás desses palhaços aí ô!’ Tão tudo bem de vida e vocês tão igual uma troxa aí... A gente é muito mais criticada.”*¹⁹⁵

As operárias ao se referirem às críticas dos amigos e familiares a sua participação na luta e a própria exposição ao enfrentamento que estavam condicionadas no período, salienta que essa crítica existe ainda hoje, no sentido de dizer que elas lutaram e hoje essa participação não é reconhecida pela sociedade ou mesmo pelos antigos colegas de luta. O que nos permite avaliar como estas mulheres fazem um balanço de sua trajetórias de luta e redimensionam e re-significam as lutas dentro de um quadro, onde as operárias não desfrutaram dos frutos conseguidos por suas lutas e reivindicam o reconhecimento de sua contribuição no movimento mais amplo de lutas sociais.

Ao apontarem para uma crítica dos familiares por participarem do movimento sindical ao longo das décadas de 1970 e dos anos 80, as ex-operárias evidenciam que enfrentavam dificuldades não apenas de se organizarem, devido aos vários empecilhos colocados pela repressão patronal e policial do período, mas também pelas dificuldades enfrentadas dentro de casa. Onde as críticas e pressão eram feitas pelos familiares que não concordavam que suas filhas, esposas, mães e irmãs estivessem em passeatas, participassem de uma vida política tão conturbada e marcada pela repressão policial, como foi no fim da década de 70 e do início dos anos 80. Como se recordou a ex-operária Delma:

*“Eu só caçula eu só mulher, os outros são homens. Eu tenho uma irmã mais velha do que eu. I...aí dá pra você imaginá. A pressão que foi quando com 19 anos né? Eu to na manifestação da panela vazia e a minha mãe pela televisão vê a polícia descendo o pau em quem tava aqui na manifestação na Praça da Sé, né? (...) Mas tinha um pressão muito grande, muito violenta pra que eu não participasse. (...) Porque era perigoso mesmo, era real né? Era real, vários momentos a gente tinha que corre da polícia pra não sê preso né? Se esconde, e tudo mais. É o medo real não é fantasia né?”*¹⁹⁶

Segundo a ex-operária, a crítica não era feita pelos familiares apenas porque não concordavam com o fato de que a mulher não deveria participar da política, idéia que pareceu

¹⁹⁵ Nice, entrevista realizada dia 17 de março de 2007 em São Bernardo do Campo /SP.

¹⁹⁶ Delmira Isabel de Jesus Silva, mas como ela afirma “meu nome de guerra é Delma”, entrevista realizada em março de 2007 na Pastoral da Sé em São Paulo/ SP.

muito presente no senso comum do período e que foi lembrada por diversas vezes por nossas entrevistadas, mas também porque participar dessas manifestações e movimentos acarretava o perigo de ser presa, apanhar da polícia. Um perigo “real” e muito presente na memória daqueles anos de Ditadura Militar. O enfrentamento policial, a violência com que estes operários e manifestantes eram abordados é apontada pela Delma como fato vivido e experimentado em sua intensidade, não como uma fantasia relacionada à pressão psicológica e ameaças apenas verbais nos anos de chumbo, como ela aponta, “*muitas vezes tive que correr e me esconder pra não se pega pela polícia*”.

Ao entrevistar Fátima, 39 anos, casada, dois filhos, ex-operária metalúrgica e militante da Convergência Socialista, que hoje é professora da rede pública de ensino de São Bernardo do Campo, recordou-se que o pai e a mãe desaprovavam sua militância política e sua participação nas manifestações da classe. Sendo que a própria decisão de tornar-se metalúrgica em meados de 1980, foi motivo de discussões e conflitos com a família, que queria que esta desenvolvesse outras atividades. Enquanto conversava com a Fátima, sua mãe, D. Dora, entreviu em nossa conversa e me disse que:

“Eu tinha muito medo! Era muita repressão! Ela saía, às vezes ia na reunião e eu ficava lá em cima lá (na laje), na minha lavanderia, ficava até tarde lá... Rezando, porque o pai dela tava durmindo e não queria que visse a hora que ela chegava! Então eu ficava esperando ela chega pra abri o portão! Porque senão ele brigava mais ainda! Foi muito difícil, né? Um dia eu fui dá plantão, porque trabalhava no hospital, aí ela saiu na minha frente pra trabalha lá na firma (...) aí quando eu cheguei lá, chego um amigo da gente que era PM, que dava plantão lá, e me pergunto pra mim se eu sabia onde minha filha tava. Eu falei ‘ô, ela sai de casa na minha frente pra trabalha!’. Ele falo: ‘Não! Ela ta em cima de um caminhão na estação de Santo André fazendo comício, fazendo pique... Então eu fiquei muito preocupada com ela! E o povo falava, né?(...)’¹⁹⁷

Como a Dona Dora se recordou, a militância da filha foi experimentada como um período de grande dor de cabeça e de muita aflição, pois além de sofrer com o medo da filha ser presa, “*sumi, porque era isso que eles fazia*”¹⁹⁸, esta ainda gerou muitos conflitos em casa, pois o pai e o irmão não gostavam de política e não concordavam que a filha caçula participasse de greve e manifestações políticas, “*porque era perigoso porque era mulher*”¹⁹⁹, e assim, as operárias que optavam por participar ativamente das atividades políticas eram

¹⁹⁷ Dona Dora, entrevista realizada em Santo André no dia 15 de novembro de 2007.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Ibidem.

marginalizadas, como a Dona Dora falou, “o povo falava, né?”. Assim, é importante ressaltar que esta pressão não foi sentida apenas pelas mulheres, o Rubão, ao lembrar-se do período em que foi vice-presidente do sindicato metalúrgico de SBC, nos contou que:

“Quando nós tinha, é... a nossa campanha, pra nova eleição, nós convidava, esse pessoal. I muitas vezes alguns topavam “ Não pode dexá qui eu vô trazê os documento aqui e vô pertencé a diretoria!” Mas quando ele falava isso na casa da família dele? Rê! Ele nem aparecia mais lá! (risos) Certo? Que era paulera mesmo! Então era difícil trazê alguém pra formá a diretoria, certo? I é, nós também como diretor, nós sufriamos muito! Com as nossa família. Parente, nossa mulher. Muita gente criticava pur ta pertencendo ao sindicalismo. É coisa que num é bem aceita né? Coisa di comunistas , né? Então a gente teve bastante dificuldade. (...) eu cheguei a percebe muitas vezes a gente í em outras rodas, a gente ia conversá, e famílias, iam saindo de perto da genti. A genti ia quase ficando sozinho! Porque nós era arruaceiros, nós era as pessoas qui, criavam problema.”²⁰⁰

Na narrativa deste ex-operário, a marginalização dos operários que participavam ativamente da vida sindical foi experimentada nas relações estabelecidas no cotidiano de trabalho, pois esta idéia estava imbuída no senso comum entre os colegas de trabalho que viam os operários engajados como arruaceiros que “procuravam” problema. O que nos atenta para o fato que nem todos operários metalúrgicos de São Paulo e do ABC Paulista estavam de acordo com as lutas empreendidas pelos movimentos sindicais do período. Sendo assim, para estes, as experiências de classe e das lutas sindicais tomam um sentido adverso ao que nossas entrevistadas e entrevistados denotaram.

2.6 De volta à fábrica: recordando o regime fabril como regime militar

Todavia, a repressão policial não era o único elemento que aterrorizava os operários metalúrgicos no seu dia-a-dia de trabalho e luta. A repressão e disciplinarização dentro das fábricas era outro elemento presente na vida dos trabalhadores. A denúncia sobre a falta de descanso entre a chegada e almoço dos trabalhadores, as proibições e controles de ir ao banheiro, a vigilância constante dos operários nos locais de refeição, a presença de militares nos portões das fábricas e de “espiões” que ficavam atentos às conversas e ações dentro e fora

²⁰⁰ Rubão, entrevista realizada no dia 14 de dezembro de 2006, em São Bernardo do Campo/SP.

do ambiente de trabalho, são constantes nas denúncias levadas pelos operários ao *Tribuna Metalúrgica e Luta Sindical*²⁰¹.

O controle dos operários dentro das fábricas foi, por várias vezes, comparado pelos editores desses jornais à organização carcerária. Devido ao fato de ex-carcereiros e militares reformados serem contratados pelas indústrias metalúrgicas no intuito de cuidarem da segurança e disciplina dos trabalhadores.

Na narrativa de nossas entrevistadas, percebemos que a intensa vigilância existente dentro das fábricas em SP e SBC, foram compreendidas como uma extensão da *Ditadura* nos locais de trabalho, indicando assim, que a exploração da categoria não só era consentida pelo *Governo Ditador*²⁰², como também era reforçada e legitimada através das brechas nas leis, aparatos e instrumentos que visavam um maior aproveitamento e exploração da força de trabalho nas linhas de produção.

A figura abaixo nos dá alguns parâmetros para a análise de como os editores do jornal *Tribuna Metalúrgica* tentaram chamar a atenção para este fato.

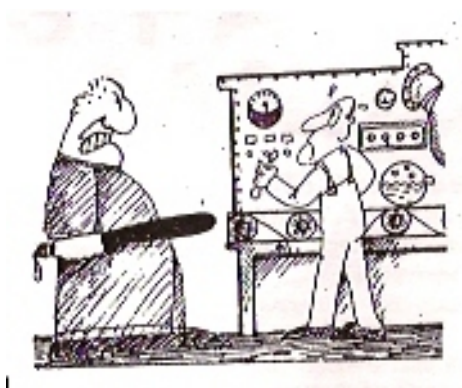


Figura 7

Ilustração publicada no jornal *Tribuna Metalúrgica* nº 56 de fevereiro de 1980.

Esta imagem denuncia a tensão freqüente dentro das fábricas produzidos pelos patrões, que diante da possibilidade de uma articulação dos trabalhadores, utilizavam estratégias de disciplinarização e coerção dos trabalhadores. Fato que transparece nas reivindicações de menos controle do trabalho e dos trabalhadores veiculadas na imprensa do movimento

²⁰¹ Foram consultados os números do Jornal Luta Sindical do ano de 1972 á 1989, e o Jornal Tribuna Metalúrgica os números dos anos entre 1972 á 1986 e do supletivo da Tribuna Metalúrgica entre 1987 e 1989. Neste havia vários quadros e colunas reservadas para publicar denúncias feitas pelos operários apontando determinados casos ocorridos nas empresas onde trabalhavam.

²⁰² Ao passo em que muitas leis que protegiam o trabalho eram descumpridas, enquanto o governo fazia vista grossa. Bem como pela marginalização do movimento operário através das leis que atrelavam os sindicatos ao governo e os decretos leis que proibiam manifestações grevistas.

sindical-operário. A própria presença desta charge com certo “exagero” da cena, parece tentar chamar a atenção dos operários para o fato que este tipo de problema não era vivenciado pelos trabalhadores da Ford, mas era uma prática corrente no período e que deveria ser combatido pelos operários metalúrgicos, através das lutas sindicais.

Este controle constante dos trabalhadores pareceu se acentuar em períodos de movimentação operária, logo após uma greve ou assembléia, quando a segurança interna das fábricas era intensificada no intuito de sufocar qualquer tentativa de nova articulação dos trabalhadores. O aumento da vigilância dos trabalhadores é apontado pelos editores dos jornais da categoria como uma forma de repressão adotada pelos patrões no sentido de impedir que os operários se organizassem a partir das fábricas.

Contudo, um documento produzido por uma operária metalúrgica não identificada em 1978m que foi utilizado como pauta de discussão em uma das reuniões do MOSP, aponta para este fato ao caracterizar a empresa em que trabalhou como:

*“Grande e com antiga tradição de luta. Desde a última mobilização ocorrida em 1974, foi implantado um rigoroso esquema de vigilância e repressão que vem dificultando o trabalho da mobilização de seus operários, apesar de haver na fábrica um bom índice de sindicalização”.*²⁰³

Nota-se primeiramente que esta operária ao pautar a intensa vigilância nesta fábrica, explica-a como sendo resultado de uma mobilização anterior dos trabalhadores. Estratégia utilizada pelos patrões, no intuito de reprimir nova organização dos operários, fechando um espaço de discussão sobre os problemas vividos por estes operários no cotidiano de trabalho. Nota-se ainda, que as dificuldades de mobilização dos trabalhadores desta fábrica é explicada exatamente pelo intenso esquema de vigilância e repressão, sendo que estes operários, mesmo sendo sindicalizados²⁰⁴, eram reprimidos e intimidados pelos patrões, impedindo que estes formassem grupos de discussões e atividades que permitissem refletir seus problemas.

Esta repressão é percebida no documento analisado pelo fato das operárias que tomavam a frente das atividades propostas aos trabalhadores (grupo de discussão da CLT, caixinha, time de vôlei, grupo de teatro, estratégias utilizadas pelo MOSP no intuito de mobilizar as operárias e promover uma discussão sobre os problemas internos nas fábricas)

²⁰³ Pauta de discussão da reunião do MOSP, 1978, documento da pasta suspensa sobre Movimento Operário Sindical de São Paulo, CEDIC.

²⁰⁴ Fator que fiquei na dúvida se esta operária que indica que os trabalhadores nesta fábrica compartilhavam de uma maior “conscientização”, ou se pelo fato de no período o sindicato de São Paulo estar na mão do famigerado Joaquinção interventor empossado pela Ditadura Militar estes não ofereciam nenhum perigo aos interesses do governo e de alguns setores econômicos.

serem sempre despedidas. Fato ocorrido com a operária que produziu o documento que afirma que *“logo em seguida a formação da caixinha fui demitida e as companheiras²⁰⁵ não conseguiram assegurar o desenvolvimento desta experiência em particular”*.²⁰⁶

A dispensa apenas das trabalhadoras que se destacavam como líderes das atividades nos evidencia que com esta ação pretendia-se desestimular as outras operárias a darem continuidade ao projeto sugerido pelo MOSP. Este documento ainda aponta que uma das principais dificuldades enfrentadas no caso específico desta fábrica era *“que o pessoal era muito esquivo”*, não participava das atividades como conta a operária ao ser proposto que se assistisse a uma peça de teatro em um bairro onde *“muito poucos compareceram. Nessa altura a companheira que havia assumido a direção do trabalho foi demitida e a proposta de se formar um grupo de teatro não teve prosseguimento”*.²⁰⁷

O não prosseguimento do grupo de teatro associado à própria resistência em participar desta atividade, evidencia-nos que essas operárias sentiam-se intimidadas pela repressão dos patrões e preferiam evitar um enfrentamento que poderia levar a demissão. Assim sendo, a baixa sindicalização das operárias metalúrgicas no ABC paulista no período recortado por nossa pesquisa é explicada pela Baixinha exatamente por este temor de *“perde o emprego”*, devido às pressões internas, como ela nos contou:

*“Porque elas tinha medo né? Porque ela sabia que era difícil pra tá arrumando emprego, se a empresa descobrisse que a gente já era sindicalizado, a empresa já mandava embora. Tanto que eu fui sindicalizada, a gente assinava um documento, pedindo pro sindicato não disconta em folha, no holerite. Porque si descontasse em holerite, a firma discutiria, é lógico, e mandava a gente embora. Então a gente fazia, a gente fazia a maiô briga, e fazia eles dexá, e a gente pagava todo mês durante seis, sete, oito mês no ano, pra firma não discutiri. Então a mulherada tinha medo. Sindicalizá era perde emprego. Por isso que elas não se sindicalizavam!”*²⁰⁸

Observa-se que ao assumir uma militância política ou a sindicalização (no caso de São Bernardo do Campo, onde o sindicato em suas práticas mostrou-se como uma instituição combativa), as operárias passavam a ser visadas e fazer parte de uma lista negra que *“corria*

²⁰⁵ Pela forma como esta operária caracteriza a fábrica e narra sua experiência de trabalho e luta nesta empresa, aparentemente o quadro de empregados do mesmo era formado majoritariamente por mulheres. Por isso, muitas vezes, ela se refere aos trabalhadores desta fábrica no feminino, mas o trabalho que esta tentou desenvolver dentro da fábrica era para todos trabalhadores e não apenas para as mulheres.

²⁰⁶ Pauta de discussão da reunião do MOSP, 1978, documento da pasta suspensa sobre Movimento Operário Sindical de São Paulo, CEDIC.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Nice, entrevista realizada no dia 17 de março de 2007. São Bernardo do Campo /SP.

*nas fábrica, e se descobrisse que seu nome tava lá.... era bau-bau pro seu emprego!”*²⁰⁹, e assim, se tornavam alvo da repressão empresarial que não permitia que mulheres (e homens) sindicalizados ou que tivessem participado da organização das manifestações naquele período (principalmente após as greves que ocorreram entre 1978 e 1981), continuassem empregados, havendo uma verdadeira prática de perseguição a estes operários e operárias que optaram por lutar por melhores condições de trabalho e vida. Em meados de 80, isso significou que estas operárias poderiam ficar longo período desempregadas, por ser um momento onde, como pontuou nossas entrevistadas *“não era mais tão fácil consegui emprego”* e, por isso, para continuar a participar das lutas sindicais e desenvolver suas próprias lutas, estas utilizavam de estratégias como a mencionada no trecho transcrito acima.

Observamos que esta vigilância esteve presente nas horas de descanso, onde nossas entrevistadas indicaram que tinham que ter precaução ao falar sobre sindicato, ou questões referentes aos problemas da classe, por existir o perigo de serem pegos pelos chefes de seção, patrões e espiões, que agiam no sentido de denunciar ao DOPS e aos patrões os operários envolvidos na organização operária; prática muito freqüente na lembrança de nossas entrevistadas, que se recorda que:

*“-A empresa colocava, colocava, pessoas infiltradas dentro das assembléias. Que era outra coisa violenta né? Você ia na assembléia, no outro dia você era demitido, porque, o camarada foi lá o chefe sei lá, foi lá pra vê quem era da.... Nossa, se alguém descobrisse que você tava, estigando a greve, ou por exemplo, se você tivesse levando alguém a participá? Você era demitido!”*²¹⁰
*“-Porque era assim, se você saísse da firma, e ia pra uma assembléia dessa, sempre ia alguém da firma de bicão, então você chegava na empresa, na sua seção o seu cartão já não tava. Porque alguém da empresa, às vezes ia algum encarregado, as vezes ia alguma pessoa mandada por ele, ce ta entendendo? Porque de certa forma, a gente sempre tava vigiado, a gente sofria de tudo os jeito!”*²¹¹

Como podemos perceber nas narrativas da Nice e da Baixinha, a intensa vigilância dos operários nas assembléias e reuniões do sindicato no ABC Paulista foram um dos principais empecilhos para organização dos trabalhadores (e neste caso homens e mulheres). Diante da ameaça eminente de ficarem desempregados, esses operários muitas vezes optaram em não participar das lutas desenvolvidas pelos movimentos sindicais. O que nos leva a pensar que muitos deles, tendo que escolher entre ser explorados e correr o risco de ficar desempregados

²⁰⁹ Edy, entrevista realizada em 11 de março de 2007 em São Paulo/SP.

²¹⁰ Nice, entrevista realizada no dia 17 de março de 2007. São Bernardo do Campo /SP.

²¹¹ Baixinha, entrevista realizada no dia 17 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

(que por pior que pareça ainda é uma garantia de um salário no final do mês) optaram por não lutar para melhorar suas condições de trabalho e condições de vida.

Como exemplo desta intensa vigilância dos operários no interior das fábricas, a *Tribuna Metalúrgica*²¹² de fevereiro de 1980 tenta chamar a atenção dos operários para a utilização de militares reformados no quadro de empregados da segurança das grandes montadoras. Em uma matéria intitulada “*As fábricas estão virando quartéis*”, o editorial denuncia a violência da repressão de duas grandes montadoras, a Volkswagen e a Mercedes Benz, onde a:

*“A segurança está entregue a militares reformados que cometem toda sorte de arbitrariedade com os vigilantes, através de disciplina rígida e de tratamento humilhante, o que cria um clima de revolta entre os guardas”.*²¹³

Em primeiro lugar é preciso notar o período em que esta denúncia está sendo feita: fevereiro de 1980, período de grande efervescência no ABC Paulista e principalmente em São Bernardo. A greve dos 40 dias havia sido terminada a pouco e a ameaça de greve ainda rondava os pátios das montadoras e indústrias metalúrgicas da região. Desta forma podemos evidenciar que este tratamento militar da vigilância do operariado nestes locais que aglutinava um grande número de operários, não se devia apenas a manter a segurança por medo de furto por parte de seus funcionários, mas, na verdade, os editores tentavam indicar para os operários de sua base, que este controle e vigilância repressiva tinham por objetivo desarticular e manter os operários dispersos no interior das fábricas no intuito de conter e intimidar qualquer mobilização destes. Ou seja, manter a repressão policial dentro e fora das fábricas no intuito de sufocar a organização dos operários.

As evidências apontadas ao longo deste texto levaram a conclusão de que as nossas entrevistadas, ex-operárias metalúrgicas, não ficaram livres de nenhum dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora no período recortado por nossa pesquisa e, principalmente, indica a evidente insistência dessas mulheres se afirmarem como trabalhadoras, sindicalistas, militantes e, dessa forma, como sujeito coletivo central nesse processo histórico. Elas sofreram tanto quanto os operários (homens), com os baixos salários, as péssimas condições de trabalho, a repressão e a humilhação dos patrões e do governo, e muito menos deixaram de apanhar ou correram da polícia por simplesmente serem mulheres. Sofreram e carregam profundas marcas em suas memórias, canelas, braços e testa da repressão

²¹² Tribuna Metalúrgica, Fevereiro de 1980.

²¹³ Idem.

política e privada, sendo que, como indica a Baixinha, “*na hora que a polícia vinha eles, não queriam nem sabe se era home, mulher, criança! Era porrada pra todo mundo!*”²¹⁴”.

Desta forma, podemos observar que as questões referentes à classe trabalhadora afetavam a categoria dos metalúrgicos em toda sua extensão. Não só os homens, mas também as mulheres, que mesmo tendo se inserido na categoria mais tardiamente, experimentaram e compartilharam dos problemas vividos pela classe operária de SP e SBC durante o período. Da mesma forma que essas mulheres não ficaram de fora da organização e mobilização de sua categoria, seja em torno das greves que tumultuaram o cenário político a partir de 1978, seja na organização e resistência presente nas práticas concebidas no interior das fábricas, como indica a Mana “*Nóis era muito discriminada! Nóis num tinha direito, muito pouco direito. Brigá memo, apanhá, deitá no asfalto, pra gente te direito! (...) nóis era umas escrava, e se a gente não briga? Era piô!*”²¹⁵.

Ao tomar a fala de nossas entrevistadas, podemos notar que em um primeiro momento, no decorrer da década de 70 e início dos anos 80, mesmo diante da intensa vigilância e repressão, tanto do Governo Militar como dos patrões, esses trabalhadores buscaram estratégias para discutirem, se organizarem e reivindicar melhorias das condições de trabalho e de vida. A experiência conjunta desses operários e o próprio significado de ser um operário tomam outras dimensões para as operárias que passam a se reconhecer e ser reconhecidas como parte integrante de uma classe, uma categoria que estava se organizando no período e criava suas estratégias para fugir às pressões de seu tempo. E neste sentido, nossas entrevistadas, ao narrarem suas trajetórias de vida, vislumbram na união e organização dos trabalhadores e na luta pelos seus interesses um meio para superar suas dificuldades compartilhadas com milhares de pessoas em todos os espaços ocupados.

Ao reivindicarem liberdade de organização contra repressão policial e a política econômica, essas operárias fugiram à luta por reivindicações imediatas, a luta econômica e a uma luta que se reduziam às questões de gênero, tomando a luta de nossas entrevistadas como uma dimensão política que condizia com a luta por reivindicações que enquadravam toda sociedade.

Assim, a insurgência de um movimento operário que unia a categoria em torno de uma luta que não se fazia apenas por melhores salários, mas a esperança de ter “*uma sociedade diferente, uma sociedade justa. De preferência igualitária*”, ou mesmo “*tê um bom emprego,*

²¹⁴ Baixinha, entrevista realizada no dia 15 de Março de 2007 em São Bernardo do Campo/SP.

²¹⁵ Mana, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007 em São Bernardo do Campo/SP.

a gente te, pude fazer uma faculdade, e, um salário, igualdade, um salário...”²¹⁶ é notado por nossas entrevistadas apenas como um meio de questionar ou reivindicar as questões referentes à divisão sexual do trabalho ou mesmo os problemas referentes à mulher, que por sua vez aparecem como pautados pela própria classe trabalhadora. Mas como um momento de união da classe, da categoria dos metalúrgicos em torno de um projeto que mostrava perspectivas de melhoria para todos os operários. O que nos evidencia como o sentido de luta de classes e da própria classe toma uma importância maior que o gênero para nossas entrevistadas. Sendo assim, no próximo capítulo discutiremos como as lutas e participação no movimento sindical-operário nas décadas de 1970 e dos anos 80 foram percebidas e experimentadas pelas próprias operárias.

²¹⁶ Maria Teixeira Vilela entrevista realizada em 14 de março de 2007, São Bernardo do Campo, SP.

Capítulo 3

Recuperando práticas: Experiências de luta e resistência das operárias metalúrgicas no movimento operário/sindical de São Paulo e São Bernardo do Campo nas décadas de 1970 e 1980.

*“Nóis num éramos um grupo grande de mulheres! Mas nóis era uma mulherada ponta firme memo!”.*²¹⁷

No capítulo anterior, ao falarmos das experiências de trabalho e luta das operárias metalúrgicas nas décadas de 1970 e 1980 em SBC e SP, pudemos perceber como nossas entrevistadas, ao recordar-se de suas práticas de luta desenvolvidas no período referido, reconstroem o movimento, com base nas experiências vividas no presente. Assim, percebemos que ao reconstituírem memórias sobre as lutas desenvolvidas no passado, organizaram suas lembranças a partir dos problemas e das questões colocadas no presente, firmando - se como sujeitos sociais e situando-se dentro das lutas sociais desenvolvidas no período. Neste sentido, ao pautarem as dificuldades experimentadas no presente, buscam nas lutas do passado a legitimação de seus argumentos e, ainda, se firmar como interlocutoras de um processo de constituição de lutas e de transformação das condições apresentadas à classe trabalhadora.

Ao valorizarem e resignificarem suas práticas de luta e resistência duas décadas depois dos anos de grande embate no chão das fábricas do ABC Paulista e da cidade de São Paulo, as operárias se recordam, como forma de resistir a um senso comum que acostumou a perceber suas lutas como minoritária, isoladas e de pouca representatividade no processo da constituição das lutas operárias do período. Desta forma, quando falamos das práticas desenvolvidas no passado, suas narrativas são filtradas pelas questões do presente e, assim, dos problemas vivenciados no tempo presente por essas mulheres²¹⁸. Assim, ao interpretar esse processo de reconstituição de memória, concordamos com Thomson quando este afirma que:

²¹⁷ Mana, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

²¹⁸ Essa questão será tratada mais a frente deste capítulo.

*“A memória gira em torno da relação passado presente e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado”*²¹⁹.

Ou seja, ao recordar suas práticas, nossas entrevistadas reconstroem o passado em torno das dificuldades experimentadas no presente e devem ser compreendidas dentro do enredo de relações. O significado de suas memórias deve ser compreendido como construções coletivas e individuais do presente, que se transformam no forjar das experiências de vida e das relações sociais dessas mulheres, em acordo com as construções e re-significações em torno das lutas desenvolvidas no ABC Paulista e São Paulo nas décadas de 1970 e 1980.

Desta maneira, quando nos propomos a pesquisar sobre operárias metalúrgicas, nos deparamos com uma bibliografia que se acostumou a classificar as lutas das trabalhadoras como *“lutas ilusórias”*²²⁰, *“práticas invisíveis”*²²¹. Por vezes, suas lutas foram compreendidas como limitadas, isoladas, pois, em sua maioria, essas trabalhadoras exerceram suas práticas de combatividade no ambiente de trabalho, e organizaram-se apenas localmente.

Ao investigar as lutas desenvolvidas pelas operárias metalúrgicas de São Bernardo do Campo no fim da década de 1978, LOBO observou que:

“Diante das práticas atomizadas no tempo e no espaço, não se chegando a postular de maneira autônoma as reivindicações específicas. A dinâmica das práticas das operárias acompanha a dinâmica da totalidade do movimento, mas ainda uma vez, sua fragilidade se manifesta na medida em que elas estão concentradas e, fábricas pequenas ou médias, onde a tensão e o medo atuam contra o movimento”.²²²

Assim, as lutas cotidianas destas operárias foram percebidas como práticas de pouca representação dentro de um movimento mais amplo de trabalhadores, por não constituírem-se como uma luta organizada e institucionalizada, insuficientes para superar preconceitos em relação às lutas especificamente femininas. Preconceitos culturalmente e historicamente constituídos que permeavam as relações sociais estabelecidas no interior das fábricas, dos sindicatos e das práticas sociais. E mesmo quando havia a participação de trabalhadoras nas lutas sindicais do período, elas foram compreendidas como *“menos estrepitosas e, menos*

²¹⁹ THOMSON, Alistair *Recompondo a memória: questões sobre a relação de história oral e as memórias*. in Ética e História Oral. Projeto História 15. São Paulo, Abril de 1997.

²²⁰ Segundo PENA, as mulheres sempre estiveram presentes nas lutas da classe trabalhadora, no entanto, *“seus combates eram quase sempre perdidos, sua mobilização espontânea permanecia, na prática, ausente das negociações encetadas durante as greves”*. PENA (1981) apud LOBO (1986).

²²¹ LOBO, Elizabeth HUMPHREY, John GITHAY, Leda MOYSES Rosa A *“prática invisível” das operárias* in O sexo do Trabalho. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro/RJ, 1986.

²²² Idem

visíveis fora da fábrica”²²³, devido ao número inferior de mulheres sindicalizadas em relação aos homens. O que não permitia, segundo a autora, que as práticas individuais de algumas mulheres dentro do sindicato rompessem com o isolamento das lutas e práticas das operárias metalúrgicas, constituindo-se assim como lutas “invisíveis”.

Ao verificar as fichas de sindicalização do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema, em janeiro de 1978 (ou seja, ano em que iniciou um processo de sucessivas greves e que se realizou o I Congresso da Operária Metalúrgica) podemos constatar que de 643 operários sindicalizados no período, apenas 53 eram mulheres. Fato que evidencia um pequeno número de mulheres que pelo menos, oficialmente, atuavam neste sindicato (se comparada ao número de homens inscritos). O que não significa que em um período de grande dificuldade para conseguir emprego, essas operárias não estivessem lutando e desenvolvendo suas práticas de resistência sem que fossem sindicalizadas.

Entretanto, nas narrativas de nossas entrevistadas, pudemos observar que a não sindicalização das operárias não impediu que as mesmas estivessem presentes nas atividades e momentos de embate da categoria, no qual a Baixinha e a Nice recordaram-se que no período em que iniciaram as primeiras greves do ABC Paulista, suas colegas estavam presentes, no entanto, como elas observaram:

*“- Não! Pra greve elas ia. Fazê greve sim! Né? Né, Baxinha? Fazê greve elas fazia. O problema é quando fazê elas í pras assembléias”.*²²⁴

*“- Elas participavam sim! Mas elas não queriam compromisso! Um compromisso de que nem eu, a Nice e otras pessoas, que às vezes tinha um compromisso de tá ... né/ trabalhando ali, lutando por aquilo que a gente acreditava, né?”*²²⁵.

O compromisso de lutar, participar das atividades sindicais e abrir mão ou partilhar o tempo que lhes restava fora do período de trabalho é um dos motivos da baixa sindicalização e participação ativa nos sindicatos e, como já pontuamos no capítulo anterior, esta participação poderia acarretar ainda o desemprego (tanto dos homens como das mulheres) se fossem descobertos pelos patrões. Assim sendo, ao falar do período em que participaram das atividades do movimento operário, nossas entrevistadas indicaram as dificuldades de ter que desenvolver uma terceira jornada de trabalho, em que a militância política e sindical eram desenvolvidas nos espaços fora da fábrica e, assim, tinham que dividir o tempo entre pegar os filhos na creche, fazer os serviços de casa e participar das assembléias e atividades sindicais, o

²²³ Ibidem.

²²⁴ Nice, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

²²⁵ Baixinha, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

que se tornava, segundo nossas entrevistadas, “ *muito desgastante pra mulher, de ser mãe, se operária, trabalhadora, ser dona de casa, e ser mulher!*”²²⁶

Nice, que foi operária e dirigente sindical entre os anos de 1987 e 1991, ao lembrar-se do período em que foi responsável pela organização sindical dos trabalhadores de Diadema, nos falou das dificuldades de ser sindicalista e cuidar dos três filhos pequenos, nascidos “*entre uma greve e outra*”, e nos pontuou que:

*“Sempre tive alguém em casa. Quando era noite, eu pegava 7 e meia da noite pegava os dois na escolinha e levava pra casa da minha mãe. Quando era 10, 11 horas quando eu saía das reuniões eu ia busca! E vinha durmindo ... era um sofrimento muito grande! Hoje quando eu lembro assim, me doe de mais! Assim nas locuras que eu fazia c’os meus filhos pra, pra tá assumindo o movimento. E dói mais ainda, que eu recebia muita crítica, quando um filho ficava duente que eu levava no médico eu era muito criticada. Que eu saía pra levá filho no médico! (...) Porque eu tenho até vergonha de falá, porque meus filhos tiveram pneumonia porque eu só levava no médico quando tava ruim, porque não tinha tempo, porque tava no sindicato, tava liderando greve, e não tinha tempo pros meus filhos”.*²²⁷

Assumir a militância política, ser uma dirigente sindical significou para esta ex-operária, (a exemplo de muitas de nossas entrevistadas²²⁸), abrir mão de algumas dimensões de sua vida²²⁹ e dividir o tempo entre ser mãe, esposa e líder de greve. Para Nice, a luta por melhores condições de vida para a classe operária, acarretou em ter que sacrificar por vezes seus filhos; e o tempo que deveria dedicar-se a eles, para que pudesse desenvolver uma terceira jornada no sindicato e nos locais de organização e luta dos operários metalúrgicos. Podemos observar ainda em sua narrativa que ser mãe e ter compromissos fora do espaço das lutas sindicais, por vezes, foi motivo de conflito e crítica dos companheiros de luta, que

²²⁶ Edy, entrevista realizada no dia 13 de março de 2007, em São Paulo/SP.

²²⁷ Nice, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

²²⁸ A ex-operária Carmem, ao falar do período em que foi uma das líderes regionais do MOSP, período em que teve seu primeiro filho, lembrou-se que: “*Na Metal Ianes foi quando eu tive o Ramon, que eu tive ele pequeninho, i aí vinha outro problema né? Que a creche com quem dexá, como fazê... eu, consegui colocá numa creche em Santo Amaro, então era assim, saía de casa as seis horas, morava no Campo Limpo mesmo, onde eu moro ainda hoje né? Com ele no canguru, trazia ele até Santo Amaro, dexava na creche pegava um outro ônibus ia até a fábrica, a tarde o mesmo caminho novamente, né? Então, as vezes saía dali da... creche ia pra reunião com ele né? Levava ele comigo. E hoje as vezes a gente pensa assim, nossa eu acho que eu judiei de mais, porque você tirava da creche levava pra reunião e ficava lá.*”(Carmem 10/03/2007).

²²⁹ Ao falar do período em que começou a participar das atividades sindicais, a Nice nos falou ainda que “*enquanto minhas amiga tava indo pro baile, pras festinha, eu tava indo pra reunião do sindicato, indo pra porta de fábrica fazer piquete, panfleta.*” Ou seja, para esta ex-operária, a militância no movimento operário tomou outras dimensões em sua vida e passou a ser parte integrante em sua trajetória pessoal. Foi no sindicato que conheceu seu marido; foi em diferentes períodos de greve que teve os três filhos; e devido a dedicação a diretoria sindical que ela acabou separando-se.

achavam que por ser mulher e ter filhos, esta dedicaria menos tempo ao movimento para cuidar dos assuntos familiares.

Delma nos indicou ainda que na Zona Leste onde desenvolveu trabalho de organização operária entre mulheres que trabalhavam nas indústrias eletro-eletrônicas, devido aos baixos salários, muitas trabalhadoras além de ter que se encarregar das tarefas de casa, frequentemente faziam “bicos” no final de semana, onde:

*“As casadas, as com filho, as chefe de família, terminava às 9 horas de jornada de trabalho dentro da fábrica e ia pra segunda que é dentro de casa, cuidá de filho, cuidá de casa, cuidá disso e cuidá daquilo. Essa sempre foi a grande dificuldade de trazê mulher com filhos pra luta. Né? Essas, de sábado e domingo geralmente trabalhavam, mas inclusive como chefes de família faziam limpeza pra fora, ganha um dinheiro extra. Então... é realmente mais difícil”*²³⁰.

Podemos observar que quando a mulher era a “chefe” de família, as dificuldades para participar das atividades sindicais aumentavam, ao passo em que, eram por vezes, responsável por toda renda familiar e mediante aos baixos salários pagos nas indústrias eletro-eletrônicas, era comum que estas desenvolvessem outras atividades para complementar a renda familiar. Assim, podemos notar que, via de regra, a participação das operárias nas atividades sindicais fora do expediente de trabalho, tornava-se difícil devido às próprias condições colocadas à mulher da classe operária.

Desta maneira, podemos observar que no período nossas entrevistadas enfrentaram dificuldades por terem que se dedicar a uma terceira jornada, mas também existiam preconceitos referentes à participação das mulheres nos movimentos operários por parte de seus próprios companheiros de luta. Nesse sentido, estas indicaram que a maioria das operárias que participavam das atividades do movimento operário eram solteiras, ora por terem dificuldades de participar das atividades sindicais, ora porque os maridos e companheiros não admitiam que elas desenvolvessem uma atividade política²³¹. Nice nos contou que:

“Na época era as solteras mesmo! As casadas era pocas. Pocas casadas que você conseguia levá pro movimento porque o marido não aceitava! Marido não

²³⁰ Delma, entrevista realizada no dia 12 de março de 2007, em São Paulo/SP.

²³¹ Algumas de nossas entrevistadas indicaram ainda, que devido ao grande tempo a ser dedicado à militância, algumas vezes, casais onde o homem e a mulher eram operários e militantes sindicais, a mulher acabava abrindo mão da militância para que o marido se dedicasse ao movimento. Como nos indicou a Maria José, *“Quanto mais ele (marido) era engajado, era liderança, menos tempo com a família. Com os filhos. E por isso essa contrapartida. E com isso a mulher ficava com os filhos, muitos que a mulher nem participava, pra mulhé favorece, ele, a participá”*. (Edy, 13/03/2007).

aceitava! Essa era a verdade! Até nas reuniões que eu chamava a mulherada, que era a comissão de mulheres metalúrgicas, a gente tinha muita dificuldade da mulher casada participá. Então de, de, de, 30 mulheres, que reunia, três, quatro, no máximo cinco era casada. O resto era soltera. Soltera, o separada, o viúva. Ma quando tinha, era casada, era o problema, o marido não aceitava.”²³²

Como podemos notar, não só as exigências do lar impediam que as operárias participassem das atividades sindicais, assumissem uma militância política, mas, no período, a própria cultura operária não era acostumada a ver mulheres como sindicalistas. Assim, participar das atividades organizadas da categoria significou para as operárias romperem com preconceitos culturais, travar lutas e superar conflitos com a própria família e maridos que não admitiam que suas esposas, namoradas, mães, irmãs e filhas desenvolvessem suas lutas por melhores condições de trabalho. Ou seja, não só romper com preconceito, mas serem aceitas como operárias e fazer com que suas lutas e práticas fossem compreendidas como uma luta política e constituinte das lutas gerais desenvolvidas pela classe no período.

Entretanto, referindo-se ao grupo de ex-operárias metalúrgicas que entrevistamos ao longo de nossa pesquisa, observamos que mesmo indicando para essa não colaboração dos maridos e para as dificuldades em dividir o tempo em ser mãe e ser militante sindical, das quatorze ex-operárias sindicalizadas, sete delas tiveram filhos ou já eram mães no período em que começaram a participar do movimento operário. Assim, ser mãe, casada ou estar grávida não impediu que elas deixassem de desenvolver suas lutas, liderar greves, subir em caminhões, correr da polícia ou enfrentar os chefes de sessão, e como a Nice se recordou “Com aquele barrigão enorme eu subia em cima de caminhão pra liderá a greve, sentia dor, ia pro hospital, saia, voltava de novo” ²³³.

Não que elas não tivessem dificuldades, entretanto, as dificuldades se reverteram em reivindicações por creches, licença maternidade, direito de amamentar crianças pequenas durante a jornada de trabalho e mesmo pelo direito de participarem das atividades da classe. Leis que foram conseguidas exatamente pelas lutas das operárias que compartilhavam destas dificuldades e que indicam um processo de ampliação das lutas do movimento operário em reconhecimento às dificuldades e especificidades experimentadas pelas operárias presentes em sua base e que atuavam no movimento sindical.

Como a Nice afirmou no trecho transcrito no início do texto, o número de mulheres engajadas poderia ser pequeno, (se comparado com o número de homens que atuavam como

²³² Nice, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

²³³ Idem.

dirigentes, ou mesmo “líderes”, das greves e atividades sindicais), o que não significa que as trabalhadoras não desenvolveram suas próprias lutas e se constituíram como sujeitos históricos e transformadores de sua realidade. Não podemos menosprezar a participação e as contribuições deste grupo de operárias “*ponta-firme*”, que a partir de suas experiências cotidianas passaram a atuar e participar das lutas sociais de trabalhadores, enfrentando discriminações, preconceitos e principalmente conquistando espaços, ampliado às reivindicações e lutas do movimento operário.

Assim, percebemos ao ouvir suas narrativas e ao analisar os jornais da categoria, que o primeiro desafio colocado para as trabalhadoras, não foi apenas ter coragem de lutar, mas serem reconhecidas como operárias e fazer com que suas lutas fossem reconhecidas pelos companheiros de trabalho, patrões, intelectuais e movimentos sociais do período. Reconhecimento que aconteceu no forjar do próprio movimento operário, em face à participação das mulheres em todas as esferas das lutas e das práticas de combatividade desenvolvidas ao longo das décadas de 1970 e 1980 pelo MOSP e pelo Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema.

Neste sentido, ao realizar as primeiras entrevistas com ex-operárias como a Nice, Mana, Baixinha, Fátima, Delma, Edy, entre tantas outras que tive o grande prazer de conhecer ao longo desta pesquisa, percebi ao conversar e escutar suas “histórias” que as trajetórias destas personagens articulavam-se ao processo de constituição das lutas sociais de trabalhadores deste período. Estas ex-operárias participaram e experimentaram a constituição das estratégias de luta e organização da classe, independente de serem sindicalizadas ou não.

Para a maioria de nossas entrevistadas, a luta não surgiu com a militância sindical, mas com as dificuldades cotidianas, vivenciadas no ambiente de trabalho e das lutas e militâncias em outros movimentos sociais do período. Podemos observar, neste sentido, que não só nos sindicatos se deram as lutas destas operárias, que em suas narrativas indicaram que a partir de uma diversidade de conflito e embates experimentados em diversos espaços, passaram a elaborar suas estratégias de resistência. Desta maneira, a Nice, ao se recordar dos momentos de conflito e resistência experimentados no seu cotidiano de trabalho, afirmou que:

“Eu além de mi defendé, tinha a péssima mania de defendé o zotro. Então eu levei várias advertências, várias suspensões na primeira firma! Quê dizé, é uma coisa que já vinha de longe. Não é uma coisa que vinha a partir do Sindicato dos Metalúrgicos, que eu comecei brigá não!(...) e porque eu era briguenta. Eu achava que o fato de eu sê sindicalizada eu tinha, mais, até moral pra chegá

dentro do sindicato cobrá, exigí o sindicato na porta da firma, exigí du sindicato resolve os problemas daquela empresa.”²³⁴

Para Nice, lutar, resistir às imposições, à exploração e às péssimas condições de trabalho no período não se resumia apenas à participação nas assembléias e reuniões nos sindicatos, como também não significou para as operárias engajadas no MOSP, onde suas lutas se constituíam em oposição ao sindicato atrelado ao Estado e, assim, fora do espaço sindical. Entretanto, podemos observar que é na vinculação com o sindicato que esta ex-operária viu uma forma de legitimar e reforçar suas práticas de resistência. Ou seja, a busca pelo reconhecimento de suas lutas desenvolvidas no interior das fábricas, indica um processo de organização e legitimação das lutas operárias no período, onde organizar e se constituir como sujeito coletivo poderia diferenciar a legalidade ou ilegalidade das reivindicações das trabalhadoras em um período marcado pela opressão e repressão experimentada nas fábricas, sindicatos, manifestações, Igrejas, etc.

Portanto, as práticas cotidianas de resistência desenvolvidas no “*chão da fábrica*”, ocupam um importante papel nas narrativas de nossas entrevistadas, sendo que é a partir destas lutas internas (e dos conflitos vivenciados neste espaço) que elas afirmam ter conseguido superar dificuldades vividas no ambiente de trabalho, reivindicar melhores condições de vida e principalmente transformar as relações que intermediavam o processo produtivo. Assim, a Baixinha, ao recordar-se do período em que trabalhou na Costal, onde foi eleita como representante dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA²³⁵), nos falou dos embates e lutas desenvolvidas na fábrica, em que conseguiu melhorar as condições de trabalho dos operários e contribuiu para ampliar os laços de confiança e organização dos trabalhadores, como ela nos contou:

“Depois que eu ganhei a CIPA fiquei importante, não trabalhava mais, quando eu entrava os cara falava: ‘lá encima os cara tá te chamando’. Aí qui não pode se assim, não pode se assado, i num sei o que. E eu falei ‘tá!’. Aí eu descia, daqui

²³⁴ Nice, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

²³⁵ As CIPAS são indicadas por nossas entrevistadas como importantes instrumentos para a reivindicação de melhores condições de trabalho nas indústrias metalúrgicas no período, principalmente para o MOSP, que estava fora da diretoria sindical, como a Nádia nos pontuou que “CIPA é uma coisa muito importante que é... a Comissão Interna de Proteção de Acidentes. Então a CIPA, você tem estabilidade por lei né? A CIPA é institucional né? E então... durante muitos anos a CIPA ela foi, serviu ela, ela contribuiu, o fato de você está na CIPA contribuía pra você pudesse milita né? Porque você tinha você participava de uma eleição e falava e você tinha certa estabilidade e você podia percorre as outras sessões. Então foi uma coisa muito importante.” Neste sentido, operárias como a Nádia, Fátima, Baixinha, Vera, Carmem, Maria Jose, Rita e Maria Lúcia nos falaram de importantes conquistas conseguidas no período em que foram “cipeiras”. Conquistas como a instauração de restaurantes, creches, horário de café da manhã e tarde, equipamentos de segurança no trabalho, equiparação salarial, resistência a cantadas dos chefes de seção, liberdade para ir ao banheiro e direito de ter mais papel - higiênico na seção das mulheres, entre outras ações foram recordadas por nossas entrevistadas como decorrentes da ação conjunta entre os trabalhadores e as cipeiras.

a poco de novo! Aí eu de novo! E aí eu falei ‘vamo mudá o restaurante’. Aí na linha eu tinha uma chefe, Maria o nome dela, que era um capeta. Mas ela não batia de frente comigo não porque eu era ruim, ela era altona assim, (..) ‘e aí, porque não pode restaurante!’. E eu: “que a comida tá ruim!”. E eu já tinha conseguido 15 minuto de café de manhã e de tarde. Aí o pessoal foi pegano mais uma confiança, aí eu disse logo, logo vem uma greve. Aí fui, fui, vamo troca o restaurante! “Não!”²³⁶ Disse: “vamo troca o restaurante”. Fizemo um abaxo assinado. Porque a comida vinha de fora. (...) Então, eu comecei um trabalho lá, nesse sentido né? De melhorá, de melhorá restorante, melhorá as coisas da fábrica que era muito difícil né? É restorante, papel higiênico, leva o pessoal pra greves. (...) Dentro de firma, brigandu com encarregado! Pintando o diabo. Pondo o dedo na cara de encarregado, ele punhava na minha, eu punhava na dele! Pegava três dia de cana, voltava de novo! Porque eles não podia me mandá embora²³⁷! E aí eu ia pra reunião, saia, buscava é... u ... diretor de sindicato pra fazê reunião dentro das fábrica, e eu era discriminada também por isso né? Levava gancho! Os cara me dava três eu pedia 15! E assim nós ia indo!”²³⁸.

Inicialmente temos que observar que ao se referir à eleição da CIPA e das melhorias nas condições de trabalho nesta fábrica, a Baixinha elege como uma vitória individual mediante as disputas e interferências do patrão e dos candidatos que tinham o apoio do mesmo. Neste sentido, ela indica que mesmo havendo a interferência da chefe de seção que não apoiava a construção do restaurante, ela conseguiu burlar o esquema colocado e estabelecer as melhorias necessárias. Assim, as lutas desenvolvidas no cotidiano não só são valorizadas por nossa entrevistada por terem sido lembradas como lutas individuais encabeçadas e travada por esta operária²³⁹, mais ainda, por ter estabelecido uma rede de sociabilidade entre os companheiros - onde após conseguir melhorias das condições de trabalho, os operários desta fábrica acabaram pegando maior “confiança” - ampliando suas lutas dentro da fábrica e organização que os levou a paralisação total na greve de 1979, quando:

“Aí veio a greve (...) e a Costal nunca teve trabalho de metalúrgico (sindicato metalúrgico), nunca teve! E as firmas, todas as firmas! Segundo a gente sabe, até

²³⁶ A Baixinha se referiu aqui a contraposição da tal chefe, a Maria, em exigir dos patrões a instalação do restaurante.

²³⁷ A Baixinha se refere ao período em que houve as primeiras greves no ABC paulista em 1978, nessa época ela havia ganhado as eleições da CIP, e logo depois ficou grávida. Por isso, ela não podia ser mandada embora tanto pela estabilidade assegurada pela CIPA, como por estar grávida, como assegura a LEI.

²³⁸ Baixinha, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

²³⁹ Neste período ainda, a Baixinha nos contou que nesta fábrica costumava-se fornecer um rolo de papel higiênico por mês para cada operária da linha. Ela organizou algumas operárias para reivindicar que fossem fornecidos mais rolos de papel higiênico, sendo que “naquela época eu tava grávida! Tava com seis méis! Falei: ‘Pra mim não dá. Porque na minha casa eu gasto dois porque aqui eu vou gastar um?’ ”. Nesse meio tempo, ela acabou descoberta e chamada pela diretoria para explicar por que estava organizando as operárias e se a mesma tinha intuito de fazer greve. Acuada e sem o apoio das companheiras que ficaram apavoradas por terem sido descobertas, a Baixinha nos disse que sozinha argumentou e questionou a chefia sobre a situação conseguindo ao final que estes fornecessem mais rolos de papel higiênico a todas operárias.

hoje, eu sei né? Sempre era parada pela ferramentaria. A Costal foi parada pela produção! E não tinha trabalho nenhum!” ²⁴⁰.

Podemos notar que nas narrativas da Baixinha, que nunca chegou a ser uma dirigente sindical ou ocupar cargos no sindicato, mas que teve grande participação nas atividades sindicais entre os anos de 1974 e 1989, as lutas desenvolvidas no cotidiano de trabalho não só permitiram que esta transformasse as condições de trabalho, mas também organizar os colegas em torno das lutas desenvolvidos pela categoria neste período. Assim, podemos observar que nossa entrevistada, ao se recordar de suas experiências de lutas, as valoriza no campo da organização operária e as situa dentro de um movimento mais amplo, no entanto, percebendo-a como resultado das lutas pessoais desenvolvidas pelos operários daquelas fábricas.

Neste sentido, para a ex-operária Nádia, ao se tornar “cipeira” e estabelecer relações de amizade com os operários da fábrica, estas tomam outras dimensões que vão além de laços de amizade e solidariedade, onde como ela nos contou:

“Aí eu começava a vê a questão de... segurança de trabalho, e mas pru pru, pessoal da fábrica pros trabalhadores era muita mais que isso, eles achava assim ‘Ah! Nádia...’, tudo eles vinham pra minha sessão. Assim ‘Nádia caiu o barraco do Daniel’. E era um minino faxineiro.’Que que a gente tem que fazê? A gente tem que fazê uma lista, cê agita a lista?’. ‘Agito!’. A gente agitava lista pra arrumá o barraco du, du, du Damião sabe? É cadera de roda pra um, otro tava cum, num, então a gente fazia tudo na fábrica. I nisso foi à relação” ²⁴¹.

A partir das práticas desenvolvidas no cotidiano, os trabalhadores passaram a estabelecer redes de sociabilidade e, neste sentido, ampliar as questões a serem discutidas e a refletidas pelo conjunto de trabalhadores da fábrica. Assim, para estes trabalhadores, se organizar e desenvolver práticas conjuntas significava ainda, estabelecer relações de amizade, e cooperar nos períodos de dificuldade e problemas enfrentados fora do ambiente de trabalho. Por isso, a Nádia, ao se destacar como “líder”, não era apenas a defensora dos interesses desses operários na fábrica, mas a ligação entre todos os operários no ambiente de trabalho.

Desta forma, podemos perceber nas narrativas de nossas entrevistadas, que as práticas de resistência estabelecidas dentro das fábricas contribuíram para estabelecer um diálogo sobre as dificuldades experimentadas entre os trabalhadores e uma organização em torno de lutas por questões mais amplas, que atingiam os operários, como por exemplo, as lutas por creches, melhores salários, equiparação salarial entre trabalho feminino e masculino, moradia,

²⁴⁰ Baixinha, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

²⁴¹ Nádia, entrevista realizada no dia 16 de dezembro de 2006, São Paulo/ SP.

entre outros. Neste sentido, observamos nos jornais *Tribuna Metalúrgica e Luta Sindical* que ao travar suas lutas pessoais a partir de experiências vivenciadas em determinadas fábricas, estas vão sendo incorporadas pelo movimento operário/sindical, como podemos notar pelo interesse em desenvolver congressos que objetivavam discutir as questões referentes à mulher metalúrgica.

Observamos ainda, que a partir das práticas e lutas isoladas dessas operárias, houve um processo de ampliação das lutas e da própria organização operária, onde como a Nádia nos indicou:

“Porque assim ó! Não, a gente só conversava de coisa sobre á fábrica, mais assim, quando alguém precisava de ajuda. E a ajuda não necessariamente se restringia as coisas da fábrica a gente tava ali. A gente ajudava (...). E aí a gente começo a organizá. Porque o pessoal da ferramentaria chegô e falô assim ‘Nádia, a gente precisa organizá uma greve’, falei Precisamos... Vamo organizá!’. E aí, que nós fizemos? E o sindicato num sabia, porque a gente não confiava no sindicato. (...) Então a gente tinha u...tinha um grupo de pessoas, esse pessoal mais próximo a mim, alguns metalúrgicos não eram todos, era muito pouco esse grupo. Era um grupo de dez (...). Tinha , eu tinha mais umas duas meninas, duas meninas! O resto homem! A gente conversava muito ‘A gente tem que organizá uma greve, a gente tá trabalhando muito. Eles tão lucrando de mais! E não tá tendo nada pra gente aqui!’. I aí o pessoal ‘Vamo!’. Só que a gente tem que fazê, pra gente í no sindicato. Porque eles queriam que o sindicato conduzisse pra que sé uma coisa, e legalizada e tal. Mas eles queria que isso fosse feito por último, porque tinha uma certa desconfiança do sindicato. Então, o que nós fizemos? Toda sexta feira a gente se reunia num buteco, pertinho dali. Tinha um lugar lá que é o correio, umas três quadras. A gente começo com uma reunião de oito, depois essa reunião foi pra vinte, essa reunião ficô, tinha cinquenta, aí quando tinha quase cem pessoas que não cabia mais gente nu buteco, a gente falo: ‘Hoje a gente vai pro sindicato!’.”²⁴²

A partir de laços de solidariedade estabelecidos no ambiente de trabalho, os operários desta fábrica - a exemplo de outros casos narrados por nossas entrevistadas - começaram a discutir questões referentes a todos os operários da fábrica e, com isso, lutar por melhores condições de trabalho e aumento salarial, significou ampliar ainda os laços de amizade, e organizar os trabalhadores para que suas reivindicações fossem reconhecidas pelos patrões e pelo próprio sindicato ²⁴³.

²⁴² Nádia, entrevista realizada no dia 16 de dezembro de 2006, em São Paulo/SP.

²⁴³ No caso narrado pela Nádia, temos que considerar que esta operária trabalhava em uma pequena empresa na cidade de São Paulo, onde como ela nos indicou, nunca havia tido uma greve. Neste sentido, a dificuldade de “encabeçar” uma greve devia-se ao fato de que o sindicato da categoria, no período, ainda estava sobre representantes dos antigos interventores.

Desta maneira, mais do que lutas pessoais, suas “trajetórias de vida” indicam para lutas que se desenvolveram dentro de um bojo de lutas e transformações sociais, onde estas tiveram que superar discriminações e preconceitos culturalmente e historicamente construídos, mas, que a partir de suas práticas e experiências cotidianas, conseguiram modificar sua realidade. Portanto, classificar suas lutas como ilusórias ou invisíveis é não reconhecer o processo de transformação históricas ocorridas ao longo das décadas de 1970 e 1980, e principalmente não reconhecer essas mulheres como operárias e sujeitos históricos que transformaram sua realidade a partir de experiências conjuntas e vivenciadas no cotidiano das relações da classe trabalhadora, onde desenvolveram suas trajetórias de resistência e lutas, seja pelas questões colocadas pelo contexto político e econômico do período ou pelas questões culturalmente apresentadas às mulheres.

Para nossas entrevistadas, ser metalúrgica e participar das lutas sindicais neste período, significou mais do que lutar por uma vida melhor ou mesmo por condições especificamente femininas. Em suas narrativas, elas dimensionam suas experiências e trajetórias pessoais dentro de um movimento de lutas mais amplas, que objetivava não apenas conseguir melhores salários e modificações nas condições concretas dos ambientes fabris, mas superar discriminações, transformar relações sociais e, principalmente, se auto-afirmarem como sujeitos sociais. Ao fazer um balanço de sua trajetória de lutas, a ex-operária Mana nos relatou que:

“Nóis era muito discriminada! Nóis num tinha direito, muito pouco direito. Brigá memo, apanhá, deitá no asfalto, pra gente te direito! O direito da mulhé que tem alguma coisa? Agradeça a nóis aqui no ABC, porque se não? Não tinha nada! Nóis era umas escrava, nóis era das empresas. Porque o homem tinha um salário e a gente tinha outro. Nóis nun tinha o direito que o home tinha! Nóis era discriminada! (...) depois não podia mais judiá das escrava. E quando queria te chutá, chutava memo! Se você atrasasse 10 minuto, ou se ficasse no banheiro porque tava passando mal, se podia leva advertência. Porque era mulher! O homem podia ficá meia hora lá! Fumando, batendo papo, que não tava nem aí! E a agente era discriminada nessa medida. Em tudo! Em tudo! E de lá pra cá não! Porque a gente luto muito, e a mulher graças a Deus, tá bem(...). Acho que foi bom, foi bom! Porque a gente... luto! Brigamo muito né Baxinha? Brigamo!”²⁴⁴.

Superar discriminações, lutar por leis que protegem o trabalho da mulher, ser reconhecida como operária e como sujeito histórico, estas são características que marcam as narrativas das ex-operárias metalúrgicas que reivindicam o papel de transformadoras de sua realidade em um período que, para elas lutar por melhores condições de trabalho significava

²⁴⁴ Mana, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

ainda lutar contra preconceitos culturalmente construídos e enfrentar uma sociedade que não estava acostumada a ver mulheres como “*peão de obra*”, e principalmente, fazendo “*piquetes*”, “*correno da polícia*”, escondendo e protegendo os líderes sindicais e “*segurando greves*”, quando tudo parecia perdido.

Assim, em um período de grandes dificuldades para a classe trabalhadora, entre ficarem amorfas à situação e correrem o risco de lutarem por melhores condições de vida, pela esperança de ter um futuro melhor, nossas entrevistadas - a exemplo de muitas operárias que encheram as páginas do *Tribuna Metalúrgica e Luta Sindical* por desenvolverem suas próprias lutas e contribuir no processo de transformação social no período - optaram por se engajar, tornarem-se sindicalistas e superar os medos e tensões vividas no contexto político do período, como a Mana pontuou “*Se a gente não briga? Era piô!*” ²⁴⁵.

3.1 O início da militância nos movimentos operários.

“A nossa escolha foi essa, a gente entrô de corpo e alma nisso, acreditando qui a gente ia tê um futuro melhor, não só pra mim, não só pro meu filho, pra minha mulhé, mas no geral, no mundo inteiro”. ²⁴⁶

Nossas entrevistadas, ao narrarem e re-significarem suas lutas, são lembradas mais do que concretamente, sendo que foram experimentadas e sentidas no cotidiano de trabalho e se ampliam ao tomar os vários espaços como as ruas, praças, calçadas, sindicatos, bares, igrejas, prefeituras, associações de bairro, ou seja, lugares na cidade onde elas desenvolviam suas relações sociais, em locais onde passaram a desenvolver relações conjuntas da classe trabalhadora. Como aponta Humphrey²⁴⁷, a partir do momento em que a greve no interior da fábrica se tornou impossível por causa da repressão, que os piquetes já em frente às fábricas são reprimidos pela polícia, os operários vão se manifestar nas principais avenidas e ruas onde os ônibus das empresas passavam.

A luta, desta forma, ganha outros lugares e dimensões que tomam o espaço da cidade como espaço de lutas a serem travadas. Assim os bares passam a ser pontos de encontro e discussão, as ruas lugares de resistências, os bairros pontos de apoio à greve e continuação da

²⁴⁵ Mana, entrevista realizada no dia 15 e março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

²⁴⁶ Baixinha, entrevista realizada no dia 20 de novembro de 2007, em São Bernardo do Campo, SP.

²⁴⁷ HUMPHREY, John Operários da indústria Automobilística no Brasil: Novas tendências no Movimento trabalhista, in cadernos Cebrap 1982.

greve. Neste sentido, nossas entrevistadas nos indicaram para a insurgência de um movimento operário que unia a categoria em torno de uma luta que não se fazia apenas por melhores salários, mas a esperança de ter *“uma sociedade diferente, uma sociedade justa. De preferência igualitária”*, ou mesmo *“tê um bom emprego, a gente tê, pudê fazê uma faculdade, i, um salário, igualdade, um salário ...”*²⁴⁸.

Ao ampliar os locais de embate da classe trabalhadora, podemos observar ainda que as operárias não só ampliaram suas lutas, mas ainda, criaram estratégias que possibilitaram que ocupassem as várias esferas do movimento operário e ampliassem suas reivindicações e lutas em torno das questões referentes à mulher trabalhadora e os problemas vivenciados fora das fábricas.

Ao contarem suas trajetórias, nossas entrevistadas nos indicaram que ao passo em que desenvolveram suas lutas pessoais tanto nas fábricas como em associações, partidos políticos, grupos de jovens ligados à igreja, entre outros, elas acabaram por se aproximar dos movimentos operários e passaram a atuar e participar nas várias esferas do movimento.

Assim, ao se referirem ao início de sua militância no movimento operário/sindical no período, são vários os fatores, pressões e conflitos vivenciados no período referido que as aproximaram das atividades desenvolvidas pelo MOSP e pelo SM de SBC, que para elas se apresentavam como movimentos que:

*“Quando eu comecei mais memo na militância, mais freqüentá, fazê parte do comando de mobilização, aí já era o Baiano, o Lula que era o presidente (...) Naquela época era Ditadura, né? Então, numa época que a gente tinham mil dificuldade de se reuní, discutí nossos problemas, enquanto classe, e chegá num lugar onde a gente era acolhido, i a gente podia alí discutí entre nós, tê aquela liberdade, isso era uma coisa que.. . atraia trabalhadores e trabalhadoras.”*²⁴⁹.

Para Maria Mendes, a possibilidade de se reunir com os colegas de trabalho e discutir as dificuldades vividas no cotidiano - em um contexto político marcado pela opressão e repressão dos movimentos sociais e daqueles que se posicionavam contra os interesses da classe empresarial e do Governo Militar - ser reconhecida como operária e ter seus problemas reconhecidos como problemas da categoria, levou a participar das atividades sindicais e desenvolver trabalho de conscientização e organização nas indústrias onde trabalhou.

No caso das militantes do MOSP, podemos observar que as ex-operárias, que em sua maioria eram militantes dos movimentos sociais ligados à Igreja católica, participar da

²⁴⁸ Mana, entrevista realizada no dia 13 de março de 2007, São Bernardo do Campo, SP.

²⁴⁹ Maria Mendes, entrevista realizada em 10 de março de 2007 em Diadema/ SP.

Oposição Sindical foi uma forma de passar do plano de reflexão e discussão em torno dos problemas vividos pela classe trabalhadora no período, para práticas de combatividade e resistência às pressões vividas no período. Assim, a Edy ao enumerar os motivos que as levaram a participar das atividades sindicais ligadas ao MOSP afirmou que:

“A Pastoral Operária era uma das... base no sentido da gente tê um suporte de como atuar dentro da empresa né? Tinha uma, uma prática teórica (...) né? Você ia pra reunião, levantava as questões ou problema que existia e discutia primeiro né? (...)E chegô o momento que percebíamos que a discussão né? Ficava alí né? Não tinha pra onde ... saí, como tinha como extravasá, te continuidade. E foi a partir daí que todo o pessoal né?(...) foi quando a gente viu assim, que teria que tê um canal, e o canal que foi direcionado, foi o canal da Oposição Sindical. Entendeu? A gente discutia com o pessoal dentro da empresa, sobre os problemas, procurar a saída juntos, mas encaminhar pra onde né? Então foi quando a gente começo atuar no movimento sindical. Na Oposição Sindical, de uma maneira geral. E, pelo menos pra mim, na Oposição Sindical Metalúrgica foi em 79, né?”²⁵⁰.

Assim, para a ex-operária a oposição é pontuada como uma saída prática para os problemas enfrentados pela classe operária no período. Neste sentido, podemos notar que a Edy, ao falar sobre o papel do MOSP, valoriza o movimento de oposição sindical e suas práticas dentro deste movimento, como forma de lembrar e firmar suas práticas e lutas dentro do quadro de repressão e das questões políticas colocadas aos operários metalúrgicos da cidade de São Paulo. Assim, em um contexto de convulsões sociais, onde o sindicato da categoria da cidade de São Paulo não oferecia aparato – pelo contrário, contribuía com as imposições e exploração dos trabalhadores da categoria - os grupos do MOSP²⁵¹ se apresentou como um importante instrumento de luta para os operários de São Paulo. Quando a participação exclusiva nos movimentos sociais ligados à Igreja não foram mais suficientes

²⁵⁰ Edy, entrevista realizada no dia entrevista realizada em 11 de março de 2007 em São Paulo/SP.

²⁵¹ É importante salientar que o MOSP era composto por grupos de tendências diferentes. Assim, temos grupos ligados a Pastoral Operária, como é o caso da Edy, Maria José, Delma, Arlete e Waldemar Rossi, e outros grupos ligados a Partidos Políticos como é o caso da Maria Lúcia e do Stan que eram vinculados a Ala Vermelha – grupo que tinha uma orientação para que seus militantes integrassem o movimento operário – entre outros grupos de tendências políticas diferentes. Nossos entrevistados nos indicaram ainda que o MOSP tinha como prática organizar-se regionalmente, os operários eram organizados inicialmente a nível de fábrica e depois por regiões - assim entrevistamos ex- operárias da Zona Leste e Zona Sul de São Paulo – no sentido de dar visibilidade às questões específicas colocadas aos trabalhadores de cada região. Desta forma, podemos notar, por exemplo, enquanto a Delma indicou para um forte participação de mulheres na Zona Leste onde se concentravam um grande número de indústrias eletroeletrônicas e que empregavam muitas mulheres ‘ e neste sentido se organizavam no intuito de reivindicar creches, menos controle sobre o direito de ir ao banheiro, ou seja, questões especificamente femininas- a Carmem nos disse que na Zona Sul, a incidências de mulheres era muito pequena, e a participação e lutas especificamente femininas foram menos expressivas (se comparadas com as lutas desenvolvidas pela Leste).

para discutir e lutar pelas questões vivenciadas no ambiente de trabalho. Foi no MOPS que elas encontraram uma possibilidade de avançar na luta por direitos.

Podemos notar que nos dois casos, do sindicato metalúrgico de SBC e no Movimento de Oposição Sindical da cidade de São Paulo, nossas entrevistadas ao se recordarem e caracterizar esses movimentos, buscaram pontuar e valorizar a importância dessas organizações operárias frente as dificuldades de articulação da classe trabalhadora no período. Assim, estes locais não só se destacaram por terem aberto espaços de discussão para os problemas da classe operária, ainda enfrentaram as pressões de seu tempo e se constituíram a partir das experiências desenvolvidas pelas operárias. O que nos evidencia como nossas entrevistadas buscam na valorização dos movimentos a legitimidade de suas lutas e o reconhecimento como sujeito histórico. É valorizando os sujeitos coletivos que elas buscaram situar suas trajetórias pessoais, demarcando suas lutas, denunciando as discriminações e reclamando seu reconhecimento social e político.

Desta maneira, as ex-operárias Delma, Rosário, Maria José, Edy e Arlete, que militaram no grupo de Oposição Sindical na zona Leste de São Paulo, em suas narrativas apontaram para um forte movimento ligado à Igreja Católica e às Pastorais Operárias, que permitiram que essas mulheres, no transcorrer da década de 70, em algum momento cruzassem-se com personagens e atividades desenvolvidas por grupos do MOSP. Ao se recordarem do primeiro contato que tiveram com o mesmo, a Edy e a Maria José nos relataram que elas tiveram conhecimento das lutas desenvolvidas por este movimento através de uma freira, que atuava na comunidade do Bairro Jardim Imperador – onde elas moravam e participavam da Pastoral da Juventude – e desenvolvia militância política e sindical entre os trabalhadores que moravam no mesmo bairro. Como elas nos contaram:

“A Hollin é uma moça que era muito atuante na... é Pastoral Operária, né? Quando ela veio aqui na região, nas comunidades (CEB's²⁵²), ela já tinha um objetivo, e então ela trabalhou conosco na empresa, multinacional São Paulo Alpargatas, e foi ela que fez o contato da gente com o Waldemar Rossi, eu a Ana e outras pessoas, participaram da mesma comunidade, Arlete, todas do jardim Imperador. Um dia a Hollin convida-nos a í numa conversa: 'ah vocês vão conhece uma pessoa!'. E lá no centro da cidade na sala da cúria metropolitana (...) uma reunião que ela havia marcado com o Rossi²⁵³ pra gente. E tinha mais duas pessoas que hoje não temos mais contato. Aí nos fizemos primeira conversa e tal. E foi a partir daí que nós, começo a participá!”²⁵⁴

²⁵² Comunidades Eclesiais de Base.

²⁵³ O Senhor Waldemar Rossi foi um dos líderes do MOSP, entre as décadas de 1970 e 1980, ligado a Pastoral Operária.

²⁵⁴ Idem.

É a partir da experiência de militância nas CEB's que as operárias tiveram contato com o movimento sindical e começaram a articular suas lutas cotidianas ao movimento operário organizado. Podemos notar que para as ex-operárias que participavam de movimentos sociais antes de engajarem-se no movimento sindical, a transição entre um movimento e outro foi feita a partir das necessidades que vão surgindo ao se tornarem metalúrgicas e passaram a vivenciar os problemas vividos pela classe. Assim, podemos notar uma interlocução entre os movimentos sociais ligados à Igreja Católica e movimento operário, que significou para nossas entrevistadas ampliar suas lutas e legitimar as reivindicações no quadro político e das relações sociais.

Assim, ao falar de como começou a participar das lutas do movimento operário, a Delma, que ao longo das décadas de 70 e 80 desenvolveu trabalho de organização e discussão entre as operárias metalúrgicas da zona leste da cidade de São Paulo, nos relatou que sua militância social iniciou-se nos movimentos de jovens, onde como ela nos contou que:

“A minha trajetória começo quando eu tinha de 13 pra 14 anos, né? Que eu acho que foi esse o deferencial né? Eu fui primeiro pra Pastoral da Juventude, participei da Pastoral da Juventude de 13, 14(...) até aos 18(...) grupo de base, né? Da Igreja, né? (...) aí depois que eu entrei nas fábricas a gente começou a participá da Oposição Sindical de uma forma...militante né? E foi assim, uma experiência absolutamente, rica né? Porque... era uma época né? Que todo movimento, não só o movimento operário tava em ascensão, né? A... as greves pipocando, é... as organizações de fábrica pipocando né? E uma das, uma coisa bastante interessante, era que na Leste que é uma região que historicamente até então, não tinha tido um movimento forte, né? De operários, a partir de nossa entrada (MOSP), que não foi só minha, lógico, porque na Zona leste tinha um grupo forte,(...) naquele momento tinha uma organização muito forte dentro daquelas fábricas, tanto é que nas assembleias da Oposição Sindical, a gente levava vários ônibus, dos grupo de fábrica. Né? E a Leste teve uma participação pesada. Pesada no sentido de organização de levá as propostas da Oposição, na prática né?”²⁵⁵

A luta nos movimentos sociais foi resultado das experiências de luta desenvolvidas no período em que militou nos movimentos de Jovens da Igreja Católica. Podemos observar que ao entrar em contato com as pressões e problemas experimentados no ambiente de trabalho, a Oposição Sindical surge na narrativa de nossa entrevistada como uma forma de romper com a repressão que impedia os trabalhadores da Zona Leste se organizar, e a experiência na OP significou abrir novos espaços e possibilidades de luta.

²⁵⁵ Delma, entrevista realizada no dia 12 de março de 2007, em São Paulo/SP.

Para a Nádia, a Fátima, a Maria Lúcia e Vera esta participação nas lutas sindicais ocorreram a partir de uma militância política anterior que indicava para a participação nas lutas operárias como forma de superar a opressão da classe trabalhadora e, desta forma, disseminar o ideal comunista e socialista entre os operários. Como a Fátima se recordou:

*“No período, a Convergência tinha uma orientação de se infiltrar, conviver com os operários, e participar de suas lutas. No sentido de organizar, desenvolver um trabalho de conscientização. Mas lá em São Bernardo a gente foi oposição!”*²⁵⁶.

Ao entrevistar as operárias, pudemos perceber que ao narrarem suas experiências de luta e organização dentro das fábricas, nos indicaram uma preocupação em legitimar suas lutas e reivindicações a partir da organização dos trabalhadores dentro da fábrica, por vezes a presença de militantes políticos entre os operários foi percebido de forma negativa por alguns dirigentes sindicais, como é o caso do sindicato metalúrgico de SBC. Nas entrevistas realizadas com a Fátima – 40 anos, casada, dois filhos, ex-operária metalúrgica e militante do MOSP e hoje atua na APEOESP em SBC e desenvolve trabalho de educação ambiental - e seu esposo, o Luciano – ex-operário metalúrgico, militante da Convergência Socialista, que hoje é professor de matemática na rede pública de ensino de São Paulo - nos contaram que no período em que trabalharam nas indústrias metalúrgicas de S. Bernardo e atuaram no sindicato da categoria, participaram de um grupo que atuava em oposição à diretoria do Sindicato. Neste sentido, a Fátima nos relatou que:

*“A gente era perseguido pela diretoria, e eles atuavam no sentido de demiti mesmo! Quando sabia que a gente trabalhava numa fábrica e eles ficavam sabendo? Podia tê certeza que ia sê demitido! E assim, eu tinha tanto medo, que isso me acompanho muito tempo, mesmo depois quando eu não era mais metalúrgica, até depois quando eu consegui esse emprego na prefeitura de São Bernardo, nos dois primeiros anos eu morria de medo de sê descoberta e sê demitida! O Luciano até falava, dexa di sê besta, você não é mais metalúrgica!”*²⁵⁷

Assim, para Fátima, as experiências de luta desenvolvidas nas fábricas em São Bernardo se deram fora do sindicato, em contraposição à diretoria sindical. Neste sentido, nossa entrevistada nos relatou que além das pressões vivida no contexto político, esta ainda enfrentou embates e pressões por participar - e por vezes representar²⁵⁸ - um grupo que fazia

²⁵⁶ Fátima, entrevista realizada no dia 15 de novembro de 2007 em Santo André/SP.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ A Fátima nos contou, que no 5º Congresso Metalúrgico de São Bernardo do Campo que se realizou em 1985, foram publicados artigos e propostas quanto a articulação do movimento operário e neste panfleto o grupo de operários ligados à Convergência Socialista, publicaram dois artigos que foram assinados como “Fátima e os outros”. Devido a

oposição às lideranças do movimento sindical deste local. Ou seja, mesmo dentro dos movimentos operários, havia tendências e disputas entre os grupos que tinham perspectivas diferentes quanto à organização, luta e encaminhamentos das práticas dos operários. Nossas entrevistadas experimentaram estas disputas e desenvolveram lutas dentro e fora dos sindicatos, ora em acordo com os dirigentes do movimento operário, ora em disputa com este grupo.

No caso da Carmem, da Nádia e da Maria Lúcia que participaram do MOSP, a dupla militância política, esse embate foi menor, sendo que a oposição sindical era formada por grupos de diferentes tendências políticas. Participar de um grupo de tendência trotskista não foi problema para o grupo que escolheu em 1989 a Nádia como candidata a vice-presidência na campanha sindical do mesmo ano.

Para a Nice, Baixinha, Mana, Maria Mendes, Rita e Carmem, a militância se apresentou a partir da convivência com amigos e companheiros que militavam no movimento operário que as aproximou das atividades sindicais e levaram a sua sindicalização. Assim, a Carmem nos indicou que depois de mudar-se para a cidade de São Paulo e ir morar com a irmã mais velha:

“Eu comecei através dela né? Ela já... nessa época ela tava na indústria química. Mas ela tinha uma participação política, sindical assim de mais! Mais forte, ela já tava mais tempo em São Paulo e tal. Eu tinha chegado... não fazia muito tempo, ainda tava meio alienada e tal, mas eu também queria participá!”²⁵⁹.

A partir da participação da irmã e do contato com pessoas engajadas, a Carmem passou a atentar-se para as questões referentes à organização e práticas do movimento operário, e neste sentido, passou a perceber que na luta organizada suas lutas e embates desenvolvidos no cotidiano de trabalho, poderiam ter mais visibilidade e maior impacto sobre as reivindicações e conflitos com a classe patronal.

Podemos perceber que foi com esta atuação anterior em movimentos sociais e políticos e na aproximação com militantes sindicais que nossas entrevistadas perceberam que suas lutas cotidianas poderiam se ampliar ao se tornarem partem do movimento operário. Podemos notar que este fato parece ter sido o grande diferencial entre nossas entrevistadas e outras milhares de operárias metalúrgicas do período que optaram por não militar em partidos

este fato, ela nos disse que um dos dirigentes sindicais a perseguiu durante todo o Congresso onde “*ele falou, você e seu marido nós já sabemos quem é, mas quem são os outros? E aí a gente tava nuns 60, mas eles não podia sabe disso, porque era demissão na certa...*”. (Fátima, 15/11/2007).

²⁵⁹ Carmem, entrevista realizada no dia 11 de novembro de 2006, em São Paulo/SP.

políticos e sindicais, mesmo vivendo e experimentando os mesmos problemas que nossas entrevistadas²⁶⁰.

Assim, podemos observar que nossas entrevistadas em suas narrativas nos indicaram para uma diversidade de razões que as levaram optarem pelo envolvimento com a militância: a exploração do trabalho, a discriminação, a identidade religiosa, etc. Desta maneira, em suas memórias sobre suas lutas e experiências nos movimentos sociais, nos permite afirmar que as ex-operárias assumiram uma militância em função de diversos conflitos vividos nas várias dimensões de suas vidas, e suas memórias podem ser identificadas como uma memória sobre os conflitos. E suas experiências emanam destes conflitos e contradições, semelhante àquela que Thompson explorou no processo de formação da classe operária inglesa.

Desta maneira, podemos ponderar que é na identificação e na busca da resolução destes conflitos que essas mulheres se perceberam como classe e, assim, buscaram na organização da classe – movimento operário sindical- estratégias para enfrentar os problemas cotidianos. A partir desta premissa, notamos que ao desenvolver suas estratégias e lutas, elas passam a viver a luta de classes e participar das construções da classe operária e dos movimentos sociais que se articulavam em torno das contradições e conflitos vividos pela classe operária no período.

A ex-operária Maria Mendes, ao lembrar-se dos embates e problemas experimentados nas indústrias metalúrgicas onde trabalhou no fim da década de 70, nos contou que:

“Quando eu entrei na Rebvescar, (...) uma questão que me indignava era a questão do cigarro, porque na época eu fumava, e a gente era um setô só, um setô grande, mas assim, a gente lidava com a mesma, matéria prima, os mesmo material, e os homens podiam fumá, e as mulheres não. (...) Então, uma vez o sindicato foi lá na empresa fazê um acordo, na época fazê um acordo de compensação de horas, onde trabalhava menor e mulheres(...). (...). Aí eu aproveitei, eu sempre fui meia.... sempre fui assim, nunca fui... distimida, aí eu aproveitei e perguntei(...) pra eles, se era, se tinha lei pra isso. Falo que não! Que lógico que não! Que a questão de fumá era a questão de segurança na seção. Então, eu falei; ‘então, é isso que eu não consigo entendê, porque é uma questão

²⁶⁰ O que não significa que as operárias metalúrgicas do período, que não militavam no movimento operário, deixaram de desenvolver suas lutas e cooperaram nos momentos de mobilização da categoria. Nas matérias dos Jornais Luta Sindical, Tribuna Metalúrgica e ABC jornal, por várias vezes seus editores se referiram à participação das operárias nas assembleias, greves e piquetes, e ainda se referiram à organização de trabalhadoras autônomas (em relação à organização sindical) que organizaram greves de setores inteiros, para reivindicar melhores condições de trabalho. Neste sentido, a Nice nos indicou que: *“as mulheres pra dize a verdade, eu sempre achei mais fácil pra trabalhá com as mulheres, do que com os homens. Porque você fazia uma assembleia, a mulherada assumia, não ‘vamo pará! vamo fazê a greve, vamo fazê o movimento!’. E elas faziam! Assumiam todos os riscos! E normalmente, muitos homens que não, que acabavam furando o movimento! Então a mulher quando ela ia pra luta, se ela ia numa reunião, e ela dizia que tinha que fazê a greve, e ela aprovava a greve, ela fazia a greve!”*

de segurança, um pode e outro não pode?’Então não pode sê por segurança! Porque se fosse por segurança não podia ninguém! Ninguém podia, fumá! (...)Eu falei...- naquela época também eu não tinha muito noção, era joven também, tinha noção, entreguei isso também na frente de todo mundo que tava lá, patrão... aí falei ‘É isso acontece aqui, nós mulheres pra fumá temos que í pro banheiro, os homens fumam, fuma no setô’, aí eles disse: ‘Isso tá errado, não podi!’, na mesma hora eu já disse pra chefe: ‘Já vô acendê o meu cigarro!’. Aí já tirei o cigarro do bolso, trabalhava com metal na época, eu já peguei o cigarro e comecei a fumá. Aí eu comecei... a participá... do sindicato”²⁶¹

Foram por questões concretas, vivenciadas no ambiente de trabalho que esta metalúrgica começou a desenvolver suas lutas e participar das lutas organizadas pelo sindicato. Para a Maria Mendes, participar das atividades sindicais era garantir seus direitos como trabalhadora e, acima de tudo, se firmar como operária e superar preconceitos presentes nas práticas e relações estabelecidas dentro da fábrica, mesmo que desafiando chefes e patrões.

Podemos observar que a partir de suas lutas cotidianas, nossas entrevistadas passaram a participar de todas as esferas do movimento operário, exigindo uma transformação das condições de trabalho e que fossem reconhecidas como parte integrante das lutas da categoria. Essas mulheres, a partir do momento que passaram a desenvolver suas lutas, passaram a participar de todas as atividades desenvolvidas pelo movimento operário, e assim, atuando não como massa de manobra, mas como articuladoras, como operárias que lutavam por melhores condições de trabalho e vida para toda a categoria.

Ao falar de suas lutas as ex-operárias indicaram que diferentemente do que se costumou dizer²⁶², participaram ativamente do movimento sindical organizado, mesmo que em número inferior ao dos homens, mas foram de grande importância para as lutas sociais empreendidas no período. Assim, ao contarem sobre suas histórias e trajetórias de luta, nos demonstraram que estavam nas assembléias pedindo a palavra, como nos relatou a Fátima:

²⁶¹ Maria Mendes, entrevista realizada em 10 de março de 2007 em Diadema/ SP.

²⁶² Como citamos no início deste trabalho ao desenvolverem pesquisa sobre mulheres trabalhadoras, LOBO; HUMPHREY, GITHAY, MOYSES, HIRATA, PENA, entre outros em suas pesquisas indicaram para a ausência de mulheres na liderança dos movimentos operários, no entanto, todas nossas entrevistadas, mesmo que não ocupassem cargos de dirigentes sindicais, desenvolveram papel de liderança nas fábricas onde trabalhavam, e que eram reconhecidas pelos operários como tal. Neste sentido, a Maria Mendes, ao falar de algumas colegas de luta nos falou que “*tinha uns dirigentes, tinham alguns, alguns, companheiros militantes, ativistas, qui não eram da diretoria, mas iam lá, independente do que eles faziam na empresa. (...) era dirigente assim, di fato, mas não de direito. Ele acabava sendo um dirigente, mais eleito assim, não*”. Maria Mendes (10 /03/ 2007).

*“Quase nenhuma mulher falava nas assembléias, ou melhor todo mundo morria de falá, muito menos depois que o Lula falasse, e eu pedi a palavra e comecei a falar e todo mundo parô pra escutar o que eu tava falando”*²⁶³.

Para Fátima, falar publicamente e expor suas opiniões era mais do que se expressar, mas se firmar e ter sua posição reconhecida como operária e como articuladora do movimento. Neste sentido, falar em uma assembléia para vários operários, expor-se em um período de grande perseguição política e operária, poderia acarretar grandes problemas, como ficar desempregado, ser preso ou reprimido pela polícia, etc. e nem todos estavam dispostos a correr o risco.

Assim, mesmo vivendo um período de grande insegurança - resultante das pressões políticas - nossas entrevistadas estavam nas Igrejas e porões levando e trazendo comandos dos líderes operários; escondendo da polícia e do DOPS marido, familiares e companheiros de luta²⁶⁴; formando cordões e correntes humanas na frente das fábricas até mesmo quando os operários se negavam em paralisar a linha de produção²⁶⁵; indo até as portas das fábricas vizinhas para puxar a greve; parando setores e fábricas inteiras, ou seja, estavam presentes em todas as dimensões das lutas.

²⁶³ Fátima, entrevista realizada no dia 15 de novembro de 2007 em Santo André/SP.

²⁶⁴ Como nos contou a Fátima, ao se referir ao período das greves de 1983, quando se escondia e pulava o muro da matriz levar comida e recado para os sindicalistas escondidos na igreja. A Baixinha ainda se recordou que ajudou a esconder companheiros de luta que haviam tido a prisão decretada em 81.

²⁶⁵ Segundo o Luciano, no período das primeiras greves do início da década de 80, este trabalhava na Pirelli, onde *“tava tendo as paralisações, e o pessoal havia decidido não pará. Aí foi a coisa mais linda que eu já vi! Foi de arrepiá! As mulheres fizeram um cordão na frente da fábrica e ficarô lá impedindo que os trabalhadores entrassem. Aí a polícia veio com os carro de pulícia, e passava no meio dela, aí ela abria dava espaço pra eles se passa e voltava se abraça na frente da fábrica. E elas conseguiram para a fábrica! Sozinhas!”*(Luciano, 16/03/2007). Sobre o acontecimento, o jornal *Brasil Mulher*, trouxe uma nota sobre o acontecimento na matéria intitulada “Mulheres Param a Pirelli”, que dizia o seguinte: *“Passou-se o primeiro dia da greve, e a Pirelli não parou. (...) Saber da greve todos sabiam (...) e viram também a maneira pela qual foram violentamente reprimidos (...). O medo também tomava conta dos operários da Pirelli. ‘Afinal paramos ou não a Pirelli? Perguntavam-se todos, indecisos, temerosos. Nesse momento, as mulheres entraram em cena, decididas e corajosas. E dispostas a demonstrar a sua capacidade de luta. Dez mulheres decidiram parar a fábrica. (...) No dia seguinte, 15 de março, às 4 e meia da madrugada, estavam lá as 10 mulheres, fazendo o piquete. Fizeram cordão em frente à fábrica e falaram para os companheiros ‘Em todo ABC, mais de 170 mil metalúrgicos estão parados para conseguir um aumento de 78%. Os trabalhadores da Pirelli também tem que para!’. Na cabeça dos operários amedrontados passavam cenas do primeiro dia de greve, reviviam momentos de repressão do primeiro piquete. Abaixavam a cabeça e murmuravam ‘eu sou borracheiro’, ‘eu também’, ‘eu também’, ‘eu também’, até que uma das mulheres perdeu a paciência e gritou ‘O gente! Não tem homem aqui não? Só borracheiro?’. A reação foi imediata: apareceu metalúrgico de monte. E nesse momento, apareceu também a polícia. As mulheres novamente gritaram: ‘Aqui não tem assassino, e nem tem ladrão. A luta é por melhores condições de vida!’. Isso tranquilizou a massa inquieta de operários. A polícia veio chegando, mas quando viu que era ‘só mulheres’, começaram a falar entre si e se dispersaram. E começaram a passar de carro com a sirene ligada para quebrar o cordão. As mulheres davam passagem e depois voltavam de novo. A adesão a greve crescia. Ninguém entreva na fábrica, e ainda diziam, voltando-lhes subitamente a coragem: ‘Se a polícia agredir essas mulheres, nós não vamos deixa!’.* (Brasil Mulher, página 9. 1980).

Ao lembrar-se de suas lutas e do período em que foi dirigente sindical e das várias greves e assembléias que liderou ao longo das décadas de 80 e 90, ela se recordou que:

“É... eu liderei essa aí, o pessoal me escalo pra ajudá um... ah, fizeram um mapa de onde era pra tá parando as firma e eu segui, de Diadema em sentido São Bernardo e eu fui parando! Fui parando! Tinha lugar que eu chegava, o pessoal gritava, as mulheres chorando ‘Ai que medo!’ Aquelas bestera, e eu ia gritando: ‘Saí todo mundo fora!’ E era piquete! Depois a polícia quase me pegô! Foi um negócio horrível! Chego na praça da matriz, nós fomo pro salão paroquial e a polícia atrás. Então a gente não conseguia saí, eles não podia invadi o salão! Aí a polícia vinha pra pegá a gente, aí teve uma hora que eu consigui fugí me joguei na Câmara Municipal assim, tava todo mundo me esperando achando que eu tinha sido presa, quando eu cheguei lá, todo mundo me esperando, ele me esperando pra mi pegá dum lado e eu saí do outro! Então é assim, teve muitas coisa! Teve muitas coisas! Greve de 80 me marco muito! Vê o pessoal apanhando, e eu consegui me fecha num lugar lá, e o pessoal ficô apanhando lá!”²⁶⁶

Mesmo enfrentando perigos, esta ex-operária não deixou de lutar ou de participar das lutas sindicais. Da mesma forma por ser mulher, ela deixou de liderar greves e passeatas em momentos de crises políticas e operárias. Para Nice, participar dessas greves, ser uma líder sindical no período significou lutar não só pelos seus direitos, mas correr riscos e defender os interesses da classe operária e de seus companheiros de luta. Neste sentido, a repressão e os perigos de assumir a militância sindical tiveram momentos de solidão onde mesmo estando lutando por toda classe, a responsabilidade de lutar e de manter a greve pareceu depender da ação individual dessas operárias, assim, a Baixinha ao falar da greve de 1981, que ficou marcada para esta operária como um período de grande mobilização operária e de extrema repressão, pontuou que:

“Tava o que na Vila Euclides, quem vivia na Vila Euclides? Ninguém! Eu era um toco cum saco arrecadando dinheiro! Naquele movimento todo, todo mundo correndo, jogando bomba, entendeu?”²⁶⁷

Desta maneira, ao recordar-se da greve de 1980, logo após a intervenção do Sindicato e da prisão de seus dirigentes, a ex-operária Mana se recordou de que ao se encontrar como uma das únicas lideranças do Fundo de Greve a estar foragida da polícia, passou por momentos de grande aflição, onde ficou dividida entre voltar para casa para cuidar da filha de

²⁶⁶ Nice, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

²⁶⁷ Baixinha, entrevista realizada no dia 15 de março de 2007, em São Bernardo do Campo/ SP.

cinco anos e continuar escondida ajudando os companheiros de luta a segurar a greve. Como ela nos relatou:

“Na época qui, qui nós, foi da greve, eu fui umas das diretora do Fundo de Greve, junto cum o Gilso de Menese, cum u Arquimedes, cum os otros, então aí qui foi o mais triste! Porque a gente tinha u comandô dali. Era cheio de duente lá dentro, cheio de homi, eu ia cuidá de genti duente lá dentro, cheio de bomba e eu tinha que arrancá pra fora, porque ninguém agüentava, botava um pano aqui no nariz, e entrava lá. Porque a pulicia num dexava, e eu sozinha lá! Um medo! Ninguém tinha corage de entra. I eu tirava a ropa dus cara lá, era bomba i us iscambau i eu tirava, lavava aquilu alí até a ambulância chegá, pra pude levá pru hospital né? (...) Ficava cincü dias sem í em casa. Porque se a gente fosse presa quem ia lutá? Ia pará num é? Purque num tinha os comandante alí, tinha qui té os comandante alí, num podia ... então a gente tinha qui ficá enfrentano alí, e eu ficava. Eu, eu sempre eu!”²⁶⁸

Como podemos observar na narrativa da Mana, ser operária, encabeçar uma liderança muitas vezes coincidia em superar os próprios medos, enfrentar lutas e momentos de solidão quando poucos se mostraram dispostos em assumir responsabilidades e perigos, em que a militância e a esperança por dias melhores incentivava a persistir, continuar confiando que eram capazes de superar as dificuldades e principalmente ter coragem de enfrentar o contexto de repressão política. Neste sentido temos que observar que nossa entrevistada ao recordar do período, reivindica o reconhecimento de suas lutas e participação no movimento operário.

Assim, as narrativas de nossas entrevistadas indicaram para sua participação em todas as esferas do movimento e para a valorização de suas lutas mediante um período de grande repressão política, onde a maioria dos operários e das operárias optou por não participar dos movimentos sociais de trabalhadores. Ao narrar suas trajetórias de vida, elas nos indicaram que no decorrer de suas lutas, houve avanços nas conquistas por liberdade de organização e representação dos trabalhadores, leis por direitos e mesmo para a formação de um partido de trabalhadores. Entretanto, a maioria das melhorias das condições de trabalho não foi desfrutada por essas operárias, que após dedicarem-se anos de luta e práticas de resistência, acabaram perdendo emprego ou sendo afastadas da vida sindical. Assim, mais que lembrar-se de práticas do passado, elas reivindicaram, em suas narrativas, o reconhecimento de suas lutas e participação nas conquistas por direitos.

²⁶⁸ Mana, entrevista realizada no dia 13 de março de 2007. São Bernardo do Campo/SP.

3.2 Lutas do presente, lutas do passado.

“Nóis sofremô pra melhorá! Eu, nóis, nóis aqui da anistia. Então a gente sofre hoje, porque nóis demo a cara a pau! Demo a cara a tapa! E tamô aqui até hoje!” ²⁶⁹.

É assim que as operárias metalúrgicas de São Bernardo do Campo iniciaram as narrativas sobre suas trajetórias de vida e luta no movimento sindical metalúrgico e, logo, em alguns casos, no Partido dos Trabalhadores. Elementos do passado e presente permeiam as falas destas mulheres, que ao longo das entrevistas realizadas no período de novembro de 2006 e novembro de 2007, não cansaram de denunciar, reivindicar e mostrar de todas as formas que elas também lutaram, fizeram as greves deram “a cara a tapa”, apanharam, foram perseguidas e, principalmente, conseguiram mudar a realidade de parte das operárias e operários com quem compartilharam experiências ao longo de 20 anos de muitas lutas, travadas em todas as dimensões de suas vidas.

Ao relembrar suas lutas, essas mulheres re-significaram e reconstruíram o movimento operário a partir das lutas e conflitos vividos no presente. Lutas que tomaram dimensões além das experiências no ambiente das fábricas, passeatas, greves, piquetes e marcou profundamente a forma como elas organizaram suas lembranças, recordadas, em sua maioria, a partir fatos e acontecimentos relacionados as suas militâncias e as lutas nos movimentos sociais e políticos.

Neste sentido, falando de onde se fala hoje, nossas entrevistadas, por vezes, não expressam os problemas vividos nas décadas de 1970 e 1980 – como podemos observar ao comparar suas narrativas com os jornais produzidos pelo movimento operário do período, que expressam outras preocupações e problemas – no entanto, a memória produzida no presente se re-configura e salienta alguns elementos do passado (como a repressão e opressão vividos no período da ditadura militar) para reivindicar e se auto-afirmar no tempo e espaço. Desta maneira, sua memória tem por função reivindicar um status de igualdade de condições em relação aos antigos companheiros de luta que hoje são anistiados, aposentados, têm cargos políticos, gozam em sua maioria de melhores condições de vida e são reconhecidos por suas lutas travados no passado.

Assim, suas narrativas indicam não para a luta contra a ditadura, pela liberdade de organização ou por direitos, mas notamos um esforço em criar uma identidade e ser

²⁶⁹ Baixinha, entrevista realizada dia 15 de novembro de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

reconhecidas como ex-operárias engajadas, que desenvolveram lutas, sofreram punições e foram prejudicadas por assumir uma militância política e social no período da Ditadura Militar.

Percebemos ao realizar entrevistas com 15 ex-operárias engajadas nos movimentos sociais, que mesmo havendo muitas diferenças entre as histórias e trajetórias de uma e outras, por vezes, suas narrativas se cruzaram e indicaram para similaridades que identificam e demonstram um processo de lutas e encaminhamentos das lutas dessas militantes sindicais.

Observamos que, com poucas exceções, ao longo de suas trajetórias pessoais no movimento operário, nossas entrevistadas em meados da década de 1980 e 1990, acabaram por perder o emprego e sendo afastadas da categoria metalúrgica, via de regra, por terem participado ou liderado alguma greve. Neste sentido, todas ainda se referiram à dificuldade de conseguir emprego a partir de meados da segunda metade da década de 1980, onde como Edy nos relatou *“havia listas negras, qui circulava pelas fábricas com os nomes dos operário que participava do movimento”*²⁷⁰. Algumas destas se referiram ainda a dificuldade em conseguir um trabalho na categoria depois de algum tempo, depois de atingir certa idade, o que se tornou um problema para algumas de nossas entrevistadas, que nos relataram que quando demitidas, *“já tinha 40, então pra categoria já era velha, porque na maioria as empresa contrata entre os 20 e 30 anos, i depois disso é mais difícil”*²⁷¹.

Desta maneira, manter uma estabilidade no emprego ou mesmo conseguir um trabalho com carteira assinada tornou-se um desafio para essas operárias, que nos relataram que passaram meses ou mesmo anos desempregadas, passando dificuldades financeiras, vendo os filhos passarem fome, dependendo da ajuda dos companheiros de luta, amigos e familiares para manter as condições mínimas de sobrevivência. A Baixinha, ao fazer um balanço do longo período em que ficou desempregada após as greves de 1981, em que militou nos movimentos sindicais em São Bernardo do Campo e dos problemas vividos após este período em que assumiu sua militância sindical e política, contou que:

²⁷⁰ A Nice nos relatou que estas listas negras eram elaboradas pelo DOPS e repassado ao departamento pessoal das indústrias. Este documento continha o nome de todos operários que participavam das greves, assembleias e atividades do movimento operário. A mesma nos disse que ao fazer um requerimento ao DOPS desta documentação, pôde constatar que existiam relatórios sobre sua movimentação nas atividades sindicais até em meados de 1991.

²⁷¹ A Nice, Mana, Baixinha, Edy, Maria José, Carmem, Rosário e Vera, nos relataram que deixaram a categoria não apenas por militar no movimento operário, mas ainda, por ter atingido uma idade, ou seja, não apenas à militância política e sindical se tornaram um problema para estas trabalhadoras, mas ainda, a própria maturidade, onde elas passaram a não se encaixar mais no “perfil” exigido para o trabalho nas indústrias metalúrgicas.

“Na greve de 81 eu participei do Fundo de Greve, meu marido tava desempregado²⁷², i eu arrecadava alimento na rua, i eu desempregada também. Matando cachorro a grito! Naquela época, o doto Maurício²⁷³ qui me deu uma forcinha lá, porque nem gás tinha! Doto Maurício me deu um bujão de gás, quando emprestei dele era cruzero quando paguei foi em real!(...) Sem emprego que vai fazê? Marido desempregado também, porque ele também,... só vive desempregado! Entrava numa firma, firma discubria...Rua! Aí pronto ficava eu i ele cum dois filho, pagando aluguel... agora não, porque a gente têm uma casinha véia, mas antes a barra era difícil também né? Esses meus filhos também, tiveram muito problema, tiveram meningite... muitas coisas, mais ou menos a mesma coisa da Nice Né? Mais não sei se foi Sarney que falô que pobre vivia de teimoso? (...) Como pobre é teimoso mesmo! A gente chegô até aqui, mais, e de lá pra cá só isso aí, só desemprego ... aí vivendo aí que a gente vive hoje.”²⁷⁴

Para Baixinha, sua militância sindical foi marcadamente lembrada a partir dos períodos em que esteve desempregada e passou várias dificuldades financeiras. Momentos que por vezes coincidiram com o desemprego do marido – que também militou no movimento operário – e agravou os problemas vividos no dia-a-dia. Para esta ex-operária, a militância sindical e política significou abrir mão de uma estabilidade financeira e ainda resistir à pobreza e as pressões de seu tempo. As dificuldades de hoje, neste sentido, são colocadas como resultado das ações e práticas desenvolvidas no passado. Assim, ao falar de seu passado, nossa entrevistada o re-significa dentro do quadro das dificuldades vividas no presente, indicando para um processo de transformação das lutas destas operárias ao longo das décadas de 80 e 90, onde como ela nos relatou, *“desde essa época é isso aí qui você tá vendo, só desemprego!”*.

Após não conseguir emprego na categoria nos leares da década 90, muitas dessas trabalhadoras passaram a desenvolver outras atividades ou mesmo viver de bicos. Assim, a Mana, que foi presidente do Fundo de Greve em 1981, nos relatou as dificuldades para conseguir outro emprego, ou mesmo aposentar-se, como ela nos contou:

“Olha, eu entrea ... iscondido! Eu entrei na Rossi, sîi de lá, aí fiquei iscondida, não conversava com ninguém, num ia nu sindicato, saia iscondido, conversava cu’s minino, vingia qui não conhecia ninguém , foi uma luta muito grande! Aí quando discubriu que eu era du sindicato, era du fundo di greve essas coiisas, já

²⁷² O esposo da Baixinha, o Arapinha, também era metalúrgico e militante do movimento sindical (local onde se conheceram e acabaram se casando). Neste sentido, ela nos disse que houve período que coincidiu que ela e o marido foram despedidos ao mesmo tempo por participar de greves e piquetes. Passando assim grandes dificuldades financeiras como a citada acima. No período em que foram realizadas as entrevistas os dois viviam de bicos, não havia se aposentado ou anistiado.

²⁷³ A ex-operária refere-se à greve de 1981, no período o Doutor Maurício era o advogado do sindicato metalúrgico de São Bernardo do Campo.

²⁷⁴ Idem.

tinha um ano e sete meses já. Iscondida ein? Só saia da fábrica pra casa, da fábrica pra casa. Pra ninguém mi vê. Não mi incontrá com ninguém! Ai me mandaro embora.(...) Aí saí, i fui trabalha na Polimatic. Ai tinha uma minina, qui o nome dela era Maria também, e era diretora do Sindicato, aí faltava um dia pra vence a experiência, ai eles descubriu que eu fazia parte do sindicato, e acho que eu era diretora do sindicato, só que era a outra. Só que eu fazia parte do sindicato, que era do fundo de greve. (...) Aí mandarô embora, di novo! (...) i quando a gente era liquidada nas fábricas era difícil conseguí emprego, só si fossi iscondido mesmo! (...) Aí consegui esse na Arteb, ondi tinha uma cabanda já lá iscondida (...) Fui levano, fui levano e fiquei lá quase oito anos, aí mi mandarô embora, i depois disso...não arrumei mais... foi em 88.(...)I hoje em dia, eu, hoje em dia, costuro, sô costureira. Faço os meu bico! Trabalho de bico. Porque emprego ninguém tem mais! Então... depois que eu saí da Arteb, qui trabalhei 8 anos na Arteb metalúrgica, eu era operadora universal. (...) ... Aí saí e não arrumei mais emprego, aí fiquei assim, ajudando político, ajudando político, fazendo essas coisa assim, que todo mundo sabe, né? E... hoje eu faço bico, como costurera pra sobrevive, esperando a minha anistia que nunca saí... (...) i nessa época não dava , não dava pra... (se aposentar). Eu tinha 22 anos di INSS, coisa mas não deu... era 25 anos, e agora é 35, aí não teve como... ”²⁷⁵.

A dedicação ao movimento operário acarretou para esta operária, a exemplo de várias de nossas entrevistadas, a instabilidade financeira no presente, onde das 15 ex-operárias metalúrgicas entrevistadas, apenas uma, a Nice, que foi dirigente sindical entre os anos de 1987 e 1994, conseguiu este benefício²⁷⁶. Neste sentido, quanto às operárias engajadas no movimento sindical de SBC, podemos notar que muitas depois de deixarem de trabalhar como operárias passaram a trabalhar na assessoria política dos antigos companheiros de luta como a Mana nos pontuou na fala transcrita acima.

Se para a maioria de nossas entrevistadas a dificuldade em conseguir um trabalho com carteira assinada e em uma indústria metalúrgica foi resultado de sua militância sindical, por vezes, este ainda foi resultado dos “rachas” e dissidências dentro do próprio movimento operário. Como foi o caso da Nice, que após ter “brigado” com alguns dirigentes sindicais e ter seu mandato no Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo terminado, alega ter sido esquecida pelos companheiros de luta, sendo que dois meses depois que saiu do sindicato, a indústria onde ela trabalhava transferiu-se para o Paraná, não conseguiu mais emprego na categoria ficando desempregada por mais de dois anos. Como ela nos relatou:

²⁷⁵ Mana, entrevista realizada no dia 13 de novembro de 2007, em Santo Amaro/SP.

²⁷⁶ A Nice nos disse ainda, que ela conseguiu a aposentadoria proporcional a 25 anos de trabalho, no entanto, por suas contas, “tenho mais de 30!”, contando períodos em que não teve carteira assinada porque entrava nas fábricas e era descoberta antes de terminar o tempo de experiência, ou por ter que trabalhar várias vezes sem registro para manter preservada sua identidade, para não ser descoberta e mandada embora.

“Então, em 1994 quando eu saí da metalúrgica, fiquei assim, durante 2 anos passando muita dificuldade, esquecida pelos companheiros do PT, os metalúrgicos, que ninguém nunca me procurô pra.... isso depois de quase 20 ano, militando, dando sangue, tanto no sindicato dos metalúrgicos, como no PT que eu fiquei quase 15 anos, a gente, fui uma das também, não posso falá fundadora, porque quem é fundador tem nome tá lá em cima né? Mas a gente foi uma das fundadora também! Eu era 33, 36. (...) Então depois de dois anos né? Passando muita dificuldade com dois filhos né? A minha filha tem 18 anos, meu filho tem 17, e eu tenho um menino de 15, e tenho uma netinha também que vai completá 3 ano. Na época foi muito difícil né? Na época meu marido tava desempregado, eu cheguei à passa por várias humilhações, que muitos deles não sabem. As mesmas empresas que eu fazia assembléia que eu liderava greve, muitas dela eu tive que volta lá pra tentá vende ropa, pra tenta ganha alguma coisa. Cheguei fazer bingo na minha casa pra tenta ganha alguma coisa, pro meus filhos não passarem fome. Daí depois de dois anos o Dr. Maurício, ele foi advogado do sindicato dos metalúrgico, e ele, a gente sempre ajudo o Doto Mauricio, a eleitora, alias ele já tinha ganhado pra prefeito, é ele foi prefeito em 1980 e 88? Aí em 97 ele tomô posse pra prefeito, e ele me convidô pra sê da assessoria dele. Dia 2 de janero de 1997. E aí que to até hoje. É nessa equipe do Dr Mauricio Soares.”²⁷⁷

No caso da Nice, podemos perceber que a dissidência não se deu apenas no âmbito do sindicato, mas da própria militância no PT. Neste sentido, no período em que realizamos a entrevista com esta ex-operária, percebemos certo conflito entre ela e alguns de seus antigos companheiros de luta, decorrentes da crítica que a Nice faz sobre os encaminhamentos e práticas tanto do SM de SBC, como do próprio PT, no período presente. Desta forma, podemos observar que ao falar das dificuldades que passou ao deixar a categoria, ela reivindica o reconhecimento de suas lutas, de suas práticas e participação tanto no movimento operário como na formação do Partido dos Trabalhadores, que segundo esta:

“Quando foi fundado o PT, não tinha o objetivo principal essa brigá pelo poder, não era o governo... era organizá a classe trabalhadora, esse era o objetivo! Num era Fátima (Baixinha). Como eu disse no começo, porque que veio o PT? Porque nu sindicato si restringia uma categoria, e no partido político abrangia otras categoria. I Intão perdeu...”²⁷⁸

Para as ex-operárias de SBC, o Partido dos Trabalhadores é apresentado como uma estratégia de ampliar as lutas do movimento operário do período. Neste sentido, a militância política no PT se deu como uma continuidade à militância sindical. Assim, quando elas reivindicam seu reconhecimento nas lutas sociais e na formação de um partido político, se referem ao ideal de democracia, sociabilidade e organização operária presentes na formulação do Partido dos Trabalhadores em crítica aos encaminhamentos tomados por este partido e por alguns ex-operários metalúrgicos que figuram na vida política na atualidade.

²⁷⁷ Nice, entrevista realizada no dia 10 de novembro de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

²⁷⁸ Idem.

Ao redimensionarem e re-significarem o Partido dos Trabalhadores, em suas memórias, operárias como a Mana, Nice e Baixinha, referem-se a sua participação no processo de construção do partido como parte dos ideais que as incentivou a participar das lutas sociais das décadas de 1970 e 1980 e a desenvolver suas próprias lutas. Assim, mediante a ascensão do PT ao poder político no Brasil, elas ainda reivindicam o reconhecimento de suas lutas na formulação e construção do partido, onde como a Mana se recordou:

“O PT foi à cabeça di tudo nós! Foi eu qui fiz a 5ª ficha, o PT foi formado dentro do Fundo de Greve, lá atrás da Igreja. Lá nois tinha um monte de mesa pra atende o pessoal, distribui alimento, é... eu cuidava dus duente, porque ninguém quiria subi pra tira ropa, dus duente cheio de bomba, e eu qui cuidava, e atende o pessoal que trazia doações. Porque nós, não podia nem abri o portão porque a pulicia tava jogando bomba.. i eu ficava lá... (...) Era um PT firme, sabe firme...ai viro radical (...), tem otros qui dislumbro, i partiu.. acabo aquele PT, aquele PT não tem mais. Num ixiste! Não ixisti aquele PT, agora só pensa em si, naquela época nós era um grupo qui pensava igual. Entendeu?Num pensava só em você, mas no contexto todo. População toda, todo no geral. Agora não, cada um por si e Deus por todos. (...) Agora o PT daquela época não, era uma coisa doida, todo mundo queria se PT, quiria si filia (...) Nós ficava lá filiando gente o dia todo, nossa era gente pra caramba, então o pessoal que ia busca alimento, pra família, trazia as ficha di filiação, fazia da família, já levava notro dia, e ai nós foi crescendo, e o PT foi crescendo, crescendo, e hoje é isso aí qui você vê....mas dependeu da gente!”²⁷⁹.

Para Mana, mais que um partido, o PT é recordado como um ideal de democracia que foi forjado nos meandros das lutas sindicais e nos períodos de greve. Mais do que ter um poder político, para esta, um Partido de trabalhadores significou a organização operária frente aos embates sociais desenvolvidos em meados da década de 1980. Todavia, ao redimensionar o que foi o PT no período de sua formulação e suas práticas na atualidade, esta o recompõe dentro de um processo onde o partido se afasta de suas raízes operárias, do movimento sindical metalúrgico e passa a ser algo estranho em suas práticas e expectativas enquanto parte do movimento construído e pensado entre trabalhadores. Assim, ao olhar para o Partido dos Trabalhadores, essas operárias reconhecem seus antigos companheiros de luta, reafirma suas ações dentro do quadro de lutas e processo que resultou na formação de um partido operário, que no presente elegeu um antigo líder sindical – que por sua vez ainda é reconhecido como líder, e companheiro de luta – no entanto, percebe seus encaminhamentos como uma traição as suas lutas e ideais do passado.

²⁷⁹ Mana, entrevista realizada no dia 13 de novembro de 2007, em Santo Amaro/SP.

Desta maneira, a Baixinha ao se referir a sua militância política e ao trabalho que desenvolveu ao longo da última década em prol da eleição de vários de seus ex-companheiros de luta que se tornaram vereadores, prefeitos, deputados e presidente, os identifica como igual e se auto-identifica como operária, e ainda reivindica o reconhecimento desses para a sua ascensão ao poder político.

“Até depois, até depois, porque daí todo aquele pessoal que a gente já tava com eles foi vindo pra, pra política né? Já foi se engajando no PT né? Foi formando o partido. Inclusive a maioria do pessoal que tá aí até hoje... são tudo gente que milito no sindicato. São tudo peão! Que vinhero das fábrica. Não tem assim... se fala o cara que veio de um outro lugar. Só pessoas que viero depois, entro depois né? Mas esse pessoal que tá tudo aí são tudo metalúrgico, pessoal da militância! Apoiado por essa categoria de peões, metalúrgicos.”²⁸⁰.

Mais que criticar as transformações ocorridas no processo de construção e desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, estas ex-operárias reivindicam o reconhecimento deste partido e de seus participantes das raízes ideológicas e da base de operárias em sua construção. Podemos observar nas narrativas de nossas entrevistadas, que não se trata apenas de serem reconhecidas apenas por suas lutas pessoais, mais ainda, de ser admitido como um resultado de um processo coletivo, vivido e experimentado por operários e dentro do movimento operário, sem o qual não teria chegado ao poder político. Assim, ao falar do PT, essas operárias se firmam como operárias que lutaram pela formulação de um partido de trabalhadores, no entanto, ao situar o mesmo no presente, o distancia de suas lutas e práticas desenvolvidas no passado. Fato que se deve à interferência e à participação de elementos externos aos movimentos operários.

Assim, podemos perceber que a partir da segunda metade das décadas 80 e nos anos de 1990, elas passaram a desenvolver novas lutas, não por melhores condições de trabalho, pelo direito de se organizarem e desenvolveram suas lutas, ou mesmo pelo fim da Ditadura Militar, mas pelo direito de ter um trabalho, um meio de vida, pelo direito a aposentadoria e o reconhecimento por suas lutas tanto pelos antigos companheiros e pela sociedade através da anistia e reparação econômica^{281[60]}. Desta maneira, no período em que foram realizadas estas entrevistas, percebemos que as ex-operárias enfrentam outra luta que é do presente, mas se constitui como resultado dos processos de luta iniciados no período em que decidiram se engajar. Neste sentido, entre as greves, paralisações e piquetes, elas nos indicaram que

²⁸⁰ Mana, entrevista realizada no dia 13 de novembro de 2007, em Santo Amaro/SP.

²⁸¹ No período em que realizamos as entrevistas, duas de nossas entrevistadas, a Nice e a Mana tinham dado entrada ao processo pela anistia e outras indicaram que futuramente, pretendem entrar com o mesmo processo.

passaram períodos de grandes dificuldades financeiras, por terem ficado desempregadas, (por vezes ao mesmo tempo em que maridos ou companheiros também ficaram desempregados) e acabou prejudicando suas futuras aposentadorias, ou mesmo a continuidade do trabalho na categoria.

Hoje, as ex-operárias metalúrgicas desenvolvem uma gama de atividades e profissões e, em sua maioria, não desenvolvem nenhum tipo de militância em movimentos sociais ou partidos políticos. Das 15 ex-operárias que entrevistamos, podemos observar que todas, inicialmente, se afastaram da categoria por terem ficado desempregadas após alguma greve ou perseguição política e patronal, ainda na década de 80²⁸². Destas, das 9 operárias que militaram no MOSP, 6 se formaram em curso superior e desenvolvem atividades ligadas à educação e cultura²⁸³, e as outras 3²⁸⁴ trabalham para o Estado ou Prefeituras. Das 5 ex-operárias que militaram no Sindicato metalúrgico de SBC, a Fátima e a Nice²⁸⁵ trabalham para prefeitura de SBC, e a Vera, a Mana e a Baixinha vivem atualmente de “bicos”²⁸⁶ ou estavam desempregadas no período em que se realizaram as entrevistas.

3.3 A luta pela anistia

No período em que realizamos nossa pesquisa, as ex-operárias que militaram no SM de SBC desenvolviam uma luta pela anistia política ou por reparação financeira, sendo que, percebemos uma visível tensão entre a Nice, Mana, e Baixinha e a Associação dos Anistiados do ABC Paulista. Esta organização, que atualmente é presidida pelo ex-operário metalúrgico e dirigente sindical Manuel Anísio, advogado e anistiado. A Associação reúne ex-operários metalúrgicos - e de outras categorias - anistiados por terem sido perseguidos durante o período da Ditadura Militar e aqueles que ainda não tiveram seus processos julgados. Neste

²⁸² Com exceção da Nice que saiu da categoria em 1994, após ter saído da diretoria do sindicato de São Bernardo do Campo, e a fábrica onde trabalhava ter se mudado para uma cidade do Paraná. No entanto, esta nos assinalou que por ter sido dirigente sindical e participar ativamente da vida política, não conseguiu arrumar mais emprego como metalúrgico, ficando dois anos desempregada.

²⁸³ Como colocamos ao longo deste trabalho, a Carmem, a Nádia e a Arlete são professoras da rede de ensino público de São Paulo, a Rita é formada em pedagogia e trabalha no Centro de Cultural Paulista, a Delma é psicóloga e trabalha para o Governo do Estado de SP e a Maria Lúcia é formada em história e trabalha no Centro de Documentação e Informação (CEDIC/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

²⁸⁴ A Rosário é diretora do “bandejão” mantido pela prefeitura de Guarulhos, a Maria José Trabalha na área de saúde para o estado de São Paulo, e a Edy trabalha em uma ONG.

²⁸⁵ A Nice cursou a faculdade de Pedagogia, no entanto, não desenvolve atividade ligada a esta área.

²⁸⁶ Na primeira entrevista realizada no início de 2007 a Baixinha estava desempregada, e fazia bicos como diarista, já na segunda entrevista, ela tinha conseguido um “bico” como vendedora de linhas de telefone, Mana costura em um quartinho nos fundos da casa da casa do irmão, e na ocasião da segunda entrevista preparava-se para sair como candidata à vereadora pela cidade de São Bernardo, e a Vera, no período em que a entrevistamos estava à procura de emprego.

sentido, estas três ex-operárias, ao narrarem suas histórias de luta, re-estruturaram suas experiência dentro de um quadro de lutas desenvolvidas no presente, onde estas buscam o reconhecimento de suas lutas, tanto na construção do movimento operário em São Bernardo do Campo como no Partido dos Trabalhadores.

É importante observar que a Lei 10.559/2002 de 13 de novembro de 2002, que atualmente regulamenta o artigo 8 da Constituição Federal de 1988²⁸⁷, abre a possibilidade de que as operárias metalúrgicas que não se enquadravam na lei anterior - onde apenas os dirigentes sindicais cassados eram contemplados pela Lei de anistia²⁸⁸ - pudessem lutar pela reparação social e a contagem de tempo para fins previdenciários e pudessem abrir processo pela anistia política. Sendo que elas entraram com o processo em média há 5 ou 6 anos e aguardam as resoluções da comissão de anistia.

Os processos abertos por nossas entrevistadas se referem à reparação econômica de caráter indenizatório, previsto na LEI nº 10.559 de 2002 que indica que:

*“Tem por fundamento, como o próprio adjetivo “econômico” revela, indenizar o anistiado político pelo que deixou de receber a título de salário ou ganhos habituais, por se encontrar impedidos de trabalhar”, e ainda “a possibilidade de computar o tempo que o trabalhador esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, para fins previdenciários, possui outro fundamento, qual seja, o direito/dever do assegurado manter a filiação obrigatória ao regime previdenciário social a ter preservados seus direitos previdenciários, que consiste em relação jurídica distinta”*²⁸⁹.

Podemos perceber que através da lei da anistia e do ADI nº 2.639 de 04/08/2006, o Estado não apenas admite que *“além de tratar-se de uma previsão importante do ponto de vista da compensação financeira das vítimas de atos de exceção, constitui-se também na*

²⁸⁷ Segundo esta: Art.8º é concedida a anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto –Lei nº 864, de 12 setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, postos de graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos aos prazos de permanência em atividade previstos nas lei e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

²⁸⁸ Onde, § 2º: Ficam assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes sindicais, que por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como os que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos.

²⁸⁹ PARECER MPS/CJ Nº 1, DE 18 DE JANEIRO DE 2007 – DOU DE 19/01/2007: Direito Previdenciário. Anistiado político. Lei nº 10.559/2002. Reparação econômica e caráter indenizatório. Contagem de tempo do período de afastamento para efeitos previdenciários. Direitos acumuláveis. In <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/60/2007/1.htm>, acessado em outubro de 2007.

aceitação excepcional de uma responsabilidade civil extraordinária do Estado”²⁹⁰, quanto aos atos políticos do passado há um reconhecimento das lutas sociais destas operárias e, ainda, do dever do Estado em reparar as vítimas de períodos de exceção política pelas perdas e danos decorrentes de suas militâncias políticas e sociais.

Para nossas entrevistadas, mais do que reparação financeira, a luta pela anistia política significa ainda o reconhecimento de suas lutas e as transformações conseguidas através das mesmas. A Baixinha, que ainda não entrou com um processo, e se nega “*a corre atrás daquela cambada*” (associação dos anistiados), ao situar a importância da anistia política frente as suas lutas desenvolvidas no passado, nos diz que:

*“Daquela época que a gente queria, ainda falta muito ainda, né? A nossa luta que a gente queria, do que a gente lutava. Do que a gente acreditava e do que a gente acredita né? Eu acho que falta muito ainda né? Falta muita coisa ainda pra gente continuá, a... a como se fala? A ter aquela realização que a gente queria. Eu não me arrependo do que eu fiz, igual elas eu sofri muito, briguei muito né? Igual ela falo hoje a gente não tem reconhecimento. Né? Não é qui a gente qué qui o cara vem e coloca a gente lá no céu, nem e isso, acho qui a gente tem que tem um respeito, um reconhecimento, porque a gente, poxa vida a gente vinha de baxo, viveu tudo isso. Hoje você entra na escola, numa sala de aula, você vê uma professora de história de 18 ano, i se você começa a conta pra ela qui você viveu na realidade! Poxa, ela fica... porque ela sabe da história, (...) porque assim, a gente viveu. Hoje não. Hoje você pega um livro você vê sobre os metalúrgico sobre os peões do abc, sobre o que foi feito, sobre o que não foi feito, antigamente a mulhé que trabalhava não tinha uma creche, hoje tem uma creche porque? Porque a gente reivindicava. Hoje tem creche porque a gente reivindicava, licença maternidade, sabe muita coisa que ta ai beneficiando a mulhé! Não é assim, o que a gente queria, porque a gente quiria mais! Mais eu acho assim, o poco que ta aí...(...)A gente fica ferrado porque de certa forma, ela vive de bico, eu vivo de bico, ela vive de bico, meu marido graças a Deus não! Eu faço bico, a gente fica assim poxa, hoje ela é beneficiada, hoje tem a creche coisa que a gente não tinha, né? Agora também tem 15 minutos de café, de manha di tardi né? Almoço qui a gente num tinha! Ele podi i lá fora solta a fumaça dele qui a gente num podia, ce ta entendendo? Porque eu falo pra você isso, porque eu vivi isso! E eu falô pra você porque quando eu comecei, Meu Deus do céu!”*²⁹¹

Mais do que falar de suas memórias e lutas, a Baixinha, em suas narrativas exige o reconhecimento de suas lutas por parte de seus antigos companheiros de luta, e assim, reivindica um status de igualdade na memória sobre as lutas travadas no ABC Paulista. Desta maneira, ao se referir às brigas e lutas travadas pelas “*mininas qui tão atrás da anistia*” a Baixinha se nega a correr atrás do processo, por achar que a “*Associação*” e seus antigos

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Baixinha, entrevista realizada no dia 11 de novembro de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

companheiros de lutas não reconhecem e fazem pouco caso de suas lutas do passado no presente.

Dentro deste processo de lutas travadas no presente, nossas entrevistadas indicam para demora nos processos e, às vezes, para o pouco caso dos antigos companheiros de luta e principalmente da Associação dos Anistiados. Para elas, a falta de interesse em se tratando da anistia destas - sendo que elas ficaram sabendo da possibilidade de entrarem com o processo através da internet e em nenhum momento foram procuradas pelos antigos companheiros de luta que já são associados, ou mesmo pela anistia para serem informadas sobre a anistia²⁹² – é percebida como não reconhecimento de sua participação no movimento operário por parte dos companheiros de luta e da própria Associação dos Anistiados, como a Mana se referiu:

“Gente? A gente sofreu naquela época, não foi brincadeira não! I hoje ninguém dá valô pra genti! Ninguém viu isso? O próprio Lula viu isso, o próprio Mané! O próprio Djalma! Todos eles tavam junto nessa luta aí i foru preso e nós ficamo comandano, eu saí muitas vezes do caminhão do lixo, pra não í presa! Minha filha fico cinco dia em casa sozinha, chorando dizem que eu murri! Porque a pulicia tava bateno na gente lá nu Passo Municipal, ela dizia qui eu murri qui ela tinha cinco anos. Entendeu?”²⁹³

Ao reivindicar o reconhecimento dos antigos companheiros de luta, nossas entrevistadas indicaram para um conflito entre as operárias e seus antigos companheiros de luta, principalmente da Associação dos Anistiados, que é responsável pelos encaminhamentos dos processos pela anistia no Tribunal Federal. Nossas entrevistadas nos alertaram para falta de interesse de alguns companheiros de luta, ex-diretores sindicais que tiveram seus processos julgados e conseguiram a anistia política há algum tempo. Neste sentido, a Nice ao falar sobre o papel da Associação dos Anistiados, frente ao processo de lutas pela anistia, nos contou que:

“Quando eu fiquei sabendo qui mudô a lei, porque até então só podia quem tinha sido diretor do sindicato, quem eu encontrava falava vá lá, corre atrás, porque eu também eu ia, porque não é só o diretor do sindicato da época, i nós? Militantes qui ficamo aí um ano, dois ano, tre ano desemprego. Porque eu tive assim, encontrava imprego trabalhava treis meses i era mandada embora , i assim eu fiquei até 1986, quando eu entrei na empresa qui eu fiquei, (..)qui eu fiquei por causa da estabilidade no emprego, porque cum seis meses corrê atrás de CIPA;

²⁹² Quanto ao período em que foram abertos os processos pela anistia política pela Mana e a Nice, elas nos contaram que *“na época a Nice entrô primero (...) i todo mundo tinha entrado(...) Foi quando entrei, fui na prefeitura dei a entrada, fui na Associação o Manuel, o Geraldo fez o processo, tá lá... é assim (...) A gente vamos duas vezes no ano, mas a gente vamô na reunião (...). Agora eles vão si junta tudo, todos, (...) e vão faze em pacote(...) vão vê se anistia tudo! Mas acontece que tem o poder político no meio!”*.

²⁹³ Mana, entrevista realizada no dia 13 de novembro de 2007, em Santo Amaro/SP.

diretora do sindicato, depois comissão de fábrica, pur isso eu fiquei.(...)I eu fui avisano o pessoal, porque tem gente qui procura a Associação e o Mane diz qui é muito difícil, fica colocano obstáculo, intão por isso não tem muito processo, porque si não tinha um monti! ”²⁹⁴

Não se trata apenas de reivindicar o reconhecimento dos antigos companheiros de luta, mas do próprio Estado em reconhecer que não só os diretores sindicais fizeram e participaram das lutas operárias ao longo das décadas de 1970 e 1980, mas admitir que essas lutas foram forjadas por operários que não estavam na diretoria²⁹⁵, mas sacrificaram seus empregos, estabilidade financeira e comprometeram parte de sua vida em uma luta por melhores condições de vida para classe operária. Ao se referir a demora dos processos, nossas entrevistadas indicaram ainda para disputas e conflitos nos processos de anistia, onde:

“Porque não da pra intendé porque, não dá pra intendé porque, quando a gente ia conversá com alguns parlamentares do próprio PT, disseram qui não podiam fazé nada porque iam considerá qui eram us amigos do presidente, i acha qui, ia have um favorecimento porque a gente é de São Bernardo. Então na verdade num tem nada havé né? Porque quem é do sindicato já foi julgado, há muito tempo! I quem tá lutando é nós aqu, quii fomos militantes sindicais. Na época nós não éramos dirigentes sindicais, mas fomos perseguidos a mesma coisa! Alguns dos diretores que conseguiram ganhá o processo, alguns até seguiram carrera pulítica, é, se tonaro vereador, deputado, siguio sua vida, mas muito não! Ficaram desempregados mesmo. Sabe, e tem pessoas qui até hoje não cosiguio emprego” ²⁹⁶.

Mais do que uma briga com o Estado pelo direito de se anistiares ou conseguirem a reparação financeira, nossas entrevistadas denunciaram a ação de muitos de antigos companheiros, que se tornaram figuras políticas, eleitos através de suas lutas e que hoje optaram por se distanciar das lutas travadas por estas mulheres no presente. Ao questionarmos nossas entrevistadas sobre por que elas acham que mereceriam ganhar o processo de anistia, estas nos indicaram que:

²⁹⁴ Nice, entrevista realizada no dia 11 de novembro de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

²⁹⁵ Para a abertura destes processos, exige-se que as operárias e operários comprovem que foram prejudicados de alguma maneira pelo governo, neste sentido a Baixinha denuncia que alguns antigos companheiros de luta que se tornaram figuras de influência política, não tem se colocado a favor dos mesmo, assim, ela nos contou que “*eu não vejo uma preocupação por parte deles com esse pessoal aí. Si houvesse, eles seria u primero a pegá esse pessoal,qui tevero aí militando, qui eles sabe qui era u pessoal da militância, qui era u pessoal ativista, qui tava nesse meio. Pessoal prejudicadode uma forma, ce ta intendendu? Não porque foi preso, não porque foi direto, mas porque fazia parte do sindicato. I isso si deve a quem? A esse pessoal qui tava na rua, qui tá aí sofreno, lutano, esse pessoal ai...(.) quem era qui tava lá na Vila Matilde? Quem eu era? Era um toco de gente pegano dinheiro no meio de um monte de gente i a pulicia jogano bomba. (...) Então já seria uma grande coisa, porque si dependé di mim pra í nu DOP pra prová qui eu fui presa,purque corre di pulicia era u qui eu mais fazia, era corré mi iscondé (...).*” Baixinha 11/12/2007.

²⁹⁶ Idem.

“Depois disso tudo? Porque eu lutei muito... não só por mim, eu lutei, por todas as mulheres... As mulheres, não é por mim, por todas, porque todas as mulheres merecem se aposentada, tê uma anistia, te uma vida melhô, entendeu? I na época a gente não tinha, por isso eu acho qui eu , nós mulheres, umas 50, 60 mulheres que era as principal, qui saia catano mulher lá na marechal, deitano na frente da pulícia, levânô as criança no braço i cum flô na mão, cu a pulicia vinha di frente, cum a cavalaria i rebentava no chão cum criança i tudo, pra num, num, num, invadi num prendé ninguém, intão, qué dizé, a genti lutô muito por isso, por isso, eu acho qui eu como as outra merece, entendeu? Um reconhecimento do Estado! U Istado qui feiz isso, nós temo u direito di sê eleito, um direito nosso, u direito constituído, u direito nosso. Então se tem esse direito, eu tenho o direito de recebe, essa anistia.”²⁹⁷

Ao falar de suas lutas por direitos no passado, nossas entrevistadas reivindicam a aplicação das leis e o reconhecimento dos direitos que estas adquiriram ao longo de suas trajetórias. Não se trata apenas de recordar, mas mais ainda de valorizar suas lutas e exigir que sejam reconhecidas. Dentro deste quadro, ao questionarmos nossas entrevistadas sobre o que significaria conseguirem a anistia política, nossas entrevistadas indicaram que:

“Aí pelo amor di Deus, acho qui ia mi dá um treco,... acho qui eu ia ficá tão feliz...purqui eu ia tê o meu espaço, meu trabalho reconhecido né? Intão ia sê muito significativo pra mim... ia reconhecê minha luta, i tudo, acho qui não é tanto pelo valor, é isso, i muito, mas é mais im sabe qui nós lutamô pra isso, nós não fizemo de mão beijada! Qui tem muita gente qui tem de mão beijada! Nunca foi, nunca feiz nada, i já tão anistiado...entendeu?i a gente qui luto,até hoje tamô lutando ainda, isso purque u nosso presidente é anistiado! é do PT, foi ele... tendeu? Eu também, fomo na casa dele, teve reunião...(..) Ele já assino, os papeis, deu autorização pra tudo(...) só qui quando chega lá, nus Ministério, us cabeça, eles num entendi nada! Gente de 20 anu, di 25 anos, vai intendé o que de anistia?Si ele nun era nem nacido ainda?Ele tem qui lê muito, pra pude intendê u qui é anistia... Tem qui lê , pra sabê purque! Pra você vê o chefe da anistia é novinho(...).”²⁹⁸

Ter o reconhecimento das lutas pela sociedade, Estado e antigos companheiros de luta, eis o elemento que pautou todas as narrativas de nossas entrevistadas. Mais do que o valor monetário, essas mulheres que há muito não são operárias, ou mesmo sindicalistas, se identificam e forjam identidades baseadas nas práticas do passado para manter memórias sobre um período de suas vidas, que de certa forma, ainda agem sobre suas lutas no presente, e neste sentido, são colocadas como elementos fundamentais para organizar suas trajetórias pessoais.

²⁹⁷ Mana, entrevista realizada no dia 11 de novembro de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

²⁹⁸ Mana, entrevista realizada dia 13 de novembro de 2007, em Santo Amaro/SP.

Desta forma, podemos perceber que a luta por um emprego, pela aposentadoria, e ainda pela própria anistia, faz parte do desenrolar da militância de mulheres metalúrgicas nos movimentos operários das décadas de 1970 e 1980. Das 15 operárias entrevistadas, as únicas que conseguiram entrar com o processo foram a Mana e a Nice. No caso das operárias metalúrgicas engajadas no MOSP, elas nos indicaram que por nunca ter chegado à diretoria do sindicato, não se enquadram dentro das exigências colocadas para a abertura do processo na Justiça. Neste sentido, podemos notar que neste processo de lutas, passado e presente se entrelaçam, indicando que as lutas das operárias se transformaram, tomaram outras dimensões, no entanto, continuam a lutar para serem reconhecidas como parte da classe operária e por ter suas práticas reconhecidas dentro do quadro de lutas desenvolvidas no período referido.

Ao falarem das dificuldades enfrentadas na atualidade, seja pela anistia ou por não conseguirem se aposentar ou mesmo por não conseguirem um emprego, essas mulheres ainda questionam os ideais de democracia e as expectativas que tinham no período de construção do Partido dos Trabalhadores, que hoje está no poder, no entanto, parece ter esquecido daquelas que tanto contribuíram para este processo. Diferentemente das expectativas que as ex-operárias tinham quando optaram por mudar-se para o Estado de São Paulo, tornarem-se operárias metalúrgicas, mas principalmente lutarem nos movimentos sociais, suas lutas se constituem pelo direito a participar como personagem da memória coletiva sobre as lutas do movimento operário, por ter uma igualdade de condições de seus antigos dirigentes sindicais, que em sua maioria conseguir obter o direito de se aposentar ou mesmo se anistiar. Desta maneira, a luta por direitos não acabou, mas apenas se transformou e se adaptou ao contexto e as pressões vividas no cotidiano das operárias, que optaram por lutar e não deixar de lutar.

Conclusão

*“-Acho que foi bom, foi bom! Porque a gente... luto! Brigamo muito, né, Baxinha? Brigamo!”*²⁹⁹.

*“-Então é isso aí... nossa vida é mais ou menos isso que a gente ti disse... Só luta! Que mais você que sabe?”*³⁰⁰.

Ao final deste trabalho, muitas foram as conclusões, no entanto, maior foi o aprendizado conseguido através da realização de entrevistas com essas ex-operárias metalúrgicas, que muito nos falaram ao longo de dois anos de pesquisas e nos deram verdadeiras lições de coragem, força e perseverança.

Inicialmente podemos notar a partir da fala destas trabalhadoras, que de frágil elas não tiveram nada, ou mesmo, não tiveram tempo de se sentir como um “sexo frágil”, sendo que desde muito pequenas, a maioria teve que encarar a vida de frente, deixar os sonhos de princesas e fadas para trás e enfrentar de frente as pressões e dificuldades vividas pela classe trabalhadora do período. Como a Mana nos disse *“A minha boneca era minha filha...”*, e para esta ex-operária que se tornou mãe aos doze anos, brincar de “casinha” foi uma tarefa muito árdua, que a levou a ingressar muito jovem no trabalho em indústrias metalúrgicas.

Podemos perceber através das várias entrevistas que realizamos ao longo do último ano, que essas trabalhadoras vivenciaram as dificuldades de ser mulher e, acima de tudo, ser pobre e compartilhar as condições precárias de moradia, alimentação, transporte, saúde, trabalho e convivência. É a partir dos conflitos, problemas e pressões vividas em seu cotidiano, que nossas entrevistadas começaram a se identificar como parte de uma classe social e ainda se identificar com os movimentos desta classe.

Dizer que estas mulheres não lutaram, ou mesmo que suas lutas não ecoaram nos movimentos sociais no período, é o mesmo que apagar parte da história dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. Portanto, não podemos perder de vista que nossas personagens não eram bonecos sem interesses e vontades facilmente manejadas ora pelo Estado, ora pelos líderes dos movimentos sindicais. Elas não só sofreram as pressões do contexto político, econômico e cultural de seu tempo, mas através de suas práticas e relações

²⁹⁹ Mana, entrevista realizada em março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

³⁰⁰ Baixinha, entrevista realizada em março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

sociais culturalmente constituídas, interferiram neste processo de construção das lutas sociais, e da cultura operária.

Se inicialmente percebemos que estas operárias não participavam das práticas sindicais porque não era “comum” mulheres no sindicato, pudemos observar em um segundo momento, que elas não só participavam, mas ainda havia uma preocupação por parte de alguns dirigentes sindicais que elas estivessem engajadas nas lutas organizadas do movimento operário.

Assim, quando nos falaram de suas trajetórias de lutas, resistência e coragem, nossas entrevistadas não só reivindicaram o posto de “operárias”, “militantes sindicais”, mas também o direito de serem contempladas pelas leis pelo qual tanto lutaram. A prática de narrar, contar fatos, reminiscência nos mostrou que nossas entrevistadas, ao lembrar-se de fatos, não falam apenas de seu passado, mas acima de tudo, falam de seu presente e de suas lutas no presente. Assim, o exercício de lembrar pode ser percebido dentro do processo de transformação das práticas e relações sociais. As pessoas ao “puxarem” pela memória as histórias de sua vida, demonstram a dialética e dinâmica social, onde tudo se transforma, e nessa relação de constantes mudanças, as pessoas contam e reinterpretem os fatos de diferentes maneiras, atribuindo diferentes significados, mas sempre de acordo com que viveram, do que vivem, e do que pretendem viver.

Assim, a luta pela anistia, pelo reconhecimento social, pelo direito à aposentadoria, nada mais é do que fatores que derivam das lutas lá de trás, lutas que não foram premeditadas, mas, em um momento de grande pressão, gerou contestações e produziu dificuldades, direitos, novas lutas e também as narrativas que trago para esta dissertação.

Concluimos que a luta destas mulheres ainda não acabou, apenas mudou de momento, de contexto e as ambições e interesses são outros. As pressões são outras, as dificuldades também, mas muitos dos problemas que enfrentaram no momento, ainda estão aí. E elas *“continuam aí, não era bem isso que a gente queria, mas...”*.

Conclusão

“-Acho que foi bom, foi bom! Porque a gente... luto! Brigamo muito né Baxinha? Brigamo!”³⁰¹.

“-Então é isso aí... nossa vida é mais ou menos isso que a gente ti disse... Só luta! Que mais você que sabe?”³⁰².

Ao final deste trabalho, muitas foram às conclusões, no entanto, maior foi o aprendizado conseguido através da realização de entrevistas com estas ex-operárias metalúrgicas, que muito nos falaram ao longo de 2 anos de pesquisas, e nos deram verdadeiras lições de coragem, força e perseverança.

Inicialmente podemos notar a partir da fala destas trabalhadoras, que de frágil, elas não tiveram nada, ou mesmo, não tiveram tempo de se sentir como um “sexo frágil”, sendo que desde muito pequenas, a maioria teve que encarar a vida de frente, deixar os sonhos de princesas e fadas para trás, e enfrentar de frente as pressões e dificuldades vividas pela classe trabalhadora do período. Como a Mana nos disse *“A minha boneca era minha filha...”*, e para esta ex-operária que se tornou mãe aos doze anos, brincar de “casinha”, foi uma tarefa muito árdua, que a levou se ingressar muito jovem no trabalho em indústrias metalúrgicas.

Podemos perceber através das várias entrevistas que realizamos ao longo do último ano, que estas trabalhadoras vivenciaram as dificuldades de ser mulher, e acima de tudo ser pobre, e compartilhar as condições precárias de moradia, alimentação, transporte, saúde, trabalho e convivência. É a partir dos conflitos, problemas e pressões vividas em seu cotidiano, que nossas entrevistadas começaram a se identificar como parte de uma classe social, e ainda, se identificar com os movimentos desta classe.

Dizer que estas mulheres não lutaram, ou mesmo que suas lutas não ecoaram nos movimentos sociais no período, é o mesmo que apagar parte da história dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. E neste sentido, não podemos perder de vistas que nossas personagens não eram bonecos sem interesses e vontades, facilmente manejadas ora pelo Estado, ora pelos líderes dos movimentos sindicais. Elas não só sofreram as pressões do contexto político, econômico e cultural de seu tempo, mas através de suas práticas e relações

³⁰¹ Mana, entrevista realizada em março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

³⁰² Baixinha, entrevista realizada em março de 2007, em São Bernardo do Campo/SP.

sociais culturalmente constituídas, interferiram neste processo de construção das lutas sociais, e da cultura operária.

Se inicialmente percebemos que estas operárias não participavam das praticas sindicais porque não era “comum”, mulheres no sindicato, pudemos observar em um segundo movimento, que elas não só participavam, mas ainda havia uma preocupação por parte de alguns dirigentes sindicais que estas estivessem engajadas as lutas organizadas do movimento operário.

Assim, quando nos falaram de suas trajetórias de lutas, resistência e coragem, nossas entrevistaram não só reivindicaram o posto de “operárias”, “militantes sindicais”, mas também o direito, de serem contempladas pelas leis por qual tanto lutaram. A prática de narrar, contar fatos, reminiscência, nos mostrou que nossas entrevistadas, ao lembrar não falam apenas de seu passado, mas acima de tudo, falam de seu presente, e de suas lutas no presente. Assim, o exercício de lembrar pode ser percebido dentro do processo de transformação das práticas e relações sociais. As pessoas ao “puxarem” pela memória as histórias de sua vida, demonstram a dialética e dinâmica social, onde tudo se transforma, e nessa relação de constantes mudanças, as pessoas contam e reinterpretam os fatos de diferentes maneiras, atribuindo diferentes significados, mas sempre de acordo com que viveram, do que vivem, e do pretender viver.

Assim, a luta pela anistia, pelo reconhecimento social, pelo direito a aposentadoria, nada mais é do que fatores que derivam das lutas lá de trás, lutas que não foram premeditadas, mas, em um momento de grande pressão, gerou contestações, e produziram dificuldades, direitos, novas lutas e também as narrativas que trago para esta dissertação.

Concluimos que a luta destas mulheres ainda não acabou, apenas mudou de momento, de contexto e as ambições e interesses são outros. As pressões são outras, as dificuldades também, mas muitos dos problemas que enfrentaram no momento ainda estão aí. E elas *“continuam aí, não era bem isso que a gente queria, mas...”*.

Fontes Primárias por acervos de pesquisas.

Centro de Documentação e Informação

(CEDIC/PUC – São Paulo)

- Jornal Tribuna Metalúrgica publicados entre janeiro e dezembro de 1987.

Centro de Documentação e Memória da UNESP

(CEDEM/UNESP - São Paulo)

Documentos retirados do acervo não catalogado doado pela ex-operária metalúrgica Maria Lúcia Torres.

- Jornal Luta Sindical de 1979.
- Pauta de reunião de 1979 em decorrência da organização do I Congresso da Operária metalúrgica de São Paulo (data não identificada).
- Pauta de reunião sobre estratégias de organização dos operários de 1978.
- Pauta de reunião e narrativa da experiência de organização de uma operária não identificada engajada no MOSP de 1978.
- Panfleto de convocação das operárias metalúrgicas para o Congresso da Mulher Metalúrgica em São Paulo (produzido pela Oposição Sindical).
- Relatório sobre o andamento do congresso da Mulher Metalúrgica (1979).

Centro Pastoral Vergueiro

(CPV - São Paulo).

Acervo: Trabalhador Metalúrgico de São Paulo/ Oposição Sindical Metalúrgica/ Jornal Luta Sindical.

Boletins Informativos da Oposição Sindical de São Paulo.

- Boletim Pegando no Pé da Metalgráfica.
- Boletim Companheiros e Companheiras da Metalgráfica de 17/10/1979.
- Boletim Por dentro das Fábricas/Pegando no pé da Metalgráfica.

- Boletim Por dentro das Fábricas/ Metalgráfica e seus problemas.
- Boletim Por dentro das Fábricas/Pegando no Pé da Yamasaki nº 2.
- Boletim Por dentro das Fábricas/ Pegando no Pé da Biselli 3/3/82.
- Boletim do Jornal Luta Sindical/ Companheiros da Component 04/1981.
- Boletim do Jornal Luta Sindical de 07/1980.
- Luta Sindical/ Informativo - Zona Leste 01/1981.
- Boletim Ferramenta Metalúrgica de Outubro de 1987 (Boletim de Informação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo).
- Boletins da Oposição Sindical de São Paulo, publicados entre 1962 á 1975.

Jornais da Oposição Sindical Metalúrgica:

- Jornal *Luta Sindical* nº 1 de fevereiro de 1976 ao nº 8 de dezembro de 1977 (exemplares datilografados e escritos à mão em folha A4 dobrada ao meio)
- Jornal *Luta Sindical* nº9 de fevereiro de 1978 ao exemplar de março de 1989.
- Jornal *Movimento de Oposição* de 31/07/85 á 10/1986.
- Jornal *Metalúrgicos da CUT* nº 1 de janeiro de 1986 á nº 17 de agosto de 1988.
- Jornal *Metalúrgicos da CUT* número especial de março de 1986.
- Jornal *Olho Vivo* (do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica/CUT) do nº 22 de 01/11/1988 ao nº 29 de 06/03/1989.
- Jornal *Oposição Metalúrgica* de 18/10/88 á 11/1989.
- Jornal *Oposição em Movimento* – Jornal da campanha do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo nº1, 1985.
- Jornal *Alternativa Metalúrgica* nº1 de 26/01/1987 á nº 3 de 1987.

Outros jornais:

- Jornal *Tribuna Metalúrgica* nº 51 de junho de 1979 á nº78 de Setembro de 1986.
- Supletivo *Diário do Jornal Tribuna Metalúrgica* nº 1162 de outubro de 1986 á nº1214 de 4/9/1987.

Documentos produzidos pela Oposição:

- Documento Sobre o Jornal *Luta Sindical* (objetivos e perspectivas para a publicação do jornal) de 1980.
- Relatório sobre as atividades da Comissão de imprensa dos MOSP de 1982.
- Livreto “*Sindicalismos Classista*” organizado e publicado pelo Movimento de Oposição Sindical metalúrgica de São Paulo e CPV em 1981.
- Panfleto da greve de novembro de 1979 publicado pelo Luta Sindical em apoio à continuação a greve da mesma data.

Documentos doados pelo CPV

- Livreto: *O que é um sindicalismo Operário?* 3ª edição Centro de estudos, pesquisa e assessoria sindical. Salvador/Bahia, sem data.
- *Gestão Democrática Sindical: Como e para que?* AZEREDO, José Augusto, MARTINS, José Flávio GENNARI, Emilio. CPV, 1994.
- *Comissões de Fábrica – uma década do novo sindicalismo*. Revista Proposta nº 40, Editora Fase. Rio de Janeiro, março de 1989.

Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. (Sindicato Metalúrgico do ABC/ São Bernardo do Campo/SP).

Jornais – Acervo do Jornal Tribuna Metalúrgica

- Jornal *Tribuna Metalúrgica* de 1972 á nº 1190 de 28/07/1987.
- Supletivo Informativo do Jornal *Tribuna Metalúrgica*, publicados ao longo de janeiro a dezembro de 1987.
- *ABCD Jornal* do nº 30 de julho de 1979 ao nº56 de 24 de março de 1980.
- Jornal *A Vanguarda* de 28/01/78 de São Bernardo do Campo/SP.
- Jornal *Folhetim* nº 3 de 25/03/79.
- Jornal *O Metalúrgico* (órgão informativo do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) Supletivo especial “Mulher tem Direito?” de julho de 1979.
- Jornal *O Metalúrgico* especial Mulher de 21/01/85.

Documentos produzidos pelo Sindicato Metalúrgico de São Bernardo.

- Acervo fotográfico das greves de 1978 á 1987.
- Acorda Mulher – Relatório de uma discussão entre operárias metalúrgicas promovido pelo Sindicato da categoria em São Bernardo do Campo em julho de 1984.
- Caracterização das Congressistas (pesquisa realizada pelo Sindicato Metalúrgico entre as participantes do I Congresso da Operária metalúrgica em janeiro de 1978)
- Cartilha do 3º Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Bernardo do Campo e Diadema produzido pelo sindicato da categoria em 1978.
- Cartaz do I Congresso da Operária Metalúrgica de 1978.
- Pautas de reunião de círculo de discussão entre a socióloga Elizabeth Lobo e operárias metalúrgicas (década de 90).
- Pauta de reivindicação de 1978.
- Panfleto de convocação para I Congresso da Operária Metalúrgica em 1978.
- Relatório conclusivo das atividades desenvolvidas no I Congresso da Mulher Metalúrgica produzido pela Casa de Tiradentes á 28 de janeiro de 1978

Documentos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo:

- Propostas de sindicalização para o Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema de dezembro de 1977 e janeiro e fevereiro de 1978.

Centro Informação Mulher.

(CIM - São Paulo)

- Jornal *Brasil Mulher* n° 1 de dezembro de 1975 ao n°25 de dezembro de 1986.

Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa/ Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus de Toledo (NDP /UNIOESTE/ Toledo/PR)

Jornais:

- Jornal *Nós Mulheres* do n° de junho de 1976 ao n°8 de junho/julho de 1978.
- Jornal *Mulherio* do n° 0 de mar/abr de 1981 á 39 de abr/mai de 1988.

Dossiês, documentários e pesquisas realizadas sobre a temática entre os anos de 1975 e 1986:

- Trabalho e Mulher: repensando a realidade nº1 Conselho Nacional de Direito da Mulher (CNDM). Brasília:
- Mulheres e Trabalho suas reivindicações nas últimas décadas 1976-1986 nº 2. Conselho Nacional de Direito da Mulher (CNDM). Brasília:
- Mulher: Dossiê CPV 1984.
- Fita VHS - Documentário produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em comemoração a realização do I Congresso da Operária Metalúrgica.

Documentos Retirados da Internet

- PARECER MPS/CJ Nº 1, DE 18 DE JANEIRO DE 2007 – DOU DE 19/01/2007: Direito Previdenciário. Anistiado político. Lei nº 10.559/2002. Reparação econômica e caráter indenizatório. Contagem de tempo do período de afastamento para efeitos previdenciários. Direitos acumuláveis. In <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/60/2007/1.htm> , acessado em outubro de 2007.
- Anistia, Comissão de Paz. Processos Julgados pela Primeira Câmara. www.mj.gov.br/services/DocumentMan.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BA43D630A-EF1C-4784-A250-B...
- Anistia, Comissão de Paz. Processos Julgados pela Segunda Câmara. www.mj.gov.br/data/Pages/MJABFF735EITEMIDDB66A11972EE4432A7654440E32B2B6CPTBRIE.htm - 75k -
- Diário Oficial da União, sessão 1. Nº 14, sexta-feira, 19 de janeiro de 2007. Ministério da Previdência Social, Parecer 1.
- Requerimento de Anistia.
Acessado em: www.defesa.gov.br/anistia/index.php?page=requiremento_anistia - 49k -
- Perfil das Mulheres Metalúrgicas 2006. Pesquisa da CNM/CUT, DIEESE, Canadian International Development Agency.
Acessado em: www.smabc.org.br/mostra_materia.asp?id=7254 - 37k -

Documentos cedidos pela ex – metalúrgica Nádia Camargo:

- Mapa das Questões de Gênero: Perspectivas para a ação sindical frente às transformações no mundo do trabalho. CUT/ CGT/ DIEESE/ FORÇA SINDICAL. São Paulo: maio de 1999.
- Livro Tribuna Sindical 20 anos de Ilustrações. Centro de Memória e Documentação do Sindicato Metalúrgicos do ABC paulista. São Paulo: 2000.

Documentos cedidos pelo ex - metalúrgico Waldemar Rossi.

- *A história da Oposição Metalúrgica*. Revista Revés do Avesso: Política Cultura Ecumenismo. (CEPE) São Paulo: Abril/ Maio de 2006.
- *Santos Dias da Silva*, SALGADO, Guilherme. Coleção: Construtores da justiça e paz Rocha, Editora Salesiana Dom Bosco. São Paulo, 1996.

Filmes

- Filme: *Eles não usam black-tie*. Direção de [Leon Hirszman](#), roteiro de Gianfrancesco Guarnieri. Distribuição: Embratileme, 1981.
- Documentário: *Peões*. Dirigido por Eduardo Coutinho. Distribuição Videofilmes, 2004.

As Entrevistas

- Entrevista cedida por Waldemar Rossi realizada no dia 14 de dezembro de 2006, na Pastoral Operária da Sé, São Paulo/ SP. Duração: 2 horas e 35 minutos
- Entrevista cedida por Nádia Aparecida Lopes Camargo realizada no dia 16 de dezembro de 2006 na Igreja da Sé em São Paulo. Duração: 2 horas.
- Entrevista cedida por Gilson de Meneses realizada no dia 15 dezembro de 2006, na Associação dos Anistiados do ABC paulista, São Bernardo do Campo/ SP. Duração: 53 minutos.
- Entrevista cedida por João Paulo de Oliveira realizada no dia 15 dezembro de 2006 na Associação dos Anistiados do ABC paulista, São Bernardo do Campo/ SP. Duração: 58 minutos.
- Entrevista cedida por Rubens Teodoro realizada no dia 15 dezembro de 2006, na Associação dos Anistiados do ABC paulista, São Bernardo do Campo/ SP. Duração: 1 hora e 29 minutos.
- Entrevista cedida por Maria Mendes realizada no dia 10 de março de 2007 em no Centro de Saúde do Trabalhador em Diadema / SP. Duração: 56 minutos.
- Entrevista cedida por Maria José Soares realizada no dia 11 de março de 2007 em sua casa no bairro Cidade Aê Carvalho. São Paulo/ SP. Duração: 1 hora e 50 minutos.
- Entrevista cedida por Edwirgens José dos Santos realizada no dia 11 de março de 2007 no bairro Cidade Aê Carvalho. São Paulo/ SP. Duração: 1 hora e 50 minutos.
- Entrevista cedida por Maria do Carmo Gomes (Carmem) realizada no dia 11 de março de 2007 na Igreja da Praça da Sé. São Paulo/ SP. Duração: 1 hora.
- Entrevista cedida por Maria do Rosário realizada no dia 12 de março de 2007 em Guarulhos/ SP. Duração: 55 Minutos.
- Entrevista cedida por Maria Lúcia Torres realizada no dia 12 de março de 2007 no CEDIC/PUC São Paulo/ SP. Duração: 1 hora e 30 minutos.
- Entrevista cedida por Maria Rita Márquez da Silva realizada no dia 12 de março de 2007 no Centro Cultural de São Paulo/ SP. Duração: 50 minutos.
- Entrevista cedida por Maria Teixeira Vilela realizada no dia 14 de março de 2007 na Associação dos Anistiados do ABC paulista, São Bernardo do Campo/SP. Duração: 50 minutos.

- Entrevista cedida por Maria de Fátima Araújo Ramos (Baixinha) realizada no dia 14 de março de 2007 na Associação dos Anistiados do ABC paulista, São Bernardo do Campo/ SP. Duração: 50 minutos.
- Entrevista cedida por Leonice Bezerra da Silva Azevedo realizada no dia 14 de março de 2007 na Associação dos Anistiados do ABC paulista, São Bernardo do Campo/ SP. Duração: 50 minutos.
- Entrevista cedida por Stanislaw Azermeta realizada no dia 13 de março de 2007 na Pastoral Operária da Sé, São Paulo/ SP. Duração: 1 hora e 40 minutos.
- Entrevista cedida por Delmira Izabel de Jesus realizada no dia 14 de março de 2007 na Pastoral Operária da Sé, São Paulo/ SP. Duração: 1 hora.
- Entrevista cedida por Arlete Pereira Fonseca Neves realizada no dia 14 de março de 2007 no Núcleo Regional de Educação Zona Leste, São Paulo/ SP. Duração: 1 hora.
- Entrevista cedida por Fátima Aparecida Perez de Araújo realizada no dia 17 de março de 2007 na Associação dos Anistiados do ABC paulista, São Bernardo do Campo/ SP. Duração: 2 horas.
- Entrevista cedida por Leonice Bezerra da Silva Azevedo realizada no dia 17 de março de 2007 em sua casa em São Bernardo do Campo/ SP. Duração: 2 horas.
- Entrevista cedida por Luciano César Salles de Freitas, realizada no dia 17 de março de 2007 na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, São Bernardo do Campo/ SP. Duração: 58 minutos.
- Entrevista cedida por Maria de Fátima Araújo Ramos (Baixinha) realizada no dia 17 de março de 2007 na casa da Nice em São Bernardo do Campo/ SP. Duração: 58 minutos.
- Entrevista cedida por Vera Lúcia da Silva Paulussi realizada no dia 17 de março de 2007 na Associação dos Anistiados do ABC paulista, São Bernardo do Campo/ SP. Duração 2 horas e 20 Minutos
- Entrevista cedida por Manuel Anísio realizada no dia 17 de março de 2007 na Associação dos Anistiados do ABC paulista, São Bernardo do Campo/ SP. Duração 1 hora.
- Entrevista cedida por Entrevista cedida por Maria de Fátima Araújo Ramos (Baixinha) realizada no dia 17 de novembro de 2007 na casa da Nice em São Bernardo do Campo/ SP. Duração: 2 horas e 45 minutos.

- Entrevista cedida por Lenice Bezerra da Silva Azevedo realizada no dia 17 de novembro de 2007 em sua casa em São Bernardo do Campo/ SP. Duração: 2 horas e 45 minutos
- Entrevista cedida por Fátima, realizada no dia 18 de novembro de 2007, em sua casa em Santo André/ SP. Duração: 1 hora e 23 minutos.
- Entrevista cedida por Adoración (Dona Dora), realizada no dia 18 de novembro de 2007, em sua casa em Santo André/ SP. Duração 45 minutos.
- Entrevista cedida por Francisco Ramos (Arapinha), realizada no dia 19 de novembro de 2007, na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo/ SP. Duração 2 horas e 25 minutos.
- Entrevista cedida por Maria Teixeira Vilela, realizada no dia 20 de novembro de 2007, em sua casa em Santo Amaro/SP. Duração 1 hora e 26 minutos.

Os entrevistados

As Mulheres da Oposição Sindical



Maria do Carmo Gomes (Carmem):

A entrevista com a Carmem realizou-se no dia 10 de março de 2007 na Igreja da Sé em São Paulo.

O contato com a Carmem foi conseguido através da Arlete. Nascida na cidade de Senador Firmino, no Estado de Minas Gerais, após ficar viúvo, seu pai mudou-se com os 8 filhos para

Eldorado Paulista no Vale do Ribeira/SP. Na época Carmem tinha apenas 4 anos. Aos 16 anos mudou-se para a cidade de São Paulo, onde começou a trabalhar em uma pequena indústria metalúrgica. Permaneceu na categoria até 1993, quando foi demitida e entrou na “lista negra” dos militantes do MOSP.

Em meados de 76 teve seus primeiros contatos com a Oposição Sindical através de sua irmã e cunhado que militavam no MOSP. No período em que começou a militar no movimento sindical, teve seu primeiro filho, o Ruan, que a acompanhava em todas as reuniões do grupo. Em uma destas reuniões conheceu o Stan (que foi um dos líderes do MOSP). Hoje a Carmem é professora de Matemática.



Maria José Soares:

A entrevista com a Maria José realizou-se em sua residência em São Paulo, dia 10 de março de 2007. O contato com a Maria Jose feito através do Cícero do CEEP.

Nascida em Paulínia, Pernambuco, Maria José veio por duas vezes para São Paulo, (em 1964 e depois em 1971). Em Pernambuco, trabalhou como operária metalúrgica em um

fábrica da PHILIPS, e atuou no movimento de evangelização da Igreja Católica. Devido a sua militância em movimentos sociais, foi perseguida, e perdeu o emprego, o que a levou a voltar para São Paulo em 1971/72. Em São Paulo, trabalhou em indústrias metalúrgicas, sendo que ela foi à única de nossas entrevistadas que afirmou nunca ter trabalhado na linha de montagem (setor ocupado frequentemente pelas mulheres). Nesta cidade, continuou a frequentar grupos de jovens católicos no bairro Jardim Imperador, e participou da Pastoral Operária por volta de 1978 (ano em que teve o primeiro contato com o líder da Oposição Sindical Waldemar Rossi,

por intermédio da irmã religiosa Holling). Atuou no MOSP, e compôs a chapa da Oposição Sindical no ano de 1979. A Maria José deixou a categoria metalúrgica em 1987, quando foi demitida por justa causa por organizar uma greve na indústria onde trabalhava. Depois disso, não conseguiu mais emprego como metalúrgica. Hoje, ela trabalha na área de saúde e não milita em nenhum movimento social.



Edwirgens José dos Santos (Edy)

A entrevista com a Edy realizou-se na residência da Maria José, no bairro Jardim Imperador, na cidade de São Paulo, no dia 10 de março de 2007. O contato com a Edy foi conseguido através da Maria José.

Nascida no interior de São Paulo, Edy veio para capital aos 16 anos em 1964, onde desenvolveu várias atividades. Em 1975 começou a trabalhar na indústria metalúrgica. Foi militante do movimento de jovens ligado a Pastoral Operária de seu bairro, onde por volta de 1977/1978 conheceu o pessoal do MOSP por intermédio de uma religiosa. Deixou de trabalhar na indústria metalúrgica em 1989 quando foi demitida e não conseguiu mais emprego na categoria. Hoje a Edy trabalha em uma ONG associada à prefeitura de São Paulo, o Núcleo de Defesa de Mulheres vítimas de Violência (ANZOL). Não milita em nenhum movimento social ou partido político.



Maria do Rosário Souza:

A entrevista com a Rosário aconteceu no dia 11 de março em Guarulhos. O contato com a Rosário foi feito através da Delma.

Nascida em Minas Gerais, Rosário veio para São Paulo com sua família no ano de 1970 com 13 anos. Em 1972 aos 15 anos começou a trabalhar na indústria metalúrgica onde teve seus primeiros contatos com o Movimento Sindical de Oposição. Depois de Trabalhar dois anos na Arteb e participar da greve de 1979, Rosário foi despedida e passou dois anos desempregadas até conseguir outro emprego na categoria. Foi operária metalúrgica até o ano de 1985 quando foi novamente despedida, ficou grávida e mudou-se para Salvador em busca de novas oportunidades de emprego. Hoje a Rosário mora em Guarulhos e é diretora do Projeto “Bandeirão”, mantido pela prefeitura Municipal.



Maria Lúcia Torres:

A entrevista com a Maria Lúcia, aconteceu no CEDEM local onde trabalha atualmente, no dia 12 de março de 2007. O contato com a Maria Lucia foi conseguido através da Rosário. Filha de um advogado, em uma família de 10 filhos, Maria Lúcia nasceu em Bambuí, Minas Gerais em 1944. Em 1967 formou-se em História na UFMG. Durante o período da graduação militou no JUNC, e mantinha ligações com AP, onde como ela afirmou que seu *“apartamento sempre serviu de esconderijo e de sala de reuniões para os amigos”*. Em Belo Horizonte, onde morava com 4 irmãs, esta desde muito cedo começou a se interessar pelos movimentos sociais principalmente pela participação ativa de sua irmã mais velha na Ação Católica. No início de 1969 morou em Paris com duas amigas de Brasília ligadas a Ala Vermelha. De volta ao Brasil militou na Ala Vermelha, e em 1970, ajudou a fundar um curso de madureza em Santo André. Ao final de seis meses, a maioria dos professores foram presos, e Maria Lúcia passou a ser procurada pelo DOPS. Neste ínterim, mudou-se para São Bernardo do Campo, e decidiu trabalhar em indústrias. Em 1973, após um companheiro ser preso, teve que fugir de São Bernardo e dirigiu-se para Zona Leste de São Paulo, onde trabalhou na Philco. Em São Paulo, Maria Lúcia teve seus primeiros contatos com a Oposição Sindical e com a Pastoral Operária, onde atuou até 1981 quando esta se aproximou do Partido dos Trabalhadores, e passou a viver conflitos com os antigos companheiros de lutas ligados ao MOSP. Hoje Maria Lúcia trabalha na Unesp como *free-lance* do Projeto “Memória da Universidade” do CEDEM.



Maria Rita Marques da Silva:

A entrevista com a Rita aconteceu no Centro de Cultura Paulista, em São Paulo (local onde trabalha atualmente) no dia 12 de março de 2007. Consegui contato com a Rita através da Rosário.

Nascida no interior paulista de São Paulo, a Rita mudou-se ainda na juventude para a capital. Em São Paulo, participou desde a adolescência dos grupos de jovens ligados a Igreja Católica (no entanto, não chegou a militar no movimento operário ligado a Igreja). Trabalhou na indústria metalúrgica entre os anos de 1971 á 1979, onde participou da Oposição Sindical. Em 1978, a Rita foi a primeira mulher a trabalhar na ferramentaria na Volkswagen de SBC. De volta a cidade de São Paulo, continuou a militar no movimento sindical, no entanto de forma menos ativa devido a

difficuldade de conseguir emprego por fazer parte da “lista negra” que corria entre as fábricas. Hoje, a ex-operária é formada em Pedagogia, e trabalha no Centro de Cultura de São Paulo.



Arlete Pereira da Fonseca Neves

A entrevista com a Arlete aconteceu no dia 14 de março de 2007 no Núcleo Regional de Educação da Zona Oeste de São Paulo. O contato com a Arlete foi feito através o Cícero do CEEP.

Nascida em São Paulo, a Arlete começou a trabalhar em indústrias metalúrgicas em 1980. Desde a infância participou dos movimentos de jovens da Igreja Católica, e na adolescência, participou como “apoio” das Pastorais Operárias e do MOPS. Após ingressar na categoria, passou a militar de forma mais incisiva. A Arlete deixou a categoria em meados de 1985, quando foi despedida após liderar uma greve na fábrica onde trabalhava. Neste período, ficou grávida e foi trabalhar na Pastoral Operária da Sé. Hoje é professora da rede de ensino público de São Paulo e não atua em nenhum movimento social ou partido político.



Delmira Izabel de Jesus da Silva (Delma):

A entrevista com a Delma aconteceu no dia 14 de março de 2007 na Pastoral Operária da Praça da Sé, em São Paulo. O contato com a Delma foi feito através do Cícero, seu ex-marido que trabalha no CEEP.

Nascida na cidade de Punhona, Minas Gerais, a Delma veio ainda pequena para a cidade de São Paulo com seus pais. Desde a adolescência participou da Pastoral da Juventude e da Pastoral Operária, onde entrou em contato com o MOSP e serviu de “apoio” até 1979, quando começou a trabalhar na indústria metalúrgica depois de ter sido “guiada” a fazer um curso profissionalizante na Escola Nova Piratininga, hoje Centro de Estudos, Educação e Pesquisa (CEEP) - onde atualmente faz parte da diretoria. Foi operária metalúrgica entre os anos de 1979 e 1986. Hoje é psicóloga e trabalha na área de saúde.



Nádia Aparecida Lopes de Camargo

A entrevista com a Nádia realizou-se no dia 16 de dezembro de 2006 na Igreja da Praça da Sé. A Nádia foi o meu primeiro

contato, conseguido através do Zé Maria do PSTU. Através dela consegui contato com o Senhor Manuel Anísio, Waldemar Rossi e da Mana.

Nascida em Tatuí á 14 de março de 1963, Nádia mudou-se muito cedo para Osasco/SP, onde mora até hoje. Desde a adolescência atuou no movimento estudantil onde teve seus primeiros contatos com a Convergência Socialista. Aos 17 anos foi trabalhar em um banco privado, onde após fazer piquete na greve da categoria de 1987, foi despedida. Viúva e mãe de uma filha “resolveu” procurar emprego na indústria metalúrgica, onde trabalhou até o ano de 1992.

Na indústria metalúrgica foi “cipeira” por dois mandados e organizou uma greve na fábrica onde trabalhou. Após esta greve, sofreu pressões dos chefes e do próprio sindicato que a coagiram a abrir mão de sua estabilidade e ser despedida. Durante o período em que foi metalúrgica, a Nádia teve seus primeiros contatos com a Oposição Sindical, e em 1989 concorreu ao cargo de vice-presidente do sindicato da categoria em São Paulo, pela chapa da Oposição Sindical. Hoje, casada novamente e com uma netinha, Nádia é professora de geografia na rede pública de São Paulo, e desenvolve pesquisas para o Museu do Corpo.

Os Homens



Stanislaw Azermeta:

A entrevista com o Stan aconteceu na Pastoral Operária da Sé no dia 13 de março de 2007. O contato com o Stan foi feito a partir do Senhor Waldemar Rossi.

Nascido na Rússia mudou-se ainda pequeno para o Brasil onde foi naturalizado. Durante a adolescência o Stan passou a trabalhar na indústria metalúrgica e a participar de grupos de esquerda, como a Ala Vermelha. No fim da década de 1970, militou no MOPS, e se tornou umas das lideranças na cidade de São Paulo. Hoje, o Stan é aposentado pela categoria.



Waldemar Rossi

A entrevista aconteceu no dia 14 de dezembro de 2006 na Pastoral Operária da Sé, em São Paulo. O contato com o Waldemar foi feito a partir da Nádia.

Natural da cidade de Sertãozinho, interior de São Paulo nasceu no ano de 1933. Participando desde a infância dos movimentos

de Igreja, teve contato ainda na adolescência com a Juventude Operária Católica. Aos 27 anos, o Waldemar mudou-se para São Paulo, onde trabalhou em indústrias metalúrgicas e atuou na Pastoral Operária e na Oposição Sindical. Concorreu ao cargo de presidente do sindicato por várias vezes, e se destacou como um dos líderes do MOSP. O senhor Waldemar Rossi atuou como metalúrgico até 1993, depois disso, prestou assessoria política ao movimento operário. Hoje ele é aposentado pela categoria.

São Bernardo do Campo

As mulheres do ABC paulista

Maria Mendes: A entrevista com a Maria Mendes aconteceu no Centro da Saúde do Trabalhador em Diadema no dia 9 de março de 2007.

Nascida na Bahia, a ex-operária veio para São Bernardo morar com o irmão mais velho na década de 1970, por volta dos 20 anos. Após trabalhar algum tempo como empregada doméstica, Maria, engravidou. Após ter seu filho, passou a trabalhar na indústria metalúrgica, e atuar (em meados de 1978) no movimento sindical metalúrgico. Maria Mendes militante do sindicato metalúrgico até 1984, quando a indústria onde trabalhava mudou de categoria, no entanto, continuou atuando no movimento operário sindical. Ao longo de sua jornada como operária teve contato com algumas feministas e passou, assim, a atuar no movimento feminista. Na década de 1990 trabalhou na CUT e defendeu as questões relacionadas à mulher trabalhadora. Hoje ela trabalha na secretaria da Saúde do Trabalhador de Diadema e participa de uma ONG que discute a violência doméstica praticada contra mulheres.



Fátima Aparecida Perez de Araújo (Fátima da Convergência):

A entrevista foi realizada em um restaurante Chinês, em frente à Igreja Matriz de São Bernardo do Campo.

Natural de Santo André, Fátima atuou durante a adolescência no movimento estudantil e na Convergência Socialista. Começou a trabalhar na década de 1980 em indústrias metalúrgicas em São Bernardo do

Campo. No período em que atuou no movimento sindical de São Bernardo, fez parte de um grupo de oposição a diretoria do sindicato da categoria. Em sua narrativa, por diversas vezes esta se refere à dificuldade enfrentada por ser “oposição”. Hoje a Fátima é pedagoga e participa de um projeto de educação ambiental ligado à prefeitura e Estado de São Paulo.

Vera Lúcia da Silva Paulussi (Verinha do PC):

A entrevista com a Verinha do PC (como é mais conhecida) aconteceu na Associação dos Anistiados do ABC paulista. O contato com a Vera foi conseguido através do senhor Manuel Anísio.

Durante a adolescência a Vera militou no Partido Comunista do Brasil, que no período vivia na clandestinidade. Começou a trabalhar na indústria metalúrgica com 20 anos e participou

das atividades sindicais. Hoje a Vera está desempregada e não milita em nenhum movimento social ou político.



Maria de Fátima Araújo (Baixinha): A primeira entrevista com a Baixinha aconteceu na Associação dos Anistiados do ABC paulista, e as outras duas na residência da Nice, também na cidade de São Bernardo do Campo.

Natural da cidade de Teresina, no Piauí, veio com 17 anos para São Bernardo onde trabalhou em indústrias metalúrgicas. Baixinha, como ficou mais conhecida entre os companheiros, ao longo de sua vida como militante sindical organizou 2 greves internas. Foi “cipeira” e atuou ativamente nas greves da categoria em 1979 e 1980, onde como ela mesma afirma *“eu era um toco de gente cum saco na mão pedindo dinheiro no meio do povo!”*. Hoje, após não conseguir mais emprego na categoria devido a idade avançada, e como ela indica *“pela atuação na luta”*, a Baixinha luta pelo seu reconhecimento pela militância desempenhada no ABC paulista e por sua anistia. Ela mora na periferia de São Bernardo, é casada com o Arapinha conhecida figura no movimento sindical. Tem dois filhos e um neto. Atualmente vive de “bicos” como empregada doméstica. No período da entrevista ela estava desempregada e enfrentava sérios problemas financeiros.

Maria Teixeira Vilela (Mana):



A primeira entrevista com a Mana aconteceu na Associação dos Anistiados do ABC paulista, e a segunda em sua residência, em Santo Amaro.

Nascida no Recife, Mana ficou grávida aos 12 anos, casou-se e veio embora para o Rio de Janeiro. Aos 15 mudou-se para São Bernardo do Campo onde se ingressou na indústria metalúrgica onde trabalhou até o ano de 1986 quando não conseguiu mais emprego na categoria e começou a trabalhar com acessória política. Na greve de 1980, Mana fez parte da presidência do Fundo de Greve. Quando houve a intervenção do sindicato em 1980, ela desempenhou um importante papel nas lutas travadas para que os grevistas não se dispersassem e voltassem ao trabalho. Participou e ajudou a organizar a caminhada das mulheres pelo fim da intervenção do sindicato em 1980, e fez parte do comando de greve. No período, teve o mandado de prisão expedido e passou vários dias escondidas na Igreja Matriz de São Bernardo. Hoje a Mana

como as outras mulheres do ABC, luta pelo seu reconhecimento na luta do movimento operário e pelo direito a anistia. No período em que foram realizadas as entrevistas, muito doente a mesma vivia de “bicos” como costureira e desenvolvia trabalhos sociais em uma ONG.



Lenice Bezerra da Silva (Nice):

A primeira entrevista com a Nice aconteceu na Associação dos Anistiados ABC paulista, e as outras duas em sua residência.

Nascida em Palmeiras dos Índios no Estado do Alagoas em 1958, Nice começou a trabalhar na indústria com 12 anos. Em 1972, aos 14 anos, passou a trabalhar na indústria metalúrgica permanecendo na categoria até o ano 1994. Em 1987 a Nice tornou-se a 1ª dirigente sindical mulher do sindicato da categoria, onde permaneceu até 1995, quando teve divergências com a diretoria do sindicato e como ela mesma afirma “*resolvi larga tudo! Sindicato, o PT, tudo!*”. Desempregada, vendeu roupas nas portas das fábricas onde trabalhara anteriormente, e viveu um período de grandes dificuldades financeiras. Em 1997 trabalhou na acessória política do Dr. Maurício Soares (ex-advogado do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo), e conseguiu um cargo na Prefeitura Municipal. Hoje a Nice trabalha na Prefeitura de São Bernardo em um cargo de confiança conseguido pelo Dr. Maurício. Atualmente espera pelo processo da anistia. No período em que se realizaram as entrevistas, esta vivia em intenso conflito com a Associação dos Anistiados, onde esta acusa seus antigos companheiros de luta de terem esquecidos que mulheres como ela, Baixinha e Mana haviam lutado como eles nas décadas de 1970 e 1980.

Adoracion Peres de Araújo: A entrevista com a Dona Dora aconteceu em sua residência, onde mora com a Fátima, sua filha.

A D. Dora nasceu no interior paulista, trabalhou como cozinheira, operária metalúrgica na Pirelli na cidade de Santo André, motorista de van e ambulância, e por fim como ajudante de enfermagem, onde se aposentou. Teve 3 filhos, hoje é viúva, e aposentada.

Os homens



João Paulo de Oliveira.

A entrevista aconteceu no dia 14 de dezembro de 2006 na Associação dos Anistiados do ABC paulista.

Nascido na cidade de Visconde do Rio Branco na Zona da Mata, Minas Gerais, o ex-metalúrgico veio para São Paulo no ano de 1966 de “pau-de-arara”. Em 1969 mudou-se para Diadema e serviu o exercito, tendo como comandante o capitão Lamarca. Em 1970 trabalhou na Mercedes Benz em São Bernardo do Campo e começou a atuar no movimento sindical. Em 1981, com o fim da intervenção sindical (depois da greve de 1980) foi eleito como diretor sindical pela chapa do Jair Meneguelli. Com a greve de 1981 e a nova intervenção ao sindicato, João Paulo foi preso com toda a diretoria. Após ser libertado não trabalhou mais como metalúrgico, mas, continuou a trabalhar durante muitos anos como assessor do sindicato da categoria. Hoje é anistiado, formou-se como sociólogo há alguns anos e dá aulas em um cursinho pré-vestibular na periferia de Diadema.



José Malta (Malta):

A entrevista aconteceu no dia 14 de dezembro de 2006 na Associação dos Anistiados do ABC paulista.

Nascido na Bahia, Malta, veio ainda criança para o interior de São Paulo. Na infância trabalhou na lavoura. Com 20 anos decidiu ir para São Bernardo, quando no interior não oferecia mais condições para sustentar a família. Foi diretor de fábrica em meados do final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando foi preso na intervenção sindical. Hoje é sociólogo e anistiado.



Rubens Teodoro Sampaio (Rubão):

A entrevista aconteceu no dia 14 de dezembro de 2006 na Associação dos Anistiados do ABC paulista.

Nascido no interior de São Paulo, Rubens veio ainda criança para São Bernardo do Campo, onde seu pai faleceu prematuramente ao tentar separar uma briga entre 2 companheiros de trabalho. Ainda na adolescência começou a trabalhar na indústria metalúrgica, sendo que em 1967 foi convidado a integrar a diretoria do sindicato metalúrgico de São Bernardo do Campo. Entre 1975 e 1980 foi vice-presidente do sindicato. Em 1980, com a

intervenção sindical Rubens foi preso, e não conseguiu mais emprego na categoria. Hoje Rubens é anistiado.



Gilson Luís Correia de Meneses (Gilson Meneses):

A entrevista aconteceu no dia 14 de dezembro de 2006 na Associação dos Anistiados do ABC paulista.

Nascido na cidade de Miguel Calmon, no sertão da Bahia, no dia 6 julho de 1949. Em uma família de 9 filhos, seus pais decidiram ir para São Paulo, no intuito de oferecer mais oportunidades de estudos. Com 12 anos, Gilson começou a trabalhar na indústria metalúrgica. Em 1978, foi convidado pelo Lula a integrar a chapa sindical. No mesmo ano, liderou a greve entre os trabalhadores da Scania-Saab em São Bernardo do Campo. Com a intervenção sindical de 1980, Gilson foi afastado de seu cargo junto aos outros diretores do sindicato. Em 1981, foi o primeiro prefeito eleito pelo PT na cidade de Diadema. Hoje, está desempregado e é anistiado.



Manuel Anísio (Mané):

A entrevista com o Manuel aconteceu no dia 17 de março de 2007 na Associação dos Anistiados do ABC paulista, em São Bernardo do Campo.

Nascido na Bahia, Manuel decidiu mudar-se para São Paulo aos 17 anos, após ter uma briga com o padrasto. Com o endereço de um tio na mão e sem dinheiro no bolso, chegou á cidade de São Paulo. No caminho, perdeu o endereço do tio e foi trabalhar em um bar onde o dono o deixou por “pena”, morar nos fundos. Um dia andando pelos metrô de São Paulo, Manuel foi reconhecido pelo tio (aquele do endereço perdido) que o levou para o ABC paulista. Lá, Manuel conseguiu com a ajuda deste tio um emprego na Mercedes-benz e começou a militar no movimento sindical. Em meados de 1975, foi convidado a participar da diretoria sindical. Como diretor do sindicato de SBC, este ficou muito conhecido pelas operárias metalúrgicas do ABC paulista por trabalhar na organização do I Congresso da Operária Metalúrgica e sempre atentar para as questões referentes às mulheres dentro do sindicato. Em 1980 foi afastado de seu cargo e preso como os outros diretores em decorrência da intervenção. Hoje com 58 anos é anistiado, advogado e presidente da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC, em São Bernardo do Campo.

Francisco Ramos (Arapinha):

A entrevista aconteceu na Igreja matriz de São Bernardo do Campo, (e depois de ser expulsa pelo padre) no Shopping próximo a Igreja.

O Arapinha nasceu em Pilão Arcado, no nordeste da Bahia. Em fevereiro de 1975 mudou-se para São Paulo. Seu primeiro emprego foi na Brastemp, onde viveu o dilema de quem era acostumado com o trabalho na roça, *“onde a gente faz o horário, e a fábrica que você é condicionado, não pode ir ao banheiro na hora que você quer”*. Em 1978, começou a militar no movimento sindical em São Bernardo do Campo. Na época da greve de 1980, o Arapinha nos contou que por militar no Movimento Operário, ficou desempregado, e no mesmo dia, foi despejado do local onde morava. A partir daí passou vários dias morando no “Fundo de greve”, que ficava no antigo estacionamento da Igreja Matriz. Por esses tempos, foi morar com a Baixinha, com quem é casado até hoje. Foi metalúrgico até 1988, quando foi despedido da General Motors, onde foi desempregado, e não conseguiu emprego na categoria. Nesse período, fez alguns cursos de vigilância. Hoje o Arapinha não conseguiu aposentar-se, nem anistia. No período em que se realizaram as entrevistas, ele trabalhava de vigilante.

Luciano César Salles de Freitas.

A entrevista com o Luciano aconteceu em um restaurante chinês, na frente da Igreja matriz de São Bernardo do Campo.

O Luciano nasceu no bairro do Mooca, em São Paulo. Durante a adolescência militou no movimento estudantil e na Convergência Socialista. Foi operário Metalúrgico e militou no movimento de sindical de São Bernardo do Campo, onde fez parte de um grupo formado pela Convergência, que era oposição a diretoria deste sindicato. Em 1987 o Luciano ficou desempregado, e mudou-se para Minas Gerais, para cidade de Timóteo, onde foi assessor político de candidatos do Partido dos Trabalhadores que concorriam a cargos municipais. Hoje o Luciano é professor de matemática, e no período de nossa entrevista, fazia mestrado na PUC de São Paulo.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo *O Novo Sindicalismo no Brasil*. Editora Pontes. São Paulo: 1995.
- _____. *A rebeldia do Trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Editora Brasil Urgente. São Paulo: 1991.
- ACKELSBERG, Martha A. *Ampliando o Estudo sobre a participação das mulheres*. Cadernos AEL, nº ¾. Londrina: 1995/1996.
- ARAÚJO, Maria C. & FERREIRA, Verônica C. *Sindicalismo e relação de gênero no contexto da reestruturação produtiva* in Trabalho e gênero: Mudanças, perspectivas e desafios. Editora 34. 2000.
- ARNS, D. Evaristo *Brasil Nunca mais*. Editora Vozes. São Paulo: 1985.
- BECCALLI, Bianca *Feminismo e sindicalismo: o caso italiano durante a década de 70* in A classe operárias tem dois sexos/ trabalho, dominação e resistência. Editora Brasiliense. São Paulo: 1991.
- BLAY, Eva Altermam *Mulheres e Movimentos Sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches*. Revista Mulher Hoje, nº 26. São Paulo: 1980.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988.
- BRUMER, Anita *O sexo da ocupação: Considerações teóricas sobre a inserção da mão – de obra feminina na força de trabalho*. Acessado em: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_08/rbcs08_02.htm - 116k .
- BRUSCHINI, Cristina & COSTA, Albertina de Oliveira. *Uma questão de gênero* Editora Rosa dos tempos. São Paulo: 1992.
- BONI, Valdete *Poder e Igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais em Chapecó, Santa Catarina* in Revista Estudos Feministas. Florianópolis/SC 12, (1): 360 janeiro/ abril de 2004.
- BORDIEU, Pierre *A dominação masculina* in A Educação e Realidade, Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- BOSI, Antônio de Pádua Os “sem gabarito”: Experiência de luta e organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970/1980. Edunioeste. Cascavel/PR, 2000.
- CAPPELLIN, Paola *Viver o sindicalismo no feminino*. Revista Estudos Feministas 2º semestre de 1994.

- CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa Feminista brasileira pós-1974* dissertação de mestrado de Ciências da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2004.
- CARVALHAL, Terezinha Brumatti *Gênero e Classe nos sindicatos*. Projeto editorial Centelha. Presidente Prudente: 2004.
- CASTRO, Mary Garcia *Gênero e Poder no espaço sindical* in Estudos Feministas p. 29- 51 n°1/1995.
- CHESNEAUX, Jean *Devemos fazer uma tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. Editora Ática. São Paulo: 1995.
- COSTA, Ana Alice, OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de SOARES, Vera org. *Reconfiguração das relações de Gênero no Trabalho CUT*. São Paulo: 2004.
- COSTA, Hélio *Em busca da Memória, Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. Editora Scritta São Paulo/SP, 1995;
- COSTA, Letícia Borges *A PEA feminina no estado de São Paulo: 1970-1980*. . Novos Estudos CEBRAP pg.627-629. 1980.
- CRUZ, Heloisa de Faria *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência em São Paulo (1900-1920)*. Editora Marco Zero, São Paulo: 1991.
- DAVIS, Natália Zenon *As mulheres por cima* in Culturas do povo.
- DEDECA, Cláudio Salvatori *Tempo, Trabalho e Gênero* in Reconfiguração de relações de gênero no trabalho. CUT. São Paulo: 2004.
- DELGADO, Maria Berenice Godinho & SOARES, Vera *O movimento de mulheres na transição democrática brasileira Movimentos Sociais e democracia brasileira – sem a gente não tem jeito*. Org.Michaela Hellmam. Editora Marco Zero, São Paulo: 1999.
- _____ *Mais mulheres na direção da CUT* in Estudos Feministas, vol. 4 n° 1/96. IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro.
- _____ *Acciones Afirmativas en el Movimetno Sindical – la experiencia de la cuota en la Central Única de los Trabajadores – CUT – Brasil*, in Género em el trabajo sindical: Experiências e Retos, Grupo de Projuecto de Política de Desarrollo, División de Cooperacion Internaciona al Desarrollo, Christiane Kkesper. Alemania, 1998.
- DUARTE NETO, Bento Herculano. *Direito de greve: aspectos genéricos e legislação brasileira*. São Paulo: LTR, 1992.
- ENGELS, Friedrich *O capital de Marx*.
- http://www.geocities.com/terra_a_vista/capital.html acessado em 06/07/2007.

- ESPERANÇA, Clarice Gontarski *Lei e resistência no “novo sindicalismo”*: a greve na Empresa Jornalística Caldas Júnior. Porto Alegre: 1983-1984.
- FERREIRA, Márcia Ondina Vieira *Mulheres e Homens docentes: um estudo de caso* in Cadernos de Pesquisa vol. 34, n° 391/410 maio/agosto de 2004.
- FORTE, Alexandre Negro, Antonio Luigi Silva, Fernando Teixeira da Costa, Hélio e FONTES, Paulo *Na luta por Direitos*, Estudos recentes em História Social do Trabalho, Editora da Unicamp Campinas/SP: 1999.
- GARCIA, Marco Aurélio A (auto) *construção de um movimento operário*. Revista Desvios Ano I n° 1. São Paulo: 11/1982.
- GITHAY, HUMPHREY, MOYSES, LOBO *Lutas Operárias e luta das operárias em São Bernardo do Campo* in A classe operárias tem dois sexos/ trabalho, dominação e resistência. Editora Brasiliense. São Paulo: 1991.
- GODINHO, Tatau *Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras in Mulheres brasileiras nos espaços públicos e privados*. Editora fundação Perseu Abramo.
- GOHN, Maria da Glória *Movimentos sociais no Brasil na era da participação: 1978-1989* in Teoria dos Movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. Editora Loyola. São Paulo: 2004.
- HIRATA, Helena *O universo do trabalho e da cidadania das mulheres: um olhar do feminismo e do sindicalismo* in Reconfiguração de relações de gênero no trabalho. CUT. São Paulo: 2004.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos o breve século XX 1914-1991*. Companhia das Letras. São Paulo: 2004.
- HUMPHREY, John *Raízes e os desafios no “novo sindicalismo” da indústria metalúrgica*. Revista Novos estudos CEBRAP, n° 26, p.5-39. São Paulo:
- _____ *Operários da indústria metalúrgica no Brasil: Novas tendências no movimento trabalhista*. Revista Novos estudos CEBRAP, n° 26, p.81-164.
- _____ SOUZA-LOBO, Elizabeth GITHAY, Leda, MOYSES, Rosa *As práticas invisíveis das operárias* in O sexo do trabalho. Editora Paz e Terra. São Paulo: 1991.
- JAMES, Daniel *Contos narrados nas fronteiras* in Culturas de Classe. Editora da UNICAMP. Campinas: 2004.
- _____ *Poesia, trabalho fabril e sexualidade feminina na argentina peronista*. Cadernos AEL, n°3/4. Londrina: 1995.
- KHOURY, Yara A. *Muitas memórias, outras histórias*. Editora Olho D’Água. São Paulo: 2004.

- LEITE, Rosalina de Santa Cruz *A operária Metalúrgica*. Editora Semente. São Paulo: 1982.
- _____. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista* in Revista Estudos Feministas vol. 11 nº1 Florianópolis janeiro de 2003.
- LEONE, Eugenia Troncoso *Renda Familiar e trabalho da Mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90*. in Trabalho e gênero: Mudanças, perspectivas e desafios. Editora 34. 2000.
- LOBO, Elizabeth Souza *O trabalho tem dois sexos/ trabalho, dominação e resistência*. Editora Brasiliense, São Paulo: 1991.
- MARX, Karl. *O capital*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1980.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955- 1988)*. Editora Vício de Leitura, Rio de Janeiro: 1999.
- MEDEIROS, Mônica Xavier. *"Bom mesmo é ser metalúrgico": vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos – SP*. Dissertação de mestrado, UFU, 2006. acessado em 25/07/2007 : dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=34505.
- MELLO, Maildes Alves de. *A greve no Direito Positivo Brasileiro*. Porto Alegre: Síntese, 1980.
- MOREL, Mário *Lula o início*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro: 2006.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonari *Além da Indústria têxtil: o trabalho feminino em atividades "masculinas"*. Revista Brasileira de História, v. 9 nº18. São Paulo: 1989.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Comentários à lei de greve*. São Paulo: LTR, 1989.
- NEVES, Magda de Almeida *Trabalho e cidadania: as operárias metalúrgicas de Contagem*. Editora Vozes. Petrópolis: 1994.
- _____. *Relações de Gênero e Sindicalismo*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8º, Brasília, 25 a 29 out.1992. Anais (Mulher, Saúde) www.emplasa.sp.gov.br/biblioteca/sibae/Paginas/Corpo.asp?acessado em 25/06/2007.
- NORTZ, Gisela *Gênero em el Trabajo Sindical: Globalización o la Feminización del trabajo?* In Género em el trabajo sindical: Experiências e Retos, Grupo de Proyecto de Política de Desarrollo, División de Cooperacion Internacional al Desarrollo, Christiane Kkesper. Alemanha, 1998.
- PAOLI, Maria Célia *As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero* in Novos Estudos CEBRAP, nº 31. Outubro de 1991.

- PARANHOS, Kátia Rodrigues *Educação Sindical em São Bernardo do Campo nos setenta e oitenta* in Revista de Sociologia Política, novembro nº13, p 153-174, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1999.
- _____. *Era uma vez em São Bernardo: O discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982*. UNICAMP. Campinas: 1999.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1981.
- PERILLO, Sônia Regina *Revista estimativas dos saldos migratórios para os setores urbano e rural do estado de São Paulo no período intercensitário de 1970/1980*. Novos Estudos CEBRAP pg. 1639-1656. 1980.
- PORTELLI, Alessandro *Sonhos Ucrônicos: Memória e possíveis mundos dos trabalhadores* in Projetos de história, São Paulo, dezembro de 1993.
- _____. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. in Usos e Abusos da História Oral org Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado. Rio de Janeiro:1996.
- _____. *Forma e significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade* in Projeto de História. São Paulo fevereiro de 1997.
- RAINHO, Luís Flávio *Os peões do Grande ABC*. Editora Vozes. Petrópolis: 1980.
- REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. Proposta Editora. São Paulo: 1980.
- SADER, Eder *Quando novos personagens entram em cena - experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Editora Paz e Terra. São Paulo: 1995.
- SADER, E. e TELLES, Vera. *Entre a fábrica e o sindicato: os desafios da oposição sindical metalúrgica de São Paulo*. In Desvios, ano 1 nº1 novembro de 1982.
- SANTANA, Marco Aurélio *Política e História em disputa: O Novo Sindicalismo e a Idéia da ruptura com o passado* in O novo sindicalismo 20 anos depois org. Iram Jacome Rodrigues. Editora Vozes. Petrópolis: 1999.
- SARLO, Beatriz *A Zona Cinza in tempos presentes. Notas sobre a mudança de uma cultura*. Ed. Olympio. RJ: 2005.
- SARTORI, Ari José *Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis* in Tempos e Lugares de Gênero. Fundação Carlos Chagas. Editora 34. 2001.
- SARTI, Cynthia Andersen *O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória* in Revista Estudo Feministas, Florianópolis, 12(2) 260 maio/agosto de 2004.

- SINGER, Paul & BRANT Vinícius C. São Paulo *O povo em Movimento*. Editora Vozes. Petrópolis: 1980.
- STIEGLER, Bárbara *Trabajo Sindical con Perspectiva de Género: la política salarial* in *Género em el trabajo sindical: Experiências e Retos*, Grupo de Proyecto de Política de Desarrollo, División de Cooperacion Internaciona al Desarrollo, Christiane Kkesper. Alemania, 1998.
- THOMPSON, E.P. *A Formação da classe operária Inglesa*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1987.
- _____ *Costumes em Comum*. Cia das Letras. São Paulo: 1998.
- THOMSON, Alistair *Recompondo a memória: questões sobre a relação de história oral e as memórias*. in *Ética e História Oral*. Projeto História 15. São Paulo, Abril de 1997.
- Vários. *A greve na voz dos trabalhadores da Scania a Itu*. História Imediata 2, Oboré. Editora Alfa-Omega, São Paulo: 1979.
- YANNOULAS, Silvia Cristina *A agenda sindical, Negociações coletivas e relações de gênero no movimento sindical* in *Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. CFEMEA, Brasília, Novembro de 2002.
- _____ *Estudos sobre Questão de Gênero na reforma Sindical*. CFEMEA, Brasília: Novembro de 2004.